UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Eduardo Tomasevicius Filho

ENTRE A MEMÓRIA COLETIVA E A HISTÓRIA DE "COLA E TESOURA": AS INTRIGAS E OS MALOGROS NOS RELATOS SOBRE A FÁBRICA DE FERRO DE SÃO JOÃO DE IPANEMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Leonzo

São Paulo
2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Resultado: _____

Data: ____/_____/_____

COMISSÃO JULGADORA:

_____

Profa. Dra. Nanci Leonzo

(Orientadora)

_____

(Membro)

_____

(Membro)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que me dá a vida, paz, segurança e saúde em todos os momentos.

Agradeço à Universidade de São Paulo e à sociedade paulista, que me proporcionaram mais uma oportunidade de ampliação de conhecimentos.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Nanci Leonzo, sobre quem registro minha admiração por sua vasta cultura e impressionante domínio no campo da história, pela oportunidade que me deu ao admitir-me como aluno do Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, da Universidade de São Paulo, sobretudo pelas precisas e preciosas orientações para a elaboração dessa dissertação, as quais foram fundamentais para que eu pudesse trilhar em outro ramo do conhecimento o qual desconhecia, e o mais importante: pela paciência e compreensão que demonstrou ter comigo durante esses anos em razão de minhas infindáveis atividades como docente desta Universidade.

Agradeço aos professores das disciplinas cursadas durante esse curso de pós-graduação: Margarida Davina Andreatta, Norberto Luiz Guarinello, Carlos Augusto Ribeiro Machado, Vera Lucia Amaral Ferlini, Ana Lucia Lana Nemi, Ana Luiza Bastos Marques, Antonia Terra Calazans Fernandes, Eduardo Natalino dos Santos e Marcelo Candido da Silva. Também agradeço aos Professores Carlos de Almeida Prado Bacellar e Sara Albieri pelas sugestões no Exame de Qualificação.

Agradeço também aos funcionários do Departamento de História, na pessoa do Sr. Nelson Caetano, que me auxiliaram prontamente nas questões procedimentais do programa de pós-graduação.

Agradeço aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, que sempre me acolheram, mesmmo antes de ter iniciado essa dissertação como também durante o período de pesquisa.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que me ajudaram sobremaneira no acesso a importantes obras usadas nessa dissertação.

Agradeço a todos os meus amigos, professores, alunos e funcionários das Faculdades Integradas "Campos Salles", que me apoiaram muito para que eu concluísse esse trabalho, em especial, a Sra. Secretária-Geral, Neusa Eronide Anselmo e a Assistente de Direção, Profa. Syomara Sylvia Capelotto de Assis Leite. Também agradeço aos colegas professores Alexandre Gaetano Nicola Liquidato e Marco Antonio dos Anjos pelo apoio durante as conversas de sala dos professores entre uma aula e outra.

Agradeço ainda aos meus amigos, professores e não-professores, do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em especial, ao Prof. Titular de História do Direito e atual Diretor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Ignácio Maria Poveda Velasco, à Profa. Mara Cristina da Silva Carmignani e aos funcionários Íris, Caio e Rafael. Também agradeço aos membros do Grupo de Pesquisa em História do Direito, na pessoa do Prof. Renato Sedano Onfri; aos meus orientandos do Programa de Pós-Graduação em Direito, na pessoa da Patrícia Regina Mattos Correa Gomes e, no curso de graduação, à aluna Viviane Alves de Morais, graduada e mestre em história, por todas as críticas, sugestões e reflexões sobre a História do Direito, as quais serviram para meu aperfeiçoamento profissional.

Por último e muito importante, agradeço a minha esposa Janaina, a minha família - Elvira, Ana e Camilo – e também aos meus novos parentes! Todos sempre estiveram ao meu lado para me apoiarem nessa difícil viagem pela história, mesmo durante todos os momentos em que me privei da companhia familiar para retornar e compartilhar, por meio dessas linhas, o que aprendi nesses três anos.

RESUMO

Essa dissertação analisa a construção da história e da memória da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, na região de Sorocaba, a partir do referencial teórico de R.G. Collingwood, o qual formulou a conhecida "história de cola e tesoura", com o intuito de questionar escritas da história ou práticas historiográficas em que seus autores apenas trabalham de maneira acrítica com relatos já produzidos, recortados de fontes disponíveis ao pesquisador e selecionados a partir de operações de lógica formal: informações recorrentes no mesmo sentido são colados no texto e as informações discordantes são selecionadas, descartando-se a supostamente errada ou inexata. Além disso, também se usou a distinção entre memória, memória coletiva, história e esquecimento, presentes, sobretudo, nos trabalhos de Maurice Halbwachs Paul Ricoeur, bem como as noções de progresso e da *historia magistra vitae*, que aparecem sobretudo nos relatos produzidos no século XX. Esta Fábrica, que foi uma dos primeiros empreendimentos industriais do Brasil, cuja origem remonta ao século XVI, despertou o interesse de várias personalidades, como Pedro Taques, Martim Francisco, José Bonifácio, Vergueiro, Varnhagen e Calógeras, entre outros que escreveram sobre esse estabelecimento por diversas razões, em especial, para sustentar-se o pioneirismo de Ipanema em face de outras fábricas existentes em Minas Gerais, destacando, ademais, a intriga entre o primeiro diretor, o sueco Carl Gustav Hedberg e seu sucessor, Frederico Luis Guilherme Varnhagen. No século XX, esses relatos buscavam analisar os malogros da siderurgia nacional até a década de 1970, na intenção de obterem-se lições do passado.

Palavras-chaves: Memória Coletiva – "História de Cola e Tesoura" - R.G. Collingwood - Historia Magistra Vitae – Siderurgia – Varnhagen

ABSTRACT

This dissertation examines the construction of history and memory of the Fabrica de Ferro de São João de Ipanema, in Sorocaba, from the RG Collingwood's approach, who created the well-known concept of "scissors-and-paste" history, in order to criticize historical writings or historiographical practices in which their authors work uncritically with produced reports, getting them from available sources to the researcher and selected from formal logic operations: similar information remain in the text and conflicting information are selected, discarding the supposedly wrong or inaccurate ones. A distintion among memory, collective memory, history and forgetting was made, present mainly in the work of Maurice Halbwachs Paul Ricoeur, and the concepts of progress and history magistra vitae, which appear mainly in the reports produced in the 20th Century. This plant, which was one of the first industrial activities in Brazil, whose origin was in the 16th Century, was object of interest of several people, like Peter Taques, Martim Francisco, Jose Bonifacio, Vergueiro, Varnhagen and Calógeras, among others who wrote about Ipanema for various reasons, in particular, to stress the pioneering of Ipanema in the face of other plants in Minas Gerais, noting, moreover, the conspiracy between the first Ipanema's Director, the Swedish Carl Gustav Hedberg and his successor, the German Frederico Luis Guilherme Varnhagen. In the 20th Century, these reports sought to examine the failures of the national steel industry until the 1970s, in order to get to lessons of the past.

Keywords:– Collective Memory – "Scissors-and-paste" History - R.G. Collingwood - Historia Magistra Vitae – Steel Industry – Varnhagen

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação entre Pedro Taques e Marcelino Pereira Cleto

Quadro 2: Comparação entre Pedro Taques e Eschwege

Quadro 3: Influência Direta de Pedro Taques em Vergueiro

Quadro 4: Comparação entre Marcelino Pereira Cleto e Vergueiro

Quadro 5: Comparação entre Martim Francisco e Vergueiro

Quadro 6: Comparação entre Vergueiro e Eschwege

Quadro 7: Comparação entre Vergueiro e Varnhagen

Quadro 8: Comparação entre José Bonifácio e Varnhagen

Quadro 9: Comparação entre Eschwege e Varnhagen

Quadro 10: Comparação entre Marcelino Pereira Cleto e Leandro Dupré

Quadro 11: Citações de João Pandiá Calógeras

Quadro 12: Citações de Francisco de Assis Barbosa

Quadro 13: Citações de Humberto Bastos

Quadro 14: Comparação entre Pedro Taques e Manoel Rodrigues Pereira

Quadro 15: Citações de Manoel Rodrigues Pereira

Quadro 16: Citações de Edmundo Macedo Soares Silva

Quadro 17: Citações de Osni Duarte Pereira

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

APESP. CO 245 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 245. Folder.

APESP. CO 246 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 246. Folder.

APESP. CO 247 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 247. Folder.

APESP. CO 5213 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 5213. Folder.

APESP. CO 5214 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 5214. Folder.

APESP. CO 5215 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 5215. Folder.

APESP. CO 5216 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 5216. Folder.

APESP. CO 5217 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fábrica de Ferro de Ipanema. Caixa CO 5217. Folder.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
1. REFERENCIAL TEÓRICO 18
1.1. A prática historiográfica e suas limitações 18
1.2. Entre a memória e a história: como ambas concorreram para a explicação do passado e justificação do presente 26
1.3. Progresso x Historia Magistra Vitae 32
2. UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA 39
2.1. Os primeiros passos da pesquisa de metais no Brasil 39
2.2. As Políticas do Marquês de Pombal e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho 45
2.3. A Construção da Fábrica de Ferro de Ipanema 61
2.3.1. A vinda da Família Real ao Brasil 61
2.3.2. As intrigas entre Hedberg e Varnhagen 66
2.3.3. Os malogros da Fábrica de Ferro de Ipanema e sua reconstrução por João Bloem 85
2.3.4. A completa decadência da Fábrica de Ferro de Ipanema e sua reconstrução por Joaquim de Sousa Mursa 100
3. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PELOS RELATOS 112
3.1. Memória como dossiê 112
3.2. Memórias de Viagens 121
3.3. Memória da autoafirmação 130
3.4. Memória Coletiva 160
4. O CONFRONTO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DE IPANEMA 181
4.1. Os relatos e seus desdobramentos 181
4.2. As discrepâncias entre a memória e a história de Ipanema e as distorcidas lições do passado 195
APÊNDICE 201
CONSIDERAÇÕES FINAIS 220
FONTES 226
Livros 226
Manuscritos do Arquivo Público do Estado de São Paulo 230
Legislação 237
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 239
Livros 239
Artigos 244
Documentos Eletrônicos 247
Jornais 247
Teses e Dissertações 248

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende analisar a construção da história e da memória da fabricação de ferro no Brasil ao lado do morro Araçoiaba ou Biraçoiaba,[1] por onde passa o Rio Ipanema[2], na região de Sorocaba, Estado de São Paulo. Este local foi descoberto no fim do século XVI por Afonso Sardinha, o qual construiu fornos de fundição de ferro, bem como se construíram outros na década de 1760, no contexto das políticas pombalinas de industrialização do Reino de Portugal. Posteriormente, pela política do Conde de Linhares, fundou-se o Estabelecimento Montanístico de Extração de Ferro das Minas de Sorocaba, por meio da Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, o qual foi rebatizado para Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Este local, onde se desenvolveram as primeiras atividades siderúrgicas no Brasil, sempre atraiu a atenção pelo fato de que se o considerava o Eldorado, o "pré-sal" da época, ou até mesmo um "local encantado", que permitiria ao Brasil ser muito rico e próspero pelas riquezas ali latentes. Uma fábrica de ferro nesse local seria o meio necessário para a conversão dessa riqueza mineral em produtos industrializados, necessários ao desenvolvimento econômico do país.

No entanto, uma característica marcou todo esse processo: o fracasso das tentativas até o encerramento definitivo da fábrica na década de 1890. A maior prova do insucesso da fabricação do ferro é evidenciada pelo fato de que a primeira usina siderúrgica moderna construída no Brasil foi a de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1940. Tampouco havia capitais suficientes à época para a implantação de fábricas de grande porte no Brasil oitocentista, nem combustível para alimentação dos fornos-altos. Não havia tecnologia adequada, assim como eram graves os problemas de "logística", devido à precariedade do acesso àquela região por via terrestre.

Por muito tempo houve grande inconformismo pelo fato de a siderurgia não ter dado certo no Brasil. Muito se escreveu sobre isso. Era bastante difundida a crença de que o ferro do Morro Araçoiaba seria a salvação nacional por ser uma das maiores riquezas do universo e recorrente a ideia de que, se não tivesse ocorrido tal fato, certamente o destino do Brasil teria sido diferente. No caso da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, a memória desse local procurou oferecer

[1] Araçoiaba ou Biraçoiaba significa "esconderijo do sol".
[2] Ipanema significa "água ruim" ou "rio sem peixe".

resposta para o problema siderúrgico, assim como ao próprio fracasso do Brasil do ponto de vista econômico. Isso se deve ao fato de que a siderurgia é indústria de base, sem a qual se torna muito difícil o desenvolvimento industrial de um país. Estudar o que se passou naquele estabelecimento era a maneira de encontrar as causas do problema, seja para solucioná-lo ou para melhor compreensão do tempo perdido. Assim, a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema despertou bastante interesse durante os séculos XIX e XX. Viajantes estiveram no local. Comunicou-se a chegada da vinda de um botânico austríaco com o pintor do Imperador - no caso, Debret - que estavam a caminho de Mato Grosso. O Imperador D. Pedro II visitou esse estabelecimento cinco vezes, sendo a primeira delas em 1846. Os irmãos Andrada estiveram na Fábrica de Ferro; o Senador Vergueiro escreveu sobre ela; Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Porto Seguro – nasceu na Fábrica de Ferro de Ipanema e dedicou um capítulo exclusivo da sua História Geral do Brasil para falar da mesma:

"Chega o momento de cumprirmos a promessa que demos ao leitor de consagrarmos uma secção especial à história dos grandes progressos da mineração de ferro no Brazil, durante o reinado. Apesar da justificável impaciência que tínhamos em executar o promettido, não quizemos alterar a ordem natural dos successos, e aguardamos resignados que se nos apresentasse o turno, como effectivamente ora se nos apresenta".[3]

Em se tratando de textos, os cronistas dos primeiros séculos da História do Brasil, como Frei Vicente do Salvador, Antonil e Rocha Pitta, descreviam o território como sendo aquele dotado de muitas riquezas. Porém, o "relato-fundador" a respeito de Ipanema começou com Pedro Taques, quando mencionou as descobertas de Afonso Sardinha em Araçoiaba da Serra e as instalações das primeiras fábricas de ferro no Brasil. Pouco tempo depois, produziram-se dossiês sobre a região. Apareceram livros que discutiam os acertos e erros nas instalações das fábricas de ferro em São Paulo (Ipanema) e em Minas Gerais, escritos por Wilhelm Ludwig von Eschwege, Francisco Adolfo de Varnhagen, acima mencionado, e Joaquim Felício dos Santos. Há também uma memória escrita pelo Senador Vergueiro acerca da Fábrica de Ferro de Ipanema, publicada em 1822 e republicada em 1858. Além de texto de Leandro Dupré publicado em 1885, o engenheiro e historiador João Pandiá Calógeras escreveu a vasta obra intitulada "As minas do

[3] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal.** Tomo segundo. 2ª ed. Rio de Janeiro: E&H Laemmert, 1877, p. 1153.

Brasil e sua legislação", de 1905, na qual tratou da questão do ferro e de sua fabricação no Brasil. Esta obra pode ser considerada o "relato-síntese" dessa história.

No século XX, houve obras escritas sobre o problema do ferro, como as de Durval Bastos de Menezes[4] e a de Monteiro Lobato.[5] Ambas, no entanto, cuidaram de escândalos da época, sem qualquer reflexão de cunho histórico. Mas a partir da década de 1950, a lembrança de Ipanema foi retomada com força.[6] Diversas obras foram escritas sobre o fracasso da siderurgia nacional, entre elas, a de Francisco de Assis Barbosa, "D. João VI e a siderurgia nacional", de 1958; Humberto Bastos, com "A conquista siderúrgica do Brasil", de 1959; Manoel Rodrigues Ferreira, com "A causa do subdesenvolvimento do Brasil", de 1963; Osny Duarte Pereira, com "Ferro e independência", de 1969; e Edmundo de Macedo Soares e Silva, com "O ferro na história e na economia do Brasil", de 1972.

São interessantes as notícias jornalísticas sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema de não muito tempo atrás. Em 1965, elogiou-se a instalação do Centro de Produtividade na Agricultura nas ruínas da fábrica, porque seria um dos pontos altos do governo militar por dignificar o criticado Ministério da Agricultura e que não se compreendia "o abandono a que foi relegada pelo governo anterior a histórica Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, fundada em 1815 (sic) por D. João V (sic) para o desenvolvimento da siderurgia no País".[7] Outra notícia foi sobre as tecnologias voltadas à agricultura desenvolvidas em Ipanema.[8] No ano seguinte noticiou-se que as ruínas da fábrica seriam transformadas no Museu do Ferro.[9] Também se noticiou que os moradores de Araçariguama, por onde Afonso Sardinha passou antes de chegar a Araçoiaba e de onde também se extraiu ouro na época colonial, ainda acreditavam que havia muito metal a ser explorado no local.[10] Em 1988, Severo Gomes escreveu dois editoriais à Folha de São Paulo

---

[4] Cf. MENEZES, Durval Bastos de. **A solução do problema do ferro do ponto de vista da economia e da soberania do Brasil.** São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

[5] Cf. LOBATO, J.B. Monteiro. **O escândalo do petróleo e ferro**; prefácio de Caio Prado Junior. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1951.

[6] Mario Neme negava os descobrimentos de Afonso Sardinha e afirmou que era uma fábula a construção de engenhos naquela região, o que foi desmentido pela arqueóloga Margarida Davina Andreatta, que localizou os engenhos no fim da década de 1970. Cf. NEME, Mario. **Notas de Revisão da História de São Paulo.** Séc. XVI. São Paulo: Editora Anhambi, 1959, p. 325 e seguintes. Por outro lado, esse debate também aconteceu na França, pelo que se pode inferir da obra de Roger Biard (**La sidérurgie française. Contribution à l'étude d'une grande industrie française**. Paris: Éditions Sociales, 1958), escrita poucos anos após a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA, pelo Tratado de Paris de 1951.

[7] "Fazenda Ipanema". Folha de S. Paulo. 10 de fevereiro de 1965, 1º caderno, p. 4.

[8] "Ipanema tem tarefas importantes no País". Folha Agropecuária. 13 de fevereiro de 1965.

[9]. "Fábrica de Sorocaba será transformada em Museu do Ferro". Folha de S. Paulo. 2 de junho de 1966.

[10] "Uma mina de ouro a 40km da Praça da Sé". Folha de S. Paulo. 2 de setembro de 1969.

sobre a ineficiente indústria da informática brasileira dos anos oitenta. Para isso, fez uso da memória da Fábrica de Ferro de Ipanema. No primeiro deles, intitulado "Fabricantes de Ruínas", apontou que o Japão havia começado sua indústria siderúrgica cinquenta anos depois do Brasil, usando carvão vegetal, o mesmo usado em Ipanema. O Japão caminhava rumo à liderança da economia mundial e o Brasil chafurdava, já que "tinha tudo na mão e nada na cabeça", ou mentalidade entreguista por culpa da elite, que nunca se interessou pelo país. [11] O segundo editorial intitulado "O arrombamento dos portos",[12] retomou a ideia de que o Brasil teve indústria siderúrgica cinquenta anos antes do Japão e que Ipanema, assim como as fábricas mineiras instaladas à época, eram consequência da abertura dos portos em 1808. Afirmou que a Fábrica de Ferro de Ipanema era tão boa, que foi reativada para a Guerra do Paraguai. Segundo Gomes, a historiografia nacional procurava escamotear esse fato e que se deveria resistir à tentativa de destruição do mercado brasileiro e as versões contemporâneas das indústrias siderúrgicas brasileiras do início do século XIX. Na época das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, afirmou-se brevemente que Ipanema havia marcado a entrada do Brasil na era industrial.[13]

Nos últimos tempos, entretanto, o debate deslocou-se para os meios acadêmicos, por meio da elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutorado,[14] e a pesquisa empreendida pelo Prof. Fernando J.G.Landgraf, da Escola Politécnica da USP.[15] Em se comparando o debate atual

---

[11] GOMES, Severo. "Fabricantes de Ruínas". Folha de S. Paulo. 10 de janeiro de 1988, 1º caderno, A2.

[12] GOMES, Severo. "O arrombamento dos portos". Folha de S. Paulo. 29 de maio de 1988. 1º caderno, A2.

[13] Houve disputa pela memória da siderurgia no Brasil nos jornais. Quando se comemorou os 449 anos do bairro de Santo Amaro, em São Paulo, afirmou-se que ali se instalou a primeira siderúrgica no Brasil. Cidade que virou bairro e não para de... crescer. Folha de S. Paulo. 30 de janeiro de 2001. Empregos, p. 8. Afirmou-se que os inconfidentes estavam certos sobre a implantação de usinas siderúrgicas em Minas Gerais. Na fábrica do Intendente Câmara, no Morro do Pilar, foi o primeiro lugar onde se fez ferro gusa no Brasil. "Na siderurgia, Minas Gerais continua em primeiro lugar". Informe publicitário. Folha de S. Paulo. 10 de abril de 1986. p. 6.

[14] DANIELI NETO, Mario. **Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica). Instituto de Economia - UNICAMP. Campinas; VARELA, Alex Gonçalves. **Atividades científicas na "Bela e Bárbara" Capitania de São Paulo (1796-1823)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências – Área de Aplicação em Geociências). Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas; ZEQUINI, Anicleide. **Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII.** 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo; SANTOS, Nilton Pereira dos. **A fábrica de ferro de São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo.

[15] LANDGRAF, Fernando J.G; ARAUJO, Paulo Eduardo Martins; SPORBACK, Sven-Gunnar. "Start-up da siderurgia moderna. 200 anos da fundação da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (SP) relembram os primórdios da produção de aço no Brasil". Metalurgia e Metais. v. 66. mar/abr 2010, p. 197-202.

com o que se discutiu sobre Ipanema, pode-se afirmar que o interesse sobre o tema praticamente desapareceu.[16]

Em 4 de dezembro de 2010 celebrou-se o bicentenário da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em cerimônia em que se homenageou merecidamente a Profa. Dra. Margarida Davina Andreatta, do MAE-USP e do MP-USP, que encontrou na década de 1970 os fornos construídos por Afonso Sardinha no fim do século XVI e Domingos Ferreira Pereira no século XVIII. Também se lançou pela Editora Ottoni edição facsimilar de 1858 da Memória Histórica da Fábrica de Ferro de Ipanema, do Senador Vergueiro. O prefácio dessa obra, do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sorocaba, relatou-se a dificuldade que este Instituto e a direção da Floresta Nacional de Ipanema tiveram para comemorar o bicentenário:

"(...) o que desejávamos fazer com que todos esses detalhes chegassem ao conhecimento de nossa gente de maneira clara e minuciosa; infelizmente os obstáculos impediram. Daí a atitude que nada mais é do que realizar uma escolha entre as inúmeras possíveis. A escolha foi a da reedição fac-similar desta magnífica obra do Bacharel Frederico Augusto Pereira de Moraes, editada em 1858 em Lisboa, e que incorpora a memória histórica do Senador Vergueiro, de 1822, com o apêndice de todo um conjunto de documentos em íntegra pertencentes a Frederico Luis Guilherme Varnhagen. (...) Com déficit em recursos para comemorarmos de maneira mais ampla e ainda desprovidos de meios para convencer da importância de se refletir sobre a data, foi esta a alternativa única, porém extremamente significativa, prazerosa e instigadora. De posse desse conteúdo, esperamos que muitas mentes privilegiadas nela se debrucem e a transformem no que realmente é, um verdadeiro cadinho de fermentação de sonhos e ideais".[17]

Louvável o esforço desse grupo de interessados na memória da Fábrica de Ferro, considerando o desinteresse na preservação do patrimônio histórico brasileiro. A legislação aplicável – no caso, o Decreto-lei n°. 25/37 – tem sido alvo de críticas por impor pesados ônus e deveres ao proprietário na conservação do bem, porque, na prática, imputa-se ao particular a garantia do interesse público, talvez numa excessiva concretização do princípio da função social da propriedade. No caso da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, encontra-se atualmente

[16] O último livro a tratar desse assunto nesses moldes é o escrito por Luiz Antonio de Araújo e Mario Lorenzi. O **Brasil de ferro e aço. Comédias e tragédias da mineração e siderurgia brasileira**. São Paulo: Arte & Ciência, 2005, cujo título é autoexplicativo.

[17] REGALADO, Luciano Bonati; FRIOLI, Adolfo. "Apresentação". In: MORAES, Frederico Augusto Pereira de. **Subsídios para a história do Ypanema.** 2ª ed. organizada por Luciano Bonati Regalado e Adolfo Frioli. Sorocaba: Núcleo de Estudos Históricos e Ambientais da Floresta Nacional de Ipanema – ICMBio. Instituto Histórico e Geográfico e Genealógico de Sorocaba – IHGGS: Ottoni Editora, 2010.

tombada pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT. Foi restaurada na década de 1970 e também em 2003, quando foi aberta à visitação pública.

A existência de uma memória importante para determinado país e o arrefecimento dessa lembrança também ocorreu na França com o denominado "Domingo de Bouvines". Trata-se do dia 27 de julho de 1214, quando aconteceu uma batalha iniciada pelo Rei Filipe Augusto da França, com o intuito de quebrar a coalizão do Imperador Otto, do conde Ferrand de Flandres e do conde Renaud de Boulogne. Ao conseguir impor a fuga do imperador e a prisão dos dois condes, essa conquista significou a fundação das bases da monarquia francesa. Georges Duby[18] estudou a memória dessa batalha e o seu desaparecimento das comemorações entre os franceses.[19] Em seu livro a respeito desse acontecimento, Duby disse ter-se dado a liberdade de estudar uma história de acontecimentos, sem seguir os padrões estabelecidos pela História Nova, que exigia uma história problematizante. Assim, resgatou os fatos relevantes dessa batalha, analisou o que se escrevera sobre ela e, ao final, apresentou suas conclusões sobre a repercussão de Bouvines, no tocante à relação entre a região do cronista e a lembrança ou esquecimento do fato, o aprofundamento ou a superficialidade das notícias, sobretudo o período em que essa batalha recebeu atenção dos historiadores oitocentistas para afirmação da nacionalidade, a unidade francesa entre 1214 a 1914, ou para tirar lições do acontecimento, assim como o seu desaparecimento dos livros pelo movimento da União Europeia, que necessitava livrar-se dos entraves regionais para superar tais barreiras.

Voltando ao caso da Fábrica de Ferro de Ipanema, a pretensão inicial dessa pesquisa era de trabalhar os conflitos entre a direção e seus funcionários. No entanto, logo no início de sua elaboração, o uso mesclado de documentos e obras já escritas causou certo desconforto em sua utilização ante a repetição acrítica de eventos e o desconhecimento ou esquecimento de fatos relevantes. Partindo-se das distinções entre historia, memória e esquecimento, a qual vem recebendo atenção dos pensadores contemporâneos, bem como a maneira pela qual a memória é produzida pela sociedade, adotou-se como tema de estudo a tensão entre história e a memória. Essa foi a maneira encontrada para escapar-se das armadilhas oferecidas pelos relatos, assim como boa parte do que se entende por história, com efeito, seria mais bem qualificado como

[18] DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**. **27 de julho de 1214**; trad. de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 p. 9-10-11-14-195-198-201-228-229-230-231-233-242-243.

[19] "Todos os franceses da minha idade puderam ver esta imagem, quando tinham oito ou dez anos, assim como todos os que frequentaram a escola nos primeiros quarenta anos do século XX e no último quartel do século XIX". DUBY, Georges. Idem. p. 14.

memória. No caso da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema essa polarização é presente por diversas razões, as quais se propõe explicá-las.

Ainda em termos de referencial teórico, trabalhou-se com o inglês R.G. Collingwood, o qual vem sendo resgatado pela historiografia britânica em sua crítica à "história de cola e tesoura". Analisaram-se os processos de construção da memória e da história com apoio em Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff e Paul Ricoeur, sendo que este último vem recebendo crescente atenção dos historiadores brasileiros nos últimos tempos. Também se fez reflexão acerca dos conceitos de progresso e da *historia magistra vitae*, pelo fato de que o tema de fundo das memórias era o não-progresso do Brasil na siderurgia e o uso da história para exemplificar essa estagnação que tanto incomodava seus estudiosos.

A documentação da Fábrica de Ferro de Ipanema, armazenada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, está contida em oito latas e corresponde a aproximadamente dois mil documentos, os quais foram todos fotografados, ordenados por meio de planilhas eletrônicas e analisados um a um, com o intuito de obter-se uma visão geral sobre o estabelecimento. A intenção não foi, em hipótese alguma, a de escrever a verdade absoluta sobre os fatos ocorridos naquele local, ou, em outras palavras, na assunção da premissa rankeana de ter "a verdade como ela foi". Aliás, não há necessidade de saber como tudo ocorreu, mas apenas compreender o essencial sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema, para que fosse possível a análise dos relatos elaborados e que são objetos de análise nessa dissertação. Tomou-se o devido cuidado nessa análise documental, uma vez que na documentação há traços de memória e nas obras há informações históricas.

Os relatos contidos nas obras dos autores acima mencionados, têm como recorte temporal o período de 1772 a 1972. Estes foram resumidos e compõem o capítulo quatro dessa dissertação, para facilitar a compreensão do leitor, o qual nem sempre tem acesso a esses textos.[20] Para tornar

[20] Foram consultadas mas não foram usadas nessa dissertação as obras de Caio Prado Junior, Celso Furtado, Alice Canabrava, Alfredo Ellis e Miriam Ellis. Não foi usada a obra de Nilton Baeta (**A indústria siderúrgica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. do autor, 1973), porque é dedicada às atividades naquele Estado. Não forma usados os relatos de João Lourenço Rodrigues ("Apontamentos para a história da fábrica de ferro do Ipanema". In: Boletim do Departamento do Arquivo do Estado, vol. 11, 1953, p. 15-119) nem o de Jesuíno Felicíssimo Junior (**História da siderurgia de São Paulo, seus personagens, seus feitos**. São Paulo: Associação Brasileira de Metais, 1969), porque ambos escreveram suas narrativas a partir da leitura da documentação da fábrica. Não se usou Francisco Magalhães Gomes (**História da Siderurgia no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo,

o texto mais inteligível, fez-se apenas uma única nota de rodapé, a qual contém todas as páginas consultadas para a exposição das ideias gerais tanto dos autores usados a título de referencial teórico, como os autores dos relatos, usados como objetos de estudo. Optou-se deliberadamente pela manutenção da grafia original. Quando se trata de um trecho importante do relato, inseriu-se uma nota de rodapé específica. Já a comparação entre os relatos, com o intuito de demonstrar a construção de uma história de "cola e tesoura", foi feita em forma de apêndice ao capítulo cinco, para que a fluidez da leitura não fosse prejudicada.

1983), porque esse texto foi publicado em 1983, posterior a recorte temporal estabelecido, que foi a década de 1970. Pelo mesmo motivo, não se usou o livro de José Monteiro Salazar. (SALAZAR, José Monteiro. **Araçoiaba e Ipanema. A história daquela maravilhosa região, desde as forjas de Afonso Sardinha até a Real Fábrica de Ferro**. Sorocaba: Gráfica e Editora Digipel, 1998).

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. A prática historiográfica e suas limitações

A visão de mundo de cada indivíduo condiciona a narrativa histórica, assim como cada ser humano é condicionado pela visão de mundo estabelecida por determinada história. Esse processo dialético da interpretação da realidade interfere nas recordações e na vivência do presente. Conforme a natureza da atividade da pessoa que escreve sobre o passado, existem imposições ligadas a privilégios e particularidades, resultando no estabelecimento de métodos próprios e áreas de interesse, a partir das quais se organizarão os documentos e as respostas para as questões propostas.[21] Há, pois, a necessidade de reflexão sobre a epistemologia da história.[22]

A análise historiográfica de determinado assunto pode exigir a adoção de metodologias e pressupostos diversos do que usualmente se usaria na elaboração de uma narrativa histórica qualquer. Deve-se investigar, num primeiro momento, por que determinada história assumiu a configuração com a qual se apresenta aos leitores; em seguida, as fontes usadas na construção dessa narrativa, o que se incluiu ou se excluiu nessa narrativa e, por fim, em que medida essa narrativa é ou não verossímil. Segundo Le Goff, a reflexão sobre a história não se deveria limitar à produção historiográfica, mas deveria levar em conta um conjunto de fenômenos que constituem uma cultura histórica, ou a mentalidade histórica de uma época.[23]

A historiografia do século XX caracterizou-se pela ruptura com os padrões tradicionais de pesquisa baseadas no relato e na memória, privilegiando-se, por outro lado, o exame rigoroso dos documentos.[24] Na França, a Escola dos Annales foi movimento importante na busca de estatutos para o conhecimento histórico. Na Inglaterra, o historiador e arqueólogo Robin George Collingwood (1889-1943), que passou quase toda sua vida como aluno e professor da

---

[21] CERTEAU, Michel de. **A escrita da história;** trad. de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 66.
[22] RICOEUR, Paul. "L'écriture de l'histoire et la représentation du passé". Annales. Histoire, Sciences Sociales, 55e Année. N.4. jul-ago 2000. p. 736.
[23] LE GOFF, Jacques. **História e Memória;** trad. Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 48
[24] ALBIERI, Sara. "Razão e experiência na constituição do conhecimento histórico: reflexões sobre os aspectos indiciários do paradigma newtoniano". Dimensões (UFES - Programa de Pós-Graduação em História). vol. 24, 2010. p. 286.

Universidade de Oxford,[25] estudou essas questões, cujo resultado de seu pensamento está em sua obra póstuma "A ideia de história", [26] publicada em 1946 e que tem sido resgatada nos últimos anos nas principais universidades do Reino Unido como livro-texto das disciplinas de introdução à história. Isso porque convida o leitor à reflexão para determinados aspectos de ordem metodológica na elaboração da narrativa histórica os quais não podem ser negligenciados, voltados, sobretudo, à autonomia da história como disciplina científica e sua definição como representação da experiência passada como resultados da busca da interrelação entre filosofia e história, o que faria de sua obra ser um dos poucos estudos de pura filosofia da história.[27] Sobretudo, a explicação da conhecida "história de cola e tesoura" faz com que suas considerações mereçam reflexão por parte do historiador em suas pesquisas e elaboração de suas narrativas, por serem críticas dirigidas à historiografia inglesa de sua época.[28] Antes da apresentação desse ponto, é importante trazer os aspectos gerais da obra.

Partindo da definição de que filosofia é pensamento sobre o próprio pensamento, Collingwood interrogou-se acerca do modo pelo qual os historiadores sabem do passado, pelo fato de que todo mundo aparentemente desenvolve pensamento histórico pela formação que recebe na escola. Segundo esse autor, o pensamento da opinião comum é superficial, porque, para ser um verdadeiro historiador, não bastaria a informação do fato histórico, mas sim a reflexão sobre essa experiência acerca do passado. Esse processo de reflexão histórica passa pela história ser uma investigação ou inquérito, em que se fazem perguntas e se procuram respostas para elas. Para tanto, o historiador guia-se pela interpretação das provas, denominadas documentos, objetos que, quando pensados, ajudam a encontrar as respostas para as perguntas feitas sobre os acontecimentos passados.

Para exemplificar essa sua tese da necessidade do questionamento na produção do conhecimento histórico, Collingwood afirmou que textos anteriores a Heródoto não podem ser considerados históricos, porque a elaboração deles não foi consequência da resposta a uma pergunta, mas apenas uma informação de seus autores sobre o que se sabia do passado, além de

---

[25] GARDINER, Patrick. **Teorias da História**; tradução e Prefácio de Vitor Matos e Sá. 6ª ed.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 302.

[26] COLLINGWOOD, R.G. **A ideia de historia;** trad. de Alberto Freire. 6ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986. Foram consultadas as páginas 8-14-15-16-17-23-37-85-89-92-93-288-290-291-292-293-294-303-304-305-316-318-319-327-328-334-335-338-340-343-369-371-372.

[27] HARRIS, Errol E. "Collingwood's Theory of History". The Philosophical Quarterly, Vol. 7, No. 26 (Jan., 1957). p. 35.

[28] ALBIERI, Sara. Idem. p. 293.

mesclarem ações humanas com divinas. Somente com os gregos é que surgiu a história, porque procuraram elaborar uma investigação - até mesmo a palavra grega “história” tem esse significado. A despeito do avanço ocorrido, a metodologia grega era insuficiente, porque não se partia de uma pergunta cujas respostas se procurava, mas apenas se registrava o que as pessoas lembravam do passado.

Continuando com essa ideia, Collingwood chamou a atenção para o fato de que o senso comum sobre a história, ou aquilo que as pessoas acreditam ser história quando pensam no assunto pela primeira vez, resumir-se-ia a memória e autoridade das fontes, isto é, a recordação de fatos que se aceitam como verdadeiros por serem ditos por alguém digno de confiança, ou autoridade. O historiador que assume essa postura, é semelhante ao paisagista cuja teoria estética é a de copiar a natureza. Continuou, afirmando que nem o pior historiador se limita a copiar as suas fontes, sem acrescentar nada de si. Daí a necessidade de uma postura crítica, de selecionar o importante do desnecessário, ou da necessidade de complementação, rejeição e correção de informações por meio de interpolações e deduções. Nesse sentido, Collingwood questionou a importância da imaginação na narrativa histórica, quando disse que não haveria diferenças entre o historiador e o romancista, porque ambos escrevem algo de sua imaginação. O historiador, porém, difere-se do romancista porque aquele tem que escrever uma história verossímil, apoiada em fontes, enquanto o este último tem total liberdade de elaboração de sua narrativa.

Collingwood explorou bastante o pensamento sobre a história na Idade Moderna. Quando tratou do pensamento histórico no século XVII, intitulou-o de “pensamento cartesiano”, porque, nesse período, passou-se a não aceitar mais o conteúdo dos documentos de forma acrítica. Exemplo disso seriam os bollandistas. Apontou, ainda, que no período entre Descartes a Kant, a humanidade adquiriu um novo hábito de pensar a história, servindo-se, nesse caso, do método científico das ciências naturais. Já em relação ao século XVIII, trouxe o pensamento de Giambattista Vico, o qual se distanciava do pensamento cartesiano, por acreditar não ser possível a impossibilidade absoluta do conhecimento. No entanto, Vico acreditava que a história seria a história da gênese e do desenvolvimento das sociedades humanas e suas instituições. Ademais, ele sustentava a ideia de repetição dos traços gerais de um período no período subsequente. Essa não consistiria num movimento circular na história, mas em espiral por ser uma reprodução diferenciada do que já antecedeu. No entanto, teria indicado as fontes de erro na análise histórica, as quais comprometiam o conhecimento sobre o passado e o próprio uso da história. No caso,

seriam as opiniões sobrevalorizadas a respeito da antiguidade em termos de riqueza, poder e grandeza; a tendência – provocada pela vaidade - de ressaltar os pontos positivos da história de sua nação em detrimento dos pontos negativos; a vaidade dos eruditos; a falácia de acreditar que, se duas nações têm uma ideia ou instituição semelhante, foi porque uma copiou da outra e não, que ambas podem ter tido a mesma ideia; e o preconceito de acreditar que os antigos eram mais bem informados que os contemporâneos.

A crítica histórica é feita pelo empréstimo da metáfora de Bacon, em que o historiador interroga as suas fontes, extraindo delas as informações que eventualmente tenham escondido ou porque não queriam dá-las ou por não tê-las. Por isso, o historiador não se socorre no argumento de autoridade para escrever sua história, nem depende da memória, pois ele pode redescobrir o que não se chegou pela tradição elaborada pelas testemunhas oculares ou descobrir o que ninguém sabia até então.

Há um tópico em "A ideia de história" dedicado à pesquisa histórica, intitulado "A história de cola e tesoura". Não se trata de uma proposta metodológica, mas a crítica a determinado processo de escrita da história que, em última análise, resulta em memória histórica de qualidade discutível. Curiosamente, volta com grande força nos mais diversos ramos do conhecimento humano pela facilidade de seleção e cópia de textos da Internet para os editores de textos...

O princípio da história de "cola e tesoura", segundo Collingwood, é a postura respeitosa para com as fontes, sejam elas orais ou escritas, diretas ou referidas, abstendo-se de criticá-las. Em termos procedimentais, o método consiste na transcrição ou na paráfrase de determinada informação relevante ao texto que se pretende escrever. Em havendo contradições entre os relatos encontrados, aplicam-se os princípios de lógica formal: quando duas proposições são contraditórias, uma delas é falsa. Resultado dessa operação é o descarte de uma das informações "recortadas" de terceiros. Eventualmente pode-se usar o argumento de autoridade do autor da informação "recortada", para decidir qual delas prevalecerá no texto, ainda que essa história não faça qualquer sentido. Quem utiliza esse método, apenas reflete se incorpora ou não determinada fonte a seu texto. Quando decide que a afirmação é boa, "cola-se" no texto; quando não é boa, "descarta-se" no cesto de papéis.

Esse método da "cola e tesoura", isto é, narrativa construída a partir da reprodução de informações previamente selecionadas, destituída de reflexão crítica sobre as mesmas, teria sido

usado no mundo Greco-romano e na Idade Média. Naquela época, consistia na reunião de testemunhos, selecionando-os em seguida a partir da autoridade de quem os emitiu. A narrativa elaborada a partir da coleta desses testemunhos caracterizava-se pela coerência e pelo uso da retórica. Somente no século XVII, com Francis Bacon e, posteriormente, com Giambattista Vico, os historiadores começaram a deixar de lado esse método, ao usarem outros princípios e fontes para estabelecer a credibilidade do material empírico utilizado, implicando o desaparecimento do termo "autoridade" em termos de metodologia da história. Dessa maneira, procurou-se abandonar a ideia de "fonte autorizada", para transformá-la apenas em "fonte", cujo significado é o de afirmação que interessa ao historiador. Cabe a este realizar os juízos de valor quanto à sua credibilidade. Não se deveria escrever história mediante cópia de testemunhos extraídos das melhores fontes, mas sim por meio de conclusões pessoais. Os arqueólogos também tiveram que modificar sua metodologia de trabalho, porque o recomendado era a abstenção de uma crença cega em inscrições e moedas antigas, porque elas eram mais uma propaganda oficial do que uma afirmação de fato.

Francis Bacon, considerado o fundador da ciência moderna, também teria desenvolvido a verdadeira teoria do método histórico. Isso porque o cientista não deveria ter atitude passiva para com a natureza, mas sim, ter a iniciativa de estabelecer o que pretendia saber; além disso, o cientista deveria obter os meios de fazer com que a natureza respondesse às perguntas elaboradas pelo cientista, ainda que "sob tortura". Para Collingwood, o historiador de "cola e tesoura" teria atitude pré-baconiana, quando confiava cegamente na autoridade de suas fontes, deixando-as falar a seu modo e quando achar oportuno. A ruptura com esse método consistiria no abandono do uso de afirmações feitas anteriormente por terceiros, devendo assumir uma postura de autonomia em face da sua pesquisa. Por exemplo, o historiador de "cola e tesoura" confia nos relatos de Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Tácito, mas o historiador científico os lê, interrogando-os mentalmente, decidindo por si próprio o que pretende descobrir neles. Nesse sentido, uma história científica não deveria usar o termo "fontes", mas sim, o termo "provas". A propósito, provas podem ser qualificadas com tais, apenas quando trabalhadas historicamente. Do contrário, se o documento passar despercebido, é um fato mudo.

Todavia, o que distingue mesmo o historiador de "cola e tesoura" do historiador científico é que aquele apenas reflete sobre a veracidade ou falsidade da afirmação, enquanto este investiga o significado da afirmação, ou o que pretendia dizer a pessoa que a fez. No mesmo sentido, para

o historiador de “cola e tesoura”, a pesquisa histórica consiste na ida à biblioteca e levantar as obras sobre o tema de sua pesquisa. Escolhe cuidadosamente os temas que pretende pesquisar, isto é, os temas que estão ao alcance das mãos por meio dos livros. Assim, a história de “cola e tesoura” não pode ser considerada história nem ciência e só é denominada de “história” por não ter encontrado outra palavra para denotá-la.

Por isso, modernamente, a pesquisa histórica pouco se difere dos métodos de investigação criminal. O julgador tem que se contentar com as provas que lhes chegaram às mãos (a despeito dos princípios da verdade material e formal), desde que estas lhe deem satisfatório grau de segurança ou certeza na tomada de decisão. A diferença entre o julgador e o historiador é que este último não precisa fazer um julgamento definitivo, assim como o tratamento dispensado às provas modifica-se com o passar do tempo, razão pela qual nenhuma narrativa histórica é final.

Após toda essa reflexão de Collingwood, sua proposta é a de que o historiador deve reconstruir o passado no seu próprio espírito. Só seria conhecimento histórico aquilo que pudesse ser reconstituído dessa maneria, pois este conhecimento histórico não seria a coisa pensada, mas o ato de pensar do historiador sobre o passado, embora isso não signifique história da memória ou história da percepção, porque tem que ser um ato de pensamento reflexivo, consciente de que está sendo executado.

Patrick Gardiner,[29] ao tratar do pensamento collingwoodiano, apresentou contraponto a essa proposta metodológica, ao questionar em que medida é possível reproduzir o pensamento de uma pessoa que já viveu. Por exemplo, a possibilidade de reprodução do pensamento platônico. Caso não seja possível, a análise histórica estará errada. Ou ainda Leo Strauss,[30] que apontou ser reducionista essa análise a partir da perspectiva do autor do documento, porque se pode desejar analisar outros aspectos desse autor, que não os que ele cogitou enquanto vivo. Por essa razão, a crítica aos historiadores de “cola e tesoura” seria descabida, porque, caso se analisasse a história segundo a ótica do autor do documento, essa necessariamente seria imposta pelo documento e não pelo historiador. Para Mink, essa contraposição entre história da “cola e tesoura” e a história científica é equivocada, porque a descrição científica não traz a descrição dos aparelhos usados

[29] GARDINER, Patrick. Idem. p. 311.
[30] STRAUSS, Leo. “On Collingwood's Philosophy of History”. The Review of Metaphysics, Vol. 5, No. 4 Jun. 1952, p. 581-582.

nas descobertas, o que implica dizer que essas narrativas não podem ser qualificadas como piores que as produzidas no tempo presente. Seria, no máximo, um aperfeiçoamento daquela.[31]

Assim, a postura do historiador de desconfiança para com as fontes é importante na prática historiográfica, a fim de que não se deixe enganar. Como disse Collingwood, quem reproduz as fontes, destituído de autonomia crítica, não realiza trabalho de historiador. Daí o mesmo Collingwood, ter falado na necessidade de colocação das fontes no "banco dos réus", fazendo-lhe interrogatório cerrado – para não usar a expressão "tortura" do fato, tal como Bacon dissera em se tratando da natureza. Todavia, o excessivo rigor na análise das fontes pode não levar a nada, pois pode fazer com que a fonte histórica "diga" o que não existiu. Em outras palavras, a insistência em extrair o maior número de informações do fato, pode fazer com que o historiador se auto-engane, incluindo o que ali não havia.[32]

Para Paul Veyne, afirma-se que a cientificidade da história está na crítica que se faz aos documentos, ou o reconhecimento de que a história deveria ser a "luta contra a ótica imposta pelas fontes". O mais importante dessa ideia é a percepção de que a análise da fonte condiciona o conhecimento. Reconhecer que as fontes determinam o conhecimento histórico não é de todo exato, porque implicaria a impossibilidade de transcender a ignorância sobre certos aspectos do passado. [33]

Numa perspectiva mais recente desses mesmos problemas, Michel de Certeau, em sua obra "A escrita da história", também fez importantes considerações sobre a metodologia da história, em especial no capítulo intitulado "A operação historiográfica". Sua exposição divide-se em três tópicos. O primeiro deles é sobre o ambiente em que se desenvolve a história; o segundo, a metodologia; o terceiro, a escrita propriamente dita.

Quanto ao ambiente em que a história é produzida, Certeau – embora não tenha sido o único – chamou a atenção para o fato de que fatores sociais, econômicos, políticos e culturais interferem na elaboração da história, assim como o tipo de profissional que a produz, já que esse pode estar vinculado a imposições e privilégios. Todos esses fatores condicionam, desde o início, a escolha dos documentos e das questões históricas propostas. Inclusive as instituições conferem

---

[31] MINK, Louis, O. "Collingwood's Dialecit of History". History and Theory, Vol. 7, No. 1 (1968). p. 18-36.

[32] Com efeito, essa discussão está centrada na hermenêutica. Na Idade Média, criou-se o brocardo "in claris cessat interpretatio". Depois se rompeu com essa ideia de conformar-se com o primeiro significado. Nos últimos tempos, aceita-se que se deva conformar com o primeiro significado, mas com reservas. Aliás, um dos passos da operação historiográfica é a hermenêutica.

[33] VEYNE, Paul. **Como se escreve a historia: Foucault revoluciona a história;** trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp; revisão técnica de Gerusa Jenner Rosas. 4ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 169.

estabilidade às doutrinas, determinando-as. Seria "impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente". Nesse sentido, Certeau tem uma visão pessimista da operação historiográfica, porque, nessas condições, não seria possível atingir a verdade, devendo-se, na verdade, abandonar essa ideia. Embora não seja também totalmente subjetivista, ele acreditava que os fatos históricos teriam um sentido (subjetividade) dentro da "objetividade". Uma obra de valor, em história, seria aquela reconhecida como tal pelos historiadores e nada mais. [34]

Em termos de pesquisa histórica, Certeau considerou-a uma prática, em que o historiador separa, reúne e transforma objetos em "documentos", procedimento por ele denominado de "distribuição cultural". Com efeito, esse procedimento nada acrescentaria, porque se limita apenas a cópia, transcrição ou fotografia de objetos em ordem diversa da encontrada pelo historiador, alterando-a de lugar e de estatuto. Por conseguinte, a operação historiográfica traria o presente uma situação vivida no passado, representando o que não existe mais. Já escrita da história, controlada pelas práticas institucionais e sociais, confere novos significados e apresentando lições, dentro de uma ordem cronológica. Um dos traços importantes seria a presença das citações, por meio das quais se introduz um "extratexto necessário", para que o texto seja inserido na cultura, bem como lhe assegure credibilidade referencial. [35] Por fim, haveria um paradoxo na escrita da história: coloca-se em cena uma população de "mortos": personagens, mentalidades ou preços. Fala-se do passado para enterrá-lo. Seria um túmulo no duplo sentido de que, pelo texto, honra-se e elimina-se o passado. Honrar o passado significa a lembrança do passado, enquanto a eliminação consiste na intenção de ter encontrado uma explicação definitiva para o mesmo.

Assim, a história será naturalmente intencional, porque cada ser humano imprime seu ponto de vista na narração de suas impressões, condicionadas pelo desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo e pela experiência de vida pela qual passou, mesclada com as emoções que sentiu. Por exemplo, são diferentes a história dos vencedores e a história dos vencidos, ou a história das elites em contraposição à ausência de história das classes

[34] CERTEAU, Michel de. Idem. p. 66-67-70-71-72-81-91-95-96.
[35] CERTEAU, Michel de. Idem. p. 33-102-108.

desfavorecidas.[36] A batalha de Waterloo pode ser vista pelo lado inglês como pelo lado francês, assim como foi diferente para o soldado e para o marechal.[37]

1.2. Entre a memória e a história: como ambas concorreram para a explicação do passado e justificação do presente

Segundo Connerton,[38] a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Não se pode negligenciar que as imagens do passado geralmente podem legitimar uma ordem social presente. Nesse sentido, a análise da maneira pela qual se usa a história ou a memória para a organização do presente ou para explicação da realidade, necessita ser apreciada quanto aos conceitos de memória, progresso e *historia magistra vitae.*

Memória é a propriedade de conservar certas informações, sendo um conjunto de funções psíquicas pelas quais se pode retomar o passado.[39] Devido a sua especial relação com a história, por ser um dos meios de conhecimento do passado, tem recebido atenção dos historiadores, em especial na França em razão da revisão sobre a própria história e também quanto às tradições e comemorações.[40] De acordo com Samuel,[41] a memória era malvista, porque se atribuiu a ela a possibilidade de fazer controle social por meio das comemorações, como, por exemplo, demonstrou Eric Hobsbawn na coletânea "A era das tradições".[42] Le Goff[43], com apoio em Paul Veyne, lembrou que os imperadores romanos buscavam a preservação de sua memória por meio dos monumentos enquanto o Senado Romano promovia, em contrapartida, a *damnatio memoriae,* por meio da qual se fazia desaparecer o nome do imperador dos documentos oficiais e

---

[36] PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história;** tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 7.
[37] VEYNE, Paul. Idem. p. 18.
[38] CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam;** trad. de Maria Manuela Rocha; revisão técnica de José Manuel Sobral. Oeiras: Celta Editora, 1993, p. 2-3.
[39] LE GOFF, Jacques. Idem. p. 419. Ou, ainda, idem. p. 49, "a memória é o nível elementar da elaboração histórica".
[40] NORA, Pierre. "Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux". In: NORA, Pierre (Org). **Les lieux de mémoire.** v.1.Paris, Gallimard, 1986. p. 48.
[41] SAMUEL, Raphael. **Theatres of Memory. Past and Present in Contemporary Culture**. London, New York: Verso, 1994. vol. I. p. 17. No mesmo sentido, LE GOFF. idem. p. 470. ao dizer que a memória é um instrumento ou objeto de poder.
[42] HOBSBAWN, Eric. "A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914". In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 271-294.
[43] LE GOFF, Jacques. Idem. p. 437.

monumentos quando de sua morte. Segundo François, a análise da memória apenas a partir das comemorações seria uma visão reducionista do fenômeno, porque somente privilegiaria os atores institucionais, políticos e culturais, em detrimento das dimensões não políticas, sociais, afetivas e vividas pelas pessoas. Apesar disso, a memória continua tendo importância, pois, por seu intermédio, muito do passado é armazenado. Sem esta, muito do que se tornou objeto da história passaria despercebido.[44] Nesse sentido, para Dosse,[45] a "reviravolta historiográfica", expressão cunhada por Pierre Nora, estimula a revisitação das mesmas fontes históricas a partir dos traços deixados por aquela.

O reconhecimento da memória como uma faculdade individual não causava qualquer estranheza quanto à sua existência: apenas despertava a curiosidade acerca de como se memoriza. Segundo Le Goff, [46] o termo *mémoire* surgiu na Idade Média. No século XIII, surgiu a palavra *memorial*, relativo a contas financeiras. Em 1320, *mémoire* apareceu como um dossiê administrativo. A memória ter-se-ia convertido em burocracia, a serviço do centralismo monárquico. O despertar para a importância da memória em termos de conhecimento do passado levou os historiadores a procurar entender quais seriam os processos biológicos de produção da memória. Paul Ricoeur,[47] ao tratar do assunto, apresentou duas acepções de memória, que decorrem das propriedades da mente humana. A primeira delas seria a memória como imaginação, voltada para o fantástico, para a ficção e irrealidade. A segunda acepção seria a memória em sentido estrito, como realidade anterior, anterioridade, lembrança. Esse processo traz as informações em único conjunto, dando margem à ênfase a determinados pontos em detrimento de outros, ao mesmo tempo em que poderiam ser inseridas informações inexatas para que a lembrança faça sentido, assim como o próprio sujeito cognoscente pode não ter percebido determinados aspectos da realidade, pelas limitações de sua percepção, pelo seu estado de atenção ou ainda pela influência de suas emoções.

No século XX, a memória passou a ser pesquisada nas ciências sociais não apenas na perspectiva individual, mas também na perspectiva de memória social. Nesse sentido, o trabalho de Maurice Halbwachs pode ser considerado um marco conceitual, porque ele teria sido o

---

[44] FRANÇOIS, Etienne. "As novas relações entre memória e história após a queda do Muro de Berlim". Revista Memória em Rede. Pelotas, RS, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011, p. 25.
[45] DOSSE, François. **A história;** trad. de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003. p. 9.
[46] LE GOFF, Jacques. Idem. p. 455.
[47] RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento;** trad. de Alain François [et.al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 26-41-70-94-130.

primeiro a afirmar que a sociedade também tem memória. A reflexão empreendida por este autor não se limitou à definição de um objeto denominado "memória social", mas também sobre as interações entre essa memória social e as diversas memórias pessoais.

Halbwachs[48] dividiu a memória social em memória pessoal e memória social, também denominada memória autobiográfica e memória histórica, respectivamente. Prosseguindo com essa ideia, François[49] afirmou que a memória coletiva seria mais do que a soma das memórias individuais, porque se interagem reciprocamente, representando um patrimônio imaterial que confere união aos membros do grupo, situando-nos no passado, presente e futuro. Nesse sentido, a memória coletiva seria uma realidade social, política, cultural e simbólica. A principal fonte de transmissão da memória seria o testemunho, porque por meio deste aquela se exterioriza. Não se trata da única fonte, porque os documentos escritos podem armazenar a memória. Segundo Ricoeur, o testemunho seria a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história. Halbwachs também chamou a atenção para o fato de que não seriam necessários testemunhos pessoais para lembrar-se do passado. Aqui estaria uma das grandes características da memória: a possibilidade de lembrar-se por meio de relatos de terceiros, que teriam presenciado os fatos. Com isso, podem existir diversas lembranças fictícias mescladas com as lembranças reais, assim como testemunhos de terceiros podem contribuir para a correção das lembranças individuais. É comum atribuirmos a nós mesmos, como se fossem criações nossas, ideias, reflexões, sentimentos e emoções inspiradas pelo grupo, sendo, pois, possível lembrar-se por meio da memória coletiva, assim como esta se compõe de memórias individuais. Ricoeur também percebeu que a ideologia também interfere na construção da memória.

Os juristas tiveram de lidar com esse problema há mais de um século. Muito tempo atrás, a testemunha era considerada a "rainha das provas"; a partir do momento em que se comprovou que, diante de um mesmo fato, cada pessoa o percebia de maneira singular, assim como era muito comum a inclusão de circunstâncias inexistentes e exclusão de circunstâncias existentes, a testemunha tornou-se a "prostituta das provas".[50] Ricoeur também expressou a mesma preocupação, ao falar das "ciladas do imaginário", que consiste na função alucinatória da imaginação, fazendo-a cair no descrédito e na desconfiança. Halbwachs exemplificou com a vida

---

[48] HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva;** trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. p. 73.

[49] FRANÇOIS, Etienne. "As novas relações entre memória e história após a queda do Muro de Berlim". Revista Memória em Rede. Pelotas, RS, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011.. p 17-30-32-36-64-71-100-101-170.

[50] A prova documental também não é livre de críticas. Daí um dos princípios fundamentais do processo é o contraditório: toda prova juntada aos autos, deve passar pelo crivo da parte contrária.

de um homem canonizado santo e que pudesse voltar à vida para ler a sua lenda, construída a partir de lembranças de terceiros. Na opinião dele, o santo não reconhecerá muitos fatos, pois alguns deles podem nem mesmo ter ocorrido. Por outro lado, há testemunhas que jamais foram ouvidas ou entendidas.[51]

Segundo Halbwachs, a memória social ou coletiva, realiza-se no contexto espacial. Completando essa ideia, Pollak[52] sustentou que o patrimônio arquitetônico, as paisagens, datas, personagens históricos, tradições, costumes, folclore, música e tradições culinárias, contribuiriam para estruturar a memória social. No mesmo sentido, Connerton[53] explicou que nenhuma memória coletiva poderia existir sem referência a um quadro espacial socialmente específico. Por trazer em sua composição a irrealidade, a imaginação, o desejo e a utopia, a memória seria um produto cultural e teria sua importância para a construção da identidade social. A memória serviria também como meio de defesa. Por exemplo, os judeus sempre estão relembrando sua memória, para se defenderem. Já outros povos ou categorias de pessoas, que não tiveram a mesma possibilidade de expor suas memórias enquanto grupo social, como os ciganos e homossexuais, continuam sendo vítimas de perseguição e discriminação.

Embora existam fortes ligações entre história e memória, não se pode afirmar que a história é produto da memória. Pode haver história e memória de um fato, assim como só haver memória e não haver história, situação em que ninguém enfrentou com postura crítica determinado assunto. Ou pode haver história sem memória, isto é, quando se pesquisa determinado assunto desconhecido do público em geral. A memória pode influenciar a história, assim como a história pode influenciar a memória, corrigindo-a ou tornando-a insustentável. Na opinião de Collingwood, [54] a história não dependeria da memória, porque o historiador pode redescobrir o que foi esquecido por completo, pela quebra da tradição ou pela ausência de testemunhas oculares, ou até mesmo descobrir o que ninguém sabia que havia acontecido. Já para Pierre Nora, a história é a reconstrução problemática e incompleta daquilo que não existe mais, ou uma representação do passado, enquanto a memória é um fenômeno atual, um liame vivido no presente eterno.

---

[51] RICOEUR, Paul. A memória... Idem. p. 175.
[52] POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 2. n. 3. 1989. p. 3
[53] CONNERTON, Paul. Idem. p. 45.
[54] COLLINGWOOD, R.G. Idem. p. 294.

Tem-se considerado um equívoco a cisão entre memória e historia. Para Halbwachs, a memória não se confundiria com a história. Embora parta de uma definição de história como compilação de fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens, ele entendia que história começava onde terminasse a tradição ou com a decomposição da memória social e que somente haveria necessidade da escrita da história quando a memória já estivesse bastante distante, pois os escritos permanecem e as palavras e o pensamento morrem. Para Pierre Nora,[55] a relação entre memória e história estaria no modo de seleção do passado. A história seria a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais, enquanto a memória é um fenômeno atual, um vínculo vivido no presente eterno. A memória, contínua, procura elementos que a confortam, o que inclui a admissão de lembranças opacas, globais, simbólicas. Já o mesmo não ocorreria com a história, porque seria intelectual e laicizante. Segundo Le Goff,[56] existiriam duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A memória coletiva caracteriza-se por ser mítica, deformada, anacrônica, embora seja uma relação acabada entre o presente e o passado. O papel da história dos historiadores deveria ser a de esclarecer e corrigir a memória.

Com efeito, a única diferença entre memória e história seria que a primeira não é submetida a juízos críticos, enquanto esta se caracteriza pela crítica. A memória pode ser livremente construída, seu objeto guarda relações com a verdade, porém é lícito incluir o que não existiu e excluir o que existiu. Já a história tem a pretensão de buscar a verdade, o que implica excluir o que não existiu e incluir o que não se sabe ou que se silenciou. Por essa razão, todos são necessariamente memorialistas, mas não necessariamente historiadores, porque ser historiador é saber selecionar quais autores são importantes ou não, quais deles trazem uma explicação verossímil ou não.

Por outro lado, a história não é melhor que a memória, porque a compreensão humana é limitada; mesmo quando se propõe a buscar de maneira científica a verdade, há limitações de entendimento, o que faz com que a história possa ser constantemente reconstruída. O que faz com que a história seja história é o rigor metodológico. Quanto mais rigor, maior a confiança despertada no leitor. Ricoeur[57] apontou que, pelo menos, a memória tem uma vantagem em relação à historia: é perceptível às pessoas, enquanto a história, por ser uma escrita, não o é.

---

[55] NORA, Pierre. Idem. p. 25.
[56] LE GOFF, Jacques. Idem. p. 29.
[57] RICOEUR, Paul. “L’écriture... Idem. p. 736.

Ainda em se tratando da questão da memória, também deve ser analisado o seu oposto: o esquecimento. É um assunto se tornou objeto de pesquisa nos últimos anos, pela alteração do pressuposto de que o desconhecimento de informações sobre fatos pretéritos era apenas o resultado da ausência de fontes. Abriu-se uma nova perspectiva de estudos, que consiste na investigação do que se esqueceu, intencionalmente ou não.

O testemunho, por ser o principal meio de exteriorização e de construção da memória, traz limitações de diversas ordens. A primeira delas consistiria nas distorções de percepção e de recordação, contribuindo para a manifestação da imaginação na narração do passado. Como apontou Halbwachs,[58] à medida que o tempo passa, a lembrança do passado é realizada por conjuntos, procedimento pelo qual algumas coisas se destacam e outras não. A segunda limitação decorreria da importância que cada indivíduo atribui a determinado aspecto de um fato, enfatizando um aspecto em detrimento de outro. O terceiro aspecto seria a conveniência ou não de exteriorizar o que se encontra registrado na memória individual. Por fim, poderia ocorrer de o indivíduo não ter a quem exteriorizar suas memórias. Para Le Goff, não se deveria voltar a atenção apenas aos silêncios da historiografia, mas sim, "questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história, (...) fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência dos documentos".[59]

A questão do esquecimento aparece mais em torno dos crimes praticados durante a Segunda Guerra Mundial, assim como na rediscussão dos crimes praticados em regimes ditatoriais. Esse mesmo fundamento pode ser usado analogicamente para os demais casos, em que a descoberta da verdade incomoda. Pelo fato de que a memória constrói a identidade social, nem tudo é agradável de ser lembrado. Para Pollak,[60] haveria uma fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, uma memória social subterrânea em oposição a uma memória oficialmente imposta. Com apoio em Hannah Arendt, Ricoeur[61] alertou para o fato de que a narrativa incorpora a memória na construção da identidade, porque a narrativa define quem é o sujeito da ação e, por isso, torna-se possível selecionar o que será lembrado e o que será

[58] HALBWACHS, Maurice. Idem. p. 37-92.
[59] LE GOFF, Jacques. Idem. p. 109.
[60] POLLAK, Michael. Idem. p. 8.
[61] RICOEUR, Paul. A memória... Idem. p. 94-98.

esquecido. A narrativa permite a veiculação da ideologia ao operar como discurso justificador do poder.

Ricoeur chamou a atenção para os "abusos do esquecimento". Pode haver excesso ou abuso da memória, destacando-se exageradamente determinados aspectos, assim como pode haver insuficiência de memória, ou abuso de esquecimento, deixando-se de recordar o que tem importância. Essa contingência, por ele denominada de fragilidade, seria agravada pela proximidade entre imaginação e memória. Para Pollak,[62] o silêncio poderia ser uma resistência ao excesso de discursos oficiais na construção de determinada memória, esperando o momento certo de eclodir. Outra situação foi a vivida nos campos de concentração, em que o silêncio serviu para permitir a retomada da convivência entre os deportados e aqueles que permaneceram inertes ante esse fato.

O esquecimento não é característica exclusiva da memória. Pode também haver esquecimento na história. Veyne[63] lembrou que o historiador pode dedicar dez páginas a um só dia e comprimir dez anos em duas linhas. Restaria ao leitor confiar no historiador, quando diz que dez anos são vazios de eventos. Nesse processo, muito pode ser perdido ou esquecido, o que faz lembrar a "história de cola e tesoura" collingwoodiana.

1.3. Progresso x Historia Magistra Vitae

O conceito de progresso foi um dos temas recorrentes entre os séculos XVII ao XIX, segundo filósofos e historiadores que se dedicaram à reflexão sobre a finalidade da história. Esse conceito, segundo Paolo Rossi, teria sido o "mais típico produto da civilização ocidental moderna".[64] No mesmo sentido, Ernst Breisach, quando tratou das novas interpretações da história na Idade Moderna e afirmou que a noção de progresso era uma delas, porque "poucas interpretações da história cativaram as mentes das multidões como a teoria do progresso", entendida como rumo da humanidade à perfeição, com o passado, presente e futuro ligados em

[62] POLLAK, Michael. Idem. p. 5.
[63] VEYNE, Paul. Idem. p. 27.
[64] ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso**; trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.47.

uma única direção.[65] François Hartog, quando apresentou seu conceito de regime de historicidade entendido como organização do tempo não de forma neutra, mas de organização do passado como sequência de estruturas, em contraponto ao conceito de "época", definido por ele como corte no tempo linear, colocou que se podia verificar um regime de historicidade por ele denominado de "moderno regime", iniciado no século XVIII e concluído em 1989, como aquele em que o futuro é o foco da análise, progresso é a palavra-chave, história é entendida como progresso e o tempo progride.[66]

A despeito do próprio conceito sofrer as suas transformações ao longo do tempo, essa necessidade de evidenciar as transformações da vida social de modo a acentuar a evolução do ser humano e a melhora de seu modo de vida explica-se pela crença antropocêntrica que se formou a partir do Renascimento, passando pelas revoluções científica, industrial e políticas, e diminuiu – mas não desapareceu totalmente – no século XX, sobretudo na Europa, com as Guerras Mundiais e perda do posto do Velho Continente como centro do mundo.[67] Diz-se "sobretudo na Europa", porque a realidade latino-americana, assim como a de outras regiões do mundo, não eram semelhantes às do Velho Continente.

Não existia na Antiguidade nem na Idade Média a ideia de progresso como conhecimento associado ao crescimento ou a um processo de sucessivas autocorreções.[68] Isso é válido em se tratando de progresso científico, pois não se pode esquecer que a historiografia judaica e posteriormente a cristã divergiam das demais narrativas, porque naquelas se inseriu a noção de progresso histórico, ao apontar o início e o término de tudo ou uma visão teleológica da história.[69] Em se tratando do progresso científico, havia a crença de que a Antiguidade era a infância do mundo e que o saber se perdera com o passar do tempo. Com as revoluções científicas e também pelo menor hermentismo do conhecimento, essa imagem alterou-se com a visão do ser humano sobre si mesmo, que passou a destacar sua evolução gradual da rusticidade para a civilização.[70] Inclusive se afirmaram leis sobre o progresso inevitável com o positivismo,

---

[65] BREISACH, Ernst. **Historiography: ancient, medieval and modern.** 2nd Edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1983, p. 205.
[66] HARTOG, François. "Tempo, História e a Escrita da História: a Ordem do Tempo"; trad. de Francisco Murari Pires. Revista de História. v. 148, 1º semestre de 2003. p. 11.
[67] ROSSI, Paolo. Idem.p. 94.
[68] ROSSI, Paolo. Idem, p. 47.
[69] CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E.H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961; tradução de Lucia Mauricio de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 94.
[70] ROSSI, Paolo. Idem p. 79.

escola de pensamento que tinha fé no ser humano e no alcance de sua perfeição, passando pela outra ideia de que, com o conhecimento, era possível domesticar a natureza e civilizar os povos bárbaros e que os obstáculos para o sucesso eram transitórios.[71] Breisach destacou ainda que os filósofos, ao se referirem ao progresso em termo de conhecimento, acreditavam que este, resultante da razão humana por meio da educação, resultaria na paz, felicidade e justiça entre os povos e nações.[72] Essas ideias apareceram na prática, por exemplo, no lema mais conhecido da Revolução Francesa ("liberdade, igualdade, fraternidade") e na Declaração de Independência dos Estados Unidos, ao sustentar que todos são iguais e foram providos pelo Criador como detentores de direitos inalienáveis, como a vida, liberdade e busca da felicidade.[73]

Paolo Rossi sintetizou o discurso do século XVIII sobre o progresso, o qual seria uma verdadeira doutrina ou teoria que reconhece a história como unidade regida por leis determinantes dos fenômenos individuais e com o todo, isto é, o progresso é uma lei da história. Esse progresso resulta na ampliação da capacidade humana de intervenção no mundo e de conhecê-lo, sendo a luta interpretada como elemento constitutivo ou mola do progresso.[74] São exemplos as obras do Marquês de Condorcet, que escreveu um "quadro histórico dos progressos do espírito humano", em que apontou a passagem da vida em hordas para a agricultura, a invenção da escrita, as contribuições dos gregos, romanos e medievalistas, concluindo pela imprensa e as revoluções científicas e políticas; Herder, que escreveu "Uma filosofia da história para a formação da humanidade",[75] na qual associou a história da humanidade como a sua própria evolução, desde a sua "infância", período em que na qual a teologia era indispensável para a compreensão humana ante a impossibilidade daquelas pessoas terem a compreensão que em seu tempo era possível, em especial, com a filosofia, a "adolescência" grega, a "idade adulta" viril com os romanos, povos bárbaros e o posterior renascimento, destacando, ao final, o conhecimento científico que aflorava e o caminho da humanidade para um grande futuro, por causa do iluminismo, irreligião, filosofia e educação.

---

[71] ROSSI, Paolo. Idem p. 95.
[72] BREISACH, Ernst. Idem. p. 209.
[73] Estados Unidos da América. **The Declaration of Independence.** Disponível em <http://www.ushistory.org/declaration/document>. Acesso em: 20.jun.2012
[74] ROSSI, Paolo. Idem. p. 114.
[75] HERDER, J.G. **Também uma filosofia da história para a formação da humanidade**; Trad, notas e posfácio de José M. Justo. Lisboa: Antígona, 1995, p. 16-17-26-31-48-50-66-69-116-119.

De acordo com Carr,[76] os historiadores britânicos oitocentistas compreendiam a história como demonstração dessas leis do progresso, sobretudo porque tudo convergia para o sucesso da Inglaterra como nação naquela época. Aqui cabe a obra de Henry Thomas Buckle, autor da História da Civilização na Inglaterra. O primeiro volume dessa obra traz sua teoria determinista da história. Ele propõe as leis da história ao apontar as regularidades das ações humanas, a despeito do livre-arbítrio. Essas regularidades são determinadas por leis físicas, razão pela qual o desconhecimento delas impediria a completa compreensão da história, por influenciar a organização da sociedade e o caráter dos indivíduos. Por exemplo, Buckle afirmou que:

"daí resulta que, considerando-se a história do mundo em seu conjuncto, tem sido a tendência, na Europa, para subordinar a natureza ao homem; e fora da Europa, para subordinar o homem à natureza. Há muitas excepções a este princípio nos paízes bárbaros; porém, nos paízes civilisados, a regra tem sido univesal. Assim, pois, a grande divisão da civilisaçõa em europea e não europea é a base da philosophia da história (...)".[77]

Vale destacar o que ele disse sobre o Brasil, valendo-se dos relatos dos viajantes que estiveram no Brasil, entre eles, Darwin, Spix e Martius, Gardner, Walsh e o texto de Robert Southey. Buckle narrou a exuberância do Brasil do ponto de vista natural, as chuvas que precipitavam sobre o território vindas do Oceano Atlântico. No entanto, colocou sua opinião sobre a vida social no Brasil, a qual se destacam pequenos trechos:

"Taes são a effusão e abundância vitaes que distinguem o Brasil entre todos os paizes do mundo. Porém, no meio d'essa pompa, d'esse esplendor da natureza, não há logar para o homem. Fica reduzido á insignificância pela magestade que o cerca. Tão formidáveis são as forças que se lhe oppõem que nunca pode fazer-lhes frente, ou resistir á sua immensa pressão. Todo o Brasil, apezar das grandes vantagens que parece possuir, tem permanecido sem a menor civilisação. Seus habitantes são selvagens errantes, incapazes de combater os obstáculos que a própria riqueza da natureza espalhou em o seu caminho. (...) Hoje mesmo, apezar dos melhoramentos constantemente importados da Europa, não há ainda signal de verdadeiro progresso". [78]

Com efeito, Buckle pretendia tentar afastar-se do conceito de história como narrativa casual e identificar as leis gerais que permeiam os acontecimentos ou o determinismo na ação

[76] CARR, Edward Hallet. Idem.p. 40.
[77] BUCKLE, Henry Thomas. **Historia da Civilisação na Inglaterra;** vertida para o portuguez por Adolpho J.A. Melchert. v. 1. São Paulo: Typ. da Casa Eclética, 1900, p. 123.
[78] BUCKLE, Henry Thomas. Idem. p.89-91.

humana. Ademais, o progresso seria o desenvolvimento moral e intelectual e decorria do controle das leis da natureza. O pensamento de Buckle foi bastante criticado pelo jurista Pedro Lessa, no estudo introdutório à obra do historiador inglês, quando apontou que sua teoria seria, no máximo, válida para explicar o progresso da ciência, jamais o progresso social. A visão dele sobre a influência da natureza no comportamento humano seria falsa. Quanto ao caso brasileiro, Lessa sustentou que essa visão de Buckle se devia aos exageros das narrativas sobre o Brasil, as quais não correspondiam à realidade e, consequentemente, prejudicaram decisivamente a análise dele por confiar acriticamente nelas. Por isso, segundo Lessa, Buckle não conseguiu formar nenhuma filosofia da história, porque suas generalizações não traduziram leis históricas. Concluiu, portanto, que a filosofia da história era impossível.[79]

No século XX, com as mudanças pelas quais a Europa passou a partir da Primeira Guerra Mundial, a história tomou novo rumo. Para ele, a obra de Toynbee, por exemplo, seria uma "tentativa desesperada de substituir uma visão linear da história por uma teoria cíclica – a ideologia característica de uma sociedade em declínio".[80] Leo Strauss considerou que Collingwood ainda seria adepto do progresso, ao identificar no pensamento dele a superioridade que atribuía ao presente em relação ao passado, justamente por dedicar muitas linhas para a comparação da historiografia moderna com a historiografia anterior e seus defeitos.[81]

O espaço deixado pelo conceito de progresso acabou sendo ocupado pelo marxismo, considerado por uns uma filosofia rigorosa por trazer o conceito de materialismo histórico, ou interpretação materialista da história, em que os fatos econômicos são preponderantes e que condicionam as demais atividades culturais, inclusive quanto a seu desenvolvimento histórico, e por outros, a mais perigosa forma de historicismo.[82] Segundo essa famosa visão, as relações sociais só têm significado histórico de acordo com a sua relação com os processos produtivos. Essa compreensão assenta-se na dialética como concepção global da história, a qual estabelece um perpétuo devir, na qual o desenvolvimento surge pelas sucessivas negações das contradições

---

[79] LESSA, Pedro. "Introducção". In: BUCKLE, Henry Thomas. **Historia da Civilisação na Inglaterra;** vertida para o portuguez por Adolpho J.A. Melchert. v. 1. São Paulo: Typ. da Casa Eclética, 1900. p. XXXVII- XXXVIII-XXXIX-LII-LV-LVI-LVII-LX-LXIII-LXXI.
[80] CARR, Edward Hallet. Idem. p. 40.
[81] STRAUSS, Leo. "On Collingwood's Philosophy of History". The Review of Metaphysics, Vol. 5, No. 4 Jun. 1952, p. 561.
[82] POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Tomo 2. Trad de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1987, p.89-114.

do presente,[83] a qual se sintetiza pela afirmação de a história de todas as sociedades é a história da luta de classes, e não a da guerra de nações.[84] Em última análise, buscou-se encontrar a lei econômica do movimento social para profetizar o seu destino, ou as leis inexoráveis do desenvolvimento social. Essa ideia foi bastante aceita no século XX por dirigir-se contra a história nacional entendida como história do progresso da nação e apresentar uma história econômica e social,[85] ao mesmo tempo em que foi bastante criticada por importantes pensadores.[86]

Outro aspecto importante sobre os usos da história consubstancia-se na máxima *historia magistra vitae*, formulada por Cícero em sua obra *De Oratore*. De acordo com Koselleck,[87] esse conceito representou a concepção de história e sua produção por vários séculos, mesmo com a alteração de seu significado ao longo do tempo. Tornou-se espécie de conceito-tabu entre os historiadores por ser característico do antigo regime de historicidade, nos dizeres de François Hartog, mas não entre os não-profissionais da história.

Esse conceito significa que a história é uma coletânea de exemplos com os quais se pode orientar a conduta com base na experiência do passado. Para Koselleck, o significado de *historia magistra vitae*, em síntese, é o de que "tudo pode ser comprovado a partir da história".[88] Por ter sido cunhado no campo da oratória, esse conceito era mais um entre os vários instrumentos a serem usados pelo orador para o convencimento das pessoas por meio de exemplos do passado. Foi, no entanto, compreendido como um conceito que atribui imortalidade à história e à própria tarefa da história.

Esse conceito passou por modificações pragmáticas. De acordo com Hartog,[89] a *historia magistra* prevaleceu ante o conceito cristão de história até a época de Eusébio e Agostinho.

---

[83] BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx;** organização de Carlo Violi; tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 142.
[84] POPPER, Karl. A. Idem. p. 118.
[85] HARTOG, François. Idem. p. 18-23.
[86] POPPER, Karl. A. A sociedade aberta... Idem. e POPPER, Karl .A. **A miséria do historicismo;** tradução de Octany S. da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Também é bastante conhecido o posicionamento de Louis Althusser em ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. **Lire le capital.** Tome 1. Paris: François Maspero, 1966 e e críticas a esse mesmo autor apresentadas por Edward Thompson. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser;** trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 e Pierre Vilar VILAR, Pierre. **Marxismo e Historia. Polemica con Louis Althusser.** Argentina: Ediciones Práxis, 1974.
[87] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**; trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução por Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 42-43.
[88] KOSELLECK, Reinhart. Idem. Ibidem.
[89] HARTOG, François. Idem. p. 14.

Durante a Idade Média, inverteu-se, sem, contudo, ter desaparecido, pois apenas os exemplos foram substituídos.[90] No Renascimento, esse conceito ganhou importância com a redescoberta e leitura dos historiadores antigos e pelo apreço de imitação deles. Jean Bodin também teria adotado esse conceito, o entender que a história explica facilmente o presente e permite indicações bem seguras sobre o que se deve procurar e evitar. Por fim, no século XVIII, Abbé Rolin contribuiu para o uso da *historia magistra vitae* ao tratar da utilidade do estudo da história, pois essa seria a escola comum de toda a raça humana. Segundo Koselleck, a partir do momento em que se procurou reconstruir o passado de forma crítica, concluiu-se que não se podia mais usar um conceito de história que se baseava em exemplos.[91] Para Hartog, o novo regime de historicidade que surgiu no século XVIII era incompatível com a *historia magistra vitae*, porque nesse momento se faz necessário olhar para o futuro, construir um novo mundo e não, imitar o passado. Em outras palavras: "Historia magistra apresentava a história, ou supostamente assim o fazia, do ponto de vista do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro".[92]

A concepção de história como *historia magistra vitae* deve ser vista com cautela por diversas razões. A primeira delas refere-se à limitação do conhecimento sobre o passado. Se não é possível conhecer o passado como ele foi, não é prudente conduzir-se com base em premissas incertas. Além disso, as decisões que serviriam de base para orientação da conduta humana, podem não ter sido acertadas. Outro receio dos historiadores acerca dessa concepção é que ela pode servir de fundamento para a preservação das práticas passadas, já que repetirá o que se fez, em vez de inovar ou experimentar novas situações da vida humana. Por isso, Hartog afirmou que "escrever uma história dominada pelo ponto de vista do futuro, como uma teleologia, não é mais possível, restaurar a antiga *historia magistra* poderia ser tentador, mas intelectualmente, e não intelectualmente, não muito satisfatório".[93]

---

[90] KOSELLECK, Reinhart. Idem. p. 44. complementa essa ideia, de que no cristianismo, houve alguma dificuldade de lidar com esse conceito, pois não se sabia a maneira pela qual se deveria conciliar os maus exemplos pagãos no mundo cristão.
[91] KOSELLECK, Reinhardt. Idem. p. 58.
[92] HARTOG, François, Idem. p. 28.
[93] HARTOG, François. Idem. Ibidem.

2. UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

2.1. Os primeiros passos da pesquisa de metais no Brasil

Os primeiros passos da fabricação do ferro no Brasil remontam ao início da colonização no século XVI, período em que a presença portuguesa no Brasil quinhentista foi pequena em razão das atividades econômicas se voltarem para as rotas orientais. Todavia, não é de todo desprezível a atuação de europeus na costa brasileira, mediante o estabelecimento de vilas fortificadas para impedir a perda das terras atribuídas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Marco importante nesse período foi a fixação de europeus na região do planalto na Capitania de São Vicente, resultando na fundação de São Paulo.

A vila de São Paulo no século XVI não tinha relevantes atividades econômicas pela sua incipiência. A principal delas era o tráfico de escravos. Também havia conflitos entre os europeus aqui instalados e os jesuítas. Durante o século XVI, a preocupação dos moradores locais era com os ataques praticados pelos indígenas, motivados, entre outras razões, pela escravização praticada contra eles. Por exemplo, a Confederação dos Tamoios de 1562, ou os registros de construção de fortificações, como a de Emboaçava em 1592.[94] A Carta Régia de 20 de março de 1570, lavrada em Évora por D. Sebastião, proibiu a escravidão indígena no Brasil, salvo em caso de guerra justa, que eclodia mediante intencional provocação dirigida aos indígenas. Nesse ponto, a diferença tecnológica em termos de armamento fazia a diferença entre brancos e índios. Daí o temor da época ser a possibilidade do uso do ferro pelos nativos, desconhecido entre eles, para a fabricação de armas.

Enquanto a presença europeia era menos intensa no lado atlântico do continente, a relação entre espanhóis com os astecas e incas era intensa e tensa. Entre esses últimos, Francisco Pizarro, nascido na América, atuou como conquistador da região. Do ponto de vista indígena, Pizarro era mais um entre os vários grupos que lutavam pelo controle dessa rede de cidades que representaria o império inca. Fracassado numa primeira tentativa de investida contra os indígenas, Pizarro

[94] TAUNAY, Afonso de Escragnolle. **São Paulo no século XVI. História da vila piratingana**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 275-299.

soube aproveitar disputas internas entre essas facções e conseguiu controlar a região, rica em prata. Com o intuito de frear as intenções de conquistadores se autoproclamarem reis desvinculados de Castela, realizou-se o controle jurídico da região por meio da criação do Conselho das Índias em 1524. Com a ajuda de caciques locais, estabeleceu-se a exploração do trabalho indígena nas minas de Potosí.[95]

Dada a importância que se dava a metais preciosos à época, pode-se inferir que havia esperança e interesse na descoberta de metais preciosos na região da Capitania de São Vicente, pelo que ocorreu na América Espanhola. Porém, era necessário ter pessoas portadoras de conhecimentos mineralógicos. Considerando o número de habitantes na Capitania no século XVI, é relevante a quantidade de pessoas hábeis nesses ofícios, a começar pelos próprios jesuítas. Quando estes iniciaram suas atividades evangelizadoras, o ensino de atividades de ferreiro - na época inserida na categoria de ofícios mecânicos – foi uma das formas pelas quais se atraía a atenção dos indígenas. Taunay,[96] a partir da documentação da São Paulo quinhentista, registrou que o irmão Diogo Jacome, e, em especial, o irmão Mateus Nogueira, transmitiram essas técnicas aos indígenas, que se encantaram com os objetos produzidos. No entanto, ordenou-se a proibição imediata da transmissão desse conhecimento, porque poderiam abandonar suas armas simples, substituindo-as por armas de ferro, o que não era interessante em termos de defesa da vila.

Em 19 de junho de 1578 intimou-se o único ferreiro da vila de São Paulo, para que, sob pena de dez cruzados, abstivesse de ensinar o seu ofício de ferreiro aos indígenas, "porque seria grande prejuízo da terra". Em 1583 ainda persistia essa preocupação. O procurador Gonçalo Madeira apresentou denúncia na sessão de 14 de setembro de 1583 de que Manuel Fernandes, homem branco, antigo morador de São Paulo, estava no sertão com uma forja com os gentios, devendo ser castigado. Porém, a denúncia era infundada, porque o martelo e a bigorna estavam na casas dele e os foles estavam com seu cunhado, Gaspar Fernandes.[97] No mesmo sentido, em 16 de agosto de 1586 o procurador Francisco Sanches soube que Domingos Fernandes forjava no sertão. Os demais vereadores o teriam tranquilizado, alegando que "os Fernandes" eram os primeiros ferreiros de São Paulo e que este havia partido para a selva em companhia do governador Jerônimo Leitão, razão pela qual nada se poderia fazer.

---

[95] SPALDING, Karen."The crisis and transformations of invaded societies: andean área (1500-1580)". In: Frank Salomon e Stuart B. Schwartz (Orgs). **The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas.** Voluem III: South America. Part I. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 911 e 920.
[96] TAUNAY. **São Paulo no século XVI.** Idem. p. 241-312-335.
[97] TAUNAY. **São Paulo no século XVI**. Idem. p. 335-336.

Segundo Taunay,[98] a Câmara da São Paulo quinhentista preocupou-se com o ofício de ferreiro. Ter-se-ia elaborado regimento ao mestre Bartolomeu Fernandes, denominado por Taunay de "Tubalcaim paulistano", relativo às foices roçadeiras caçadas e descalçadas, enxadas, machados, e cunhas de resgate, pregos de solhar, de costado e de cinta, pernetes e verdugos de engenho cotados por diversos preços, vintenas e dezenas de réis, conforme se fornecesse o ferro,o aço ou o carvão. Em 1588 também houve problemas com esse mesmo ferreiro, acusado de desordem e abuso. Este foi intimado para que mandasse seus aprendizes à vila, sob pena de mil réis de multa. No mesmo ano, a Câmara da Vila de São Paulo solicitou ferros, sem os quais não se poderiam promover castigos. Em 1593 também compareceram à câmara oficiais mecânicos, entre eles, o ferreiro Clemente Álvares.

A exploração de ferro naquela época, portanto, não era um fato ou aventura isolada. Considerando a realização de atividades de fundição desse metal, pode-se imaginar que também era uma atividade interessante, embora o interesse principal estivesse concentrado na busca por metais de maior valor, como a prata e o ouro, até mesmo porque o metalismo era um dos aspectos da doutrina econômica da época e o ferro não tem o condão de servir de reserva de valor. Tanto que se prosseguiu na busca de metais preciosos até que fossem de fato encontrados.

Deve-se destacar o minerador Luis Martins. Segundo Mario Neme,[99] ele teria vindo para o Brasil em 1559 por ordem de D. João III, com o intuito de examinar metais. Primeiramente, teria chegado à Bahia para receber autorização para sua atividade. Segundo Francisco de Carvalho Franco, teria acompanhado a entrada de Brás Cubas nas nascentes do Rio São Francisco em 1560. Em 1561 foi solicitado a ele que fizesse nova entrada na região sudeste. Nessa atividade, encontrou ouro na chamada Caatiba (Bacaetava) e no morro do Jaraguá. Consta que Brás Cubas deu notícia dessas descobertas ao rei por meio de carta escrita em Santos, datada de 25 de abril de 1562. O último capítulo da História da Província de Santa Cruz, escrita por Pero de Magalhães Gandavo, evidencia essa crença da época:

"Esta Província de Santa Cruz além de ser tam fértil como digo, e abastada de todos os mantimentos necessarios pera a vida do homem, he certo ser também mui rica, e haver nella ouro e pedraria, de que se tem grandes esperanças. (...) Do preço dellas nam trato aqui, porque ao presente o nam pude saber, mas sei que assi destas como

[98] TAUNAY, Afonso de Escragnolle. **São Paulo nos Primeiros Anos.** Idem. p. 134-56-57.
[99] NEME, Mario. **Notas de Revisão da História de São Paulo.** Séc. XVI. São Paulo: Editora Anhambi, 1959, p. 311.

doutras ha nesta Província muitas e mui finas, e muitos metaes, donde se pode conseguir infinita riqueza. A qual permitirá Deos que ainda em nossos dias se descubra toda, pera com ella se augmente muito a Coroa destes Reinos: aos quaes desta maneira esperamos, mediante o favor divino, ver muito cedo postos em feliz e próspero estado, que mais se nam possa desejar". [100]

Afonso Sardinha foi personagem central desse primeiro estágio de mineração. Na opinião de Taunay,[101] ele teria sido o homem mais rico de sua época. A partir da análise de seu testamento elaborado em 1592, ele importava lãs de Buenos Aires, por meio de seu correspondente Antonio Rodrigues de Barros. Vendia índios para o Rio da Prata e, por meio de seu sobrinho Gregório Francisco, trazia escravos da Costa da Mina. Importava do Rio da Prata rendas, papel, medicamentos e facas fabricadas na Alemanha. Também emprestava dinheiro a pessoas de São Paulo, Santos, São Vicente e Rio de Janeiro e alugava imóveis em São Paulo. Teria sido proprietário de uma fazenda chamada Ubatatã [Butantã], a qual corresponde atualmente ao Instituto Butantã, da USP. Foi vereador em São Paulo em 1572 e juiz ordinário em 1590. Em 1592, assumiu o comando das forças da vila ante o ataque dos indígenas, ocasião em que celebrou testamento antes de partir para a guerra. No ano seguinte, na companhia de seu sócio João do Prado, partiu em entrada na procura de ouro e planejou a escravização de índios junto com mais de cem índios cristianizados.[102] Muito provavelmente seu filho homônimo, mameluco, realizou pesquisas mineralógicas em direção a oeste em companhia do ferreiro Clemente Álvares, que, em 1597, que, inclusive mandou buscar em São Paulo a sua tenda de ferreiro. Por esse trabalho, encontraram ouro no Pico do Jaraguá e diversos metais na região de Parnaíba [Santana de Parnaíba], onde se localiza a então chamada Voturuna[103]. Prosseguindo em direção oeste, encontraram o morro Biraçoiaba, onde hoje é o município de Araçoiaba da Serra, próximo a Sorocaba. Entre o Pico do Jaraguá e o morro Biraçoiaba pode-se imaginar uma linha reta, cujos pontos passam pelos municípios de Santana de Parnaíba e Araçariguama e pelo bairro de Pirapetingui.[104]

---

[100] GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980, p. 145-146.
[101] TAUNAY, Afonso de Escragnolle. **São Paulo nos Primeiros Anos. (1554-1601).** Ensaio de Reconstituição Social. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 157.
[102] TAUNAY, Afonso de Escragnolle. **São Paulo no século XVI.** Idem. p. 366-367.
[103] Atual Morro de Voturuna, em Araçariguama, onde hoje há um parque estadual.
[104] Bairro da cidade de Itu deslocado da cidade, próximo a Sorocaba.

A documentação da Câmara de São Paulo registra também a fabricação de ferro na região sul da atual cidade de São Paulo. No entanto, os relatos divergem sobre o número de fábricas instaladas: uma ou duas. Consta que em 1600 foi construído um engenho de ferro na região do Ibirapuera, o qual teve como sócios D. Francisco de Sousa e Afonso Sardinha, cuja escritura de sociedade foi lavrada pelo tabelião Simão Borges de Cerqueira. O segundo engenho estaria supostamente instalado às margens do Rio Jurubatuba (atual Rio Pinheiros), nas proximidades do atual bairro de Santo Amaro. Essa dúvida é pertinente porque em 15 de agosto de 1606 a Câmara de São Paulo sabia que Diogo de Quadros resolveu abandonar os dois engenhos que construiu para capturar índios. Eschwege, ao iniciar o capítulo sobre a história antiga do ferro no Brasil, colocou a existência de:

"(...) uma pequena fábrica de ferro, com forno de refino, situada na freguesia de Santo Amaro, à beira de um pequeno ribeirão, afluente do Rio Pinheiros, que é navegável, a uma distância de 2 léguas SE de São Paulo. Nas ruínas dessa pequena fábrica ainda se podem ver a vala da roda, o lugar da oficina, os restos de um açude, assim como um monte de pesada escória de ferro".[105]

Calógeras, por sua vez, ao comentar essa passagem, disse que Eschwege havia dado um infundado parecer.[106] Enquanto não há qualquer vestígio dos engenhos do Ibirapuera, até mesmo pela sua localização, cujo terreno sofreu fortes transformações urbanas, somado ao fato de que esses engenhos tiveram pequena duração.

Já ao lado do morro Biraçoiaba, onde se encontrou ferro, também se instalou uma pequena fábrica de ferro ao final do século XVI, sobre cuja data divergem todos os autores. Nesse local, que até pouco tempo atrás era local isolado e de difícil acesso, Afonso Sardinha – tanto o pai como o filho - teriam construído dois fornos, cuja localização se desconhecia. Por isso que Mario Neme chegou a levantar a tese de que as ruínas de Afonso Sardinha seriam uma grande ilusão, uma lenda. Como já mencionado na introdução deste trabalho, na década de 1980, a professora Margarida Davina Andreatta encontrou os dois fornos construídos à época. Anicleide Zequini, com base nos estudos arqueológicos realizados por Margarida Davina

[105] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis.** v.. 2; trad de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 201.
[106] CALÓGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação. v. 2.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 8.

Andreatta, concluiu que eram fornos biscainhos.[107] Esses fornos tornaram-se famosos, porque são considerados como os verdadeiros precursores da siderurgia brasileira, ou ainda, a primeira fábrica de ferro do Brasil, por terem sido construídos em 1599 e a documentação da Câmara de São Paulo registrar a escritura de compra e venda dos fornos do Ibirapuera como ocorrida em 1600, isto é, após os fornos de Biraçoiaba.

Dom Francisco de Sousa foi duas vezes Governador-Geral do Brasil. Enquanto esteve na corte de D. Felipe II, teve contato com Gabriel Soares de Sousa, que foi senhor de engenho na Bahia e que acreditava na lenda do Sol e da Terra, mencionada pelos tupiniquins junto ao Rio São Francisco. Conseguiu autorização para voltar ao Brasil e realizar expedições pelo sertão. Enquanto isso, enviara Diogo Gonçalves Laço para ser Administrador das Minas e Capitão da Vila de São Paulo. Com D. Francisco de Sousa vieram os mineiros Gaspar Gomes Moalho e Miguel Pinheiro Zurara e o fundidor Domingos Rodrigues. Estes foram enviados a São Paulo com ordens para receber todo o dinheiro necessário do almoxarifado de Santos para a atividade mineira. Em 1599, D. Francisco de Sousa teria vindo a São Paulo, indo diretamente às minas de ferro de Biraçoiaba. Também ordenou que uma expedição fosse em direção ao Peru atrás de ouro, mas nada teria sido encontrado. Retornou à metrópole, mas voltou ao Brasil como Marquês das Minas. Todavia, nada se encontrou por aqui, a não ser a mina de Biraçoiaba.[108] Afonso Sardinha, com a vinda de D. Francisco de Sousa, teria doado um dos engenhos construídos ao rei, para que este último o administrasse em seu nome. Também nessa mesma época ergueu-se pelourinho na região, o qual, posteriormente, deu origem à vila de Sorocaba.[109]

Ademais, Geraldo Beting chegou a São Paulo em 1609, trazido do reino por D. Francisco de Sousa para a construção de engenhos de ferro na Capitania. Cornélio de Arzão nasceu em Flandres e veio em 1609 com D. Francisco de Sousa para a construção de engenhos de ferro na Capitania. Ele teria introduzido em 1613 o plantio de trigo em São Paulo com um moinho no Anhangabaú e em 1610 teria erguido a matriz de São Paulo. Em 1628, foi perseguido pela Inquisição, por ser protestante, permanecendo preso por dois anos e seus bens confiscados.

---

[107] ZEQUINI, Anicleide. **Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII.** 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo.

[108] FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Século XVI, XVII, XVIII.** Belo Horizonte: Itaiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. p. 44-71-399-402.

[109] BACELAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e Sobreviver em uma Vila Colonial. Sorocaba, Séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001, p.21.

Na década de 1680, Francisco Pedro de Souza e Pascoal Moreira Cabral, Manuel Fernandes de Abreu, Martim Franciso Lumbria, Luiz Lopes de Carvalho, empreenderam pesquisas mineralógicas na região do morro Biraçoiaba, mas não fabricaram ferro, já que o interesse deles não estava nessa atividade, mas sim, na descoberta de ouro e pedras preciosas.

2.2. As Políticas do Marquês de Pombal e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho

A fabricação de ferro no morro Biraçoiaba durante o século XVIII foi o período de transição entre a mineração seiscentista e a organização "industrial" oitocentista. Para os autores dos relatos sobre a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, esse período teria sido a uma última e frustrada tentativa individual de fabricação de ferro. A principal figura desse período foi Domingos Ferreira Pereira e, a partir da figura dele, narraram-se as atividades naquele local.

Desde o final do século XVII, houve preocupação em Portugal quanto à industrialização de sua economia, tendo em vista a sua vulnerabilidade em termos de comércio exterior para com as demais nações europeias, em razão da necessidade de importação de produtos manufaturados não apenas para Portugal, mas também para as colônias. A produção agrícola era ineficiente e qualquer tentativa de intervenção no campo podia resultar em conflitos com a Igreja e com os arrendadores de terras. Além disso, também havia falta de ferro, importado de Biscaia, o qual era imprescindível para a fabricação de armas e munições para o exército. Ainda no século XVIII, retomou-se a produção de ferro nas ferrarias de Figueiró dos Vinhos e de Tomar – onde havia jazidas de ferro - para atendimento dessas necessidades; inclusive em 1655 baixou-se regimento, normatizando as atividades no local e contratou-se um técnico francês para a direção dos trabalhos. Como aponta Jorge Pedreira:

"as ferrarias, fundamentais para o fornecimento do armamento de um país em guerra e a transformação do cânhamo (fabrico de cordas e enxárcia), essencial para a construção naval, eram sectores de importância estratégica para o Estado e foram, portanto, os que mais cedo se tornaram objecto das preocupações da política de fomento". [110]

[110]PEDREIRA, Jorge Manuel Viana. **Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830).** Porto: Difel, 1994. p. 24-25-27-39-112-115.

As atividades em Figueiró dos Vinhos e Tomar não foram bem sucedidas. Em 1735, por exemplo, a fábrica de ferro de Tomar já estava arruinada. Ademais, o ferro não era de boa qualidade, assim como não havia combustível adequado à fusão. Daquilo que se conseguia explorar, fabricavam-se peças a serem exportadas ao Brasil. Além da falta de capitais para o fomento à industrialização em Portugal, havia grupos contrários ao fomento da industrialização, por exemplo, o dos consumidores de artigos de luxo e ostentação; os pequenos produtores, que sucumbiriam face à manufatura em maior escala; os comerciantes de açúcar e tabaco, que temiam retaliações na exportação desses produtos; e os conflitos entre os judeus com o Santo Ofício.[111] Por isso, na opinião de Jorge Pedreira, não se deveria responsabilizar exclusivamente o Tratado de Methuen pela situação da indústria portuguesa.

Segundo José Vicente Serrão,[112] o ouro brasileiro fez com que a economia portuguesa se tornasse dependente do Brasil. De um lado, proporcionou prosperidade econômica na primeira metade do século XVIII; todavia, prejudicou o fomento à agricultura e à indústria. Daí o esforço de tentar reverter esse quadro com a criação das sociedades por ações, também denominadas companhias, surgiram na Idade Média como instrumento de união de recursos financeiros para a realização de atividades em grande escala.

As primeiras companhias apareceram em três regiões da Europa, sem, contudo, apresentarem a configuração que se conhece atualmente. Por exemplo, em Toulouse, no século XII, surgiram associações de pessoas que exploravam moinhos sob concessão de um senhor laico ou eclesiástico; entre os germânicos, esse fenômeno associativo deu-se no âmbito da exploração mineral. Na Itália, em 1407, fundou-se o banco "Casa di San Giorgio". Todavia, foi somente no século XVII que as companhias se estabeleceram como instituições societárias nos moldes atualmente conhecidos, sendo a primeira delas a holandesa Companhia das Índias Orientais, cujo modelo foi aproveitado pelos demais Estados europeus, inclusive por Portugal.[113]

Em termos jurídicos e econômicos, as companhias eram vantajosas porque, em primeiro lugar, conferiam estabilidade e continuidade às operações, o que era imprescindível às atividades de grande magnitude a que se dedicavam. Ademais, com o fracionamento do capital em ações,

---

[111] PEDREIRA, Jorge Manuel Viana. Idem. p. 30-31-35-36.

[112] SERRÃO, José Vicente. "O quadro econômico. Configurações estruturais e tendências de evolução". In: MATTOSO, Jorge (Direção); HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal. O antigo regime (1620-1807).** Lisboa: Editorial Estampa, s.d.. vol. IV. p. 72.

[113] MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **As companhias pombalinas**. **Contributo para a história das sociedades por acções em Portugal.** Coimbra: Almedina, 1997. p. 23, 24, 29 e 46.

diluía-se o risco da atividade entre os participantes. Mas a principal vantagem era a limitação da responsabilidade de cada participante ao capital empregado, evitando-se a bancarrota dos participantes por não se exigir o comprometimento de todo o patrimônio para a garantia das dívidas.

A primeira companhia portuguesa foi a Companhia da Índia Oriental de 1628, à semelhança das companhias holandesas e inglesas. Posteriormente foi fundada a Companhia Geral do Comércio do Brasil de 1649, como resposta à crítica do Padre Antonio Vieira no seu sermão de S. Roque, intitulado "Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino". Outras companhias foram fundadas em Portugal, como a Companhia do Porto de Palmida de 1664 e a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné.[114] Todas essas companhias são exemplos da política protecionista do Conde de Ericeira, baseada nas ideias do teórico mercantilista português Duarte Ribeiro de Macedo, que resultou em algum desenvolvimento de manufaturas portuguesas. No entanto, a descoberta de ouro no Brasil fez com que todos esses esforços fossem deixados de lado.[115]

Entre os séculos XVII e XVIII, as companhias eram régias, instrumentos de atuação do Estado nas atividades comerciais. Por meio delas, procurava-se a valorização dos gêneros de produção local, o fornecimento regular de escravos e, sobretudo, a eliminação do contrabando, possibilitando maior vigilância do Estado.[116] Por isso, sua constituição requeria autorização estatal e havia a figura do intendente do Estado para fiscalização de suas atividades.

A despeito do oferecimento do arcabouço jurídico-institucional e a disponibilidade de capitais para a realização de atividades industriais, era necessária a contratação de técnicos especializados. Nesse sentido, Portugal, por meio da mobilização de seus diplomatas, contratou mestres estrangeiros para essas atividades, prometendo-lhes bons vencimentos e facilidades no estabelecimento como empresários. Merece destaque a constituição da companhia denominada "Real Fábrica de Sedas", incentivada pelo Cardeal da Mota, primeiro-ministro de fato de D. João V. em 1734, atribuiu-se ao francês Roberto Godin o privilégio, por vinte anos, de fundar no Reino fábricas de toda a qualidade de sedas. Devido às dificuldades iniciais para a efetivação do empreendimento, foi estabelecida uma Companhia para a China em 1741. Esta fábrica, que foi a

---

[114] MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. Idem. p. 125-153-175-198-200-206.
[115] MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo;** trad. de Antonio de Pádua Danesi. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 43.
[116] PEDREIRA, Jorge Manuel Viana. Idem. p. 40-46-51.

“pérola” do fomento industrial durante o reinado de D. João V, não prosperou, acumulando grandes prejuízos.

Outro político que se interessava por companhias foi Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, o qual foi indicado por D. Luis da Cunha em seu testamento político.[117] A despeito de sua importância, nesse trabalho se destacarão apenas os pontos relativos à política industrial por ele implantada.

Segundo Kenneth Maxwell,[118] os “padrinhos” de Pombal em Portugal, que o introduziram na corte, eram pessoas envolvidas em discussões sobre estratégias de desenvolvimento econômico, como Marco Antonio de Azevedo Coutinho e o Cardeal da Mota. Ademais, a experiência de Pombal como embaixador na Inglaterra o teria feito despertar para a questão, ao estudar os textos de mercantilistas sobre colônias, companhias de comércio, mineração e manufaturas, e manifestar sua preocupação com as vantagens injustas que os ingleses tinham em Portugal, assim como a possibilidade da perda dos domínios ultramarinos para estes. A partir do momento em que se tornou primeiro-ministro em Portugal, efetivaram-se as tentativas de reorganização do império português com o intuito de recuperar-se do atraso em relação às demais nações; a companhia privilegiada foi, desse modo, instrumento de atuação político-econômica de Pombal.[119]

Aspecto importante da época era a disputa por fronteiras entre Portugal e Espanha em razão do Tratado de Madri, negociado por Don José de Carvajal y Lencastre, pelo lado espanhol, e por Alexandre de Gusmão, pelo lado português, o qual aprovado em dezembro de 1749 e assinado em janeiro de 1750. Por meio desse tratado, os portugueses renunciavam a Colônia de Sacramento e região circunvizinha em troca do reconhecimento das fronteiras fluviais portuguesas. Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, foi designado à função de comissário português no estabelecimento da demarcação das terras ao sul, enquanto para a região norte, designou-se o irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em 1754, este último teria enviado cartas a Pombal, recomendando a criação de uma companhia comercial para facilitar o fornecimento de mão-de-obra africana na região amazônica, com o intuito de aliviar a

---

[117] CUNHA, D. Luis da. **Testamento Político ou Carta Escrita pelo Grande D. Luiz da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes do seu governo**; revisão e nota introdutória da Profa. Nanci Leonzo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 27.

[118] MAXWELL, Kenneth. Idem. p. 6-51-52-60-61.

[119] LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo.** Das origens ao governo de Morgado de Matheus. São Paulo: Museu Paulista, 1977.

pressão sobre a escravidão indígena. Em 1755, com o intuito de combater o contrabando entre o Brasil e Portugal, bem como tentar retirar o comércio colonial do controle estrangeiro, Pombal criou a Companhia do Grão-Pará e do Maranhão, com privilégio de vinte anos. Simultaneamente, decretou a liberdade completa e integração dos índios, retirando-os da tutela dos missionários.

Na opinião de Maxwell,[120] a racionalização obrigatória da estrutura empresarial da comunidade mercantil por meio de sociedades anônimas monopolistas e proibições no comércio privado tiveram repercussões em toda a sociedade portuguesa. A ideia de Pombal era a mesma recomendada por D. Luis da Cunha: a concentração de capitais para possibilitar o desenvolvimento industrial.

Durante o século XVIII, a atividade comercial em Portugal não era controlada por portugueses, porque poucos deles tinham experiência com câmbio, contabilidade e negócios com regiões não-coloniais. Os que se atreviam, estavam associados a estrangeiros, como se pode ver pelo nome adotado por suas companhias: Born e Ferreira, Emeretz e Brito. Por outro lado, a política pombalina de estímulo às manufaturas encontrou forte oposição dos jesuítas, que controlavam o ensino em Portugal, assim como dos membros da Casa de Confraria do Espírito Santo da Pedreira, autodenominada Mesa dos Homens de Negócio. Em 30 de setembro de 1755, Pombal dissolveu essa associação e, em seu lugar, criou a Junta de Comércio. A importância desta Junta é que somente prosperaram minimamente os empreendimentos que contaram com a ajuda desta instituição.[121] Por exemplo, a Junta de Comércio assumiu em 1757 a direção da Fábrica de Seda, a qual estava falida. No Maranhão, estabeleceu-se o beneficiamento de arroz e importaram-se técnicos especializados da Europa. No Pará montou-se uma fiação de algodão para a fabricação de fardas para as forças locais.

Pela legislação da época, além da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, registra-se o estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro,[122] uma fábrica de cal em Lisboa,[123] a Companhia de Pernambuco e Paraíba[124] e o restabelecimento da Fábrica de Vidros da Marinha Grande.[125]

---

[120] MAXWELL, Kenneth. Idem.p. 69-70-74-96-97.
[121] PEDREIRA, Jorge Manuel Viana. Idem. p. 47-48.
[122] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 30 de agosto de 1756.
[123] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 3 de novembro de 1756.
[124] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 13 de agosto de 1759.
[125] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 7 de julho de 1769.

Segundo Maxwell, é a partir de 1760 que as políticas pombalinas consolidaram-se em Portugal. Para Pedreira, a necessidade de incentivo às manufaturas portuguesas era uma tentativa de amenizar o desequilíbrio da balança comercial, substituindo-se importações.

Em 1761 o Tratado de Madrid começou a ruir, reiniciando intensamente os conflitos entre Espanha e Portugal. Três medidas foram tomadas por Pombal. A primeira delas foi a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. A segunda mudança consistiu na autonomia da Capitania de São Paulo em 1765 – então incorporada à Capitania do Rio de Janeiro desde 1748 - com o intuito de tornar-se espécie de fronteira para conter o avanço castelhano. A terceira mudança está relacionada ao esforço de Pombal de criar uma geração ilustrada de burocratas e funcionários públicos, a partir de pessoas muito próximas a ele. Entre elas, o Marquês de Lavradio à Bahia – posteriormente vice-rei do Brasil em 1769 - e Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, enviado a São Paulo em 1765 para exercer a função de Governador-Geral.

É nesse contexto de companhias privilegiadas e necessidade de defesa militar é que se deve analisar a atuação de Domingos Ferreira Pereira na fabricação do ferro no morro Biraçoiaba.

Pouco se sabe sobre Domingos Ferreira Pereira. Teria morado no Rio de Janeiro e esteve em Portugal. Por meio de contrato datado de 2 de fevereiro de 1760, declarou ter recebido, em nome de Antonio de Araujo Guimarães e Francisco Carvalho da Silva, privilégio real para estabelecer duas fábricas de descascar arroz no Rio de Janeiro. Por não ter conseguido efetivar o estabelecimento das mesmas, recorreu a João Fitzgerald, português da cidade do Porto, que exercia o cargo de vice-cônsul deputado da Inglaterra. Com este último, estabeleceu um contrato de parceria, cujo objeto consistia em João Fitzgerald financiar 25% da construção das fábricas de arroz no Rio de Janeiro. Em contrapartida, este receberia 25% das participações societárias na fábrica de ferro que Domingos Ferreira Pereira pretendia construir na comarca de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Para a administração desse contrato, Domingos Ferreira Pereira e João Fitzgerald outorgam-se reciprocamente procurações para que este administrasse os negócios daquele em Lisboa e aquele administrasse os negócios deste no Brasil. [126]

Por meio de carta dirigida do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda dirigida ao Conde de Bobadela, datada de 8 de novembro de 1760,[127] comunicou-se a este que Domingos Ferreira

[126] APESP. CO 245-2. 8 de março de 1765.
[127] APESP. CO245-2.

Pereira tinha obtido perante a Junta de Comércio o privilégio para caldear ferro por dez anos, desde que o fizesse dentro de dois anos. Nesta carta verifica-se que Domingos Ferreira Pereira já havia descoberto na Comarca de São Paulo alguns sítios em que se poderia minerar ferro e chumbo. Muito provavelmente deve ter ido a Sorocaba muito provavelmente porque havia a crença de que o local era o Eldorado. Porém, somente em 1765 - no mesmo ano em que se iniciou o governo do Morgado de Mateus - é que parece ter sido possível a Domingos Ferreira Pereira dar início aos trabalhos de construção da fábrica de ferro. Isso porque, em carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, dirigida ao Morgado de Mateus, datada de 28 de fevereiro de 1765,[128] comunicou-se que o rei havia ordenado dar execução a carta de 8 de novembro de 1760.

De acordo com Heloisa Liberalli Bellotto,[129] o Morgado de Mateus interessou-se pelo ferro, porque poderia ser usado na produção de armamento local e munições. Nesse mesmo ano de 1765 Domingos Ferreira Pereira já havia conseguido produzir algumas mostras de ferro. O Marquês de Pombal, ainda com o título de Conde de Oeiras, informou por carta de 22 de julho de 1766[130] que comunicou ao rei a carta de 9 de dezembro de 1765 pela qual foram encaminhadas as primeiras amostras de ferro extraídas por Domingos Ferreira Pereira.

Em carta de 21 de julho de 1766, dirigida a Morgado de Mateus, ordenou-se a suspensão do estabelecimento da "Fábrica de Algodoens" localizada na Vila de Santos, assim como das demais manufaturas, para que se promovesse a agricultura, porque "a Política de todas as Naçõens tem estabelecido receber das colônias ultramarinas os fructos e materiaes (...), por cujo princípio se deve V.Sa. applicar a promover com grande força a lavoura do algodão para aqui ser transportado em rama". [131] Porém, isso não valia para a fabricação do ferro. Isso porque, por meio da mesma carta de 22 de julho de 1766 do Marquês de Pombal ao Morgado de Mateus, comunicava-se a ordem do rei para que se examinasse o progresso que se havia tido "(...) estas minas mais úteis que as do ouro", devendo-as fomentar quanto possível for, assim como se deveria informar de tudo o que fosse a elas respectivo. Tanto que em 7 de maio de 1767 celebrou-

[128] APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 420.
[129] BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775).** 2ª Ed. revista. São Paulo: Alameda, 2007. p. 180.
[130] APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 420.
[131] APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 420.

se escritura de sociedade e companhia entre Domingos Ferreira Pereira com os seguintes sócios.[132]

a) Reverendo Doutor Arcediago Matheus Lourenço de Carvalho;
b) Capitão-Mor Manoel de Oliveira Cardozo;
a) Antonio Lopes de Azevedo;
b) Capitão Jacinto José de Abreu;
c) Silvério Tomas de Oliva Doria;
d) João Fitzgerald;
e) Sargento-Mor Antonio Francisco de Andrade.

Para mestre das fábricas, escolheu-se João de Oliveira Figueiredo, o qual teria sido trazido de Lisboa e morava no Rio de Janeiro. Na semana seguinte à constituição da companhia, o Morgado de Mateus concedeu sesmaria no morro de Biraçoiaba a Domingos Ferreira Pereira, porque se fazia necessária a obtenção de lenha para a fabricação do ferro. Entre fevereiro de 1767 e janeiro de 1768, o mestre de caldear tentou fabricar o ferro, mas não conseguiu atingir o ponto desejável, que fora obtido nas primeiras amostras enviadas a Portugal.[133]

Em carta 2 de julho de 1769,[134] o Morgado de Mateus enviou relatório sobre a fábrica de ferro em Sorocaba. Nesta, informou que as fábricas estavam empatadas, depois de ter visto seu efeito em bastantes quintais de ferro fabricados no pequeno forno erguido no local. Afirmou ter examinado as contas e que não se efetuaram despesas exorbitantes. Porém, asseverou que muitos acionistas ainda não haviam integralizado o capital subscrito na escritura de instituição da companhia. Por isso ordenou que estes fossem intimados a integralizar o que haviam prometido ou então que se retirassem da sociedade. Em resposta, os acionistas informaram ao Morgado de Mateus que não haviam prosseguido na fábrica por falta de escravos. Assim, solicitou-se a ele o uso dos escravos da Fazenda de Araçariguama que eram de propriedade real, por terem sido confiscados dos jesuítas, e comprometiam-se a pagar o jornal, já que a fábrica estava sob a proteção real. Ao deferir esse requerimento, ordenou-se a cessão de até doze escravos com ordenado de quarenta reis, assim como deveriam fornecer-lhes alimentação por três meses.

[132] APESP. CO 245-11.
[133] BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Idem. p. 181.
[134] APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 420.

No mesmo mês de julho, os sócios da fábrica de ferro resolveram ceder a administração dela para o Capitão Jacinto José de Abreu. O Morgado de Mateus ordenou que a todos a quem fosse apresentada a carta, deveriam ajudar e favorecer os trabalhos na fábrica de ferro, já que esta fábrica era de interesse do rei. De acordo com Heloísa Liberalli Bellotto, o Morgado de Mateus escreveu a Pombal – à época, ainda Conde de Oeiras - sobre as dificuldades de obtenção de ferro em Sorocaba, apontando que desconfiava da insuficiência do mestre ou da má-fé deles. Para tanto, remeteu amostras do ferro para serem analisadas em Portugal, com o intuito de esclarecer se o problema estava no mestre ou na matéria-prima.

Observa-se, pois, que a fabricação de ferro em Sorocaba se inseriu no projeto pombalino de recuperação da economia do Reino. Aliás, não se resume à fabricação de ferro o apoio da Junta de Comércio para atividades manufatureiras no Brasil. Em 1767, José Ferreira Leal recebeu apoio para a manufatura de equipamentos náuticos na Bahia. Em 1769, Feliciano Gomes Neves recebeu auxílio para a fabricação de couro. Segundo Maxwell,[135] todas essas medidas contradizem práticas mercantilistas clássicas e constituem em grande inovação na política colonial portuguesa. No entanto, segundo Pedreira,[136] nada disso era garantia de sucesso, porque essas manufaturas eram, em geral, muito mal administradas e fadadas ao fracasso.

Outra evidência do interesse de Pombal pelas fábricas de ferro consistiu na tentativa de estabelecer-se esse mesmo tipo de atividade em Angola. Aliás, o próprio nome do estabelecimento já indica a participação de Pombal nessa atividade: a Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, administrada por Francisco Innocêncio de Sousa Coutinho entre 1764 a 1772. Procurou-se explorar as riquezas de Angola, entre elas a goma, o breu, a construção naval, o salitre, enxofre, cobre e ferro.[137] Antes de 1765 já se fabricava ferro em Angola, mas de modo artesanal pelos nativos, a partir do incentivo de Antonio de Vasconcelos. Sousa Coutinho, por sua vez, tentou estabelecer novo método de fabricação. Em primeiro lugar, procurou novo local para erguimento do empreendimento, no qual também fosse possível a construção de açude. Em 1768, deu-se instrução ao Capitão Joaquim de Sousa Lobo para que se levantasse a quantidade de lenha necessária ao funcionamento por um ano.

---

[135] MAXWELL, Kenneth. Idem.p. 133.
[136] PEDREIRA, Jorge Manuel Viana. Idem. p. 61.
[137] MACHADO, Monica Tovo Soares. **Angola no período pombalino: o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho – 1764-1772**. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. p. 67-72-79-81-82.

Em Angola, o método biscainho, de pequenas forjas que usavam foles de pele de cabra, não produzia em grandes quantidades. Por isso Sousa Coutinho desejava o uso do método francês, levando-o a solicitar mestres da Europa. Todavia, devido às adversidades de ordem natural para o trabalho naquele local, os mestres ficavam desanimados ou doentes. Em dezembro de 1768, Sousa Coutinho escreveu a Antonio Anselmo Duarte de Siqueira, intendente geral das Reais Fábricas de Ferro, lamentando o falecimento de um dos mestres, assim como dava instruções para o tratamento daqueles que estavam doentes. Devido à escassez de mestres em Angola, Sousa Coutinho, em março de 1769, escreveu a seu cunhado, o Morgado de Mateus, solicitando mestres de Sorocaba para Angola.[138]

A fábrica de ferro de Nova Oeiras já havia sido concluída em 1772, ano da partida de Sousa Coutinho, mas não houve produção de ferro por falta de pedras para o cadinho. Por isso, seu sucessor, D. Antonio de Lancastre, abandonou o projeto da fábrica.[139]

Com a saída do Marquês de Pombal em 1777, iniciou-se a denominada "Crise do Antigo Regime", caracterizada pela perda de importância das potências ibéricas no cenário europeu em razão do crescimento de Inglaterra e França, ao mesmo tempo em que tinham vastos domínios ultramarinos, que passam a ter outra dimensão com as transformações ocorridas no capitalismo, de mercantil para industrial.[140]

Nos primeiros anos da saída de Pombal, os projetos de industrialização foram paulatinamente abandonados. Em 1782, o governo ainda mandou Marcelino Pereira Cleto, do qual pouco se sabe, mas provavelmente pessoa de grande confiança do governo, foi mandado a São Paulo para verificar a situação da Capitania. Nessa viagem, aproveitou para verificar o morro Biraçoiaba e a fábrica de ferro ali existente.[141] No entanto, a historiografia destaca o Alvará de 5 de Janeiro de 1785, pelo qual D. Maria I ordenou a extinção e abolição de todas as manufaturas, teares e fazendas existentes no Brasil, exceto aquelas que fabricavam roupas para uso e vestuário dos escravos, bem como aqueles que fabricavam para enfardamento e empacotamento de fazendas.[142] Os motivos explícitos dessa medida estão no próprio texto do Alvará, em que se apontou o prejuízo causado pelo desvio de mão-de-obra da lavoura e mineração para emprego no

---

[138] MACHADO, Monica Tovo Soares. Idem. p. 87.
[139] MACHADO, Monica Tovo Soares. Idem. p. 89.
[140] NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 55.
[141] CLETO, Marcelino Pereira (e outros). **Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804.** Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977 (coleção paulística, v. 1).
[142] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 5 de janeiro de 1775.

“grande número de fábricas e manufaturas” existentes no Brasil, já que ainda havia muitas terras incultas e a serem descobertas e a extração do ouro e diamantes reduzia-se consideravelmente. Trata-se, pois, do emprego da política econômica fisiocrata, a qual reconhecia que toda a riqueza vinha da terra, como se pode perceber no próprio alvará, ao declarar-se que:

“(...) e consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos frutos e producções da terra, as quaes somente se conseguem por meio de colonos, e cultivadores, e não de artistas, e fabricantes (...), porque (...) as producções do Brazil [são] as que fazem todo o fundo, e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação, e do commercio entre os meus leaes vassalos habitantes destes reinos, e daqueles domínios, que deveo animar, e sustentar em commum beneficio de huns, e outros, removendo na sua origem os obstáculos, que lhe são prejudiciaes e nocivos (...)”.[143]

De fato, não há qualquer proibição à fabricação de ferro no Brasil. Porém, como já não havia mais nenhuma fábrica em funcionamento, logo nenhuma mão-de-obra estava sendo desviada da agricultura e mineração.

O filho de Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, Rodrigo de Sousa Coutinho futuro Conde de Linhares, não era muito favorável às indústrias. Durante o exercício de seu cargo de Embaixador em Turim, no qual permaneceu entre 1776 a 1796, escreveu as “Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa”, publicada em 1789, ainda se podia notar sua concordância com pensamento fisiocrata como justificativa para as medidas semelhantes àquelas tomadas em 1785 pelo Alvará de D. Maria I, ao rechaçar a tese de que a causa da decadência de Portugal era a extração mineral das colônias, pois os defensores dessa tese, em especial, Montesquieu, estavam equivocados, porque as demais nações europeias nunca sentiram os efeitos de uma extrema riqueza como a que Portugal tinha com o Brasil. No seu entender, a verdadeira causa da decadência portuguesa estava no Tratado de Methuen, que colocou Portugal em situação desvantajosa em relação à Inglaterra.[144]

Nas mesmas Memórias Econômicas, o italiano Domingos Vandelli, professor em Coimbra, defendeu a prevalência da agricultura em Portugal em detrimento das manufaturas, porque ambas as atividades eram um paradoxo e a prevalência da indústria seria perniciosa, pois ela desviava mão-de-obra da lavoura. A Holanda não devia ser tomada de exemplo para Portugal,

[143] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 5 de janeiro de 1785.
[144] COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metaes preciozos na Indústria das Nações que as possuem, e especialmente da Portugueza”. In: **Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. 237-243.

porque eles não têm território similar ao português. Vandelli enunciou, inclusive, os princípios fisiocratas, entre eles:

"1. Que a fortuna do Estado, e da Humanidade, exceptuando os selvagens, que vivem da caça, e pesca, está nas mãos dos cultivadores; 2. Que as producções da terra são a única e verdadeira riqueza, e a cultura della o único principio da sobredita; 3. Que o consumo, he o único agente, que dá valor à producção, que a anima, e a extende, e multiplica; 4. Que em proporção do valor dos fructos a terra será melhor trabalhada, e em consequencia as colheitas mais abundantes".

Para ele, ademais, a indústria só prosperaria com o auxílio da agricultura, que lhe forneceria as matérias-primas. Assim, só deveria ter indústrias na quantidade suficiente para não prejudicar a agricultura e não se deveria impor direitos de entrada ou proibição de indústrias estrangeiras em Portugal, porque o povo não poderia ser prejudicado ao ser obrigado:

"a comprar manufacturas mal fabricadas muito caras, e augmentar o contrabando". A conclusão do autor é a seguinte: "Do exposto se conclue que a Agricultura deve preferir-se às Fábricas, as quaes não devemos multiplicar, sem antes ter o sustento sufficiente, e barato para as que já existem, porque pelo contrário se arruinarão juntamente a Agricultura, e as Fábricas".[145]

Porém, a força do pensamento fisiocrata não significou, no entanto, a inexistência de fábricas em Portugal, nem no Brasil. Ao contrário, pode-se observar pela legislação portuguesa a marcha simultânea da fisiocracia e do liberalismo industrial, por meio da autorização de novas fábricas, a prorrogação de autorização de funcionamento das mesmas e a isenção de direitos sobre seus produtos,[146] mas voltavam-se à produção de tecidos, vinhos e objetos de uso pessoal.

---

[145] VANDELLI, Domingos. "Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fabricas". In: **Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p.244-253.

[146] Por exemplo, o Alvará de 8 de janeiro de 1791, que autorizou a criação da Fábrica de Seda de Simão de Oliveira da Costa Ozório da Guarda; o Decreto de 16 de setembro de 1791, que isentou dos direitos as matérias primas da Fábrica de arcos de ferro da Companhia dos Vinhos do Douro; o Alvará de 20 de outubro de 1791, que prorrogou por mais vinte anos a Companhia dos Vinhos do Alto Douro; o Alvará de 6 de julho de 1792, que mandou entregar a José Carvalho de Araújo e outros a Real Fábrica de Lençaria de Alcobaça; o Alvará de 2 de outubro de 1792, que isentava de penhora os teares e instrumentos dos fabricantes de seda; o Alvará de 5 de julho de 1793, que isentou de direitos os chapéus grossos das Fábricas do Minho; o Alvará de 20 de dezembro de 1793, acerca da criação do estabelecimento da Fábrica de Louça de pedra na cidade do Porto; o Decreto de 7 de maio de 1794, que prorrogou por mais dez anos os privilégios da Fábrica de Vidros de Leiria; o Alvará de 23 de janeiro de 1799, que mandou unir a Fábrica de Lanifícios de Portalegre à da Covilhã e Fundão.

Em se tratando de apropriação de conhecimentos sobre mineralogia, vários países europeus desenvolviam pesquisas e mantinham escolas de minas para a formação de pessoal. Segundo Alex Gonçalves Varela, a Suécia foi onde primeiro se fundou uma escola de minas, em 1684. Em 1735, fundou-se uma academia de minas na Hungria e em 1766, fundou-se a Bergakademie, em Freiberg, que se tornou a mais renomada. Depois dessa, criaram-se outras academias no Império Austro-Húngaro e outra em Berlim, ambas em 1770; em São Petesburgo em 1773, em Almadén em 1777 e em Paris em 1783.[147]

O Conde de Balsemão, enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, escolheu José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, e Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, para participarem de uma viagem científica por essas academias, com o intuito de adquirirem conhecimentos sobre mineralogia.[148] Estudaram química e mineralogia em Paris e de lá foram para Freiberg, onde tiveram aulas com o grande mestre alemão Werner. As instruções que receberam foram as de visitar minas da Saxônia, da Boêmia, de Caterineburgo e outras minas na Rússia, Hungria, Suécia, Inglaterra, Escócia, País de Gales e Espanha.

José Bonifácio, durante sua viagem, permaneceu por três anos na Suécia. Escreveu, por exemplo, a "Exposição sucinta das características e das propriedades de vários novos minerais da Suécia e da Noruega, com observações químicas feitas nessas substâncias" e a "Notícia sobre a estrutura mineralógica do país de Sala na Suécia".[149]

Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1796, ainda sustentava as vantagens do comércio ao recomendar a instalação de feitorias na Itália.[150] Porém, ao assumir a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos nesse mesmo ano, acabou empreendendo essa política de modernização do império lusitano ao voltar os interesses de Portugal para o Brasil. Ainda em 1796, já se estudava a instalação de uma fábrica de ferro em São Paulo. Em 20 de abril deste ano, o Conde de Sarzedas escreveu a Luis Pinto de Sousa Coutinho sobre a pretensão de

---

[147] VARELA, Alex Gonçalves. **Atividades científicas na "Bela e Bárbara" Capitania de São Paulo (1796-1823)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências – Área de Aplicação em Geociências). Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas, p. 47.

[148] MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Intendente Câmara.** Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. (1764-1835). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 21.

[149] Cf. FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Nota Preliminar. In: **Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgar de Cerqueira Falcão.** Vol. I. Ed. comemorativa do bicentenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais; Clicheria Rufer; Lanzara S.A. Gráfica Editora, 1963.

[150] COUTINHO, Rodrigo de Souza. "Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal". In: **Academia das Ciências de Lisboa. Memórias Econômicas Inéditas (1780-1808)**. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1937, p. 301-318.

criar fábricas de ferro em São Paulo. De acordo com Fernando Novais, esse fato é reflexo do movimento de ilustração portuguesa, pelo qual se atribuía grande importância às fábricas de ferro em Portugal e no Brasil. Os reclamos de D. Rodrigo José de Meneses sobre a necessidade de ferrarias em Minas Gerais sob a alegação de que a ausência delas afetava negativamente a mineração resultaram na realização de estudos mineralógicos no Brasil.[151]

Alex Gonçalves Varela, por seu turno, explica que Rodrigo de Sousa Coutinho procurou erguer economicamente o império português por meio dos conhecimentos das riquezas naturais do Brasil, já que a colônia seria a "tábua de salvação" de Portugal.[152] Na verdade, aumentou-se o número de estudos sobre a região por meio de especialistas no assunto, entre eles, José Vieira Couto em Minas Gerais, Manuel Ferreira da Câmara na Bahia, João Manso Pereira e Martim Francisco Ribeiro de Andrada em São Paulo.

Sabe-se pouco acerca de João Manso Pereira. Por meio dos trabalhos que escreveu, ele pesquisou o aprimoramento da fabricação de aguardente no Brasil, assim como acerca do sobre salitre e do enxofre.[153] A pedido do governo, ele esteve em 1798 em Biraçoiaba para recolha de amostras do ferro do local, para serem enviadas para análise em Portugal.

Em 19 de agosto de 1799, o Príncipe parabenizou o Governador-Geral Antonio Mello e Castro pelos resultados que obteve em Biraçoiaba. Nessa mesma carta, o Príncipe ordenou-se a instalação de uma fábrica de ferro no local, sob direção de João Manso Pereira. Para auxiliá-lo na construção da fábrica de ferro, sobretudo em termos de demarcação de áreas a serem reservadas para extração de carvão vegetal para os trabalhos, o Governador nomeou o Tenente-Coronel Candido Xavier de Almeida e Souza, o qula foi posteriormente substituído pelo Coronel José Arouche de Toledo Rendon.[154] João Manso Pereira, com efeito, não conseguiu fundir ferro em Biraçoiaba, o que lhe resultou em críticas por parte do Governador Geral, que o acusou de ser alquimista e não, químico.[155] Este se defendeu, alegando que não havia barro adequado para a construção dos fornos, sendo, por essa afirmação, novamente contestado, porque bastaria a ele solicitar a vinda de tijolos de outro local.[156] Por isso, foi dispensado dessa tarefa por procrastinar a execução das ordens reais de construção da fábrica no morro Biraçoiaba.

---

[151] NOVAIS, Fernando. Idem. p. 281-283.
[152] VARELA, Alex Gonçalves. Idem. p. 26-96.
[153] VARELA, Alex Gonçalves, Idem. p. 99.
[154] VARELA, Alex Gonçalves, Idem. p. 159.
[155] VARELA, Alex Gonçalves, Idem. p. 167.
[156] VARELA, Alex Gonçalves, Idem. p. 170.

Outro documento importante foi o Alvará de 24 de abril de 1801, que aboliu os contratos de pescaria das baleias e do estanco do sal, com o intuito de forçar a baixa dos preços mediante aumento da oferta desses produtos pela livre concorrência, ao mesmo tempo em que se instituiu imposto do selo sobre esses produtos, estabeleceu, ao final desse texto legal, o seguinte:

"XVI. Finalmente tendo mandado crear hum Estabelecimento para a excavação das Minas de Ferro de Sorocaba, que existem na Capitania de S. Paulo, ou ainda nas que se descobrirem na Capitania de Villa Rica, e de que necessariamente se hão de seguir as maiores vantagens aos Meos Vassalos: Ordeno ao Governador, e Capitão General da mesma Capitania, que faça logo trabalhar nas referidas Minas, e ponha em Venda por Conta de Minha Real Fazenda o Ferro, que dellas se extrahir, com dez por cento sobre o custo, que o mesmo fizer; ficando livre o referido Metal de pagar qualquer direito de Entrada nas outras Capitanias, constando pela Marca, e Guia, de que deve ir acompanhado, a Officina em que foi Fabricado".[157]

Além do patrocínio a súditos portugueses para estudar mineralogia no exterior, como o caso de José Bonifácio e Manuel Câmara, Portugal incentivou a tradução de obras de importantes naturalistas da época. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio e aluno de Domingos Vandelli em Coimbra, traduziu para o português a obra Manual do Mineralógico, de Torbern Bergman, professor de química em Upsala e descobridor do aço, a qual é realmente um manual prático sobre exploração de recursos minerais.[158] Martim Francisco, postulante a professor de matemática na aula régia de São Paulo, foi nomeado em 1800 para o cargo de Diretor Geral das Minas de Ouro, prata e Ferro da Capitania de São Paulo.[159] Em 1803, após a demissão de João Manso Pereira, Martim Francisco visitou o morro Biraçoiaba em sua viagem pelo interior de São Paulo.

Outro documento importante é a Carta Régia de 13 de maio de 1801, dirigida ao Bispo de Coimbra, por meio da qual o Príncipe D. João VI comunicou a criação da cadeira de metalurgia na Universidade de Coimbra e nomeou-se José Bonifácio para esse cargo, além de nomeá-lo simultaneamente para o cargo de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, e reerguer, mediante a direçõa das minas e fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e fazer prospecções de

[157] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 24 de abril de 1801.
[158] BERGMAN, Torbern. **Manual do mineralógico, ou esboço do reino mineral, dipsosto segundo a analyse chimica;** publ. por Ferber; trad. e aum. de notas por Mongez, e De La Metherie; ultimamente trad. por Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800.
[159] VARELA, Alex Gonçalves, Idem. p. 165.

carvão mineral. Com efeito, José Bonifácio já era um renomado cientista do século XVIII na área da mineralogia.[160] Na Carta Régia de 13 de maio de 1801, declarou-se que ele:

"(...) bacharel em Leis, e Filosofia (...), depois de se ter habilitado para servir-me nos Lugares de Letras, deixou a sua carreira da Magistratura, e viajou por ordem, e escolha da Rainha Minha Senhora e Mãi, pela maior parte dos Paízes da Europa, por espaço de dez annos,e visitou todos os seus Estabelecimentos montanísticos e metalúrgicos, instruindo-se assim therorica, como praticamente em todos os seus respectivos trabalhos, e manipulações, como também na administração pública, e economia particular dos mesmos, voltando a Portugal com todas as luzes, e conhecimentos necessários, e próprios, para ser hum dos primeiros membros do sobredito Estabelecimento, que Me proponho crear, e para o bem do qual já vai desde agora concorrer, indo formar na Minha Universidade de Coimbra, como Lente da nova Cadeira de Metallurgia, pessoas capazes de serem para o futuro Membros da mesma Instituição".[161]

Entretanto, José Bonifácio permaneceu pouco tempo no cargo de Intendente Geral das Minas, porque se mandou buscar em 1802 na Alemanha três alunos da Escola de Freiberg para trabalhar em Portugal. Essa "Missão Alemã" foi composta por Frederico Luiz Gulherme Varnhagen, Wilhelm Ludwig von Eschwege e Wilhelm Christian Gotthelf Feldner.[162]

---

[160] Nascido em 1763 em Santos, graduou-se em direito e em filosofia na Universidade de Coimbra, em Portugal. Em 1791, frequentou o curso de mineralogia e química da Escola Real de Minas de Paris e no ano seguinte, foi para a Escola de Minas de Freiberg, formando-se em 1794. Depois de realizar viagem pelas minas da Áustria, Alemanha e Itália, foi morar na Suécia em 1796 e, em 1799, na Dinamarca. Retornou a Portugal em 1800. Participou da luta contra as tropas francesas em Portugal. Exerceu o cargo de Secretário da Academia das Ciências de Lisboa entre 1812 a 1819, quando retorna ao Brasil em razão de sua aposentadoria. Em 1821, tornou-se vice-presidente da Junta Provisória da Província de São Paulo e, em 1822, entregou a representação do governo de São Paulo para que D. Pedro desobedecesse as ordens das Cortes de Lisboa de regressar a Portugal. Com a proclamação da Independência, foi nomeado Ministro do Império e Negócios Estrangeiros. Participou da Assembleia Constituinte de 1823, mas ao final deste ano acabou sendo exilado para a França. Retornou em 1829 ao Brasil e em 1831, foi nomeado tutor de D. Pedro II. Em 1833 perdeu a tutela do imperador e retirou-se para sua casa em Paquetá, no Rio de Janeiro, na condição de preso. Faleceu em 6 de abril de 1838. (DOHLNIKOFF, Miriam. "Cronologia de José Bonifácio. In: DOHLNIKOFF, Miriam (Org). **José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000).

[161] PORTUGAL (Reino de). Alvará de 11 de maio de 1801.

[162] SOMMER, Frederico. **Guilherme Luis, Barão de Eschwege.** São Paulo: Melhoramentos, 1952, p. 21.

2.3. A Construção da Fábrica de Ferro de Ipanema

2.3.1. A vinda da Família Real ao Brasil

Somente com a vinda da Família Real ao Brasil em 1808 é que as intenções de construção de uma fábrica de ferro próximo ao morro Biraçoiaba saíram do plano das intenções para a sua concretização.

Em Minas Gerais, Manuel Ferreira Câmara construiu a Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar; Eschwege, por conta própria, construiu a Fábrica de Ferro do Prata, em Congonhas do Campo. Pelo fato de que essa dissertação tem por objeto a Fábrica de Ferro de Ipanema, delas não se tratará com maiores detalhes.

Para ser possível a instalação de uma fábrica de ferro no Brasil, eram necessários operários especializados na fabricação de ferro segundo as técnicas mais recentes à época. Por isso, a participação de artífices europeus contratados por elevadas remunerações – tal como se havia feito em Figueiró dos Vinhos - foi a opção tomada para se obter essa tecnologia até que operários nacionais tivessem adquirido tais conhecimentos. Nesse sentido, fez-se o inverso do que fez Pombal, que incentivou a ida de nacionais aos principais centros produtores para aprenderem. Ao longo do século XIX, como se verá, essa experiência não foi bem sucedida.

A decisão tomada à época foi a de contratação de suecos, em vez dos alemães já contratados por Portugal em 1802 para trabalho nas fábricas portuguesas. Há pelo menos três fatores que explicam a opção por um sueco. A primeira delas é que esse país era uma das grandes produtoras de ferro do mundo. Em segundo lugar, José Bonifácio despertou interesse pela Suécia do ponto de vista científico. Basta lembrar de seus trabalhos, intitulados "Breve notícia sobre as propriedades e características externas de alguns fósseis da Suécia e Noruega, acompanhada de observações químicas sobre os mesmos" e "Notícia sobre a estrutura mineralógica de Sala na Suécia", assim como recolheu minerais desses locais.[163] Em terceiro lugar, o Conde de Linhares, com efeito, não tinha predileção pelos engenheiros alemães que já haviam sido contratados em 1800 em Portugal, já que esses mestres estavam à disposição e não foram designados para a execução do projeto de construção de uma fábrica de ferro. Frederico Varnhagen não conseguiu

[163] Cf. **Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgar de Cerqueira Falcão**. Vol. I. Ed. comemorativa do bicentenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais; Clicheria Rufer; Lanzara S.A. Gráfica Editora, 1963.

participar desta fábrica, enquanto o Conde de Linhares esteve à frente do governo no cargo de primeiro-ministro. Eschwege trabalhou em Minas Gerais, mas por conta própria.

O sueco Carl Gustav Hedberg foi a pessoa escolhida para a direção geral dos trabalhos de instalação de uma fábrica de ferro ao lado do Rio Ipanema, o qual corre perto do morro Biraçoiaba. Trata-se de uma personagem que despertou polêmica entre os estudiosos sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema, pelo fato de ter entrado em conflito com Frederico Luiz Gulherme Varnhagen.

O Prof. Fernando Landgraf, da Escola Politécnica da USP e pesquisador da história da metalurgia no Brasil, descobriu que na Suécia não se sabia do paradeiro de Hedberg após 1810. Assim, o referido professor localizou pela Internet o Dr. Sven-Gunnar Sporback, responsável pelo sítio arqueológico de Hagelsrum, na Suécia, região em que Hedberg trabalhou antes de vir ao Brasil. Pela troca de informações entre esses pesquisadores, descobriu-se que entre 1795 a 1809, Hedberg dirigiu um alto-forno de 8 metros em Hagelsrum, cujo ferro era extraído do lago Hulingen. Esse forno produzia 120 toneladas anuais de ferro gusa. Em 1802, realizou em Rosenfors,[164] localidade próxima de Hagelsrum, operações de refino e forja de barras de ferro. Em 1804, assumiu a direção de outro forno-alto em Paulistrom, distante 20 quilômetros de seu local habitual de trabalho. De acordo com esses autores, Hedberg tinha experiência suficiente no exercício dessa atividade.[165] Segundo Eschwege, Hedberg teria sido administrador em Adelfors. Conforme descrição do viajante inglês Thomas Thomson, que percorreu a Suécia em 1812, a mina de Adelfors não produzia ferro, mas sim, ouro. Teve sua exploração iniciada em 1738 e encerrada em 1789.[166]

No contato que teve com o cônsul português em Estocolmo, Gustav Beyer, Hedberg foi informado desse plano da coroa portuguesa de montar fábricas de ferro no Brasil e conseguir realizar transferência de tecnologia de operários estrangeiros para nacionais por meio de artífices especializados, que ensinariam suas técnicas aos aprendizes brasileiros. Esses entendimentos foram consubstanciados por meio do contrato celebrado entre o governo português, por meio do ministro plenipotenciário na Suécia, Joaquim Lobo da Silveira, e Carl Gustav Hedberg, assinado

---

[164] **História de Rosenfors**. Disponível em: <http://www.rosenfors.se/?page_id=3>. Acesso em: 20.jun.2012

[165] LANDGRAF, Fernando J.G; ARAUJO, Paulo Eduardo Martins; SPORBACK, Sven-Gunnar. "Start-up da siderurgia moderna. 200 anos da fundação da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (SP) relembram os primórdios da produção de aço no Brasil". Metalurgia e Metais. v. 66. mar/abr 2010, p. 200.

[166] THOMSON, Thomas. **Travels in Sweden during the autumn of 1812.** London: Robert Baldwin, Paternoster-Row, 1813, p. 301.

em Estocolmo em 31 de dezembro de 1809. [167] Por meio desse, Hedberg obrigou-se, por dez anos, a elaborar e executar planos de construção e organização de minas e forjas para a extração e fabricação de ferro, cobre, prata e ouro segundo as regras da arte e melhoramentos conhecidos praticáveis no País – no caso, a Suécia - assumindo o cargo de Diretor ou Sobre Intendente na data da assinatura deste contrato. Outra obrigação de Hedberg era a de trazer consigo quatorze mineiros e fundidores suecos capazes de construir e trabalhar nas minas e forjas. Essas pessoas também estavam obrigadas a instruir e exercitar outros neste ramo. No entanto, o contrato estabelecia que parte desses mineiros deveria trabalhar por três anos no Brasil; outra parte, por quatro anos e a última parte por cinco anos, sem contudo estabelecer quem deveria partir antes ou depois.

A remuneração estabelecida a Hedberg era a de um ordenado de quatro mil cruzados anuais, sendo que as dez primeiras prestações seriam pagas antecipadamente, a contar da data da assinatura do contrato, além de ajuda de custo para os gastos com transportes realizados em razão dos serviços prestados. Outra cláusula desse contrato era a de que se estabelecia uma pensão de mil e quinhentos cruzados anuais após o término do contrato, sem, contudo, fixar seu prazo de vigência. Esse contrato estabelecia liberdade para regressar a Europa e que tanto a viagem de ida quanto a de volta seriam pagas pela coroa. Também assegurava o livre exercício privado de religião a Hedberg e seus mineiros. O contrato assegurava ainda o direito a dois mordomos.

A cláusula penal estabelecida nesse contrato para a hipótese da coroa não cumprir com sua obrigação de fornecer todo o necessário para o estabelecimento das minas e forjas, consistia na percepção de toda a remuneração que seria devida a Hedberg até o final do contrato. Para os mineiros, assegurava-se o pagamento antecipado de vencimentos equivalentes a quatro meses. Já em caso de inadimplemento por parte de Hedberg, ele perderia o direito a seus vencimentos, mas se lhe assegurava o pagamento de sua viagem de regresso a Europa.

Em anexo havia relação dos mineiros que viriam com Hedberg. Essa lista não é de todo exata, porque não há registro da presença de alguns desses mineiros, tampouco consta a indicação de um artífice sueco de fundamental e decisiva importância para Ipanema: Lourenço Hultgren. Junto com Hedberg, vieram o Cap. Danckwardt, da marinha sueca, para servir de intérprete; o Barão de Flemming, que iria receber sesmarias, e Mr. Printzenschold.

[167] APESP. CO 5213-1. 10 de dezembro de 1810.

No anexo contratual foram relacionados os objetos a serem trazidos com Hedberg, que consistam, entre outros, em quadrantes de mineiro, pedra de cevar, nível, dióptro e seu suporte, uma cadeia de medir, uma régua de redução e um estojo geométrico. Os livros indicados para trazer ao Brasil foram a Enciclopédia de Minas (Bergwerk Lexikon) do mineralogista sueco Sevn Rinman, de 1788; Mecânica das Rochas (Bergmekanik), Mineralogia (Mineralogie), de Retzer, Mineralogia, de Walterum, Sobre Fornos de Carvão Noruegueses ("Om Norska Kolugnar"), Laboratório Químico, de Engeströms ("Engeströms Laboratorium Chemicum") o [Ensaio para a formação de um sistema de] Mineralogia, de Cronstedt (descobridor do Níquel), Físico-química, História do Minério de Pântano ("Berättelse om Sjö-och Myrmalmer").

Quanto à partida de Hedberg da Suécia, pouco se sabe. Há registro de pagamento feito em 27 de maio de 1810 e um aviso dele emitido de Londres em 14 de setembro de 1810 ao Embaixador em Estocolmo, informando que seu contrato foi plenamente executado.[168]

Enquanto Hedberg partia de Londres para o Brasil, a Coroa trabalhava na captação de acionistas para a fábrica de ferro. Em 17 de julho de 1810[169], o Príncipe encaminhou ofício ao General Horta para que formulasse "convite" para que as pessoas mais abonadas da vila subscrevessem ações de 800$ cada. Esse ofício foi repassado em 4 de agosto de 1810 às câmaras municipais das vilas de Sorocaba, Parnaíba, Taubaté, São Luis, Mogi das Cruzes, Itu, Cunha, Jacareí, Paranaguá, Cananéia, Santos e Curitiba. O resultado dessa captação de acionistas não foi positivo, porque as respostas enviadas ao Príncipe eram de que os moradores louvavam a iniciativa, mas que não dispunham de recursos para subscrever ações.[170] Apenas se conseguiu em Curitiba um acionista. Em 16 de setembro de 1810, em Sorocaba conseguiram-se mais três acionistas: Coronel Antonio Francisco, Coronel Bento Manuel de Almeida e Pais, Tenente Francisco de Paula Penteado. Tentou-se a subscrição da ação de Maria de Nazaré de Nascimento Lima por ser dona das terras, mas não foi aceita.[171] Por isso, as autoridades locais, como o Governador da Capitania, Gen. Antonio José de França e Horta e o Brigadeiro José Arouche de Toledo Rendon, assumiram esse ônus de subscreverem ações. Em 27 de novembro de 1810, comunicou-se ao Príncipe a existência de treze acionistas.[172]

---

[168] APESP. CO 245-6. 14 de setembro de 1810.
[169] APESP. 17 de julho de 1810.
[170] APESP. CO 245-12. 13 de agosto de 1810; 15 de agosto de 1810; 16 de agosto de 1810; 19 de agosto de 1810; 20 de agosto de 1810; 22 de agosto de 1810; 1º de setembro de 1810.
[171] APESP. CO 245-25. 8 de outubro de 1810.
[172] APESP. CO 5213-1. 27 de novembro de 1810.

A “certidão de nascimento” da Fábrica de Ferro de Ipanema, cujo nome original era Estabelecimento Montanístico de Extração de Ferro das Minas de Sorocaba, foi a carta do Príncipe Regente de 4 de dezembro de 1810 endereçada ao Gen. Antonio José de França e Horta. Na verdade, trata-se do plano de trabalho, o qual formalizava tudo o que já se vinha fazendo em termos de estabelecimento da fábrica de ferro e que recebeu aditamento em 27 de março de 1811, uma vez que se estabeleceu o uso provisório do Alvará do Regimento das Ferrarias de Figueiró dos Vinhos, de 1802.

Esse documento traz logo no início que seria de “summa utilidade crear no Brasil estabelecimentos de minas de ferro na maior atenção possivel que possão dar ferro, e servir de base a todas as preciozas manufactura do mesmo metal, não só para consumo do Brasil mas ainda para servir de objecto de exportação, o que será ao commercio destes Estados de suma Utilidade”, por se ter ciência da existência da mina de ferro em Sorocaba e que, pela análise que se mandou realizar, o ferro dali extraído seria muito abundante e que há muitos anos se havia mandado reservar as matas para dar o combustível necessário.

Também se relatou a ordem para que viesse da Suécia “uma colônia de bons mineiros com um hábil diretor para os dirigir no Estabelecimento Montanístico” que se estabeleceria em Sorocaba parte com ações de particulares e outra parte mediante recursos financeiros da Real Fazenda, para que se assegurasse o lucro dos acionistas. No caso, o Príncipe subscreveu ações correspondentes a escravos e bens, os quais deveriam ser previamente avaliados. O Príncipe colocou à disposição da fábrica a mina de ferro e as matas necessárias à fabricação do combustível, mas não transferiu a propriedade delas à companhia.[173] Previu-se o cargo de tesoureiro a ser nomeado pela coroa para registro das treze ações oferecidas e daquelas a serem ofertadas, um ministro togado para exercício da função de juiz conservador, o qual, na companhia do inspetor, deveria tombar todas as minas e matas. Ordenava-se, ainda, a publicidade das contas e a elaboração de exata escrituração de todas as despesas feitas, bem como a Hedberg se obrigava a remessa semestral de informe circunstanciado das despesas feitas à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, assim como se deveria deixar prontos os livros de contas para exame dos acionistas.

[173] A natureza jurídica desse ato é controversa. Não é comodato, porque se teria que devolver o bem integralmente, o que não ocorre em extração mineral. Não é usufruto, porque esse é vitalício. Não é arrendamento, porque não se paga nada pelo uso e fruição.

O Príncipe garantia a Hedberg e seus mineiros o pagamento dos vencimentos deles nos termos do contrato de 31 de dezembro de 1809 até o momento em que o estabelecimento estivesse organizado e sob controle dos acionistas. Ademais, ordenava o transporte deles até Sorocaba para que fizessem a construção de uma fábrica "segura, permanente e econômica". Com o intuito de incentivar a fixação dos mineiros no País, previu-se a doação de uma data de terras para cada um deles. Outro aspecto importante era a criação de uma Junta Administrativa, formada por Hedberg, pelo Inspetor das Minas e Matas, pelo Juiz Conservador e por pessoa de confiança escolhida pela maioria dos acionistas, denominado de "Procurador dos interesses e acções da Real Fazenda". Essa Junta, cuja existência seria temporária, até que se constituísse oportunamente a Administração da Companhia, deveria regular tudo segundo as instruções de Hedberg, "que sendo prático e inteligente, é a quem deve ser confiada toda a direção dos trabalhos de que depende a futura sorte de um tão útil como grande estabelecimento". Sua formação inicial teve José Arouche de Toledo Rendon na qualidade de Procurador da Coroa; Martim Francisco de Andrada, por ser Inspetor das Minas e das Matas; Miguel Antonio de Azevedo Veiga como Juiz Conservador e Fernando Carneiro Leão como procurador dos acionistas.[174]

2.3.2. As intrigas entre Hedberg e Varnhagen

Hedberg chegou a Sorocaba em 11 de janeiro de 1811 na companhia dos suecos e de Frederico Varnhagen, oficial alemão contratado em Portugal em 1802 para trabalhar com José Bonifácio em Figueiró dos Vinhos.[175] Segundo relato do próprio Varnhagen, os suecos estavam contentes. Os escravos chegaram no dia seguinte e, na madrugada do dia 13 de janeiro, Hedberg teria ido conhecer o morro Biraçoiaba. Na semana seguinte, os suecos começaram a realizar os trabalhos de corte de madeira.[176]

Arouche Rendon não teve uma boa impressão de Hedberg nos primeiros dias. Escreveu ao Governador-Geral Antonio José de França e Horta que concordava com a impressão que este teve de Hedberg e do Cap. Danckwardt. O diretor seria melancólico e desconfiado e o capitão,

[174] APESP CO 5213-1. 6 de dezembro de 1810.
[175] APESP. CO 5213-1. 10 de dezembro de 1810.
[176] APESP. CO 245-21. 23 de janeiro de 1811.

intrigante e grosseiro. Disse ainda que com a partida deste último para o Campo de Pirajussara, Varnhagen teve oportunidade de conversar com Hedberg, que lhe informou concordar com tudo nos seus planos, inclusive comunicava os fatos ao Conde de Linhares.[177] Com efeito, essas primeiras impressões que tiveram, não se referiam apenas ao temperamento de Hedberg, mas também pelas dificuldades que encontrariam no relacionamento com ele, pelo fato de ter recebido amplos poderes na execução dos projetos da Fábrica de Ferro. Arouche lutou até o fim para que Hedberg fosse desligado da fábrica, em razão de sua amizade com Varnhagen.

A primeira carta de Hedberg foi a cobrança que fez de operários e de bestas para os trabalhos, e exigia a fixação de uma data para que se lhe colocassem à disposição essas pessoas e animais, posto que se exigia pressa na construção da fábrica e ele também queria o mesmo.[178]

O primeiro assunto discutido pela Junta Administrativa, que se reuniu nos dias 4 e 9 de fevereiro de 1811, foi a questão da demarcação do distrito mineiro, cujo assunto foi aprovado por unanimidade. Fixou-se o prazo de três meses para que os moradores da região da fábrica deixassem o local.[179] Arouche, ao comunicar ao Governador o resultado da reunião do dia anterior, relatou que novamente Hedberg se mostrava desconfiado de tudo: não acreditava na riqueza das minas e desejava ver as matas pessoalmente.[180] Na sessão do dia 14 de fevereiro de 1811, chegou-se a um acordo de que não era necessário construir uma grande fábrica, mas apenas uma que produzisse entre oito a dez mil quintais de ferro, pois esse era o consumo que se estimava ter à época. A ideia deles era que, com uma desejável diminuição da importação de ferro nos anos seguintes, haveria aumento da procura por esse produto e só a partir desse estágio se faria a ampliação das instalações.[181] No entanto, nessa reunião apareceu a divergência sobre o local em que se deveria instalar a fábrica, pois, para Varnhagen, essa matéria não era de menor importância e ele não concordava com o local. O encaminhamento dado nessa sessão era de que Hedberg e Varnhagen deveriam apresentar por escrito os motivos pelos quais a fábrica deveria ser instalada no local em que julgava conveniente. Hedberg respondeu que só devia contas ao Conde de Linhares, mas que concordava em apresentar por escrito seus planos à Junta

[177] APESP. CO 245-24. 20 de janeiro de 1811.
[178] APESP. CO-245. 2 de fevereiro de 1811.
[179] APESP. CO 245-13. 9 de fevereiro de 1811.
[180] APESP. CO 245-21. 10 de fevereiro de 1811
[181] APESP. CO 245-21. 4 de fevereiro de 1811.

Administrativa.[182] De qualquer modo, chegou ao conhecimento do Governador uma carta do Príncipe aprovando as primeiras medidas tomadas na Fábrica de Ferro.[183]

Muito provavelmente, o relacionamento entre Hedberg e Varnhagen já não mais devia ser dos melhores logo nos primeiros dias de trabalho. Arouche, por meio de suas cartas, revelava sua preferência por Varnhagen, atuando com advogado das ideias dele. Isso porque sugeriu a permanência de Varnhagen na fábrica ou que pelo menos ficasse na Capitania, para sossego dos acionistas.[184] Não deixa de ser curioso, porque, sendo os acionistas pessoas desinteressadas na fabricação do ferro e que só estavam nessa qualidade para agradar o Príncipe, provavelmente não saberiam distinguir em tão pouco tempo as vantagens dos trabalhos de Varnhagen em comparação com os de Hedberg. Isso se repetiu novamente, quando Arouche informou a demarcação do distrito mineiro e comunicou o falecimento de um dos suecos, Bergman, o qual já estava mal de saúde no mar. Aproveitou a oportunidade para novamente sugerir a permanência de Varnhagen na fábrica, pois, caso o diretor dela viesse a faltar, o estabelecimento não ficaria sem comando.[185]

No dia 23 de março de 1811,[186] o Conde de Linhares, numa tentativa de conter os ânimos entre eles, enviou carta ao Governador-Geral, admoestando a todos pelo que ocorria na fábrica. Esse documento indica que o Príncipe teria notado ciúmes da parte de Hedberg, talvez fomentado pelo seu intérprete Cap. Danckwardt, o que deveria cessar. Também disse que Hedberg temia ser maltratado por ser de outra religião e, por isso, mandou que se respeitasse o culto particular dos suecos, sob pena de punição. Colocou que os pedidos dirigidos a Hedberg deviam ser feitos com cuidado e moderação, porque era essencial não desgostá-lo. Quanto a Varnhagen, este podia permanecer na fábrica enquanto este se conduzisse bem – unindo-se a Hedberg e não o contradizendo - e fosse agradável aos acionistas:

"V.S. também louvará no real nome os esforços do diretor Hedberg, do oficial engenheiro Varnhagen e do inspetor das minas e a todos fará V.S. declarar que, na sua ausência, deve presidir na junta o que V.S. nomear, e que S.A.R. espera que todos se esmerem em amortecer qualquer impulso de vaidade própria e que, deixando de parte toda a

[182] Esse posicionamento justifica-se pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, na qual se estabelecia que a Junta Administrativa devia auxiliar Hedberg.
[183] APESP. CO 5213-1. 19 de fevereiro de 1811.
[184] APESP. CO 245-21. 18 de fevereiro de 1811.
[185] APESP. CO 245-21. 26 de fevereiro de 1811.
[186] APESP. CO 5213-1. 23 de março de 1811.

oposição e intriga, se dediquem somente a beneficiar o Estado, fazendo que solidamente se estabeleça uma fábrica, que deve fazer a riqueza do país".

Também no mesmo sentido o Aviso de 5 de abril de 1811, em que se ordenou a elaboração de escrituração para não desperdiçar recursos na construção da fábrica, a fim de que os acionistas não se sentissem prejudicados, já que entraram como tais apenas por honra e não por vontade. Em especial:

"dá também muito cuidado a S.A.R. a necessidade que há, de evitar intrigas na junta que possam desgostar o diretor Hedberg; e posto que o mesmo Augusto Senhor conheça as pessoas hábeis, que formam a junta segundo as suas reais ordens, contudo S.A.R. tem os olhos abertos sobre o hábil oficial Varnhagen e sobre Danckwardt, e ordena a V.S. que assim o faça sentir na junta, para que se evite toda a qualidade de intriga que possa impedir as grandes vistas do hábil diretor Hedberg, que pode fazer a felicidade de tão útil estabelecimento, e conseguintemente do Brasil e dos Acionistas". [187]

Arouche respondeu ao Governador Horta os tópicos da Carta Régia de 5 de abril de 1811, com o intuito de defender Varnhagen, pois esse gozava de estimação pública e recebia elogios por seus conhecimentos, caráter e empenho pelo bem do Estado. Argumentou que o Governador sabia da fonte da intriga – embora não tenha dito quem era o responsável por isso. [188]

Os membros da Junta começaram, então, a não aprovar nada do que Hedberg fazia. Reclamaram das obras feitas; que ele usava machados suecos em vez de machados portugueses; que ele tinha medo dos escravos e não os corrigia quando necessário; que os suecos não eram acostumados ao Brasil e desconheciam a realidade local, a qual os portugueses estavam mais habituados. Além disso, que Hedberg fazia de seu carpinteiro o seu oráculo. Também discutiram sobre o açude. Segundo os documentos, houve seca em 1811 e achavam que o diretor não estava ciente do risco de inundação. Hedberg contestou a opinião de Varnhagen, porque achava que a ideia dele não era a mais apropriada para a região e que a construção do tanque era a solução menos dispendiosa. Novamente reclamou dos membros da Junta e de Varnhagen[189] sustentando que no contrato dele não havia cláusula que o obrigava a aprender português rapidamente. Quanto às obras feitas, disse que não era obrigado a construir engenho de serras, mas assim o fez

[187] APESP. CO 5213-1. 3 de abril de 1811.
[188] APESP. CO 245-24. 9 de maio de 1811.
[189] APESP. CO 245-6. 19 de junho de 1811.

para melhor andamento dos trabalhos na fábrica. Queixou-se da inadequação do lugar onde colocaram a olaria, pois não o deixaram escolher. Afirmou ser inverídica a acusação de que oprimia o povo de Sorocaba e disse ter ficado aborrecido por espalharem o boato de que um dos suecos, Bergman, havia cometido suicídio, quando, na verdade, teria tido morte natural. Seu corpo fora desenterrado e seu caixão cobrado.

Nessa mesma carta. Hedberg colocou a necessidade de abertura de boas estradas, tal como fizeram os ingleses, assim como se deveriam usar carros e não bestas individuais para o transporte das cargas. Todavia, assinalou que a abertura de uma estrada era elevada despesa, razão pela qual sustentou que se deveria relevar a exigência de não gastar na construção da fábrica. Hedberg manifestou sua contrariedade com a existência de tenda de bebidas no local, porém a Junta lhe dissera que os escravos tinham o direito de comprar aguardente para recobrar as forças. Denunciou, ao final, que havia corrupção no local: foram trocados os bons escravos enviados à Fábrica por outros doentes ou de má conduta, ou não devolviam aqueles que, doentes, já haviam recobrado a saúde.

Mais uma vez, na Carta Régia de 12 de julho de 1811, o Príncipe ordenou que se evitassem os ciúmes entre os operários suecos e portugueses e autorizou a abertura das estradas.[190] Novamente, em 28 de agosto de 1811, o Príncipe escreveu ao Marquês de Alegrete,[191] ordenando que elogiassem Hedberg pela boa construção do engenho de serras que levantara para a fábrica. Ordenou novamente que se dessem pequenas datas de terras aos suecos, para que eles se afeiçoassem ao Brasil e desejassem permanecer em definitivo,[192] assim como se mandou avisar Hedberg e os demais suecos que eles podiam ficar tranquilos quanto à liberdade de exercerem seus cultos, desde que fosse dentro de suas casas. Para resolver o problema do sepultamento e aproveitando a assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra, ordenou-se que se reservasse um terreno para cemitério de ingleses e suecos, que acabou sendo o primeiro cemitério protestante do Brasil. Para tranquilidade dos acionistas, determinou-se a publicação semestral do andamento das obras. Em relação aos empregados, recomendou-se que se procurasse o bispo da diocese para que se diminuísse o número de dias santos, com o intuito de aumentar o número de dias trabalhados, a ampliação das horas de jornada de trabalho e redução

[190] APESP. CO 5213-1. 12 de julho de 1811.
[191] APESP. CO 5213-1. 28 de agosto de 1811.
[192] Em 1834, desapropriou-se a casa do sueco Strombeck (APESP. CO 5213-25. 6 de setembro de 1834 e 18 de outubro de 1834). Em carta de 24 de fevereiro de 1836, (APESP, CO 5214-11), Strombeck foi visto embriagado na estrada.

do intervalo para as refeições. Solicitou-se que aumentasse a área de terras entregues aos antigos moradores da região da fábrica, para que não fossem prejudicados. Por fim:

"mando participar-vos que a necessidade que houve de empregar o oficial engenheiro Varnhagen em trabalhos de ferro na capitania de Minas Gerais e a consideração de que a sua demora nessa capitania pode excitar partidos e rivalidades nocivas ao meu real serviço, me moveram a abraçar o partido de dar outro emprego aos seus talentos na capitania de Minas Gerais, onde vai dirigir trabalhos de igual interesse e da mesma natureza, dispensando-o de voltar a essa capitania".

Assim, o Conde de Linhares optou por resolver o conflito com Hedberg por meio da remoção de Varnhagen para Minas Gerais. No entanto, os desentendimentos passaram a ser com Martim Francisco. Este fez um relatório das obras para o Marquês de Alegrete, apontando diversos erros nas construções do armazém e do canal para abastecimento do açude, porque Hedberg não estaria calculando adequadamente de acordo com as leis da hidrostática. Denunciou que eram poucos os suecos artífices e que o ajuste celebrado entre Hedberg e o Ministro em Estocolmo era diverso do ajuste feito entre Hedberg e as pessoas que ele trouxe e que nem este ajuste fora cumprido. [193]

O Governador Marquês de Alegrete foi designado para resolver essa dissensão entre Hedberg e Martim Francisco e investigar por que os trabalhos ali não tinham avançado. Em carta ao Conde de Galveias, sustentou que o correto seria mostrar as acusações feitas a Hedberg para que se defendesse, mas, por ser muito desconfiado, concluiu que o melhor seria investigar por conta própria.[194]

Porém, com a morte do Conde de Linhares, o governo mudou de postura para com Hedberg. Em 5 de setembro de 1812, o Príncipe comunicou ao Marquês de Alegrete que recebeu reclamações dos membros da Junta acerca da demora na construção da fábrica e de supostos desvios que realizava no plano de construção da mesma, decorrentes da "desconfiança que começavam a ter da pureza de suas intenções". Disse que apostara no desvanecimento desse receio com o natural avanço das obras empreendidas por Hedberg, mas que, como não tinha ocorrido progresso algum na construção depois de um ano, enviaria o Tenente Carlos Antonio Napion, que exercia o cargo de Tenente General dos Reais Exércitos e Inspetor das Reais

[193] APESP. CO 245-21. 4 de abril de 1812.
[194] APESP. CO 245-21. 22 de abril de 1812.

Fundições, para acompanhar a construção da fábrica e exigir do diretor a entrega das plantas e perfis do forno alto, das refinarias e máquinas; o cálculo das despesas e do tempo necessários à conclusão da obra e a informação exata dos ofícios e habilidades de cada um dos suecos que trouxe consigo. Por fim, o sueco deveria, a partir de então, reconhecer a autoridade da Junta administrativa em termos de fiscalização dos trabalhos por ele realizados. [195]

Hedberg recebeu versão em francês dessa carta e respondeu ao Príncipe em carta extensa em 12 de outubro de 1812.[196] O sueco colocou que, de um lado, a Junta o havia responsabilizado por coisas que ela mesma fizera e, de outro lado, causava dano à honra de algumas pessoas, o que era desagradável. Defendeu-se, respondendo que não havia se afastado dos planos. Disse que era justa a preocupação do governo por ele ter feito outras obras, mas essas eram secundárias e necessárias para a execução do plano principal. Sustentou também que, por falta de recursos, manteve os operários ocupados, ordenando-lhes a construção de casas e carros de bois. Quanto ao conflito com o Inspetor das Minas, Hedberg pediu para que lembrassem das reclamações que fizera de Martim Francisco, pois este era o principal responsável pelo descrédito que tinha. Afirmou que o Gen. Horta disse que Martim Francisco não sabia viver sem querelas e intrigas. Rebateu a acusação de que os empregados não tinham formação, mas não afirmou a qualificação de cada um deles. Descreveu apenas que estavam trabalhando nos bosques e construíam o açude. Declarou ter feito versão em sueco do contrato com o Ministro Português e que exibiu aos suecos antes da partida deles em 1810. Garantiu que os suecos ensinariam as artes aos brasileiros, mas antes precisavam construir a fábrica. Por fim, quanto ao controle de seus poderes pela Junta, Hedberg fez comparação entre a monarquia e a república e que aquela forma de governo era a melhor; consequentemente, o comando centrado em Hedberg seria a melhor forma de condução da fábrica.

No ano seguinte, Gustavo Beyer, [197] que havia indicado Hedberg para vir a Ipanema, empreendeu viagem pelo Brasil e dela fez relato de viagem sobre cidades brasileiras e sobre a natureza. Esteve em São Paulo, onde disse que o viajante só podia iniciar suas pequisas após ter visitado os moradores locais, que, no caso, eram Martim Francisco e o Marquês de Alegrete. Em São Paulo a polidez era acima do normal, pois o estrangeiro era tido como dono da casa.

[195] APESP. CO 5213-1. 5 de setembro de 1812.
[196] APESP. CO 245-25. 12 de outubro de 1812.
[197] BEYER, Gustavo. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813; tradução de Alfredo Löfgren. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. São Paulo, vol. XII, 1907, p. 286-289-290.

Ofereciam-se presentes e era de mau tom recusar todas essas gentilezas. Na companha do Cap. Danckwardt, viajou em direção a Itu, passando por Ipanema e retornando a São Paulo. Ao tratar de Ipanema, mencionou que a direção dos trabalhos estava a cargo de Hedberg e que em Minas Gerais havia outras duas fábricas, uma delas administrada por Eschwege e outra pelo Intendente Câmara, bastante conhecido pelas suas viagens pela Europa. Nesse relato, Beyer indica sua intenção: averiguar o potencial da fábrica de ferro de Ipanema de fazer concorrência à Europa em caso de conflito entre a Inglaterra e as potências do Norte:

"Imaginava-se também que a fabricação de ferro no Brasil prejudicaria a Europa, e supplantaria a importação da Suécia, porque o aproveitamento dos recursos próprios seria de grande valor, caso uma guerra entre a Inglaterra e as potências do Norte impedissem a exportação dos artigos de primeira necessidade. Ignorância topográfica foi a causa desta opinião errônea, ou, seria isso um meio para affastar a concurrência? Em todo o caso despertou- me a attenção e para melhor conhecer as condições fui mais umas 20 léguas adiante. Ferro em quantidade somente há na capitania de S. Paulo e, si alugma vez as fabricas forem aperfeiçoadas, havendo alguma sobre para vender, será necessário transportal-a até o porto de exportação mais próximo que é o Rio de Janeiro ou, então, ao longo da costa que tem 300 léguas, e, neste caso, o processo é o seguinte: em Ipanema o ferro é carregado por animaes, por causa da falta de boas estradas, até a serra do Cubatão onde desce 7000 pés num declive forte, de modo que a carga não pode ser grande. De Cubatão, onde se pagam direitos por ser a alfândega arrendada, o ferro é conduzido algumas léguas em canoas até a cidade de Santos, logar em que é baldeado de novo para pequenas embarcações cobertas para ser conduzido por 30 léguas anida até o Rio de Janeiro, onde, finalmente, pode ser exportado. Considerando agora que todo este trabalho é pago em ouro, vê-se que o ferro fica tão caro que não pode dar lucro nenhum, mormente quando já existe uma exportação remuneradora de café, assucar e couros e não pode concorrer com o ferro europeu em preço. Segundo o meu modo de pensar, o resultado final dos novos projectos, isto é, si forem executados, será apenas que uma das mais interessantes províncias do globo, poderá produzir para si todo o ferro de que precisa". [198]

Esse relato foi publicado em Estocolmo em 1814, mas só chegou ao conhecimento no Brasil em 1902, com a tradução feita por Alfredo Löfgren. Pelo fato de Beyer ter ido a Ipanema, levantaram-se as suspeitas de que era credor de Hedberg e que teria vindo ao Brasil cobrá-lo.[199]

---

[198] BEYER, Gustavo. Idem. p. 294-295.

[199] Eschwege transcreveu carta de Varnhagen, em que relatou a chegada de Beyer a Ipanema para cobrar-lhe 10.000 cruzados. ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855) **Pluto Brasiliensis. 2º volume.** Prefácio de Mario G. Ferri. Trad. Domínio de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 221 e VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. **Subsídios para a história do Ypanema. Comprehendendo: 1º - A memória histórica do Senador Vergueiro, impressa página por página pela edição de 1822; 2º - O Appendice que foi publicado com a mesma memória. 3º - Um additamento a esta segunda edição d'ella, contendo mappas e documentos inéditos, etc.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, p. 39.

Antonio Xavier Ferreira, o qual, futuramente, tornou-se diretor da Fábrica, aparentemente não gostava de Hedberg. Em carta de 30 de julho de 1813 dirigida a Arouche Rendon, relatou que, em 26 de julho de 1813, Hedberg reuniu o antigo e o novo guarda dos armazéns junto com o guarda-livros. Devido a diferenças no que havia no armazém e na escrituração no tocante a duas alavancas e uma frigideira de barro, Hedberg declarou que faria os ajustes escriturais necessários. Para Ferreira: "Eis aqui como são tratadas as cousas que exigem a maior serie[de] . Cumpre portanto q eu participe a V.S. o que de fatcto sucede, não só por ser V.S. Procurador dos Reaes interesses nesta departição, e nas também como Acionista, p[a] q em justas medidas possa dar as providencias necessárias". [200]

Arouche Rendon demonstrava ainda mais sua insatisfação com o andamento das obras em Ipanema. Na opinião dele, sustentou que só Varnhagen podia salvar a fábrica, pois ela estaria perdida. Afirmou que o Juiz Conservador Miguel Antonio tinha ido ao Rio de Janeiro requerer o retorno do alemão. Disse lamentar que adiantava nada ser acionista ou Procurador da Fazenda para tentar remediar tanto mal.[201] Pouco tempo depois, Arouche foi intimado para que integralizasse no cofre da fábrica as ações que subscrevera. A justificativa por ele apresentada foi a de ter aumentado a desconfiança sobre Hedberg e Napion tinha permitido ao sueco seguir com as obras para que este não tivesse mais desculpas.[202] Finalmente, em dezembro de 1813, Hedberg entregou quatro pequenos fornos, os quais não funcionavam regularmente por falta de carvão.

Em 1814, Hedberg prestou contas sobre a fábrica. Disse ao menos em três oportunidades que os trabalhos estavam prejudicados pela falta de carvão, porque o feitor estava em atividades alheias. [203] Outro ponto era o fato de que os contratos dos suecos tinham expirado e estes estavam apreensivos por não se ter feito proposta de renovação do vínculo, tampouco indicaram os novos aprendizes para a fabricação do ferro. [204]

Em 20 de setembro de 1814,[205] os acionistas da Fábrica de Ferro escreveram para o Príncipe, afirmando que Hedberg era o culpado pelos atrasos. Havia prometido a Napion em setembro de 1812 que entregaria o estabelecimento em julho de 1813 e só em dezembro deste ano é que colocou a fábrica em funcionamento com apenas quatro fornos baixos. Sustentaram

[200] APESP. CO 246-2. 30 de julho de 1813.
[201] APESP. CO 246-2. 16 de agosto de 1813.
[202] APESP. CO 245-24. 23 de novembro de 1813.
[203] APESP. CO 245-26. 30 de janeiro de 1814.
[204] APESP. CO 245-15. 2 de abril de 1814.
[205] APESP. CO 246-4. 20 de setembro de 1814.

que a entrega dos quatro fornos foi proposital, para coincidir com o fim do contrato com os suecos. Esses fornos não produziam de modo a atender o que se havia prometido. Em vez de 120 arrobas por dia, apenas 10 arrobas. Afirmaram que Hedberg era o responsável pela falta de carvão, porque tirava pessoas úteis de suas funções as colocava para a realização de tarefas inúteis e os operários suecos eram muito ruins, exceto o mestre da fábrica e outros dois não-nominados. Disseram ainda que o diretor havia afirmado que a fábrica não podia dar lucro por causa da qualidade do carvão. Mas, segundo os acionistas, isso não seria verdade, porque em Congonhas do Campo se conseguira produzir ferro. Ao final, os acionistas pediam Eschwege no lugar de Hedberg, com adoção do mesmo sistema da fábrica de Congonhas do Campo, e a manutenção dos operários suecos reputados como competentes. No lugar dos operários incompetentes, fossem colocados operários portugueses.

Uma semana depois, o Príncipe rompeu o contrato de Hedberg e nomeou Varnhagen, o qual poderia ser auxiliado por Eschwege.[206] Enquanto não houve a posse do novo diretor, Antonio Xavier Ferreira permaneceu como interino.

Apesar da demissão de Hedberg, em outubro de 1814 – portanto, poucos dias da carta de 27 de setembro - discutiu-se a continuidade dos artífices suecos na fábrica.[207] Eles foram consultados sobre o interesse deles quanto a renovação dos vínculos e, ao final, optaram pelo regresso à Europa,[208] que ocorreu em 6 de abril de 1815, [209] com exceção de Hultgren, Strombeck.[210], cujos contratos definitivos foram celebrados em 17 de abril de 1815[211] bem como Hult e Dahlstron. Por isso, a saída de Hedberg não significou a ruptura com todos os suecos ou com as técnicas por eles trazidas. Desejava-se apenas a saída do diretor. Inclusive o Conde de Palma designou o 2º Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Rufino José Felizardo, para trabalhar junto com os suecos.[212]

Mesmo sem ser unanimidade - porque parte dos acionistas desejava ver Eschwege à frente da diretoria e o Juiz Conservador desejava a procura de outros doutores no exterior[213] -

[206] APESP. CO 245-25. 27 de setembro de 1814.
[207] APESP. CO 5213-1. 13 de outubro de 1814.
[208] APESP. CO 246-12. 14 de novembro de 1814. Foram despedidos os suecos Magnus Florisber Dalstron, Hult, Carl Norman, Lindstron, Holstein e Chyrian. No entanto, Hult e Dahlstron permaneceram.
[209] APESP. CO 246-7. 5 de abril de 1815.
[210] APESP. CO 246-12. 28 de outubro de 1814.
[211] APESP. CO 246-19. 17 de abril de 1815.
[212] APESP. CO 246-19. 17 de abril de 1815.
[213] APESP. CO 246-18. data ilegível.

Varnhagen foi nomeado como novo diretor da fábrica de ferro em 25 de janeiro de 1815.[214] O Conde de Palma, em carta de 13 de julho de 1815, afirmou que os empregados tinham certa indisposição com o alemão. [215]

A disputa entre Varnhagen e Hedberg continuou mesmo depois da saída deste. No volume XII do Investigador Portuguez em Inglaterra,[216] publicou-se o extrato de uma carta assinada com as iniciais J.F.C, escrita no Rio de Janeiro em 19 de abril de 1814, em que se essa pessoa, alegando motivos de saúde, resolveu sair do Rio de Janeiro para viajar a Sorocaba, com o intuito de conhecer a montanha Biraçoiaba, "montanha a mais rica que a imaginação pode comprehender", onde dez fábricas não seriam capazes de fundir todo minério de ferro ali existente em um século. Esse viajante relatou que permaneceu durante meses na Fábrica de Ferro de Ipanema, indagando os vizinhos sobre os motivos pelos quais aquele estabelecimento, que fazia honras ao Conde de Linhares, não prosperava. Teria descoberto que a fábrica fora criada em 1810 e que se havia mandado uma colônia de suecos sob a direção de Carlos Gustab Hedberg e que a Junta Administrativa da Fábrica deveria conformar-se com suas decisões. Porém, os suecos chegaram na companhia de Varnhagen, que já havia trabalhado em Figueiró dos Vinhos, "aonde só tratou de fomentar intrigas, e ver se podia occupar o lugar que alli exercia o nosso tão benemérito mineralógico J.B. de Andrade". Segundo esse viajante, a Junta Administrativa era composta por togados, pois isso era uma antiga e constante mania de nomear desembargadores e ministros para cuidar da administração pública. Em sua opinião, o fato de Varnhagen ter sido nomeado intérprete para os suecos não significava que ele tivesse conhecimentos metalúrgicos. Por isso, teria fomentado confusão de questões e insinuações, que geraram protestos e contraprotestos. Também colocou o tesoureiro da fábrica como o maior inimigo dela e que tudo fez para arruiná-la. Devido à desunião na Fábrica, o ministério nomeou Napion para resolver o conflito, demitindo alguns membros da Junta e calando outros. Por isso, na opinião desse

[214] APESP. CO 246-19. 25 de janeiro de 1815

[215] CO 246-13. 13 de julho de 1815. "Tenho também observado com algum despraser certa indisposição dos empregados subalternos da Fábrica, para com o Administrador, mas ella hé huma consequencia necessária de se achar a testa deste Estabelecimento hum estrangeiro; espero com tudo, que semelhante circunstancia não cause maior transtorno ao serviço e adiantamento da Fábrica. Ainda a opinião pública da capitania não he muito favorável ao inteiro complemento da grande obra dos fornos-altos; creio, mas não affirmo, que vozes espalhadas por Hedberg, pretendendo desculpar-se de os não ter construído, derão causa a suppor-se aqui geralm^{e}, que faltava a pedra refractaria indispensável para os ditos fornos". E que os empregados estavam descontentes com Varnhagen.

[216] J.F.C. "Extracto de huma Carta, que recebemos do Rio de Janeiro, á cerca da riquíssima Mina de Ferro da Capitania de S. Paulo". In: **O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político &C.** vol. XII. Março de 1815. Londres: Impresso e publicado por T.C. Hansard na Officina do Investigador Portuguez., p. 94-96.

viajante, se o governo tomar providencias, usando mão forte para cortar de vez essas intrigas, a fábrica viria a dar lucro em breve.

Varnhagen escreveu em 30 de setembro de 1815 ao mesmo Investigador Portuguez,[217] reclamando dos ataques que sofreu por meio da publicação da carta. Disse que o soberano o conhecia desde 1803 e, ao assumir a direção da fábrica em fevereiro de 1815, estava trabalhando para a construção de dois fornos-altos, cuja construção seria concluída dentro de dois anos e operados por uma companhia de fundidores alemães. Já Hedberg teria construído quatro forninhos rústicos suecos, cuja receita do ferro nem seria suficiente para o pagamento do carvão usado neles. Afirmou, ao final, conhecer bem o autor anônimo da carta, terminando-a, dizendo que "se acharem esta notícia interessante para o seo Jornal, terei muito gosto nisso; e no caso contrario me dou tão bom por satisfeito, podendo assegurar que terei muito gosto em ter occasião de servir a VM^{ces} de que tenho a hora de ser V^{or} e Cr^{do}".

Para tentar evitar os problemas ocorridos com Hedberg, modificou-se o modelo de gestão dos trabalhos. Por um lado, estabeleceu-se que devido às dificuldades de reunião da Junta Administrativa, todos os negócios da fábrica deveriam ficar reunidos na pessoa de Varnhagen,[218] situação da qual Hedberg discordou quando lhe limitaram os poderes em 1813. Por outro lado, impôs-se a Varnhagen um regulamento sobre a forma como deveria agir, em termos da obrigatoriedade de realização de inventário geral, entrega prévia dos projetos dos fornos, a escrituração contábil e a assimilação da mão-de-obra portuguesa nos trabalhos.

Nessa mesma época, a Coroa ordenou a integralização da subscrição de escravos para a fábrica e um conto de réis para prosseguimento das atividades[219] e a ida às aldeias de Itapecerica, Barueri e Carapicuíba para arregimentar índios para o trabalho.[220] Isso de fato aconteceu, mas

---

[217] VARNHAGEN, Frederico Luis Guilherme. "Correspondência". In: **O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político &C.**. Número LIII. No 1, vol. XIV. Novembro de 1815. Londres: Impresso e publicado por T.C. Hansard na Officina do Investigador Portuguez., p. 554-555.

[218] APESP. CO 246-19. 12 de fevereiro de 1815. "Portanto e porque sou informado da difficuldade de reunir a Junta Administrativa da mesma Fabrica, d q resultarão alguns inconvenientes, talvez, na Administração passada, verificando mais a prudência, a necessidade de se encarregar a huma só pessoa a direcção, a Administração de todas as obras, negócios pertencentes ao referido Estabelecimento. Hey por bem, com o parecer dos Deputados da quella Junta, encarregar ao sobre dito Sargento Mor Frederico Luiz Guilherme Varnhagen tanto da direcção das obras dos fornos altos, como S.A.R. he servido ordenar, como das mais que lhes são accessorias, tem rellação immediata da Fabrica existente, igualmente da administração de todos os negócios do mencionado estabelecimento da Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema de baixo de minhas Ordens immediatamente, e regulando-a pelas Instrucções que abaixo se segue, as quaes se observarão enquanto S.A.R. assim o houver por bem, a experiência não mostrar necessidade dellas se reformarem no todo ou em parte".

[219] APESP. CO 246-19. 13 de fevereiro de 1815.

[220] APESP. CO 246-19. 19 de fevereiro de 1815.

dois índios fugiram, porque não foram pagos, razão pela qual o Conde de Palma ordenou a Varnhagen que se reservasse dinheiro para honrar com esse compromisso, a fim de evitar novas deserções.[221] Para reforçar o caixa da fábrica, ordenou-se a cobrança da letra de câmbio sacada por Fernando Carneiro Leão frente a José Antonio Vieira de Caravlho e Bento Thomaz Vianna, administradores da Companhia do Alto-Douro.[222]

Após a conclusão do inventário organizado pela Junta Administrativa, a cuja conclusão chegou de que nada era devido a Hedberg e os acertos dos contratos com os operários suecos que permaneceram no Brasil, Varnhagen iniciou a construção dos dois fornos, conforme o disposto na carta de 27 de setembro de 1814. Em agosto de 1815, Daniel Pedro Muller foi enviado a Sorocaba para estudar melhorias em Sorocaba, com o intuito de auxiliar o desenvolvimento de Ipanema. Esse funcionário informou que ficou animado com o andamento das obras no local.[223]

O ferro produzido ao longo do ano de 1815 na Fábrica de Ferro de Ipanema não era de boa qualidade, porque quebrava quando caía ao chão. O Príncipe pediu explicações para esse fato, sob pena de realização de inspeção na fábrica.[224] Varnhagen, no dia seguinte, defendeu-se por meio de carta, alegando que a culpa era do mestre sueco Hultgren, mas que faria mudanças para resolver o problema. [225]

Um dos problemas enfrentados por Varnhagen logo no início de sua gestão foi a falta de combustível. Ele informou que estava sem carvão para dar continuidade no funcionamento dos pequenos fornos já construídos.[226] Posteriormente, afirmou que não era novo[227] e seu preço consumia os lucros da atividade.[228] No ano seguinte, disse que tinha esperanças de que particulares vendessem carvão para a fábrica.[229] Assim, em 9 de março de 1816, autorizou-se o sueco Cap. Danckwardt - antigo intérprete de Hedberg e inicialmente acusado de promover intrigas - a montar carvoarias segundo o método sueco[230] e o Conde de Palma isentou

[221] APESP. CO 246-19. 3 de abril de 1815.
[222] APESP. CO 246-19. 14 de outubro de 1815.
[223] APESP. CO 246-16. 6 de agosto de 1815.
[224] APESP. CO 246-19. 19 de dezembro de 1815.
[225] APESP. CO 246-19. 20 de dezembro de 1815. “mas antes mandarei tirar as dimenções dos forninhos, com que elles trabalharão nos últimos mezes, debaixo da direcção do mestre Hultgren, de que nascerão por consequências o mao ferro em pequena quantidade, com g[de] gasto de carvão; pois no mez passado gastarão aqui perto de 40 arrobas de carvão p.[a] huma de ferro!!!”.
[226] APESP. CO 246-7. 8 de maio de 1815.
[227] APESP. CO 246-19. 3 de agosto de 1815
[228] APESP. CO 246-19. 7 de outubro de 1815.
[229] APESP. CO 246-7. 3 de fevereiro de 1816.
[230] APESP. CO 246-19. 9 de março de 1816.

trabalhadores do serviço, desde que ajudassem Danckwardt nessa atividade.[231] Mas tudo indica que essa providência não deu certo, porque o sueco não foi pago pelo que fez[232] e pretendeu-se em 1817 a encampar as fábricas começadas e abandonadas por ele.[233] Além disso, o próprio Varnhagen comunicou que as matas do distrito mineiro já estavam arruinadas.[234]

Quanto à construção dos fornos-altos, esses trabalhos intensificaram-se a partir de 1816. Em 7 de abril deste ano, Varnhagen informou que as paredes exteriores do forno-alto já estavam construídas e que na nova olaria se faziam tijolos e telhas constantemente.[235] Em 30 de outubro, o canal e a casa de fundição já estavam concluídos, mas que faltavam os fornos e as caixas de refino.[236] Em 8 de dezembro, estavam instalando os foles nos fornos-altos.[237] Em 20 de fevereiro de 1817, estavam concluindo a casa de fundição.[238] Em 19 de agosto de 1817, Varnhagen falava que os fornos-altos já estavam prontos, mas seria bom aguardar que as paredes secassem bem e que aguardavam instruções sobre a construção da fábrica de armas.[239]

A montagem da fábrica deve ter sido concluída entre agosto e setembro de 1817, pois, concluída essa etapa, surgiu outro problema: quem iria comandar os trabalhos de fundição. A intenção de Varnhagen era que prussianos comandassem a fundição, mas não conseguiu realizar esse intento. Tanto que reclamou da demora da vinda de fundidores e solicitou autorização para ir ao Rio de Janeiro buscá-los para início dos trabalhos.[240] Após dois novos pedidos nesse sentido, Varnhagen recebeu autorização em 10 de novembro de 1817 para ir à Corte.[241]

Varnhagen conseguiu dois mestres franceses, o fundidor Gulherme Guinchet e moldador Camilo de Leuvre no Rio de Janeiro para operação dos fornos-altos e o cirurgião prussiano João Rennow, sendo todos nomeados pelo Príncipe em julho de 1818.[242] Essas pessoas chegaram a Ipanema em 25 de setembro deste ano[243] Os ensaios iniciaram-se e, em 1º de novembro de 1818,

[231] APESP. CO 246-19. 17 de março de 1816
[232] APESP. CO 248-26. 14 de julho de 1816.
[233] APESP. CO 246-19. 20 de maio de 1817.
[234] APESP. CO 5213-4. 1º de novembro de 1816.
[235] APESP. CO 246-7. 7 de abril de 1816.
[236] APESP. CO 5213-4. 30 de outubro de 1816.
[237] APESP. CO 246-7. 8 de dezembro de 1816.
[238] APESP. CO 5213-4. 20 de fevereiro de 1817.
[239] APESP. CO 246-7. 19 de agosto de 1817.
[240] APESP. CO 246-7. 19 de setembro de 1817.
[241] APESP. CO 246-14. 10 de novembro de 1817.
[242] APESP. CO 246-7. 30 de julho de 1818.
[243] APESP. CO 246-7. 13 de outubro de 1818.

dia de todos os santos, às 9h, Varnhagen obteve o primeiro produto do forno-alto, conforme descreveu para todos os Governadores das Capitanias:

"Posso ter a honra de participar a V. Exa. e Sras: que hoje as 9 horas correo aqui a primeira vez o ferro do forno grande, o qual se acha posto em laboreação. A quantia foi de 12 quintaes. A pedra refractaria dos nossos fornos, he da melhor do mundo, e como tive a fortuna de accertar com as suas dimensões do forno e mixtura dos differentes mineraes, apareceo o primeiro resultado sem melhor trabalho. Funde-se aqui com lenha e não com carvão; cousa única na metallurgia férrea; e da maior vantagem para o Reino do Brasil. Como me acho agora cansado e de sonno a três dias, não posso dar huma relação circunstanciada agora, como desejo. Tenho também a honra de remetter huma amostra de ferro, de que hoje ja correo". [244]

Porém, quatorze dias depois da inauguração dos fornos-altos, Varnhagen informou que, no forno, usou carvão em vez de lenha e que tal substituição causou problemas em seu funcionamento.[245] No mês seguinte, informou que não havia carvão para fazê-lo funcionar.[246] Em 7 de janeiro de 1819, disse que parou de fundir porque ficou doente.[247]

Posteriormente, Varnhagen sentiu-se enganado pelos franceses, porque estes não tinham conhecimento técnico suficiente para o comando das operações.[248] Além disso, o cirurgião Rennow causou grandes problemas na Fábrica, porque se recusava a trabalhar. Varnhagen advertiu-o por escrito, lembrando que o contratou no Rio de Janeiro e intercedeu junto ao Príncipe para que fosse nomeado para o cargo.[249] Por continuar sem trabalhar, foi desligado da fábrica em junho de 1819.[250]

Varnhagen, finalmente, somente após anos da saída de Hedberg, conseguiu construir terminar a fábrica e ainda teve que aguardar um ano para dar início às fundições nos fornos-altos. Os três últimos anos de sua gestão foram de muita dificuldade, pela falta de carvão para a

---

[244] APESP. CO 246-7. 1º de novembro de 1818.
[245] APESP. CO 246-7. 14 de novembro de 1818.
[246] APESP. CO 246-8. 14 de dezembro de 1818.
[247] APESP. CO 246-7. 7 de janeiro de 1819.
[248] APESP. CO 246-7. 15 de junho de 1819. "O trama dos dous que eu aqui tenho trazido, foi conhecido em tempo, pois não suberão de se incumbrir bastante; porém, o Machiavel he sempre o tal Francez, o qual como elle mesmo me confessou, já foi espião de Bonaparte na volta d'Elba".
[249] APESP. CO 246-21. 17 de março de 1819.
[250] Em carta dirigida ao Governador da Capitania, Varnhagen disse o seguinte sobre o médico: "Como já disse: evito as occasiões, e por isso não procurei mais de dar remédio a tanta desordem, que for, de V. Exa, espero; podendo a mais assegurar a V.Exa. que o dito Chirurgiao já mais me deixará soccegar, em quanto aqui se achar, visto o seo malicioso e sinistro fim. Elle me enganou, disendo que elle era medico e doutor, e assim enganei a S.Mag.e Fid.na quando por elle este emprego, porém agora [ilegível] é um impostor do tempo".

realização dos trabalhos, pela falta de dinheiro para fazer frente às despesas pela não-integralização das ações subscritas pelos particulares e também pela Fazenda Real, bem como as encomendas de balas e granadas por parte do Governo, as quais não eram pagas.

Em maio de 1819, reiniciaram-se as atividades com os fornos-altos, esperando a chegada de operários alemães, o que não aconteceu. Varnhagen teve que enfrentar questões relacionadas ao atraso dos vencimentos dos operários e o preço elevado dos alimentos da região, o que causou desordem entre os operários. Para isso, seguindo orientação de Napion, solicitou a abertura da um armazém de víveres dentro da Fábrica.[251] Também afirmou ao Governador da Capitania que a fábrica não estava em decadência, como queriam sustentar maliciosamente e que houve empregados que minaram a paz na fábrica.[252] Em carta dirigida a este, explicou que a produção foi afetada pela falta de água e carvão, porque os carvoeiros estavam nas roças. Usaram-se apenas restos de carvão, que seriam adequados para forjas pequenas e não para forno-alto.

Para contornar a situação, Varnhagen usou lenha em vez de carvão, na esperança de obter sucesso nesse método, pois, nesse caso, seria a primeira e única fábrica do mundo a usar essa tecnologia. Ademais, os animais estavam fracos por falta de pastos.[253] Talvez pelas dificuldades que começou a experimentar com o forno-alto, Varnhagen comentou com Arouche que desconfiava de falcatruas na fabricação do ferro.[254]

Com efeito, havia expectativa de que a Fábrica de Ferro já pudesse finalmente oferecer produtos para consumo do País. Arouche Rendon, por exemplo, comentou que anúncio das fundições em Ipanema saiu publicado na Gazeta do Rio.[255] Como a Fábrica de Ferro já estava em funcionamento, fizeram-se encomendas de balas incendiárias e granadas.[256] Este disse que já tinham em estoque um milheiro de balas, mas que não era possível fornecer mais por falta de operários. Porém, o governo reclamou das balas produzidas e Varnhagen pediu para que transmitisse suas desculpas ao Min. Thomas Villanova, alegando que usou polegadas portuguesas em vez de polegadas inglesas, embora tenha achado estranho o fato de que ele as fabricou de acordo com as medidas a ele enviadas. Aproveitou para dizer que faltava carvão, não havia

[251] APESP. CO 246-7. 7 de janeiro de 1819.
[252] APESP. CO 246-7. 14 de junho de 1819.
[253] APESP. CO 246-7. 16 de setembro de 1819.
[254] APESP. CO 247-13. 16 de setembro de 1819.
[255] APESP. CO 246-20. 28 de setembro de 1819.
[256] APESP. CO 246-7. 16 de setembro de 1819.

pastos, nem víveres e chovia muito.[257] Outra encomenda feita foi a fabricação do sino da Sé de São Paulo, obra a ser executada por Lourenço Hultgren. Este, todavia, recusou o serviço alegando problemas de saúde.[258] Varnhagen, por sua vez, afirmou a impossibilidade de sua fabricação por causa das dimensões do forno e da chaminé.[259]

No final de 1819, Varnhagen dispensou os suecos Hult, Dahlstron e Hultgren por acreditar na iminente chegada dos operários alemães. Em sua opinião, os suecos não deveriam ficar em São Paulo para não ficarem com ciúmes, assim como não eram úteis, pois teriam aprendido o que sabiam no Brasil.[260] No entanto, essa dispensa não foi bem aceita por todos. Com efeito, Varnhagen era quem os desejava fora da Fábrica, quando afirmou que não queria mais a presença de Lourenço Hultgren ali, pois ele era um inimigo da fábrica e sua volta implicaria a perda do entusiasmo por parte de todos.[261]

No ano de 1820, Varnhagen continuou a enfrentar dificuldades técnicas e financeiras. Opôs-se à distribuição de dividendos entre os acionistas, já que ninguém tinha integralizado o capital subscrito, nem a Fazenda Real, a qual era devedora de cinco contos de reis a Fábrica.[262] As chuvas foram muito fortes na região, as quais inundaram a fábrica velha e por pouco não inundaram os fornos-altos. Essa chuva destruiu a ponte sobre o Rio Sorocaba, que ligava a fábrica a Porto Feliz, de onde vinham os mantimentos.[263]

Com a retomada das fundições em maio, Varnhagen manifestou o interesse de fabricar panelas, mas não havia moldadores; por isso só lhe restava a fundição de balas para a obtenção de receitas.[264] Em 5 de maio de 1820, informou ter dado início aos trabalhos com o forno-alto, mas que cinco escravos fugiram[265] e estavam precisando de um segundo mestre ferreiro.[266] Fabricou-se nesse ano uma coroa solicitada pelo Príncipe com os dizeres "S.M como protetor das artes".[267]

---

[257] APESP. CO 247-13. 15 de janeiro de 1820
[258] APESP. CO 246-7. 3 de novembro de 1819.
[259] APESP. CO 246-7. 7 de novembro de 1819.
[260] APESP. CO 247-9. 1º de janeiro de 1820. APESP. CO 247-13. 2 de janeiro de 1820.
[261] APESP. CO 247-13. 20 de maio de 1820.
[262] APESP. CO 247-13. 15 de janeiro de 1820.
[263] APESP. CO 247-13. 25 de fevereiro de 1820.
[264] APESP. CO 247-13. 7 de abril de 1820.
[265] Segundo Varnhagen em carta de 14 de setembro de 1820 (APESP. CO 247-13), dois escravos estavam trabalhando na botica do hospital militar de Itu, sendo que o primeiro escravo, Feliciano, era refinador de ferro e o segundo, José Roiz, carpinteiro. Dois outros escravos, Máximo e Vito, estavam na fazendo do tal inglês no distrito de Paranaguá; o quinto escravo estava no Serviço da Praça de Santos.
[266] APESP. CO 247-13. 5 de maio de 1820.
[267] APESP. CO 247-13. 30 de abril de 1820.

Essa foi enviada em 7 de outubro de 1820 por meio de dois índios,[268] e que teria sido colocada em exposição no museu da corte.[269]

A visita de José Bonifácio à Fábrica de Ferro foi comentada por Varnhagen. Em carta dirigida ao Min. Thomas Villanova Portugal, disse que a fábrica trabalhava bem sem estrangeiros e que era a primeira vez em que havia paz no local. Colocou que, em seu entender, a Fábrica tinha poucos escravos e José Bonifácio achava que tinha muitos e que este seria o grande defeito do estabelecimento.[270] Varnhagen comentou a estada do Barão de Offers, Sellow e de St. Hilaire.[271]

A falta de carvão mais uma vez continuava a impedir os trabalhos de fundição. A opinião de Varnhagen nesse momento era que a falta desse produto atravancava os trabalhos, razão pela qual só se refinou um sexto do que se podia ter feito, porque os carvoeiros não cumpriram com os ajustes feitos. Havia escravos para os trabalhos, mas estes ficavam parados por falta de combustível para os fornos-altos.[272]

Em 3 de setembro de 1820, Varnhagen escreveu sobre a chegada dos operários esperados durante três anos. Pediu para que o Príncipe os pagasse, já que haviam recusado o pagamento de seus vencimentos em letras sacadas em Sorocaba.[273] Junto com os alemães, viria o cunhado de Varnhagen, Feldner, assim como o Barão de Eschwege. Aproveitou para dizer que, com os alemães, os trabalhos iriam bem e que, como os filhos dele já eram crescidos, gostaria de regressar a Alemanha.[274] Quando comunicou a chegada do moldador Schmidt, desabafou: "os estabelecimentos portugueses são tão dispendiosos é porque se emprega gente inútil, afilhados e até criando-se empregos para mantê-los aqui. Por isso vou embora". Recusou o fato de maltratar os suecos, porque não maltratava quem trabalhava bem.[275]

---

[268] APESP. CO 247-13. 7 de outubro de 1820.
[269] APESP. CO 247-13. 15 de dezembro de 1820.
[270] APESP. CO 247-13. 13 de abril de 1820.
[271] Em carta de 7 de novembro de 1819 (APESP. CO 246-7) Varnhagen disse: "O botânico St. Hilaire que agora está em S. Paulo he mais allemão q.e. francez e he bom homem e sábio naturalista". Em outra carta, disse: "Pelo viajante St. Hilaire recebi a carta na qual V.Exa. me recomendou o d.o naturalista, a q.m já pessoalm.te conhecia e as suas boas qualidades; 5 dias foi o mesmo meo hospede em occasião que aqui se achava o nosso Ouvidor; e com os mais naturalistas existia no Ipanema huma sociedade scientifica. St. Hilaire se demorou em Sorocaba por causa da chuva, porém amanhã continuará a viagem". APESP. CO 247-13. 2 de janeiro de 1820.
[272] APESP. CO 247-13. 2 de agosto de 1820.
[273] Varnhagen reclamou duas vezes o inadimplemento dos vencimentos dos operários alemães. APESP. CO 247-13. 3 de novembro de 1820 e 18 dezembro de 1820.
[274] APESP. CO 247-13. 3 de setembro de 1820.
[275] APESP. CO 247-13. 13 de outubro de 1820.

Em outra carta de 30 de outubro de 1820, Varnhagen comentou que faltava arranjo político para evitar a ruína da fábrica, por não conseguir exportar o ferro, já que o armazém estava lotado e o cofre sem dinheiro. No seu entender, a Fazenda Real deveria pagar o que devia, sob pena de interrupção dos trabalhos. Também nessa carta, ele disse que Eschwege tinha ido a Ipanema e que havia gostado do que viu.[276]

Varnhagen ainda tentou encontrar meios de aumentar as receitas da Fábrica de Ferro. Sugeriu o estabelecimento de armazéns de ferro em Itu e Sorocaba e confiar a administração deles a comissários,[277] o que de fato aconteceu. Porém, Caetano Pinto, eleito comissário da fábrica, não deu conta do que vendeu e, por isso, não se remeteu mais ferro a ele.[278] Já o seu cunhado Feldner achava que a fábrica deveria ser instalada ao pé do mar.[279] Cogitou a fabricação de cilindros para os engenhos e a mudança do estabelecimento para Itapetininga, onde havia matas a serem derrubadas para obtenção de combustível.[280] Rafael Tobias de Aguiar, acionista da fábrica, disse ser inconveniente a mudança[281] e Varnhagen defendeu-se alegando que não tinha terras em Tatuí nem parente ou amigo naquela localidade.[282]

Em 1821, último ano da gestão Varnhagen, os mesmos problemas de falta de dinheiro e de carvão persistiam. Ele explicou ao Governador que só teve um quarto do carvão necessário para a produção e que celebrou contratos de fornecimento, mas era imprescindível a conservação das matas e a redemarcação do distrito mineiro e os acionistas, entre eles, a Fazenda Real, deveriam integralizar as ações que subscreveram.[283] Essa também era a opinião de Arouche Rendon, manifestada em parecer que lhe foi solicitado pelo Governador da Capitania. Varnhagen teria celebrado contratos para não faltar esse produto, mas notava que havia muita preguiça e leniência por parte dos carvoeiros. Em sua opinião, seria conveniente a nomeação de uma pessoa para cuidar desse assunto, que não o diretor, por serem cargos incompatíveis. Também seria adequado, no entender de Arouche, que soldados inspecionassem as carvoarias. Quanto aos

[276] APESP. CO 247-13. 20 de outubro de 1820.
[277] APESP. CO 247-13. 20 de agosto de 1820.
[278] APESP. CO 247-13. 14 de março de 1821.
[279] APESP. CO 247-13. 20 de outubro de 1820.
[280] APESP. CO 247-13. 17 de novembro de 1820.
[281] APESP. CO 247-30. 31 de janeiro de 1821.
[282] APESP. CO 247-13. 2 de março de 1821.
[283] APESP. CO 247-13. 6 de janeiro de 1821.

acionistas, entendia que não era útil nem político obrigá-los a integralizar as ações subscritas, esses não estavam de má-fé ao não integralizarem o que deviam.[284]

Por entender-se que não se deveriam cobrar os acionistas para cobrir o caixa da fábrica, em março de 1821, Varnhagen ficou sem dinheiro para a continuação dos serviços. Restou-lhe a alternativa de recorrer a Rafael Tobias de Aguiar, que concordou em dar empréstimo de dois contos de reis.[285]

Varnhagen comentou que recebeu carta de Eschwege com a notícia da morte do Intendente Câmara e que em Minas Gerais espalhavam-se notícias desabonadoras sobre Ipanema e má qualidade do ferro fabricado.[286]

Em junho de 1821, iniciou-se nova campanha de fundição de ferro, mas Varnhagen disse ao Governador da Província que não havia condições de fazer trabalhos pelo fato de o caixa da fábrica estar baixo, já que o governo encomendava balas e granadas, mas não pagava nada por elas. Pediu-lhe que transmitisse ao Ministro ou ao Príncipe Regente que estava muito aborrecido com isso.[287] Para minorar o impacto no caixa da fábrica, Varnhagen requereiu a transferência do carpinteiro Abtgel e dos moldadores Strickert para Minas Gerais, reafirmando a necessidade de permanência dos operários Schmidt, Streiber e Niemands.[288]

Em 23 de julho de 1821, Varnhagen acusou o convite para que se tornasse cidadão português, jurando a Constituição na Casa da Câmara de Sorocaba. Ele agradeceu, mas recusou, alegando ter pais e casa na Alemanha e reiterou seu pedido de partida da fábrica,[289] e assim o feze em 1822.

2.3.3. Os malogros da Fábrica de Ferro de Ipanema e sua reconstrução por João Bloem

Com a saída de Varnhagen e devido ao fato da Fábrica de Ferro de Ipanema ter sido um empreendimento ineficiente e improdutivo, resultante do desinteresse do Estado, pela falta de combustível e fabricação de produtos defeituosos, tentou-se a reestruturação do estabelecimento e simplificação de sua administração, com base nas sugestões de José Bonifácio de Andrada e

[284] APESP. CO 247-21. 15 de janeiro de 1821.
[285] APESP. CO 247-13. 30 de março de 1821 e 15 de abril de 1821.
[286] APESP. CO 247-13. 30 de março de 1821.
[287] APESP. CO 247-13. 27 de junho de 1821.
[288] APESP. CO 247-10. 30 de julho de 1821.
[289] APESP. CO 247-10. 23 de julho de 1821.

Silva, as quais eram reputadas pelos membros da Junta Administrativa por ele ter sido lente de metalurgia e também por estar à época exercendo a vice-presidência da Província de São Paulo.[290] Mas isso acabou não acontecendo e os doze anos seguintes foram de estagnação.

A pessoa para quem se atribuiu a diretoria da Fábrica de Ferro de Ipanema em substituição de Varnhagen, foi Rufino José Felizardo, que não era o favorito para o exercício do cargo. Em sua gestão, houve muitos conflitos com os operários alemães, seja no enfrentamento da insubordinação deles após a saída de Varnhagen, assim como pela ineficiência produtiva dos mesmos.

Rufino tinha predileção pelos operários suecos, os quais já conhecia bem por ter sido designado para trabalhar com eles em 1815.[291] Insistiu para que Strombeck permanecesse na fábrica, porque esse não mais queria continuar com o ordenado oferecido a ele. Na opinião de Rufino, ele faria falta por ser conhecedor de todo o distrito, das matas e da condução de madeira e encarregado do engenho das serras. Também fez elogios a Lourenço Hultgren, o qual havia sido dispensado em 1º de janeiro de 1820, porque, em sua opinião era quem entendia das máquinas e nenhum alemão ou prussiano sabia fazer o serviço dele.[292] Do ponto de vista técnico, tentou aprimorar os fornos-altos construídos por Varnhagen, segundo as orientações do mestre alemão Fuchs.[293] No entanto, os resultados práticos dessa alteração foram diminutos, porque este se danificou após vinte e quatro dias de funcionamento. No ano seguinte, o diretor questionou o método usado por Fuchs por não ter conseguido aprimorar a produção, já que se continuava a usar as antigas forjas pequenas, [294] assim como se criticava a baixa qualidade dos produtos fabricados.[295]

No entender de Rufino, os alemães eram apenas um peso com seus excessivos vencimentos, já que havia escravos treinados na fabricação do ferro.[296] Em 1823, o diretor intensificou as queixas contra Fuchs, ao alegar que este era intrigueiro e não tinha conhecimentos de sua profissão; por isso, insistiu no retorno de Lourenço Hultgren para Ipanema.[297] Fuchs também reclamou do diretor, porque recebeu seus vencimentos em barras de ferro e que o preço

[290] APESP. CO 247-22. 23 de agosto de 1821.
[291] APESP. CO 246-19. 17 de abril de 1815.
[292] APESP. CO 247-34. 15 de março de 1822.
[293] APESP. CO 247-34. 22 de janeiro de 1822.
[294] APESP. CO 5213-6. 11 de junho de 1823.
[295] APESP. CO 5213-6. 23 de julho de 1823.
[296] APESP. CO 5213-6. 11 de novembro de 1822.
[297] APESP. CO 5213-6. 16 de setembro de 1823.

estipulado ao produto era muito elevado, apenas para que se pagasse menos a que teria direito.[298] Rufino também se queixou do fato de alemães não saberem falar português nem terem capacidade técnica, embora reconhecesse que o prussiano Christian Sorig se esforçava bastante nos seus serviços de forjador e Sontag ainda estaria um pouco atrás, mas também se esforçava.[299] Ainda relatou a insubordinação dos alemães, que teriam formado uma liga. O alemão Guilherme Streiber, que se recusou a participar do motim, tinha sido ultrajado pelos seus compatriotas, a ponto de ser espancado pelo refinador Augusto Sontag, o qual foi preso por esse ato. No entanto, o pai de Sontag reclamou a prisão em 14 de novembro de 1822 ao governo, alegando que Rufino o perseguia e que tinha predileção pelos suecos, por falarem a língua portuguesa.[300]

No final de 1823, os operários alemães Fuchs e Sorig foram requsitados para trabalhar em Vila Rica por intermédio do bibliotecário da Imperatriz.[301] Em 27 de novembro de 1823, confirmou-se a dispensa de Fuchs, Sorig e Streiber "para livrar a fábrica do abismo". O primeiro foi dispensado por não ter conhecimentos; o segundo e terceiro, por não serem caprichosos. Teriam permanecido Schmidt e Sontag. O primeiro era alcoólatra, o segundo, a despeito da idade avançada, era inábil. Disse que Niemands fugiu e que Sollat, ao mudar para o Brasil, ficara com as ideias desarranjadas.[302] Rufino queria a imediata partida de todos, porque atrapalhariam os trabalhos do sueco Hultgren.[303] Mas somente em 1825, isto é, na gestão seguinte, efetivou-se a dispensa deles, porque se recusavam a sair enquanto não lhes fosse pago o que se lhes devia.[304]

Arouche, em carta de 4 de outubro de 1823 dirigida ao Governador da Província, comentou que não fazia mais parte da Junta Administrativa da Fábrica. Todavia, elaborou parecer sobre o que se passava em Ipanema. Colocou que Varnhagen queria que os alemães permanecessem o menor tempo possível em Santos para não serem corrompidos por brasileiros com excessivos mimos, tal como teria acontecido com os suecos, assim como lhe teria dito que aos alemães era necessário mostrar os dentes e tratá-os com rigor. Com a saída de Varnhagen, a qual Arouche lamentava profundamente, cada um dos alemães teria se tornado um "Barão da Alemanha", sendo um absurdo deixar a fábrica sob responsabilidade de um bando de bêbados e grande equívoco permitir que Fuchs, que não era bom fundidor, se propusesse a consertar o

[298] APESP. CO 5213-27. 16 de agosto de 1823.
[299] APESP. CO 247-34. 15 de março de 1822.
[300] APESP. CO 5213-6. 14 de novembro de 1822.
[301] APESP. CO 5213-8. 20 de novembro de 1823.
[302] APESP. CO 5213-8. 27 de novembro de 1823.
[303] APESP. CO 5213-10. 26 de agosto de 1825.
[304] APESP. CO 5213-10. 6 de junho de 1824.

forno-alto. Para contornar a situação, Arouche entendia que era preciso descontar os dias não-trabalhados dos alemães e colocar na prisão os delinquentes. Comentou que essa medida havia funcionado na Assembleia da Província, quando começaram a descontar os dias faltados dos taquígrafos com perda do dobro que teriam ganho. Outra medida era o retorno imediato de Lourenço Hultgren, cuja probidade era conhecida e o único operário de valor na companhia de Hedberg, por ser hábil no seu ofício. Arouche comentou que Varnhagen tinha errado ao levar os dois mestres franceses à Fábrica e que, ante o fracasso das fundições, teve que ceder e chamar Hultgren para os trabalhos, porque trabalharam bem juntos e fizeram muitas peças de artilharia.[305]

Apesar de ter-se livrado de parte dos empregados alemães, Rufino continuou sem estrutura para continuar com os trabalhos da fábrica. Em 9 de fevereiro de 1824, ele alegou não ser mais possível esperar a falta de providências ante a total decadência da fábrica, pois era necessário contratar ferreiros, dispensar os estrangeiros remanescentes e pagar os vencimentos dos operários. Defendia o aumento do número de escravos, a expulsão dos moradores para conservação das matas.[306] Devido a seu estado de saúde, Rufino Felisardo faleceu.

Para o lugar de Rufino Felizardo, nomeou-se Antonio Xavier Ferreira, antigo funcionário que havia comunicado a Arouche o mau proceder de Hedberg quanto à escrituração. Xavier Ferreira permaneceu no cargo de diretor entre outubro de 1824 a março de 1833. Em sua gestão, a Fábrica de Ferro entrou num período de aparente tranquilidade. No entanto, ainda havia desorganização estrutural pela ineficiência dos fornos-altos, que quebravam constantemente, fazendo com que a fábrica operasse em determinados momentos nos métodos antigos pré-1818.

Em razão das dificuldades operacionais da Fábrica de Ferro, continuaram-se as indagações sobre as causas do fracasso do estabelecimento. Em uma carta de 1825, Xavier Ferreira externou sua opinião a esse respeito. Teria sido a concessão dos privilégios de Figueiró dos Vinhos, definido na carta de 4 de dezembro de 1810, porque se pagavam altos salários e que não havia estabilidade na mão-de-obra, assim como os governos anteriores não se interessaram pelo seu desenvolvimento.[307]

Já o acionista Manoel da Cunha Azevedo Coutinho reclamava "(...) de toda a necessidade acudir-se quanto antes a Fábrica com providências energicas para ver se se tira do precipício em

[305] APESP. CO 5213-15. 4 de outubro de 1823.
[306] APESP. CO 5213-9. 9 de fevereiro de 1824.
[307] APESP. CO 5213-10. 28 de abril de 1825.

que cahio hum estabelecimento tão necessário a este Império, como gloriozo a esta Província”. [308] Ele reconheceu o trabalho de Varnhagen de acabar a obra de Hedberg, mas quando passaram pelo crivo de José Bonifácio de Andrada e Silva, Lente de Metalurgia na Universidade de Coimbra e Intendente Geral das Minas de Portugal e seus Domínios, “(...) acharão-se-lhes os erros que foram patentes a esta Junta nas sessões de 16 e 24 de agosto de 1821, na Memoria aprezentada pelo dito Conselheiro; e q. conforme ella forão emendados pelos artífices prussianos, ainda então tidos por mui hábeis Officiaes por não se terem deslisado nos costumes, nem entregues a embriaguez”. Na opinião dele, os trabalhos da Fábrica de Ferro deveriam ficar sob a responsabilidade de Lourenço Hultgren.[309] Também aproveitou para cobrar providências do Governo em apoiar a Fábrica de Ferro, diminuindo o seu preço de venda para que fosse possível a concorrência com o ferro estrangeiro, assim como se deveria vendê-lo em barras e não, moldado, como já se havia decidido na sessão de 23 de agosto de 1821, ou que se fabricassem apenas os gêneros de maior saída no mercado interno. Ele requeria do Imperador a isenção dos direitos de exportação para as províncias do interior, como da Marinha e para fora, e a proibição da importação do ferro estrangeiro pelo menos para as províncias do interior e por todos os portos do Império, quando expirasse o tratado com a Inglaterra.

Do ponto de vista produtivo, sua gestão caracterizou-se pela fabricação de produtos de baixa complexidade técnica, sobretudo balas para o Arsenal da Marinha entre 1825 a 1830 com certa regularidade. Em 1827, tentou-se a fabricação de cilindros para engenhos de açúcar, mas se informou que não era possível fabricá-los, porque o ferro era de má qualidade.[310] Em 1830, fez-se nova tentativa, mas sem sucesso,[311] pois somente em 1832 isso aconteceu.[312] Também se forneceram peças para o Cap. Danckwardt, agora contratado pelo governo para a construção de barcas canhoneiras.[313] No entanto, essa produção não era capaz de gerar receitas suficientes para o crescimento da Fábrica de Ferro.[314]

Além disso, os fornos da fábrica já estavam comprometidos, prejudicando ainda mais o andamento dos trabalhos no local. O governo enviou o mestre Carlos Fernando Gottlob Kamttot

[308] APESP. CO 5213-19. 16 de novembro de 1824.
[309] “Logo temos no Brazil, temos entre nós, e na Fábrica mesmo hum homem capaz de dirigir aquelle Estabelecimento, a Junta já de certo modo tem reconhecido isto na sessão de 28 de dezembro de 1821. os panegiristas de Varnhagen confessão essa verdade”. 16 de novembro de 1824.
[310] APESP. CO 5213-10. 16 de janeiro de 1827.
[311] APESP. CO 5213-10. 7 de junho de 1830.
[312] APESP. CO 5213-10. 27 de maio de 1832; 27 de setembro de 1832.
[313] APESP. CO 5213-10. 10 de fevereiro de 1825.
[314] APESP. CO 5215-2. 20 de junho de 1840.

para trabalhar como refinador.[315] Porém, três meses depois, pediu licença para ir ao Rio de Janeiro relatar pessoalmente o estado atual da fábrica e os motivos pelos quais entendia não poder mais ficar nela empregado, por não encontrar utilidade alguma na Fábrica.[316]

A correspondência da Fábrica de Ferro registrou que Lourenço Hultgren estava constantemente consertando os fornos. [317] Em 1826, o Imperador ordenou a reforma no bojo inferior do forno para resolver a questão da má qualidade do ferro produzido,[318] mas em junho de 1827, o forno-alto rachou quando foi ligado, fazendo-o perder calor.[319] Hultgren desmontou o forno para tentar repará-lo.[320] Porém, na opinião do escrivão José Martins da Costa Passos, esse forno estava irremediavelmente comprometido.[321] Por isso, nesse ano, a fundição realizou-se nos moldes antigos, com a ajuda dos escravos. Isso parece ter dado entusiasmo a todos, a ponto de terem sido elogiados pelo trabalho realizado.[322] No entanto, a sessão da Junta questionou Hultgren pelo fato de não se ter fundido nada naquele ano.[323] Em 1828, os trabalhos foram novamente conduzidos pelos escravos, mesmo vivendo em estado de completa miséria.[324] O forno foi mais uma vez consertado por Hultgren, porém não funcionou plenamente por falta de água.[325] No ano seguinte, o forno-alto novamente quebrou.[326] Questionou-se pela segunda vez a capacidade de Hultgren de fazer os consertos necessários, mas Antonio Xavier Ferreira defendeu-o, afirmando que ele fez o que Varnhagen não havia conseguido.[327]

Em 1831, os trabalhos foram prejudicados por falta de cal para a fundição (necessário para reação química com o ferro), porque era mais vantajoso aos transportadores levar açúcar a Santos do que levar matéria-prima a Ipanema.[328] Devido à situação de penúria e abandono, os escravos estavam empregados em serviços particulares.[329] Em 27 de setembro de 1832, em carta dirigida a Rafael Tobias de Aguiar, que estava no cargo de Presidente da Província, desabafou:

---

[315] APESP. CO 5213-10. 15 de julho de 1825.
[316] APESP. CO 5213-10. 13 de agosto de 1825.
[317] APESP. CO 5213-10. 20 de julho de 1825. APESP. CO 5213-10.16 de novembro de 1826.
[318] APESP. CO 5213-10. 6 de dezembro de 1826.
[319] APESP. CO 5213-18. 24 de setembro de 1827.
[320] APESP. CO 5213-18. 22 de setembro de 1827.
[321] APESP. CO 5213-18. 5 de outubro de 1827.
[322] APESP. CO 5213-18. 16 de outubro de 1827.
[323] APESP. CO 5213-24. 31 de outubro de 1827.
[324] APESP. CO 5213-14. 3 de abril de 1828.
[325] APESP. CO 5213-10. 16 de novembro de 1828.
[326] APESP. CO 5213-10. 16 de maio de 1829.
[327] APESP. CO 5213-10. 26 de julho de 1829.
[328] APESP. CO 5213-10. 17 de dezembro de 1831.
[329] APESP. CO 5213-14. 3 de janeiro de 1833.

"Tem-se dificultado o mais q. he possível em achar conductores, q. transportem os materiais necessários, não ob[stante] serem pagos promptamente. A Fábrica tem seis bois, e estes bem estropeados. Eis o estado em q. está o maior estabelecimento do Brasil! Forte desgraça!!! Como he possível apresentar folhas resultados a fundição a vista de semelhantes obstáculos? A resposta é óbvia".

Em 26 de fevereiro de 1833, Antonio Xavier Ferreira foi dispensado da administração da fábrica[330] porque o Governo enviou uma comissão para vista e exame da Fábrica de Ferro de Ipanema, composta pelos majores João Florêncio Perea e João Bloem, este último alemão que estava em Pernambuco. No entanto, ambos acabaram permanecendo na Fábrica, porque Antonio Xavier Ferreira não quis "sobejar provar tanta ferocidade" de Bloem, razão pela qual Perea teve que ser nomeado para o cargo de diretor.[331]

Muita expectativa havia sido depositada na fábrica de ferro desde sua fundação. Percebe-se pela documentação que havia a necessidade de afirmação dos paulistas perante a nação. Bloem, em carta de 8 de abril de 1834, relatou o estado de ruína da fábrica e que não era uma vergonha, porque Ipanema era a glória para os paulistas.[332] Outro ponto é que uma das primeiras obras de ferro a serem feitas nesse período foi a construção do Monumento da Independência, [333] concluída em 1840.

---

[330] APESP. CO 5213-10. 8 de março de 1833.

[331] APESP. CO 5213-25. 18 de outubro de 1834.

[332] APESP. CO 5213-27. 8 de abril de 1834. "(...) V.Exa. proporá isto ao Ministério, ou talvez ao Conselho da Província, digo Governo, será sufficiente para deliberarem, pois affirmo a V.Ex.cia que com aquelle recurso, e alguns meios de se estabelecer o arruinozo estado dos Edifícios e Maquinas, deve a Fabrica prosperar, e que maior Glória p.a os Paulistas de terem no seo seio hum Estabelecimento que dera ao futuro, o seo producto para bastecer o consumo da Província, que prazer para mim si eu pudesse partilhar com V.Ex.cia o agradecimento destes onrados Patrícios".

[333] "Tenho enfim o prazer de levar a prezença de V.Ex.ca o projecto do Monumento tão desejado por V.Ex.ca para servir de Memória da nossa Independência aclamada no leito do Ypiranga; segi completamente a ordem de V.Ex.ca; porém como ainda não conhece o gosto dos Paulistas nada podia obrar com acerto; o deseinho é bastante imperfeito, motivado pelo pouco tempo que me resta dos muitos trabalhos entremãos, e como não admite a Cabocla que deva servir de Emblema da Independência por ser este privativa ao gosto do Esculptor que deve formar o modello em Madeira de Sedro ou de Gesso (bastante forte) e pela altura da coluna necessita ser de 10 palmos de Altura, segundo me parece deva ser firmado sobre o pé direito curvado algum tanto para trás a perna esquerda, completamente nu, e sobre a cabeça, huma croa de pennas, e otro tanto sobre o baixo ventre que cobre as coxas, sobre o lado esquerdo de trás deve aparecer o estojo de frexas e o arco, o braço esquerdo em posição natural, e o direito algum tanto elevado com hum rolo de papel desenroloado na mão direita com a inscripção (o doce nome) Independência ou Morte, no pescozo e braços hum cordão de perolas grossas, sobre tudo bonita caza, e hum olhar meigo, o globo celeste que recebe o emblema deve ser assul celeste, e de estrelas brancas de quanto em quanto huma amarella. Tinha me lembrado serem as inscripcoes seguintes, na faça principal "Ypiranga dia 7 de setembro de 1822" – no las oposta "Sob a Prezidencia do Ilmo. Exmo. Snr. Rafael Tobias d'Aguiar 1834". No lado direito "Amor a Pátria", no lado esquerdo "Dos Amigos da Prosperidade do Brazil", cujo fundo deve ser de Esmalte verde e as letras de latão com um

No entanto, a Fábrica estava em estado deplorável. Os escravos andavam nus mesmo no frio.[334] Para a retomada dos trabalhos, novos artífices eram necessários. Bloem solicitou anúncios de vagas de emprego em Santo Amaro.[335] Em 28 de outubro de 1834, recebeu a notícia de que viria um artífice do Rio de Janeiro,[336] mas, quando esse chegou, viu-se que essa pessoa não tinha a menor condição de exercer sua função por beber excessivamente, a ponto de ter as mãos trêmulas, além de comportar-se inconvenientemente.[337] Em duas oportunidades, Bloem solicitou um capelão, que poderia ser pedagogo dos menores. [338] Como a fundição havia parado por falta de cal, acertou-se a compra de um terreno vizinho para obtenção dessa matéria-prima.[339] Perea foi ao Rio de Janeiro buscar escravos da Fazenda de Santa Cruz[340] e também requereu a devolução de escravos que estavam no Arsenal de Cubatão.[341] Porém, alguns desses escravos fugiram de Ipanema, com o intuito de retornarem para a fazenda de onde vieram,[342] já que não havia dinheiro para compra de mantimentos para eles.[343]

Assim, para que a Fábrica de Ferro pudesse ser um empreendimento eficiente, o Governo elaborou plano de construção de vários edifícios,[344] assim como quis resolver o problema da falta de combustível ao restabelecer o distrito mineiro com a compra de terrenos vizinhos. Além da fabricação de munições, apostou-se na venda de cilindros para engenhos. Inclusive se mandou fazer anúncios dessas peças em Itu e São Carlos.[345] Foram promulgados novos estatutos para a Fábrica, denominados de Regulamento Provisório para a Administração da Fábrica de Ferro de S. João de Ypanema.[346]

Por meio deste, a direção da fábrica foi dividida com a criação do cargo de vice-diretor. Extinguiram-se os cargos de Inspetor dos Bosques e das Matas, o de Juiz privativo, o de Guarda-

---

toque de ouro para conservar a fresquidão da cor nos injurios do tempo (cuja inscripção fez de lápis para V.Ex.ca. ordenar a sua emenda) assim no pedestal, as vivas das quinas de hum frizo redondo e fios quadrados nos lados, afim de unir bem as estremidades do quadro, visto ser muito difficultoso de se fundir tão exacta que sahião as quinas vivas. As armas do Império, dos quatro lados eguais, coloridos, ou de bronze com hum toco de metal fino (...)".

[334] APESP. CO 5213-27. 28 de maio de 1834.
[335] APESP. CO 5213-25. 4 de agosto de 1834.
[336] APESP. CO 5213-25. 28 de outubro de 1834.
[337] APESP. CO 5214-4. 8 de maio de 1835.
[338] APESP. CO 5213-25. 29 de julho de 1834.
[339] APESP. CO 5213-25. 5 de setembro de 1834.
[340] APESP. CO 5213-27. 4 de junho de 1834.
[341] APESP. CO 5213-25. 21 de julho de 1834.
[342] APESP. CO 5213-25. 4 de setembro de 1834.
[343] APESP. CO 5213-25. 6 de setembro de 1834.
[344] APESP. CO 5214-11. 18 de junho de 1834.
[345] APESP. CO 5213-27. 7 de maio de 1834.
[346] BRASIL. (Império). Decreto de 26 de maio de 1834. Manda executar o Regulamento Provisório para a Administração da Fábrica de Ferro de S. João de Ypanema.

livros e o de Tesoureiro. Por outro lado, criaram-se os cargos de pedagogo dos menores e o de apontador. O Diretor da Fábrica devia ser escolhido entre os Oficiais Superiores do Exército, nomeado pelo Governo e subordinado ao Presidente da Província. Devia morar na Fábrica e enviar relatórios semestrais ao Presidente da Província, o qual deveria repassá-los à Corte e ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. As compras que fizesse para a fábrica deveriam ser realizadas na presença do vice-diretor e do escrivão, mediante anúncios públicos e concorrência dos vendedores. Podia autorizar ao almoxarife o recebimento de quantias para as despesas da fábrica. Tinha poderes para indicar pessoas para os cargos de almoxarife, escrivão, escriturário, cirurgião e capelão e prover os cargos de apontador, feitor, mestre, contramestre, aparelhador e guarda de armazém. Já o Vice-Diretor, oficial de menor patente, era o encarregado pela inspeção dos trabalhos nas oficinas, a entrada e saída de produtos e elaboração do orçamento da fábrica. Outra obrigação era por zelar que escravos da nação não fossem empregados em serviços não-relacionados aos do estabelecimento. Sob sua responsabilidade ficaria também a educação dos menores. O Almoxarife era o encarregado dos objetos da Fábrica, o que era atribuição do Guarda dos Armazéns. O escrivão foi erigido a fiscal da Fazenda Pública no almoxarifado, cabendo-lhe o registro das entradas e saídas de produtos. O escriturário era o auxiliar e substituto do escrivão. O feitor era responsável pelos escravos e pelo gado, cabendo a este o sustento, vestuário e curativo deles. Também ficou encarregado da retirada das madeiras e demais produtos. Esse Regulamento disciplinava o hospital da Fábrica, sob responsabilidade do cirurgião, auxiliado por um ou dois enfermeiros. O capelão continuava como responsável pela missa e instrução da religião cristã aos escravos.

Em relação aos cargos criados por esse Regulamento, o Apontador era o responsável pelo ponto dos operários e controle das férias. Ademais, previu-se a recepção de menores aprendizes na fábrica, selecionados entre os expostos, órfãos indigentes ou filhos de pais minimamente pobres. Deveriam ser instruídos nas primeiras letras, em desenho e em artes, recebendo jornal (dinheiro) suficiente para sustento e vestuário, além de casa, utensílios para habitação e serviço doméstico. Por outro lado, os menores somente podiam visitar os pais nas quatro festas do ano, mediante autorização do vice-diretor. Para educá-los, previu-se o cargo de pedagogo dos menores, o qual deveria zelar pela educação mora e arranjos domésticos deles, cuidando da comida, lavagem de roupa e de seus objetos. O método de ensino a ser usado deveria ser o Lancastriano, ficando a fábrica responsável pelo fornecimento do material escolar. Todavia, pela

alteração ao Regulamento de 1º de abril de 1835, foi sobrestada a nomeação do cargo de escriturário e de pedagogo, assim como o cargo de apontador foi atribuído ao feitor. De fato, o cargo de pedagogo era exercido pelo capelão, embora o ensino em Ipanema só tenha sido efetivado apenas nos seus últimos anos de funcionamento.

Perea exerceu a diretoria da fábrica por quase ano, até que a deixasse, alegando motivos de saúde,[347] embora, nessa época, Perea e Bloem estivessem em conflito, porque o primeiro queria comandar o segundo e este não se sujeitava às suas orientações, além de manter toda a escrituração irregular.[348] Perea disse em defesa que Bloem tratava mal os brasileiros por ser estrangeiro, queixou-se das despesas que Bloem estava fazendo na fábrica e que deveria continuar a usar os fornos já existentes enquanto a fábrica fosse reconstruída. [349] Bloem, por sua vez, criticou Perea, porque a Junta lhe havia autorizado a incorrer nessas despesas e Perea falava a todos que trazido muito dinheiro do Rio de Janeiro, gerando falsas expectativas nas pessoas de que os vencimentos atrasados seriam pagos.[350]

Enfim, em 10 de janeiro de 1835, Bloem tomou posse como diretor.[351] Em seus primeiros meses no cargo, enfrentou problemas com os escravos. Os praças do destacamento de Itu desertaram e libertaram aqueles que estavam sob sua responsabilidade. [352] O boticário vindo do Rio de Janeiro, quis promover a insurreição da escravatura.[353] Houve também nova fuga de escravos, que queriam regressar para a Fazenda de Santa Cruz.[354] Fez-se nas proximidades da fábrica uma loja clandestina de objetos furtados da Fábrica pelos escravos.[355]

Bloem solicitou que o Ministro da Guerra não enviasse mais estrangeiros para a fábrica. Em carta de 18 de maio de 1836, relatou que os suecos e alemães que ali estiveram, viviam em completa embriaguez e que, naquele momento, aprendeu-se a respeitar os mestres escravos pelo trabalho que desempenhavam.[356] Isso porque havia um escravo velho destacando-se no serviço, pois o ferro produzido era bom, a despeito da fundição caminhar devagar.[357] No entanto,

[347] APESP. CO 5214-3. 8 de janeiro de 1835.
[348] APESP. CO 5213-25. 27 de setembro de 1834.
[349] APESP. 5213-25. 28 de outubro de 1834.
[350] APESP. CO 5213-27. 17 de dezembro de 1834.
[351] APESP. CO 5214-3. 10 de janeiro de 1835.
[352] APESP. CO 5214-4. 8 de maio de 1835.
[353] APESP. CO 5214-11. 11 de abril de 1835.
[354] APESP. CO 5214-4. 18 de junho de 1835.
[355] APESP. CO 5214-4. 5 de janeiro de 1836.
[356] APESP. CO 5214-4. 18 de maio de 1836.
[357] APESP. CO 5214-4. 8 de maio de 1835.

continuou a debandada dos demais escravos,[358] entre eles, o escravo Salvador.[359] Bloem queixou-se da falta de correção dos fugitivos, porque isso era mau exemplo, até mesmo porque se havia formado um quilombo em Itatinga[360] e os vizinhos continuavam a cooptar os escravos para suas atividades privadas.

Em execução a esse plano de livrar-se dos estrangeiros, Bloem despediu o moldador Strickert, que ainda estava na fábrica. Relatou que este ameaçou outros empregados com faca e que os escravos eram incomparavelmente melhores que ele.[361] Em carta de 24 de fevereiro de 1836, queixou-se da inutilidade de Benjamin Carlos Guilherme Weinschenck**,** contratado por Perea, porque o forno que esse operário alemão construiu, não funcionou e até os escravos estariam zombando dele.[362]

Bloem também procurou atualizar a fábrica de ferro do ponto de vista tecnológico. Solicitou a compra de obras metalúrgicas na Europa, a serem encomendadas por meio do cônsul-geral do Brasil em Hamburgo, e quis introduzir práticas econômicas européias.[363] Esses livros foram, de fato, enviados a Ipanema.[364] Outra providência tomada foi a investigação da existência de carvão mineral em São Paulo, em substituição ao carvão vegetal, que tanto interferia no funcionamento da fábrica, porque os terrenos com cobertura vegetal estavam com seus preços inflacionados. Foram a Itapetininga a fim de realizar prospecção do mineral, mas só encontraram pegi de montanha, espécie de resina.[365]A hipótese por ele avençada é de que se encontraria esse mineral mais próximo do nível do mar, tal como o cunhado de Varnhagen, Feldner, havia sugerido.

Em 1837, as instalações da Fábrica de Ferro continuavam desmoronadas ou na iminência de desabamento. As máquinas sofriam a ação do tempo, o aqueduto estava velho e as matas necessárias para a produção de combustível, arrasadas. Havia apenas o mesmo escravo velho produzindo balas, já que os demais estavam doentes, assim como os soldados.[366] No ano

---

[358] APESP. CO 5214-4. 28 de maio de 1836.
[359] APESP. CO 5214-4. 27 de maio de 1836. Em 1850, foi apresentado requerimento de liberdade desse escravo, dirigido ao Imperador. Nesse requerimento, informava-se que ele tinha 54 anos de idade e chegou a Ipanema em 1811. Era moldador e pedreiro e, por ser hábil, somente ele sabia revestir os fornos. (APESP. CO 5216-4. 5 de julho de 1850).
[360] APESP. CO 5214-4. 27 de setembro de 1836.
[361] APESP. CO 5214-4. 8 de junho de 1835.
[362] APESP. CO 5214-11. 24 de fevereiro de 1836.
[363] APESP. CO 5214-4. 28 de junho de 1835.
[364] APESP. CO 5214-11. 8 de agosto de 1836.
[365] APESP. CO 5214-4. 18 de maio de 1836.
[366] APESP. CO 5214-9. 2 de junho de 1837.

seguinte, Bloem enfrentou problemas de insubordinação com a Guarda Nacional. Relatou que havia solicitado para um soldado fazer guarda e este disse que ia cear; insistiu para que cumprisse a ordem e foi xingado; foi preso e ainda assim continuava a ofendê-lo.[367] Dois dias depois, relatou a deserção de praças.[368]

Para tentar novamente reverter o estado de penúria em que se achava a Fábrica de Ferro, Bloem pediu a construção de um caminho de ferro entre as minas e a fábrica.[369] Também voltou atrás e conseguiu autorização para contratação de artistas estrangeiros que trabalhavam na Serra de Cubatão.[370] Porém, Bloem se queixou do fato de que os artistas alemães estavam desgostosos porque não tinha cirurgião nem casas para morarem e que não queriam saber se ele tinha ou não culpa por se sentirem enganados.[371] Em uma de suas cartas ao Presidente da Província, Bloem colocou a seguinte questão: "na Europa, a economia política faz com que os artistas gastem no domingo o que ganham durante a semana e permaneçam sempre pobres, para criar o costume de trabalhar sempre".[372] Para tentar retomar a moralidade na Fábrica de Ferro, Bloem solicitou um vigário, porque só um religioso conseguiria impor mais respeito junto aos escravos e funcionários do que 20 diretores.[373] Bloem continuou irritado com a conduta destes operários alemães pela libertinagem que havia entre eles.[374]

Mais uma vez, para tentar obter combustível para os fornos, procedeu-se a nova desapropriação de terrenos vizinhos. No entanto, espalhou-se a notícia de que o governo não

---

[367] APESP. CO 5214-11. 5 de março de 1838.
[368] APESP. CO 5214-11. 7 de março de 1838.
[369] APESP. CO 5214-11. 18 de outubro de 1839.
[370] APESP. CO 5214-11. 17 de novembro de 1839.
[371] APESP. CO 5214-7. 7 de janeiro de 1839; CO 5214-11.22 de abril de 1839.
[372] APESP. CO 5215-2. 19 de novembro de 1841.
[373] APESP. CO 5214-11. 27 de setembro de 1839. "Não sendo possível que se consiga boa moralidade entre os escravos, e mais empregados desta, sem se principiar pela parte mais sólida da sociedade, que he a Religião, vivem presentemente como animaes, e não como Christãos, a bem dos innumeros inconvenientes que disto rezulta, pois havendo Missas nos Domingos de Manhã e sermão de tarde, são os escravos sugeitos a ouvirem, e com isto ficão não Estabelecimento e tem mais respeito a hum Sacerdote do que a 20 Directores, que he natural, por tanto rogo m.to que V.Ex.a consiga enviar hum velho e virtuoso Clérigo, podendo elle vencer os 300$000 da Capellania, e mais 100$000, que lhe tributão os Empregados, e assim hua gratificação de 100$000 para a instrucção dos Aprendizes, além das Missas, que diariamente pode dizer; entretanto, que V.Ex.a não possa conseguir hum homem com as qualidades necessárias, eu farei que se consiga nas vizinhanças desta algum que venha dizer a Missa dos Domingos e dias Santos de guarda".
[374] APESP. CO 5215-2. 15 de fevereiro de 1841. "O Director tem dirigido por tantos annso os fornos altos, ainda se anima a dirigi-los mais este anno. Esta gente ficou mal costumada, não há dúvida tornao-se imprudentes pela falta de Polícia que há com elles, e eu julgo até doentes, pois costumados de baixo de hua Policia altiva de Alemanha, chegão ao Brazil aonde gozão perfeita liberdade, tornão-se doentes e julgão poder fazerem o que quiserem e por isso não sou eu que fasso sacrificar com elles".

tinha dinheiro para pagamento das indenizações.[375] Os proprietários pediram para permanecer no local, mas como não foram atendidos, Bloem escreveu a Tobias de Aguiar, relatando que os moradores locais começaram a destruir os terrenos e que, por isso, seria melhor encerrar a Fábrica.[376]

A partir de 1839, a Fábrica de Ferro começou a receber sentenciados para os serviços. Um desses foi o alemão Strock, que fugiu da Fábrica. Bloem pediu para que se expedissem mandados de captura contra ele, mas teve notícias de que tinha sido visto na estrada de Cotia, fugindo para o Rio de Janeiro, levando consigo um escravo.[377] Em agosto de 1839, recebeu a notícia de que Strock havia regressado para a região. Mandando-se uma patrulha para a casa do sogro do fugitivo, a esposa deste teria informado aos guardas que ele estava dentro da casa e que, se tentassem prendê-lo, iria matar a todos. Por isso, os soldados regressaram afirmando que não tinham localizado o réu. Disse que teve notícias de que Strock havia formado um bando de quatro homens armados de pistolas e facas de ponta, ameaçando a qualquer indivíduo. Assim, Bloem pediu providências para que se desmanchasse a quadrilha antes que engrossasse e se tornasse um mal maior.[378] Dias depois, teve notícia de que um vizinho passou à noite em frente à casa do sogro de Strock e foi assaltado. No entanto, esse vizinho, por estar armado, deu-lhe um tiro no ombro. Quando soube do fato, Bloem teria ido à presença do Juiz Municipal de Campo Largo, próxmo a Ipanema, onde ficava a casa do réu e solicitado a sua prisão. O juiz lhe teria dito que não podia fazer nada, porque era interino e que não se podia prender ninguém à noite. Não convencido disso, ele mesmo foi às seis horas da manhã, acompanhado de uma patrulha e entrou na casa. Mesmo com ameaça de Strock, efetuando a prisão. Bloem relatou ter descoberto a causa

---

[375] APESP. CO 5215-2. 27 de junho de 1840.

[376] APESP. CO 5215-2. 9 de novembro de 1840. "Seria inteiramente falta do meo dever se não recorresse promptamente a V.Exa. afim de contar inconveniências que acarretarão incalculáveis prejuízos para este Estabelecimento, e na verdade merecedor de melhor sorte. Pela interrupção que teve lugar no desapropriamento dos terrenos que devem ser encorporados ao Estabelecimento, conforme a Ley de 12 de julho de 1839, estão-se totalmente estragando as madeiras no referido terreno, e não contentes de abrirem roçadas para o seo uso, porém ainda convidão e dão faculdade a qualquer de fora a abrir roçadas que quiserem; estes estragos não são mais reparáveis, pois em terrenos em Capoeiras que se queimão a tanta força de fogo ficam quase todas em samambaias e sapezaes e V.Exa. bem sabe quanto demoradas são para tornarem a crescer mattas, de certo levão mais de um século, e pode se afiançar que as mattas derrubadas este anno e que ainda derrubão conforme nativa, chegarião para entreter a Fabrica por 8 annos de combustível: a não ser possível o remediar-se estas inconveniências já, eu sou de parecer que deixemos por ora de fabricar ferro no Brazil, pois se de hum lado eu procuro ecconomisar, de outro lado estragão mais em hum dia do que o Director economisa em huns poucos de annos. O Director espera do Patriotismo de V.Exa. de fazer com que cessem de hua vez estes damnos insuperáveis para a Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema".

[377] APESP. CO 5214-11. 22 de março de 1839.

[378] APESP. CO 5214-11. 9 de agosto de 1839.

para essa leniência. Segundo ele, esse juiz interino vivia na companhia de Strock e que os guardas, quando enviados para fazer a prisão, mudavam o caminho e iam tomar café. Por isso, Bloem requisitou a transferência imediata de Strock para Fernando de Noronha ou para o Rio Negro de Belém.[379] Em 1840, a documentação da Fábrica de Ferro registra nova onda de debandada dos escravos, ora apoiados pelos vizinhos do estabelecimento, porque passaram a trabalhar para estes, ou pela prevaricação do comandante e do juiz municipal em empreender a busca dos fugitivos.[380]

Mesmo com os reiterados protestos de Bloem de que a Fábrica de Ferro não tinha qualquer estrutura para recebimento de sentenciados a galés com penas convertidas para trabalhos forçados, razão pela qual reiterou diversas vezes que não se responsabilizava pela custódia dessas pessoas, foram enviados diversos sentenciados para extração do minério de ferro e de cal. Em vez de ser uma solução para a Fábrica de Ferro, tornou-se mais um problema, porque houve superlotação de presos: em vez de enviarem trinta sentenciados, enviaram quarenta.[381] As fugas eram constantes devido à corrupção das sentinelas. Em uma ocasião, os presos estavam no campo e estouraram as correntes com os machados[382]. Noutra ocasião, vinte e dois sentenciados arrombaram a cadeia e fugiram com a conivência dos guardas, porque, segundo Bloem, era impossível fazer o rombo em parede muito grossa sem que se percebesse qualquer coisa.[383] Tornou-se comum a deserção de soldados que levavam os presos consigo,[384] razão pela qual ele requisitou a remoção de todo o batalhão da região, por terem perdido completamente a disciplina.[385] Em 1841, Bloem provavelmente foi denunciado pelos severos castigos que impunha aos escravos fugitivos, pelo fato de ter recebido carta do Juiz dos Órfãos, o qual questionou seu comportamento.[386]

Além de todos esses problemas, a falta de socorros médicos foi mais um aspecto trágico do período. Bloem relatou que em 1840 havia dispensado o cirurgião ajudante José Antonio Pinto Guedes pela sua imoralidade no vestir e por viver embriagado, já que havia deixado morrer dois

[379] APESP. CO 5214-11. 20 de setembro de 1839.
[380] APESP. CO 5215-2. 28 de janeiro de 1840 e 27 de abril de 1840.
[381] APESP. CO 5215-2. 16 de novembro de 1841.
[382] APESP. CO 5215-6. 27 de agosto de 1841.
[383] APESP. CO 5215-2. 16 de novembro de 1841.
[384] APESP. CO 5215-2. 26 de julho de 1842.
[385] APESP. CO 5215-2. 25 de agosto de 1842.
[386] APESP. CO 5215-2. 3 de julho e 1841.

africanos por "erro médico".[387] No entanto, não se repôs médico para o cargo e, um ano depois, reclamou-se a falta de cirurgião por ser terrível ver os artistas, escravos e africanos padecerem até a morte sem socorro.[388]

Os relatos sobre a gestão de Bloem apontam que seu mandato como diretor encerrou-se por sua suposta participação na Revolução de 1842. Nas investigações feitas à época na documentação da Fábrica de Ferro informou-se que foram encontradas duas cartas dirigidas a Rafael Tobias de Aguiar e outra a Gabriel dos Santos, ambas de 18 de junho, as quais se autoexplicariam.[389] A documentação disponível, no entanto, trata dos ataques dos rebeldes vindos de Sorocaba, que queriam tomar de assalto a fábrica de ferro para obtenção de munição.[390] Outra carta é de Tobias de Aguiar, dirigida a Bloem, exigindo a entrega de peças de artilharia e munição, bem como dois mestres alemães; se recusasse a cumprir a ordem, seria usada força física.[391] Bloem recusou a ordem, alegando lealdade ao Imperador e os objetos foram levados à força.[392] Há também outra carta do Barão de Caxias dirigida a Bloem quanto ao combate ocorrido em Sorocaba.[393] Além disso, há carta de Bloem acusando Jaime de Silva Telles de ter feito

---

[387] APESP. CO 5215-2. 14 de maio de 1840.

[388] APESP. CO 5215-10. 25 de outubro de 1841. "De novo lembro a V. Ex.a a necessidade que tem este Estabelecimento de um cirurgião que tracte dos enfermos, pois é excessivamente dolorozo ver os artistas, escravos e affricanos, expostos a graves padecimentos, e até a morte, como tem acontecido frequentem.e no tempo do ex-Director (...)"

[389] APESP. CO 5215-13. 4 de novembro de 1842.

[390] APESP. CO 5215-2. 13 de maio de 1842.

[391] APESP. CO 5215-2. 23 de maio de 1842. "Esta será aprezentada ao Snr. Sarg.mor. João Bloem, Director da Fábrica de Ferro de S. João do Ypanema pelo Tenente José Custodio Barboza, a quem o Presidente da Província incumbio de hir a esta Fabrica conduzir para esta a artilharia, com a competente munição, armamentos e mais objectos bélicos, que ahy existem, e que o mesmo Presidente determina, que o Snr. Sarg. Mor entregue imediatamente ao mencionado Tenente, dando alem disso os carros, que forem necessários para o transporte de tudo. Outro sim ordena ao Snr.Sarg. mor Director que entregue também dois artífices alemães, que conste tem uso de manejarem as pessas, e que menor falta fizerem a esse Estabelecimento, a que o mesmo Presidente dezeja protejer quanto for possível. O Presidente interino espera que o Snr. Sarg.Mor não se recusará a obdecer a esta ordem, e sentiria muito, que fosse necessário empregar a força, ou fazer-lhe a mínima violência para ser obdecido, pois que aprecia devidamente os seos bons serviços nesse estabelecimento; porém, pode ficar na inteligência de que o referido Tenente leva ordem para empregar a força, que vai comandando para fazer cumprir as determinações deste Governo, o que tudo lhe comunica para seo conhecimetno e pontual execução. Palácio do Governo na Cidade de Sorocaba aos vinte e três de maio de 1842 – Rafael Tobias de Aguiar".

[392] APESP. CO 5215-2. 10 de agosto de 1842.

[393] APESP. CO 5215-2. 23 de junho de 1842. "Ilmo. Sr. Fica V.S. incumbido de fortificar as avenidas desta Cidade, podendo no desempenho deste serviço requizitar ao Major Carlos Augusto de Oliveira, Comandante Militar della os socorros de que necessitar apoio elle dispor. Cazo ocorra alguma sircunstancia extraordinária poderá V.S. affumir o Comando das forças que aqui eu deixo, operando com ellas da maneira que julgar mais conveniente, communicando me immediatamente todo o ocorrido, bem como quais quer noticias que puder colher a respeito dos restos rebeldes, e suas intenções. Deos Guarde a V.S.. Quartel General na cidade de Sorocaba, 23 de junho de 1842. Barão de Caxias".

inventário da Fábrica de modo prejudicial, com retaliação pelo que teria ocorrido na revolta dos escravos em 1835.[394]

Uma possível explicação para a saída de Bloem foi o fato de que ele teria se arrogado poderes de vigário e começou a casar escravos, o que seria um absurdo à época porque, pelo fato de essas uniões não serem válidas, deixavam os escravos em mancebia. Por isso, Antonio Ribeiro de Escobar solicitou a separação de corpos dos escravos e a imediata vinda do vigário de Campo Largo fazer a cerimônia.[395] Essa hipótese sustenta-se no fato de que, na correspondência de Bloem, ele assinou como diretor até o dia 15 de setembro de 1842. Essa carta denunciando a conduta dele foi de 22 de setembro de 1842 e em 5 de outubro desse mesmo ano o diretor interino relatou ter feito a imediata separação dos casados putativamente.[396]

2.3.4. A completa decadência da Fábrica de Ferro de Ipanema e sua reconstrução por Joaquim de Sousa Mursa

Após a saída de Bloem em setembro de 1842, em seu lugar ficou Antonio Ribeiro de Escobar como diretor interino,[397] o qual elaborou inventário dos bens da Fábrica de Ferro para encerramento da gestão anterior. Relatou-se se estava construindo uma cadeia boa, mas, por outro lado, havia defeitos no alicerce do armazém e da casa de máquinas. A senzala, construída entre duas casas onde se guardava carvão, não oferecia comodidade alguma aos "desgraçados" africanos, que voltavam molhados do serviço e não tinham outra roupa para vestir. Ademais, o distrito já não tinha matas suficientes para abastecimento dos fornos-altos. [398]

Enquanto não assumia a nova direção, Escobar retomou a fundição nos fornos altos com o trabalho de escravos velhos. Relatou ainda que havia fugido um escravo, que era bom fundidor, por causa da crueldade com que era tratado. Também informou a chegada do novo médico, pois o estado de saúde dos doentes havia piorado pela falta de socorros. [399] Com efeito, esse médico, Dr.

[394] APESP. CO 5215-2. 15 de setembro de 1842.
[395] APESP. CO 5215-10. 22 de setembro de 1842.
[396] APESP. CO 5215-10. 5 de outubro de 1842.
[397] APESP. CO 5215-14. 27 de novembro de 1842.
[398] APESP. CO 5215-10. 27 de outubro de 1842.
[399] APESP. CO 5215-10. 5 de outubro de 1842,.

Theodor Langaard, atendeu aos doentes de Ipanema, mediante visita à Fábrica duas vezes por semana até o momento em que se removeu para a Santa Casa do Rio de Janeiro em 1852.[400]

Antonio Manoel de Melo, nomeado novo diretor da fábrica, procurou paulatinamente livrar-se dos operários estrangeiros, tal como Bloem havia feito anteriormente. Em 7 de maio de 1843, comunicou a dispensa do alemão Frederico Severin para manutenção da ordem.[401] Quando questionado sobre a possibilidade de uso de menores aprendizes, disse ser totalmente favorável, mas que antes deviam livrar-se dos alemães, que estavam na fábrica durante cinco anos às custas da nação e não sabiam de nada.[402] Em agosto de 1843, dispensou os alemães João Kock e Guilherme Ulback para manter a disciplina do local.[403] Nesse mesmo ano, Melo comunicou que, findos os trabalhos de fundição, obteve-se 8769 arrobas de ferro modelado de excelente qualidade e 30 arrobas de ferro em gusa.[404]

Em relação ao envio de presos, disse que, embora presos devessem trabalhar, era contrário ao recebimento deles, pois ele necessitava de braços para trabalhos pesados e não havia lugares para acolhê-los, posto que os lugares disponíveis eram usados para correção dos escravos, assim como era muito fácil fugir.[405] Isso também aborreceu Melo, pelo que se pode observar das comunicações acerca da fuga de presos. Disse que, por ser militar, não suportava mais tanta lassidão dos soldados, que dormiam e embriagavam-se.[406] Em outra fuga, relatou que, ao investigar as causas do fato, concluiu que presos acorrentados só podiam ter fugido caso os guardas tivessem se embriagado com a bebida fornecida pelos presos.[407] Porém, Melo vingou-se dos guardas pessoalmente, a ponto do juiz municipal pedir intercessão pelos que foram castigados.[408]

Em 1846 o Imperador D. Pedro II visitou a Fábrica de Ferro. Para o recebimento da visita, ordenou-se a compra de móveis no Rio de Janeiro, conforme consta do inventário realizado em 1849 a esse respeito.[409]

---

[400] APESP. CO 5216-4. 6 de fevereiro de 1853.
[401] APESP. CO 5215-14. 7 de maio de 1843.
[402] APESP. CO 5215-14. 27 de julho de 1843.
[403] APESP. CO 5215-14. 17 de agosto de 1843.
[404] APESP. CO 5215-14. 17 de outubro de 1843.
[405] APESP. CO 5215-14. 17 de outubro de 1843.
[406] APESP. CO 5215-14. 17 de julho de 1844.
[407] APESP. CO 5215-14. 27 de setembro de 1845.
[408] APESP. CO 5215-10. 9 de dezembro de 1845.
[409] APESP. CO 5216-2. 29 de março de 1849.

O administrador seguinte foi Ricardo José Gomes Jardim. Foi durante sua gestão em que foi aprovada a Lei do Orçamento n°. 514, de 28 de outubro de 1849, a qual passou a consignar quantia para a fábrica, para dar regularidade aos pagamentos, já que os diretores anteriores sofriam com a falta de remessa de dinheiro para o custeio da fábrica, ante a sua impossibilidade de obtenção de receitas suficientes para a sua manutenção. Todavia, essa medida não era suficiente para ajudar a levantar a fábrica, porque o dinheiro somente podia ser usado para custeio das despesas do ano corrente e não para pagamento de dívidas da fábrica.[410]

O estado da fábrica nessa época foi descrito por Gomes Jardim. Os trabalhos eram realizados normalmente, a despeito da vetustez dos fornos e de somente ter um único escravo capaz de manejá-los, que era do tempo dos suecos. Disse que estava demolindo a forja atual de refino, porque ela produzia pouco e consumia muito carvão.[411] Outra providência relevante foi a solicitação de aquisição de obras em francês, já que os livros de metalurgia disponíveis na fábrica eram escritos em sueco ou em alemão.[412]

Francisco Antonio Raposo assumiu a direção da fábrica de ferro em 19 de novembro de 1949.[413] Em sua gestão, a principal documentação encontrada revela o encaminhamento de pedidos de alforria de escravos dirigidos ao Imperador e a requisição deles para a abertura de estradas em outras localidades. Raposo insurgiu-se contra este fato, ao ter argumentado que os escravos nasceram e viveram em Ipanema, sendo que vários deles desde a época da criação do estabelecimento. Caso continuasse a requisição deles, a fábrica fecharia por falta de mão-de-obra.[414] Também enfrentou problemas com os empregados, que passaram a ser convocados para a Guarda Nacional, sob pena de prisão. Raposo revelou em carta dirigida ao Presidente da Província, relatou que os jovens do local trabalharam no transporte dos produtos por salários módicos e defasados, com o único intuito de se livrarem do serviço obrigatório, já que os empregados da Fábrica de Ferro gozavam de isenção desse serviço. A partir do momento em que se passou a convocá-los, imediatamente pediram rescisão de seus contratos.[415]

João Pedro de Lima Gutierres era o vice-diretor da fábrica, na gestão de Ricardo José Gomes Jardim. Com a convocação de Franciso Antonio Raposo para a corte, assumiu a direção

[410] APESP. CO 5216-2. 2 de março de 1849.
[411] APESP. CO 5216-2. 2 de janeiro de 1849.
[412] APESP. CO 5216-2. 26 de janeiro de 1849.
[413] APESP. CO 5216-4. 19 de novembro de 1849.
[414] APESP. CO 5216-4. 30 de outubro de 1854.
[415] APESP. CO 5216-4. 31 de outubro de 1854.

da fábrica em 16 de janeiro de 1855.[416] O estado da fábrica nessa época não era, de fato, o dos melhores. Continuava a faltar combustível para os trabalhos. A oficina de moldação não tinha mestre hábil. A oficina de máquinas, por onde se passavam as peças fundidas, era movida por máquina a vapor de 6 HP, a qual estava bastante deteriorada pelo contínuo funcionamento, devendo-se usar uma roda d'água para economizar energia, o que exigia a construção de um novo canal de água, cuja construção era dificultada pelo terreno da região. Os trabalhos eram feitos pelos escravos hábeis em suas atividades.[417]

Gutierres, em relatório apresentado ao Presidente da Província, apontou que os fornos-altos não estavam em sintonia com a metalurgia dos paises mais adiantados e que somente a construção de novos resolveria o problema. Também destacou a necessidade de realizar prospecção de carvão mineral, embora ele tivesse procurado e nada fora encontrado. Por fim, a sugestão dele era de que a fábrica deveria ser privatizada e que somente haveria prosperidade na hipótese de encontrar-se carvão mineral e realizando-se a abertura de novas estradas. [418]

Outro problema que havia era o mau comportamento dos guardas, os quais eram insubordinados. Gomes Jardim expulsou um destacamento porque os soldados viviam bêbados; um deles convenceu o cabo a acompanhá-lo em bebedeiras e este acabou por espancar sua mulher. Permitiram que os escravos arrombassem o armazém onde se guardava o milho a ser transformado em fubá para sustento de todos e um dos soldados abria a correspondência oficial no caminho. [419]

A despeito da existente produção de cilindros para engenhos, o governo foi retirando a força de trabalho escrava da fábrica, para destiná-la a outras tarefas. Em outubro de 1855, Gutierres queixou-se da inconveniência de ter sido obrigado a entregar dez africanos livres ao engenheiro Feliciano Neponuceno Prestes para emprego na Repartição Geral das Terras Públicas do Paraná, pois isso era prejudicava a fundição e dificultava os trabalhos de reparo na ponte do açude da fábrica.[420] Também em 1858, queixou-se de ter recebido portaria do Ministério da Guerra pela qual se requisitavam trinta escravos ou africanos livres para o Estabelecimento Naval de Itapema, cujo projeto era de 1840,[421] porque isso prejudicava a entrega das encomendas de

[416] APESP. CO 5216-6. 16 de janeiro de 1855.
[417] APESP. CO 5216-6. 28 de dezembro de 1857.
[418] APESP. CO 5216-6. 28 de dezembro de 1857.
[419] APESP. CO 5216-6. 8 de dezembro de 1858.
[420] APESP. CO 5216-6. 13 de outubro de 1855.
[421] APESP. CO 5215-2. 27 de abril de 1840.

cilindros para engenhos de açúcar,[422] instalados em São Paulo e de Minas Gerais. [423] Gomes Jardim ficou indignado com a notícia que leu no jornal acerca de discurso proferido na Câmara dos Deputados, de que se havia afirmado a existência de duzentos escravos na Fábrica de Ferro, razão pela qual se autorizava a requisição dessa mão-de-obra.[424] O envio de africanos para esse estabelecimento ocorreu novamente em novembro de 1859[425] e janeiro de 1860. [426]

Finalmente, em 1859, o Ministério da Guerra ordenou a suspensão dos trabalhos e a Lei do Orçamento estabeleceu o corte definitivo do repasse de verbas para seu funcionamento. Nessa época, iniciou-se a implantação de uma nova fábrica de ferro em Mato Grosso.[427] De acordo com Nilton Pereira dos Santos, a mudança da fábrica para aquela Província envolvia a questão geopolítica da fronteira com o Paraguai, ante a necessidade de ocupação da região, a indefinição das fronteiras e a segurança de navegação pelo Rio Paraguai. Por isso mesmo a mudança da fábrica ocorreu antes mesmo do conflito, pois a fábrica supriria a necessidade de apoio logístico em caso de interrupção do acesso pela via fluvial à região.[428]

Os escravos hábeis, com suas bagagens, foram levados para a província do Mato Grosso; também foi levado o que havia de útil em termos de equipamentos.[429] Foram convidados para ir junto os serralheiros Gustavo e Adolfo Sydow, que haviam sido convidados para vir a Ipanema por Gutierres para se tentar manter a fábrica em funcionamento[430] e que estavam trabalhando sem receber, desde a ordem do Ministério da Guerra para fechamento das oficinas. [431] Porque não

---

[422] APESP. CO 5216-6. 28 de junho de 1858.
[423] APESP. CO 5216-6. 20 de dezembro de 1858. "Parece incrível, Exmo. Sor., que hu Reprezentante da Nação falle com tanta leviandade, e tão pouco conhecimento de hu Estabelecimento Nacional, que elle deveria ter melhor estudado para não aventurar inciunações odiozas, que prejudicão a reputação de quem dirige o Estabelecimento. Este Deputado, que se não me engano, aqui esteve, qdo. seguia para a Corte, podia ter colhido dados para fazer conciderações mais acertadas, e reconheceria que d'esse algarismo de 200 e tantos por elle aprezentado há de deduzir 98 entre crianças, valetudinários, e inválidos que aqui existem; 15, termo médio dos enfermos no Hospital, e mais ainda as pretas que amamentão os filhos, das quaes só se pode exigir hu serviço muito moderado; e se convenceria que a diferença ente estes e o número q. elle aprezentou não he suficiente para o serviço das diversas officinas deste Estabelecimento, para os mais trabalhos dos fornos-altos (...)".
[424] APESP. CO 5216-6. 18 de agosto de 1858.
[425] APESP. CO 5216-6. 30 de novembro de 1859.
[426] APESP. CO 5216-6. 25 de janeiro de 1860.
[427] As jazidas de ferro em Mato Grosso foram inspecionadas em 1819, tendo Varnhagen ordenado a Guinchet que fizesse o exame no minério a pedido do Príncipe. APESP. CO 247-30. 5 de maio de 1819.
[428] SANTOS, Nilton Pereira dos. **A fábrica de ferro de São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo.p. 56-57.

[429] APESP. CO 5216-6. 9 de julho de 1860.
[430] APESP. CO 5216-6. 5 de maio de 1860.
[431] APESP. CO 5216-6. 5 de junho de 1860.

suportariam a viagem a Mato Grosso, ficaram abandonados setenta e sete escravos velhos, doentes ou com dificuldades de locomoção. [432] Em junho de 1860, Gutierres escreveu, perguntando como faria para obter crédito para sustento dos escravos e poucos empregados que permaneceram em Ipanema.[433] Esse problema só foi parcialmente solucionado na gestão seguinte, a cargo do ao Tenente-reformado Francisco Antonio Dias, já que Gutierres fora dispensado do seu cargo em novembro de 1860.[434]

Neste mesmo mês, a direção da fábrica foi transferida ao encarregado Francisco Antonio Dias.[435] Também nesse fim de ano, o almoxarife Francisco Candido Sagalerva foi dispensado de seu cargo, retirando-se para sua casa[436] após vinte e cinco anos de trabalhos em Ipanema, sendo merecedor de elogios dos diretores anteriores,[437] por ser uma das poucas pessoas de confiança do estabelecimento, razão pela qual permaneceu por tantos anos nessa função.

Durante os quase cinco anos em que a fábrica permaneceu desativada, o que sobrou das construções, que já eram precárias, acabou sendo destruído com as chuvas, sobrando, praticamente, apenas a olaria e o armazém. [438] Em 23 de janeiro de 1861, o temporal destruiu completamente a casa de refino.[439] A parede da casa do diretor também desmoronou.[440] O paiol também sofreu avarias por ser feito de pedra e cal.[441] As senzalas estavam em péssimo estado de conservação. [442] Outro temporal destruiu vários telhados, inclusive do forno-alto.[443] Com a paralisação das atividades, não havia mais dinheiro para o sustento dos escravos que ficaram. Não havia mais roupas, já que a última vez em que haviam sido compradas foi em 1857, a ponto de novamente escravos andarem nus. [444] Em 1862, Dias relatou que comprou uma ração de roupa a uma escrava nua e que outros escravos estavam nus.[445] Não havia comida, porque as escravas que plantavam, foram transferidas para outros locais e ninguém da vizinhança vendia produtos

[432] APESP. CO 5216-6. 26 de julho de 1860.
[433] APESP. CO 5216-6. 30 de junho de 1860.
[434] APESP. CO 5216-6. 7 de novembro de 1860.
[435] APESP. CO 5216-5. 20 de novembro de 1860.
[436] APESP. CO 5216-5. 19 de janeiro de 1861.
[437] APESP. CO 5216-2. 20 de março de 1849.
[438] APESP. CO 5216-5. 9 de fevereiro de 1862.
[439] APESP. CO 5216-5. 24 de janeiro de 1861.
[440] APESP. CO 5216-5. 5 de fevereiro de 1861.
[441] APESP. CO 5216-5. 26 de outubro de 1861.
[442] APESP. CO 5216-5. 9 de fevereiro de 1862.
[443] APESP. CO 5216-5. 18 de dezembro de 1863.
[444] APESP. CO 5216-5. 6 de julho de 1861.
[445] APESP. CO 5216-5. 17 de agosto de 1862.

nem mesmo a fiado. [446] Dias pediu socorro e recebeu um crédito para compra de produtos.[447] Mas, três meses depois, novamente o dinheiro faltou para compra de comida. [448] O problema foi solucionado pela autorização dada à coletoria de Sorocaba a fazer repasses trimestrais para essa sustento de todos.[449]

Ante esse estado de penúria, os vizinhos da fábrica resolveram invadi-la, arrombando suas marcas e iniciando roças de milho.[450] Dias solicitou o reavivamento dos limites da fábrica, mas foi criticado pelo Procurador-Fiscal, porque, no entender deste, bastaria expulsar os invasores e nada mais. Os vizinhos também se queixaram do administrador, alegando que ele os proibia de cultivar. Em sua resposta, alegou que não havia proibido ninguém de cultivar, mas tão-somente de plantar nas terras da fábrica, já que estavam sendo violados os marcos definidos em 1819.[451]

Pela consulta à documentação desse período, observa-se o elevado número de mortes de escravos devido a essa condição de miséria a que essas pessoas foram sujeitas. Em outras palavras, os velhos escravos simplesmente foram abandonados à espera da morte.[452]

O Governo mudou de ideia em relação à instalação da fábrica em Mato Grosso e iniciou os estudos de reativação de Ipanema. Encomendou, nesse sentido, dois estudos. O primeiro deles foi de Julius Bredt em 1862 e o segundo, de Guilherme Capanema em 1863. [453]

Para se tentar pela última vez colocar em funcionamento efetivo a Fábrica de Ferro de Ipanema, designou-se Joaquim de Sousa Mursa, o qual tomou posse como diretor em 6 de setembro de 1865[454] e ordenou o retorno escravos que tinham sido deslocados para outros estabelecimentos do Governo.[455]

Embora o Brasil estivesse participando da Guerra do Paraguai, a qual demandaria a fabricação de armas e munições, a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema no entanto, estava completamente destruída. Sua reconstrução a partir do zero, levou aproximadamente sete anos,

---

[446] APESP. CO 5216-5. 17 de julho de 1861.
[447] APESP. CO 5216-5. 30 de julho de 1861
[448] APESP. CO 5216-5. 27 de outubro de 1861.
[449] APESP. CO 5216-5. 6 de setembro de 1862.
[450] APESP. CO 5216-5. 18 de março de 1861.
[451] APESP. CO 5216-5. 18 de setembro de 1864.
[452] APESP. CO 5216-5. 11 de março de 1861; 24 de março de 1861; 5 de abril de 1861; 2 de maio de 1861; 23 de fevereiro de 1862; 23 de abril de 1862; 14 de maio de 1862; 30 de julho de 1862; 16 de agosto de 1862; 5 de outubro de 1862; 29 de abril de 1863; 25 de outubro de 1863; 6 de fevereiro de 1864; 12 de dezembro de 1864; 9 de abril de 1865.
[453] SANTOS, Nilton Pereira dos. Idem. p. 60
[454] APESP. CO 5216-5. 6 de setembro de 1865.
[455] APESP. CO 5216-10. 19 de novembro de 1870.

isto é, dois anos depois do fim do conflito, razão pela qual ela não concorreu para o esforço de guerra. Ao contrário, foi prejudicada pela falta de recursos, os quais foram consumidos no conflito e não na sua reconstrução.

Isso se evidencia em uma das primeiras correspondências de Mursa, este reclamou o não repasse das verbas que lhe haviam sido prometidas para a reconstrução de Ipanema.[456] Em 1866, o Governo requisitou escravos disponíveis em Ipanema. Mursa informou que não era possível, porque eles estavam muito doentes.[457] Assim, o chefe de polícia, em cumprimento ao Decreto n°. 3.310, de 24 de setembro de 1864, solicitou a lista dos africanos livres para dar-lhes as cartas de emancipação.[458] Mesmo assim, em razão da ordem do Ministro da Guerra para que enviasse à Corte todos os escravos da nação entre 16 a 40 anos, Mursa teve que ceder doze escravos, prejudicando a força de trabalho na fábrica.[459]

Além disso, na Guerra do Paraguai, o Governo usou equipamentos importados de diversos países da Europa, fuzis, revólveres e canhões. Além disso, também já se fundia ferro importado no Arsenal do Rio de Janeiro.[460]

O ano de 1867 foi praticamente perdido, porque o dinheiro necessário á reconstrução da fábrica de ferro não foi enviado, como se observa nas cartas de cobrança enviadas por Mursa em 4 de junho de 1867,[461] 1º de agosto de 1867[462] e 10 de agosto de 1867,[463] sendo que, nessa última, ele pediu licença de quinze dias para ir à corte explicar pessoalmente o problema. Nesse mesmo ano de 1867, Mursa enviou relatório de suas atividades, o que permite ter noção do estado calamitoso do estabelecimento. Apontou que havia proposto a construção de fornos para fabricação de carvão com aproveitamento do calor do forno-alto, mas, para isso, era necessário também construir os fornos, até mesmo porque os existentes estavam em completa ruína. O açude não tinha a altura necessária para os trabalhos de fundição e estavam reconstruindo a roda hidráulica. Informou que havia setenta e cinco escravos e que era necessário educá-los; nesse sentido, a escola existente em Ipanema era frequentada por quarenta e quatro deles.[464]

---

[456] APESP. CO 5216-9. 20 de setembro de 1865.
[457] APESP. CO 5216-13. 21 de maio de 1866.
[458] APESP. CO 5216-13. 2 de junho de 1866.
[459] APESP. CO 5216-9. 27 de novembro de 1866.
[460] SANTOS, Nilton Pereira dos. Idem. p. 71-72
[461] APESP. CO 5216-11. 4 de junho de 1867.
[462] APESP. CO 5216-9. 1º de agosto de 1867.
[463] APESP. CO 5216-9. 10 de agosto de 1867.
[464] APESP. CO 5216-11. 28 de fevereiro de 1867.

Com o intuito de garantir fornecimento de combustível, Mursa concluiu no final de 1870 a compra de sítios vizinhos para obtenção de combustível para o funcionamento da Fábrica,[465] sendo que um deles pertencia a Maria de Jesus Strombeck, descendente do sueco que veio na companhia de Hedberg.[466] Todavia, as matas nele existentes necessitavam ser conservadas, o que exigia a remoção das estradas que as cortavam.

De fato, Ipanema retomou seu verdadeiro funcionamento apenas em 1872, [467] quando Mursa foi à Europa recrutar trabalhadores, em especial, na Áustria.[468] Todavia, a intenção original dele era que esses operários chegassem em 1865,[469] o que não foi possível pelo estado da Fábrica e pela Guerra do Paraguai. De acordo com Nilton Pereira dos Santos, Francisco Adolfo de Varnhagen, filho de Frederico Varnhagen e nascido em Ipanema, o teria auxiliado nessa tarefa na Europa.[470] Com efeito, Mursa ficou entusiasmado em ver a possibilidade de a fábrica funcionar, pois já havia matas suficientes para isso. Dessa forma, seria possível, na opinião dele, competir com os produtos europeus, pois no Brasil o combustível era barato e a mão-de-obra, cara; na Europa, seria o contrário.[471] Nessa época veio para Ipanema o Engenheiro Leandro Dupré.[472]

Em setembro de 1873, a Fábrica de Ferro produziu 75 toneladas de ferro para a Estrada de Ferro D. Pedro II e outros 10 toneladas para Santos.[473] Em março de 1874, fabricaram as grades do Jardim Público de São Paulo.[474] Em 1878, foram enviadas 20 toneladas de ferro para a Estrada de Ferro Porto-Alegre a Uruguaiana.[475]

No relatório de 1877, ano em que a Fábrica foi transferida do Ministério da Guerra para o da Agricultura, podem-se observar avanços. Mursa informou que usavam o forno antigo, o qual consumia muito combustível. Esse problema se resolveria com o novo forno-alto, que ainda estava em construção. Já havia conseguido um martelo para laminação do ferro para a oficina e aguardava outro martelo a vapor; estavam construindo uma nova oficina de refino e um canal de

[465] APESP. CO 5217-7. 31 de dezembro de 1870.
[466] APESP. CO 5216-11. 26 de setembro de 1870.
[467] APESP. CO 5217-1B. 5 de maio de 1884.
[468] APESP. CO 5217-7. 9 de julho de 1872.
[469] APESP. CO 5216-9. 20 de setembro de 1865.
[470] SANTOS, Nilton Pereira dos. Idem. p. 84.
[471] APESP. CO 5216-10. 4 de novembro de 1872.
[472] APESP. CO 5217-1. 17 de setembro de 1873.
[473] APESP. CO 5217-5. 5 de setembro de 1873.
[474] APESP. CO 5217-7. 1º de março de 1874.
[475] APESP. CO 5217-1. 2 de julho de 1878.

300 metros embaixo delas; nessa nova oficina seriam instalados dois fornos Siemens. Mursa aguardava uma nova máquina a vapor, de 12HP, em substituição àquela antiga, que estava há quarenta anos na fábrica. O terreno para a linha férrea estava pronto e havia planos de construção de uma colônia industrial perto da fábrica.[476]

No entanto, em 1880, Mursa queixou-se por ainda não ter recebido dinheiro para o estabelecimento e que a produção ainda era feita em um forno-alto abastecido com carvão vegetal.[477] Como não recebeu recursos, suspendeu a produção. Lamentava o fato, porque era difícil montar nova equipe de trabalho.[478]

Mursa falou que o grande problema da fábrica era a falta de combustível, e não a extração de minério.[479] Em 1881, celebrou novo contrato de fornecimento de combustível.[480] Por isso, em 1883, tentou-se mais uma vez a reconstrução da Fábrica de Ferro. Foram contratados novos operários na Europa.[481] Mursa relatou as dificuldades com o pagamento do transporte deles, porque alguns iriam sair de Hamburgo, outros de Gênova, por ser a viagem mais curta. Também solicitou da Cia. Sorocabana a concessão de passagem gratuita aos operários.[482]

Também se investiu em equipamentos. O Eng. Fernandes Pinheiro remeteu máquinas da Europa. Comprou-se um suflador inglês de 81 ton[483] e uma tesoura de cortar ferro.[484] Em junho de 1885, foram enviados da Antuérpia outros equipamentos. Mursa solicitou a isenção de impostos aduaneiros e desconto de 20% no frete até Jundiaí.[485]

A despeito dos esforços de Mursa, os debates parlamentares sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema gieravam em torno da discussão de seu arrendamento ou extinção, pelo fato de que consumia muitos recursos e pouco se produzia.[486] Aspecto interessante foi que, durante toda sua gestão, desejou-se expor os produtos da Fábrica de Ferro em feiras nacionais e internacionais. Em 24 de janeiro de 1866, Mursa declarou que se esforçaria para que a Fábrica de Ferro participasse da exposição nacional de produtos agrícolas e industriais do Império.[487] Em 1878, respondeu ao

[476] APESP. CO 5227-1. 1º de março de 1877.
[477] APESP. CO 5217-1B. 9 de agosto de 1880.
[478] APESP. CO 5217-10. 16 de agosto de 1880.
[479] APESP. CO 5217-1B. 16 de abril de 1881.
[480] APESP. CO 5217-1B. 22 de março de 1881; APESP. CO 5217-8. 21 de abril de 1881.
[481] APESP. CO 5217-1. 2 de abril de 1883.
[482] APESP. CO 5217-1B. 5 de maio de 1884.
[483] APESP. CO 5217-1B. 10 de outubro de 1884
[484] APESP. CO 5217-10. 1º de março de 1885.
[485] APESP. CO 5217-1B. 28 de junho de 1885.
[486] SANTOS, Nilton Pereira dos. Idem. p. 149-150.
[487] APESP. CO 5216-11. 24 de janeiro de 1866.

ofício pelo qual declarou que faria os melhores esforços para que os produtos deste estabelecimento sejam dignamente representados na Exposição da Sociedade Central de Geografia Comercial em Berlim.[488] Em 1884, a fábrica de ferro participou da Exposição de Philadelphia e recebeu a medalha da Exposição Nacional.[489] Em 1885, obteve prêmio na Exposição Brasileira em Berlim.[490] Também recebeu o título e medalha pela participação na Exposição Universal de Paris de 1889.[491]

Em 1890, Mursa requereu a Prudente de Morais, governador do Estado de São Paulo, a exoneração da direção da fábrica de ferro por ter-se elegido deputado por São Paulo. Com a República, ganhou força a ideia de fechamento definitivo da Fábrica,[492] o que acabou ocorrendo.

Em 1891, Deodoro da Fonseca editou o Decreto n°. 1.384, de 19 de fevereiro, por meio do qual autorizava o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a venda da fábrica para a iniciativa privada. A Exposição de Motivos desse Decreto dispõe o seguinte: [493]

"Que de longa data tem a experiencia cabalmente demonstrado a improficuidade da utilisação industrial da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema, por administração do Estado, sendo que nenhum vantajoso resultado economico tem sido colhido das diversas reformas por que tem passado o estabelecimento, nem das importantes e dispendiosas obras que no mesmo estabelecimento teem sido levadas a effeito;"

"Que nenhuma compensação tem provindo das consideraveis despezas realizadas, já com os melhoramentos introduzidos na fabrica, já com o seu oneroso custeio, tendo-se ella constituido permanente encargo dos orçamentos que, anno por anno, augmentam o capital alli consumido esterilmente;"

"Que actualmente se acha a fabrica no estado de quasi abandono, por se haver retirado da direcção o profissional que, por mais de 30 annos, a administrou com zelo;"

"Que, a juizo muitas vezes manifestado pelo mesmo profissional, a continuação do regimen official do referido proprio nacional impuzera sempre ao Estado sacrificios não compensados;"

---

[488] APESP. CO 5217-1. 19 de julho de 1878.
[489] APESP. CO 5217-1B. 5 de maio de 1884.
[490] APESP. CO 5217-1B. 5 de outubro de 1885.
[491] APESP. CO 5217-10. 18 de agosto de 1890.
[492] SANTOS, Nilton Pereira dos. Idem. p. 160.
[493] BRASIL (Império). Decreto n°. 1.384, de 19 de fevereiro de 1891. Autoriza a venda da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema.

“Que convem fazer cessar, quanto antes, semelhante onus do Estado, desaggravando por este lado a despeza publica, e utilisar pelo modo mais conveniente o valor representado pelo estabelecimento”.

No entanto, essa venda não aconteceu, pois o Governo teve que manter no local pessoas encarregadas de conservação da Fábrica. Em 1911, sua administração voltou para o Ministério da Guerra[494] Formalmente, a Fábrica de Ferro de Ipanema foi extinta pelo Decreto n°. 9.757, de 12 de setembro de 1912.

[494] BRASIL (Império). Decreto n°. 8971, de 14 de setembro de 1911. Transfere do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o Ministério da Guerra a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema.

3. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA PELOS RELATOS

3.1. Memória como dossiê

Os primeiros relatos acerca da fabricação de ferro em São Paulo, elaborados antes da construção da Fábrica de Ferro de Ipanema em 1810, eram dossiês a respeito do potencial da região em termos de exploração mineral, elaborados a pedido do Governo no período em que Portugal não sabia ao certo qual caminho deveria seguir: a intensificação de uma política fisiocrata, pela qual se deveria valorizar a agricultura, assim como a mineração, ou se adotava uma política liberal de industrialização da nação, contando com o apoio das colônias.

O primeiro relato nesse sentido foi escrito por Pedro Taques,[495] que exerceu cargos ligados a atividades mineradoras, como sargento-mor do Regimento de Auxiliares das Minas de Paranapanema e Apiaí entre 1737 a 1749 e intendente da cobrança da real capitação nos arraiais de Pilar, Crixás, Guarinos e Papuari, bem como o de tesoureiro-mor das Capitanias de São Paulo, Goiás e de Mato Grosso. Porém, Taques é conhecido por ser genealogista e historiador paulista do século XVIII, com fama reconhecida no Brasil e em Portugal.[496] A temática de suas obras foi a região de São Paulo e seus textos procuravam demonstrar o orgulho de ser paulista.[497] Por apresentarem essas características, esses trabalhos, os quais não chegaram a ser impressos em vida, foram publicados a partir de 1847 pelo IHGB; posteriormente, no início do século XX pelo IHGSP e, finalmente, na década de 1950, por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo. Sua obra mais famosa, e a primeira a ser resgatada pelos estudiosos oitocentistas, foi a Nobiliarchia Paulistana, pela qual Pedro Taques fez levantamento genealógico das principais famílias paulistas. Escrita durante boa parte de sua vida, foi o resultado de investigações em documentações existentes no Brasil e em Portugal, onde esteve duas vezes. Após a morte de

[495] Sebastião da Rocha Pitta e Antonil já haviam dado breves notícias sobre a mineração em Araçoiaba. Cf. PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011, p. 155; ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas;** introudução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 213.

[496] RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil. 1ª parte – Historiografia colonial.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 129-131.

[497] TAUNAY. Pedro Taques e sua obra. In: Pedro Taques de Almeida Paes Leme. **Informação sobre as Minas de São Paulo. A expulsão dos jesuítas do Collegio de S. Paulo. Com um estudo sobre a obra de Pedro Taques por Affonso de E. Taunay**. São Paulo, Caieiras, Rio: Ed. Melhoramentos, 1953, p. 5-64.

Taques, ficou na guarda de José Arouche de Toledo Rendon. Com o falecimento deste, sua filha entregou os manuscritos ao Visconde de São Leopoldo, que os publicou pelo IHGB.[498]

Outro texto importante elaborado por Pedro Taques – ao lado da História da Capitania de São Vicente desde a sua fundação por Martim Afonso de Souza em 1531 e a Expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo - foi a "Informações das minas de São Paulo e dos sertões da sua capitania desde o ano de 1597 até o presente de 1772, com relação cronológica dos administradores delas", cuja primeira publicação ocorreu em 1902 pelo IHGB, também editada pela Editora Melhoramentos. Essas duas edições apresentam no início uma carta de Antonio Jansen do Paço, chefe da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, endereçada ao Barão Homem de Mello, em que se explicou a existência, à época, de dois documentos. O primeiro deles estava no IHGB e o segundo, na Biblioteca Nacional. Informou-se que, após análise de ambos os textos, o manuscrito da Biblioteca Nacional seria o original limpo ou definitivo, enquanto o do IHGB seria cópia passada a limpo, porém assinada por Pedro Taques em 13 de outubro de 1772, a qual foi oferecida ao Morgado de Mateus. Ao texto publicado na Revista do IHGB, Taunay já alertou para problemas de transcrição do original por acreditar que a revisão deste foi bem descuidada. Por isso, a terceira edição foi feita por Taunay em 1953 pela Livraria Martins[499] e republicada em 1980 pela Editora Itatiaia em parceria com a Editora da USP, foi elaborada a partir de um terceiro manuscrito pertencente à Brasiliana, de Felix Pacheco, cuja redação seria mais confiável do que as anteriormente feitas. Com efeito, essa terceira edição traz vários trechos não existentes nas anteriores. Ademais, as edições antigas grafam "Informações sobre as minas...", enquanto as mais recentes grafam "Notícias das Minas...".

Pedro Taques descreveu as atividades em Biraçoiaba ao tratar de Afonso Sardinha na Nobiliarquia Paulistana. Por ser curto e fundamental, opta-se pela sua transcrição integral:[500]

"E sua mulher D. Maria da silva foi filha de Pedro da Silva, e de sua mulher Luzia Sardinha, a qual foi filha do afamado paulista Affonso Sardinha, primeiro descobridor das minas de ouro em todo o Estado do Brasil em S. Paulo nas serras de Iaguamibaba, que agora se chama Mantaguyra; na de Jaraguá, termo de S. Paulo; na de Vuturuna, termo da vila de Parnahyba; e na de Hybiraçoyaba, termo de Sorocaba. Este Affonso Sardinha, terceiro avô de

[498] RODRIGUES, José Honório. Idem. p. 133.
[499] Trata-se do volume X da "Biblioteca Histórica Paulista", comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo.
[500] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica**. Terceira Edição acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1953. p. 177-179.

Fernando Dias Falcão, fez muitos serviços á sua custa á real coroa, não só com os descobrimentos das minas de ouro já no anno de 1590, mas também quando foi capitão da gente de S. Paulo para reger e governar, de que teve patente datada de 29 de abril de 1592 por Jorge Correa, moço da câmara, capitão-mor governador e ouvidor da capitania de S. Vicente e S. Paulo em qual se vê os muitos e grandes serviços que havia feito a Sua Magestade (câmara de S. Paulo liv. de registro tit. 1583 pag. 26v). Este Affonso Sardinha fez fabricar dois engenhos de ferro em que se fundia excelentemente ferro, e com muita abundância, dos quaes ainda no presente tempo existe no serro de Hybiraçoiaba uma muito grande fábrica (falleceu no tempo do morgado de Matheus, e continuou por pouco tempo). Em 1606 era provedor e administrador d'estas minas Diogo de Quadros por ordem régia, como se vê na câmara de S. Paulo no caderno de vereações tit. 1606 pag. 18. N'esta mesma serra de minas de ferro descobriu Affonso Sardinha as de ouro e prata; de sorte que, tendo d'isto inteira informação D. Francisco de Sousa, governador e capitão-general do Estado do Brasil, passou em 1599 da cidade da Bahia por ordem régia para a villa de S. Paulo, onde constituiu capitão a Diogo Gonçalves Laço em julho de 1601; e n'esta provisão se declara que o descobridor fora Affonso Sardinha (câmara de S. Paulo tit. 1600 pag 36). Porém muito tempo antes havia o mesmo general provido ao dito Laço em capitão das minas de ouro e prata com 500 cruzados de soldo por provisão do 1º de outubro de 1599, como se vê na dita câmara, e dito caderno tit. 1598 pag. 46. e já em 1602 era fallecido o dito capitão Laço, e os 200$ do seu ordenado conferiu o mesmo D. Francisco de Sousa ao neto do dito Laço, que também se chamava Diogo Gonçalves Laço, por provisão datada em S. Paulo a 8 de maio de 1602 (Câmara caderno tit. 1600 pag 44). Affonso Sardinha contentou-se com a gloria do real serviço, fazendo os descobrimentos dos três metaes, ouro, prata e ferro, tudo á sua custa. Até os engenhos para se fundir o ferro entregou a Sua Magestade. Porém correndo os annos houveram mais engenhos; porque os de el-rei administrava Diogo de Quadros como provedor. E em 1609 ainda existia o dito Quadros com esta administração, como se vê na câmara de S. Paulo no caderno de vereações do anno de 1607 pag 23 e 23 1. d'onde consta que os ditos engenhos foram de Affonso Sardinha, que os dera a Sua Magestade por lhe fazer este serviço etc. em 1629 falleceu em S. Paulo Francisco Lopes Pinto, cavalleiro fidalgo da casa real, professo na ordem de Christo; e no seu testamento declarou que era senhor de um engenho de ferro, cuja metade vendera por preço de três mil cruzados a D. Antonio de Sousa, filho de D. Francisco de Sousa, governador e capitão-general que fora do Estado do Brasil. Porém ao presente tempo não existe mais certeza, que a do sítio onde as pedras de ferro são em grande abundância. E por falta de quem anime o corpo da pobre capitania de S. Paulo (que foi a que deu tantas minas de ouro, e pedras preciosas á real coroa pelos seus nacionaes paulistas, que ainda continuam nos mesmos descobrimentos ao presente) estão muitos haveres debaixo da terra, podendo existir patentes par augmento do real erário, etc".

Quanto ao conteúdo das "Informações...", Pedro Taques cuidou da questão da mineração, com ênfase na corrida do ouro e pedras preciosas em São Paulo e tratando do ferro apenas tangencialmente. A narrativa é não-linear e entrecortada por documentos legais transcritos; entretanto, prima pelo rigor de apontar as fontes consultadas para sustentação das informações.

No início do texto,[501] abordou o descobrimento do Brasil, as fundações de São Vicente e de Salvador, a procura por esmeraldas e sua descoberta por Fernão Dias Paes, para, repentinamente, registrar que Ribeiro Dias, da Bahia, tinha ido a Madri oferecer ao Rei D. Felipe I de Portugal mais prata no Brasil do que Bilbao dava ferro em Biscaia. Teria voltado ao Brasil com o cargo de Administrador das Minas e Provedor da Fazenda Real. Com ele, teria vindo D. Francisco de Sousa, com o título de Marquês das Minas, se as descobertas se concretizassem. Porém, Ribeiro Dias teria tentado desviar D. Francisco de Sousa para localidade diversa, mas esse acabou morrendo, mantendo-as ocultas até de seus herdeiros.[502]

Mencionou a descoberta de Afonso Sardinha na região de São Paulo em 1597, entre eles, no morro Biraçoiaba.[503] Continuou dizendo que, comunicados esses descobrimentos a D. Francisco de Sousa, teriam sido mobilizadas muitas pessoas para o trabalho na região. Inicialmente D. Francisco de Sousa teria enviado Diogo Gonçalves Laço, com cem mil reis de ordenado por ano, para exercer o cargo de Administrador das Minas. Para mineiros, Gaspar Gomes Mualha e Miguel Pinheiro Zurara, com ordenado de duzentos mil réis anuais para cada qual, e o fundidor Domingos Rois [Rodrigues], com autorização para solicitar dinheiro do almoxarifado da Fazenda Real da vila de Santos. Esses valores não teriam sido pagos, segundo Pedro Taques.

Da Capitania do Espírito Santo, D. Francisco de Sousa teria enviado duzentos índios para trabalhar nas minas, os quais teriam sido transportados de navio pelo Capitão Diogo Arias D'Aguirre, por conta da Fazenda Real.[504] Essas pessoas teriam chegado a São Paulo em 1599, trazendo consigo uma Companhia de Soldados Infantes do Presídio da Bahia, sob o comando de Diogo Lopes de Castro e seus oficiais. Com eles, teriam vindo o mineiro alemão Jacques D'Oalte e o engenheiro alemão Geraldo Betink, ambos com ordenado de duzentos mil réis por ano e o cirurgião José Serrão, com ordenado de duzentos mil réis. Em 23 de maio de 1599, D. Francisco de Sousa teria se dirigido à região de Biraçoiaba, mas antes teria tomado providências para resguardar a capitania dos ataques de piratas e solicitara do Provedor da Fazenda, Pedro Cubas, o envio de carne, pescado, azeite e farinha. Em 2 de agosto de 1599, D. Francisco de Sousa teria

---

[501] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. (1714-1777) **Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania.** Introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 31-32-33-34-35-36-37-37-38-40-79-93-94-95-103-140-141.
[502] Citou **História da América Portuguesa**, de Rocha Pitta.
[503] Taques citou o "Arquivo da Câmara de São Paulo. Quadro de Ref. tto. 1600, p. 36v.
[504] Nesse trecho, Taques usou o livro do Arquivo da Câmara de São Paulo de 1598 o livro de Registro de Cartas da Provedoria de 1597.

ordenado ao Provedor da Fazenda, Braz Cubas, para que cobrassem duzentos mil réis de João e Nicolau Guimarães, ambos fiadores dos flamengos, para a cobertura de despesas incorridas na região. Em 27 de novembro de 1599 teriam sido remetidos seis contos, cento vinte e nove mil, seiscentos e setenta e oito réis. Após ter examinado as minas, teria ordenado a construção de pelourinho e teria retornado para São Paulo em 11 de fevereiro de 1601 com "muita gente para minerar as terras". Em São Paulo, teria expedido bando, ordenando o pagamento do quinto dos metais extraídos e sua fundição em barras. Também teria enviado ao sertão a tropa de André Leão, atrás de minas de prata.[505]

Segundo Pedro Taques, D. Francisco de Sousa fora substituído em 1602 por Diogo Botelho e teria retornado à Europa no navio dos alemães Erasmo Esquert e Julião Vionat, que tinham construído o engenho de São Jorge da Vila de São Vicente, primeiro engenho de açúcar do Brasil. Em Madri, teria comunicado ao Rei no fim do ano de 1602 o estado das Minas e teria conseguido ser eleito Governador e Administrador das Capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. D. Francisco de Sousa não teria regressado ao Brasil antes de 1609, já que o Rei havia oferecido o pagamento de passagem e mantimentos durante a viagem a quem viesse com D. Francisco ao Brasil, assim como são de 1609 os Alvarás e Provisões Régias que lhe foram dadas.

Destacou duas vezes a construção do Engenho de Ferro de Nossa Senhora D'Assunção, no sítio de Ebirapocera [Ibirapuera], da outra banda do Rio Jeribatiba [atualmente Rio Pinheiros]. Ter-se-ia constituído sociedade entre Francisco Lopes Pinto Cavalheiro, Fidalgo da Casa Real e professo da Ordem de Cristo e seu cunhado Diogo de Quadros, que em 1606 teria sido provedor e administrador das minas. Este engenho teria funcionado até a morte de Francisco Lopes Pinto em 26 de fevereiro de 1629. Antes, em 11 de agosto de 1609, ter-se-ia vendido metade do Engenho a D. Antonio de Sousa, filho de D. Francisco pelo preço de três mil cruzados.[506]

Pedro Taques informou que os vereadores de São Paulo, quando da aclamação de D. João IV, solicitaram ao rei pessoalmente, por meio de Luiz da Costa Cabral e Belchior da Borba Gato, o envio de um fidalgo para administrar e mineiros experientes à região, já que acreditavam ter na Capitania outra Potosi. Salvador Correia de Sá teria continuado na busca por metais, mas sem

[505] Ata da Câmara de São Paulo. Quadr. De Reg. Tt. 1600.
[506] 1º Cartório de Notas de São Paulo. Quadr. Tto. Julho de mil seiscentos e nove, p. 16v.

sucesso. Apenas continuavam as atividades de mineração nas Serras de Jaguamibaba e Jaraguá, e nos engenhos de ferro de Biraçoiaba e de Santo Amaro.

Quanto à procura por prata no sertão de Curitiba na década de 1670, disse que não se encontrou quase nada no local e que as despesas da "manobra" não correspondiam ao valor do metal extraído, assim como foram deixadas em 1682 as minas de Biraçoiaba, onde, por ordem régia, fizeram exames da prata o Fr. Pedro de Souza, acompanhado dos paulistas Jacinto Moreira Cabral, alcaide-mor de Sorocaba e o Cel. Paschoal Moreira Cabral.

Na terceira edição das "Informações...", repetiu-se o relato no início da obra acerca das descobertas em Sorocaba. Pedro Taques destacou que em 2 de maio de 1682, o Rei D. Pedro escrevera ao Governador do Rio de Janeiro comunicando que Luiz Lopes de Carvalho informara ao Rei que Jacinto Moreira Cabral e Paschoal Moreira Cabral haviam descoberto minas de cobre e prata no termo da Vila de Sorocaba as Minas da Serra de Hibiraçoiaba e na Serra da Caitiba. Ordenou que o Frei Pedro de Souza fizesse o exame das minas, que se fundiu prata, mas não se levou a extração adiante.

"Porém esta Fábrica não ficou estabelecida, talvez pelo falecimento do Capitão Mor Luiz Lopes de Carvalho. O certo é que desde o ano de mil seiscentos e oitenta e um até o de mil seiscentos e oitenta e sete se tratou do exame destas pedras de Prata porque o governador do Rio de Janeiro em Carta de quinze de julho de mil seiscentos e oitenta e quatro deu Conta a Sua Majestade de haverem chegado às Minas de Sorocaba Frei Pedro de Souza e Luiz Lopes de Carvalho e o dito Senhor em Carta de oito de fevereiro de mil seiscentos e oitenta e sete servido foi ordenar ao governador do Rio de Janeiro mandasse dar índios a Frei Pedro de Souza e a Luiz Lopes de Carvalho para o descobrimento da Prata em Sorocaba. E por que estas Minas se não estabeleceram, ignoramos por não descobrirmos documento algum que nos instrua desta causa. O certo é que as pedras foram fundidas e delas se extraiu Prata cujas despesas feitas pela Provedoria da Fazenda, mandou sua Majestade aprovar ordenando que sem segunda ordem se não continuassem. Neste estado ficaram estas Minas de Prata na Serra de Hibiraçoiaba até o presente tempo. Frustradas, ignoramos a causa as Minas de Hibiraçoiaba e Catiba aplicaram-se os Paulistas com toda a eficácia a conseguirem descobrimentos de Minas de Ouro que servissem de glorioso desempenho aos Reais desejos insinuados em tantas e tão repetidas Cartas dirigidas não só aos Oficiais da Câmara de São Paulo, mas também aos Paulistas do maior conceito como temos referido".[507]

[507] TAQUES, Pedro. **Notícias...** Idem. p. 141-142.

Na mesma época de Pedro Taques, Marcelino Pereira Cleto elaborou a "Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la",[508] escrita em Santos em 25 de outubro de 1782. Sobre sua vida não se conhece nada, exceto que foi juiz de fora em Santos, ouvidor e corregedor no Rio de Janeiro e escrivão da devassa da Inconfidência Mineira.[509] Essa dissertação deve ter sido escrita a pedido do Governo, porque, se foi o escrivão dos Autos da Devassa, é porque provavelmente gozava de grande confiança.

Cleto afirmou que a capitania de São Paulo, embora fosse a mais antiga do Brasil, era a mais decadente. As razões apontadas foram a posição secundária que São Paulo havia assumido em comparação com outras capitanias, e a guerra com a Espanha ao sul. Relatou a crença da época, de que havia minas de ouro por toda a parte e "abundantíssimas minas de ferro e aço" junto à vila de Sorocaba, mas, por outro lado, não tinha um mineiro de profissão sequer. Essas minas, na opinião dele, seriam inextinguíveis pela sua grandeza e qualidade.

Disse que Afonso Sardinha teria construído engenho, o qual fora transferido ao Rei. Em 1605 Diogo Botelho, substituto de D. Francisco de Sousa, ordenara em 10 de janeiro de 1605 a entrega de ferramentas hábeis para a fabricação de ferro, as quais estavam nos almoxarifados da Bahia, Rio de Janeiro e São Vicente. Isso teria ocorrido em 2 de novembro de 1605. Disse ainda que Francisco Lopes Pinto e Diogo de Quadros construíram outro engenho de ferro em vocação de Nossa Senhora da Assunção, no sítio de Iberaopecera (Ibirapuera), na outra banda do Rio Ierobatiba, nas vizinhanças da cidade de São Paulo. Cleto afirmou não saber se havia minas desta qualidade no local e que, após a morte de um dos sócios (não sabia qual deles) o engenho teria deixado de funcionar. Também registrou que em todos os engenhos trabalhou D. Francisco de Sousa e que no tempo de D. João V ou o Sr. D. José se concedeu mercê "a um homem por vinte anos não sei debaixo de que cláusulas, ou condições".[510]

Cleto relatou que D. Luis Antonio, o Morgado de Mateus, quis promover a fabricação de ferro. Teria ele constituído uma sociedade com alguns familiares e aderentes interessados. Na sua opinião, esse negócio não tinha como prosperar, porque, assim que os interessados integralizaram o capital, o Morgado de Mateus disse que ficava com o dinheiro e o gastou, o que fez com que os interessados recusassem a dar novas somas; também fala que não se prestavam contas aos "sócios

[508] CLETO, Marcelino Pereira (e outros). **Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804.** Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977 (coleção paulística, v. 1). p. 17-19-24-25-26.
[509] RODRIGUES, José Honório. Idem. p. 151.
[510] CLETO, Marcelino Pereira (e outros). Idem. p. 25.

imaginários" da despesa, pois "sócios verdadeiros" só apareceriam se houvesse lucros a distribuir. Porém, a fabricação era administrada por concessão a particulares a quem a Fazenda Real emprestava dinheiro e escravos confiscados dos jesuítas. Na opinião de Cleto, a Fazenda Real deveria adquirir todo o ferro produzido para tornar a comercialização mais eficiente. As minas seriam úteis, porque esses produtos vinham de fora, e, se houvesse produtividade, poder-se-ia atrair populações para o local, assim como favoreceria a agricultura, estimulando todos a trabalhar cada vez mais. Além disso, destacou que Sorocaba estava estrategicamente bem localizada, porque era caminho para Curitiba, Minas de Paranapanema, assim como para Cuiabá e Goiás. Se houvesse produção efetiva em Sorocaba, os moradores dessas localidades dariam preferência na aquisição de produtos desse local, em vez de mandar buscar no Rio de Janeiro.

O terceiro relato é o de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, elaborado quando exerceu o cargo de Inspetor das Minas. Entre 1803 e 1804, escreveu os "Jornaes das Viagens pela Capitania de São Paulo",[511] cujos originais estariam na posse de Francisco Adolfo de Varnhagen por herança de seu pai, e publicados pelo IHGB em 1882.[512] Neles, registrou sua observação acerca da pobreza da Capitania. Apontou que o vigário da aldeia de Barueri era comerciante, pois, com a ajuda de seis escravos, plantava para o seu uso o fumo, milho, feijão, bananas e mandioca. Porém, acreditava que o local poderia ser próspero:

"Se toda esta capitania situada debaixo do melhor céu do mundo, e tão cheia de riquezas naturais, fosse habitada por homens industriosos, amigos do trabalho, em breve chegaria ao máximo da prosperidade; o povo seria feliz e abastado, e dela seria banida a mendicidade, que hoje tanto grassa à semelhança da Europa". [513]

Martim Francisco apontou problemas que resultavam na miséria da Capitania. O primeiro deles relacionava-se com a falta de mão-de-obra. Teria apurado que vários lugares não-aproveitados já o teriam sido no passado, pelo fato de que as famílias foram extinguindo-se por vexames dos governos ou pelo sistema de celibato. Propunha trazer negros da África ou incentivar a imigração de casais povoadores mediante subsídios. Na opinião dele, a segunda opção era a mais adequada, já que poderiam vir pessoas mais bem preparadas, amigas do trabalho

[511] ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. **Jornais das viagens pela Capitania de São Paulo.** São Paulo: Governo do Estado, 1977 (coleção paulística, v. 1). p. 146-148-149-152-153-154-157-158-159.
[512] Cf. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográphico e Etnographico do Brazil. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert, 1882, p. 1.
[513] ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Idem. p. 146.

em razão da liberdade, posto que os negros viriam vexados sob o peso da escravidão. Aliás, disse ter-se admirado com os castigos e maus tratos praticados pelos senhores contra seus escravos, pois não bastasse a injustiça de "tráfico tão vergonhoso para a humanidade", ainda se piorava a situação mediante baixa recompensa pelos serviços. Disse que a natureza se vingava dessa situação mediante as epidemias que vinham da África com os escravizados.

O segundo deles era a ausência de mestres de minas, pois todos eram ignorantes na opinião dele. Por fim, o terceiro aspecto era a precariedade dos caminhos, já que as estradas seriam piores que os atalhos em Portugal, e que havia desleixo das câmaras no reparo dos mesmos. A questão da falta de conhecimentos técnicos por parte da população da época impressionou negativamente Martim Francisco. Ele revelou ter ficado admirado como o fato de que, em local com tantas pedras, o que poderia proporcionar a construção de casas de pedra e cal, ainda se usava casas de taipa e argila.

Relatou sua estada no morro Biraçoiaba no mês de fevereiro de 1803. Relatou que este se dividia em três grandes cabeços, denominados pelos nativos de Morro do Ferro, Morro Vermelho e Morro de Araçoiaba propriamente dito. O solo era vermelho, no qual se encontrava ferro magnético. Em seguida, sua opinião sobre o local:

"Não me demoro em descrever extensamente o mineral de ferro, sua riqueza, e abundância, em marcar o lugar, em que se devem levantar as ferrarias, caso de querer Sua Alteza aproveitar esta mina, em fazer ver os erros, e por consequencia os prejuízos, que tiveram os que emprenderam trabalhá-la no tempo do Morgado de Mateus, finalmente em dar uma noção sobre a abundância de águas, matas, fundente, e todos os demais misteres necessários a um tal estabelecimento, pelo ter feito em uma memória separada, que a este respeito envio ao ministério". [514]

Disse ter trabalhado durante todo o dia 22 de fevereiro de 1803 em Araçoiaba e que obteve acima de 60% de ferro coado. Teve notícia de que havia carvão de pedra na região e, por isso, quis analisar o local. Encontrou apenas terra vegetal devido às queimadas e afirmou que ninguém ali tinha verdadeira ideia do que era carvão de pedra e que chegavam ao delírio de acreditarem que este se encontra em massas ou em porções espalhadas. Quando analisou a cabeceira do Rio Ipanema, essa estava desmoronada por efeito das enxurradas "provenientes das

[514] ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Idem. p. 157.

grandes pancadas de água que acompanham as trovoadas tão usuais neste país, particularmente na estação do calor".[515]

Entre os dias 25 e 26 de fevereiro de 1803, Martim Francisco relatou ter estado no Morro do Ferro e mencionou a existência da antiga fábrica:

"Daí fui ter a um córrego, que deságua da banda do sul no ribeirão do Iperó, por me noticiarem, se tinha nele descoberto uma mina de estanho, notícia esta que se não verificou, e a que não devia dar crédito por vir de um rústico totalmente ignorante, e até acostumado a embriagar-se. Findo este exame, passei a um córrego oposto, que deságua no ribeirão da antiga fábrica, onde me asseveraram, que se tinha achado enxofre nativo. Examinei este córrego com todo o cuidado, e só achei bancos do mencionado grés esbranquiçado: é mania geral do povo querer que a natureza naquele mesmo lugar, em que nos apresenta algumas riquezas, seja pródiga de tudo o que é capaz de dar".[516]

3.2. Memórias de Viagens

Outro conjunto de relatos consiste naqueles produzidos por viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil no século XIX, a partir da influência de Humboldt, ávidos por desejarem conhecer esse mundo novo chamado Brasil.[517] Nesse particular, Von Spix, Martius e St. Hilaire, ao virem a São Paulo, foram conhecer a Fábrica de Ferro de Ipanema. O terceiro relato de viagem foi o de José Bonifácio, que foi à região quando do seu retorno ao Brasil.

Acerca de Johann Baptist Ritter von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, pouco se sabe, embora suas biografias corram paralelas. [518] Spix era zoólogo e foi contratado pela Academia Real de Ciências de Munique para montagem de um museu de zoologia nesta cidade. Martius conheceu Spix quando era estudante. Ao tornar-se doutor em medicina, foi indicado por Spix para trabalhar como pesquisador do Jardim Botânico da Academia de Ciências de Munique. Devido ao interesse das nações europeias sobre o Brasil após o fim da proibição da entrada de estrangeiros, o Rei da Baviera, Maxmiliano José I, os enviou para que pesquisassem a natureza

[515] ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Idem. p. 159.
[516] ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Idem. p. 159.
[517] KURY, Lorelai. "Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem". História, Ciência e Saúde. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), p. 863-880, 2001 (p. 865-866).
[518] FITTKAU, Ernst Josef. "Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil". Hist. cienc. saude [online]. 2001, vol.8, suppl., pp. 1109-1135.

brasileira. Permaneceram durante três anos, entre 1817 a 1820. Spix voltou muito fraco da viagem e morreu em 13 de mão de 1826, com quarenta e cinco anos.

Seus trabalhos são considerados muito importante até os dias atuais. Spix é considerado o primeiro zoóologo a trabalhar na Amazônia. Elaboraram um trabalho sobre macacos e morcegos em 1823 e outro sobre tartarugas e sapos em 1824. Em 1825 fizeram o trabalho sobre aves. A obra "Viagem pelo Brasil" tinha como anexo o melhor mapa do Brasil produzido até então. Von Martius concluiu os relatos das viagens e, em 1844, foi vencedor do concurso organizado pelo IHGB acerca de como escrever a história do Brasil.[519]

O interesse de ambos por Ipanema estava no fato de que conheceram Varnhagen no Rio de Janeiro. [520] Com cartas de recomendação do governo e com um tropeiro paulista indicado por Daniel Pedro Müller, deixaram a cidade de São Paulo em 9 de janeiro de 1818, relatando que São Paulo era enfadonha para naturalistas, porque chovia demais durante o dia e à noite a temperatura caía acentuadamente.

Relataram que, no caminho,[521] avistaram à direita o Pico do Jaraguá, o qual era propriedade do Gen. Horta, que os havia convidado a visitaram as lavagens de ouro ali existentes. Ansiosos por chegarem logo a Ipanema, contaram que, em Cotia, um dos tropeiros que os acompanhavam, tentou furtar as malas deles. Perderam no caminho, mas foram recolocados na estrada por um homem vestido com vasto poncho, chapéu de feltro branco de abas largas, e portando um sabre na cinta. Tratava-se do pároco de São Roque. Nessa vila, fizeram estudos mineralógicos e detectaram limonita, espécie de minério de ferro. Ao chegarem a Sorocaba, já estavam sendo aguardados na Fábrica de Ferro de Ipanema, pensando que os viajantes eram aguardados operários alemães. Foram recebidos pelo contador da Fábrica, Francisco (sic) Xavier Ferreira. Relataram que as bagagens deles chegaram cinco dias depois "no mais lastimável estado". Assim, os viajantes deixaram o recado: "Por isso, recomendamos aos viajantes pelo

[519] VON MARTIUS, Carlos Frederico. "Como se deve escrever a história do Brazil - Dissertação offerecida ao Instituto Histórico e Geographico do Brazil". Revista Trimmestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 6, n. 24. janeiro de 1845, p. 381-403.

[520] SPIX, Johann Baptist von.; VON MARTIUS, Carl Friedrich Phillip. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820;** trad. de Lucia Furquim Lahmeyer; revisão de B.F. Ramiz Galvão, Basílio de Magalhães, Ernst Winkler; anotações de Basílio de Magalhães. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 155-164.

[521] Pelos relatos, o caminho percorrido corresponde, em linhas gerais, ao traçado da atual Rodovia Raposo Tavares, pelos acidentes geográficos descritos por esses viajantes.

interior do Brasil o maior cuidado na escolha dos auxiliares; quanto menos dependerem os viajantes da gente do interior, tanto mais segura e agradável correrá a viagem".[522]

Spix e Martius afirmaram que desde muito tempo se conhecia as jazidas de magnetita do morro Biraçoiaba, mas que só foram exploradas segundo as regras da metalurgia pela atuação do Conde de Linhares, que havia mandado trazer em 1810 uma turma de mineradores suecos, que construíram duas pequenas forjas de refino. Falaram dos três mestres suecos responsáveis pele elevação da produção da fábrica e que ainda usavam o método sueco de trabalho. Observaram que a falta de um forno-alto prejudicava os trabalhos em grande escala, o que os obrigava a fabricar pequenos objetos. Os suecos ensinavam os auxiliares negros e mulatos e estavam muito satisfeitos com a habilidade deles, embora fossem indolentes e irregulares no serviço. Os viajantes disseram que os suecos padeciam de nostalgia de sua terra natal e que não queriam morrer no Brasil.

Puderam ver o forno-alto construído por Varnhagen, a mando do Conde de Palma, mas esse não havia entrado em funcionamento porque se aguardava a chegada dos operários alemães. Apontaram que o combustível usado na fábrica era a lenha dos terrenos dos vizinhos, e que em breve iria acabar, caso não se fizesse o reflorestamento. A despeito do elevado teor de ferro do minério, as pessoas reclamavam da baixa qualidade dos produtos, por serem quebradiços, e que isso se devia ao desconhecimento da manipulação adequada por parte dos técnicos. Também opinaram que a falta de estradas carroçáveis ou um canal para a costa, impedia o escoamento da produção. Somente mediante a solução desse problema é que Ipanema, com seu rico e abundante minério, poderia abastecer todo o continente americano.

Pela carência de médicos no local, já que todos eram tratados por curandeiros, fez com que também se espalhasse a notícia na região acerca da chegada de dois "médicos estrangeiros", o que fez aparecer grande número de pessoas doentes vindas de regiões desertas, em busca de conselhos e remédios. Spix e Martius disseram ter atendido quinhentas pessoas em duas semanas. As doenças por eles relatadas eram sífilis, complicações hepáticas, e inflamações nos olhos e erisipela. Confessaram terem praticarado curandeirismo, ao usarem uma espécie de "tratamento magnético" com um escravo da região, que havia perdido o movimento do braço direito. Os moradores da região ficaram espantados, ao virem o senhor ordenar ao escravo que levantasse o braço e este, hesitante, o fez. O dono da casa em que se fez esse "tratamento" ficou respeitoso

[522] SPIX, Johann Baptist von.; VON MARTIUS, Carl Friedrich Phillip., Idem. p. 158.

com os hóspedes; o escravo ficou feliz e o senhor, grato. Porém, Spix e Martius disseram não ter permanecido muito tempo em Ipanema para ver passar o efeito da cura.

O segundo relato de viagem é de Auguste de St. Hilaire, famoso naturalista francês, que também exerceu o cargo de professor da Faculdade de Ciências de Paris. Estudou com os beneditinos no colégio de Pontlevez e posteriormente, estudou comércio para administrar uma refinaria de açúcar, de propriedade de sua família, a qual tinha muitos bens na França. Ao retornar para sua terra natal, decidiu estudar botânica. Em 1816, St. Hilaire partiu para o Brasil na companhia do duque de Luxemburgo, embaixador da França no Brasil. Viajou por várias partes do país durante seis anos. Na Amazônia, ficou doente e quase morreu. Em 1822, retornou à França com coleções de quadrúpedes, pássaros, répteis, moluscos, insetos, minerais e sete mil plantas. Posteriormente, publicou dezenas de livros em francês sobre suas observações e sobre suas viagens. No entanto, a doença que contraiu na Amazônia, comprometeu sua saúde durante trinta anos, a qual o deixava com muitas dores nevrálgicas. Morreu em 1853 de acidente vascular cerebral.[523]

Entre suas viagens pelo Brasil, ele esteve na Fábrica de Ferro de Ipanema durante sua primeira viagem à Província de São Paulo.[524] Embora tenha estado em Ipanema em 1819, suas memórias foram publicadas apenas em 1851.[525]

St. Hilaire saiu de Porto Feliz em direção à Sorocaba, na companhia do capitão-mor daquela vila, o qual lhe fazia muitas gentilezas e que havia deixado a impressão de que gostaria de que St. Hilaire o elogiasse ao capitão-general. Descreveu a vila de Sorocaba, sua origem, o comércio local, os hábitos dos moradores locais, as atividades religiosas, assim como a principal atividade econômica da vila, a de entreposto das tropas vindas do sul e a Guarda de Sorocaba, onde se pagavam os impostos sobre essa atividade. Contou ter sido hóspede de Rafael Tobias de Aguiar, mas que este não fazia refeições com St. Hilaire, porque tinha o costume de fazer as refeições na companhia de sua mãe e irmãs e estas não queriam aparecer perante estranhos.

No dia 22 de dezembro, foi a Ipanema, que ficava distante duas léguas e meia. Relatou sua admiração sobre a paisagem da fábrica, pois não havia visto nada semelhante. Mencionou a

---

[523] MICHAUD. **Biographie Universelle Ancienne et Moderne. Tome trente-septieme.** Paris: Chez Madame C. Desplaces; Leipzig: Librairie de F.A.Brockhaus, p. 327-329.

[524] ST. HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** 2ª ed; trad. e preácio de Rubens Borba de Morais. São Paulo: Livraria Martins, 1945, p. 257 a 265.

[525] ST. HILAIRE, Auguste de. **Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine.** Tome premier. Paris: Arthus Bertrand, Librairie-Éditeur, 1851.

grande cruz de ferro e que as forjas foram instaladas no Morro Araçoiaba. Quanto às edificações, estavam dispostas em forma de anfiteatro e perto delas ficava um lago artificial que represava as águas do rio. A respeito das forjas dos suecos, disse que ficavam á margem do rio e as novas forjas, mais acima, sendo que eram compostas por dois fornos-altos, cada qual com seu fole de madeira e que o mineral era retirado facilmente da própria terra. Entre os morros do local havia uma lagoa dourada, na qual, segundo a crença popular, haveria tesouros ocultos. Em nota de rodapé, St. Hilaire registrou que havia no Brasil vários lagos e lagoas a que se atribuíam a existência de tesouros similares.

Citando Pedro Taques, resgatou a origem do local, por meio das atividades de Afonso Sardinha em 1590, que teria construído um forno catalão, cujos vestígios ainda se encontravam ali. D. Francisco de Sousa, administrador-geral das minas, teria recebido um desses fornos. Um pelourinho havia sido erguido na vizinhança e em 1629 a fábrica já estava desativada. Somente entre 1766 ou 1770 é que a nova fábrica teria sido retomada.

De acordo com o francês, Ipanema foi construída mediante capital subscrito com sessenta ações, sendo que quarenta e sete foram de particulares e treze ações do Rei, que pagou valor acima do previsto, ao ter entregue oitenta e cinco escravos vindos dos antigos estabelecimentos dos jesuítas, e que eram mais civilizados do que os escravos comuns. Mencionou a vinda da companhia sueca, que construiu o reservatório de água, quatro fornos catalães e o engenho de serrar madeiras. Explicou que o diretor sueco permanecera até 1815, quando foi demitido por ter sido acusado de incapacidade e por ter feito despesas inúteis. Afirmou que, até 1815, nenhum acionista havia recebido dividendos. Colocou que, para o lugar do sueco, foi nomeado Varnhagen.

St. Hilaire destacou a crença no Brasil de que era impossível o uso de fornos-altos, devido ao calor, à natureza do ar atmosférico e pela qualidade da pedra. Por outro lado, Varnhagen era quem sustentava ser possível o uso desse equipamento em Ipanema, tal como na Europa, pois a pedra do país resistia bem ao calor dos fornos. Relatou brevemente a construção dos dois fornos-altos e que em 1º de novembro de 1818 se fez a primeira fundição, notícia que teria percorrido o país. Na opinião de St. Hilaire, "(...) quando se sabe o espírito de ingriga que reina no Brasil, a ignorância dos operários, sua inconsciência e excessiva preguiça, pode-se então, ter uma ideia dos obstáculos quase insuperáveis que Varnhagen teve de vencer (...)". [526]

[526] ST. HILAIRE, Auguste de.. Idem. p. 260.

Varnhagen lhe teria explicado os trabalhos de fundição do minério e que, em vez de carvão, usava peroba. Os moradores locais forneciam o minério, a madeira e a cal para as fundições. Os produtos ali feitos eram canhões e balas para o Governo, e também moedas para engenhos de açúcar, além de pequenas peças, como machados, picaretas, enxadas e cravos.

Comentou sobre a Junta Administrativa, a qual era composta pelo capitão-general, pelo ouvidor da comarca de Itu e um representante dos acionistas. Na opinião do francês, esse modelo de gestão era defeituoso, pois os acionistas eram privados de participar da fábrica. Para ele, o diretor era "tudo na administração"; o capitão-general e o ouvidor da comarca não tinham interesse algum na fábrica; o procurador dos acionistas, acolhido pelo capitão-general, era homem de confiança deste e não tinha como fazer frente à opinião dos demais. Por essa razão, o controle da fábrica estava nas mãos do governo. Para ele, a fábrica de ferro não produzia os resultados esperados, porque Varnhagen:

"(...) cometeu a imprudência de se indispor com os que trabalhavam sob suas ordens, os quais se tornaram seus inimigos. Toda a gente afirmava que o principal sueco, que tinha permanecido em Ipanema depois do afastamento do primeiro diretor, possuía grande inteligência e preparo, sobretudo relativamente a mecânica, e era geralmente sustentado que a esse indivíduo devia-se, em grande parte, a construção das forjas".[527]

Registrou a presença do fundidor francês, o qual, "(...) expulso do estabelecimento, entregou, como era voz corrente, ao capitão-general esclarecimentos e contas como estavam sendo então, ocasionariam aos acionistas grandes prejuízos". [528]

Na opinião de St. Hilaire, Varnhagen não conseguiu proporcionar aos acionistas lucros maiores dos que o da gestão do sueco. Disse que não queria julgar se Varnhagen tinha bons conhecimentos metalúrgicos, pois não saberia aferi-los. Apenas disse que se tratava de homem de elevado espírito. Após a partida de Varnhagen de Ipanema, D. Pedro I nada fez pelo estabelecimento. Feijó tentou tirar a fábrica do estado de ruína em que se encontrava e que o diretor Bloem trouxe grande número de operários alemães e fez novas construções, entre elas, a ampliação do reservatório de água.

St. Hilaire comparou Ipanema com estabelecimentos norte-americanos e afirmou que o sucesso destes estava no fato de que a iniciativa privada tinha assumido essa atividade, enquanto

[527] ST. HILAIRE, Auguste de. Idem. p. 261.
[528] ST. HILAIRE,Auguste de. Idem. ibidem.

Ipanema era gerenciada pelo governo. Colocou que, nos Estados Unidos, mesmo em desvantagem em relação ao Brasil em termos de recursos, produzia-se ferro em quantidade superior a um milhão de vezes ao que se fazia em Ipanema. Apoiando-se na obra *Pluto Brasiliensis*, de Eschwege, afirmou que ninguém queria compreender as razões do fracasso de Ipanema, as quais estavam na escassa população do Brasil, pois, mesmo com as mudanças de diretoria, os resultados econômicos continuavam deficitários. Por fim, afirmou que encontrou em Ipanema o botânico Sellow, com quem visitou o Salto de Votorantim, no Rio Sorocaba.

Em 1820, José Bonifácio fez uma viagem pelo interior de São Paulo em companhia de seu irmão Martim Francisco e visitou a Fábrica de Ferro de Ipanema. Ele escreveu um texto intitulado "Viagem Mineralógica na Província de São Paulo". Esse texto, contudo, tem versões diversas.[529] A primeira delas foi publicada como apêndice à quarta edição da obra "Geologia Elementar aplicada à Agricultura e Indústria, com hum diccionario dos termos geológicos, ou Manual de Geologia", de Nereo Boubée. As demais versões, de 1892, 1921 e 1922, suprimiam passagens, em especial, a que cuidou da sua passagem pela Fábrica de Ferro. Porém, ganhou destaque o texto original publicado por Rodolfo Garcia quando fez as notas à obra "História Geral do Brazil", de Varnhagen, ao inseri-la como apêndice ao capítulo que este último dedicou a Ipanema. Também foi inserta como anexo ao texto de Francisco de Assis Barbosa. Há diferenças entre a versão publicada na Geologia Elementar, de Nereo Boubée, republicada na coletânea de Edgard de Cerqueira Falcão para aquela publicada por Rodolfo Garcia, pois a primeira se volta mais à viagem e a segunda, à Fábrica.[530]

Essa viagem iniciou-se em Santos em 23 de março de 1820. Em São Paulo, observou que na atual região central havia uma mina de ferro, de cujos produtos se fazia o calçamento da cidade. Foram à Freguesia de Santo Amaro, onde viu ruínas de pequenas forjas. Em 6 de abril deixaram São Paulo, saindo pelo Jaraguá, onde visitaram as antigas minas de ouro. Partiu em direção a Itu, passando pela ponte do Juquiry e pela vila de Paranhayba.[531] Nesta região,

---

[529] FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Nota Preliminar. In: **Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgar de Cerqueira Falcão. Vol. I.** Ed. comemorativa do bicentenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais; Clicheria Rufer; Lanzara S.A. Gráfica Editora, 1963.

[530] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. "Viagem Mineralógica na Província de S. Paulo". In: FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Idem. p. 509-510-511-523-526.

[531] "Voltamos de Boturema para a Villa, e a meio quarto de légua antes de chegar, examinamos hum banco de pedra calcarea, que he da mesma formação que a de Pirapora, e que está nas terras do Vigário de Parnahiba José Gonçalves, de que faz cal, em hum pequeno forno mal construído. Os habitantes servem-se pouco della para as suas casas, visto que quase todas são de taipa, como quase todas as da cidade e das outras povoações da Província".

encontrou ouro, minério de ferro hematítico e ferro magnético em Pirapora. Dissse também ter encontrado ferro noutro morro perto da Capella do Bom Jesus [atual Pirapora do Bom Jesus]. Em sua opinião, deveria ter-se instalado uma fábrica de ferro nesse local e não em Ipanema:

"Parece que a natureza apresentou à vista estes dois mineraes de ferro, para convidar a estabelecer fundições, para o que dá todos os preciosos materiaes; porque alli se achão para a construcção dos fornos, excellentes schistos argiloso e hornblendico (...). Aquellas fundições, que quanto antes se devião estabelecer, terião a vantagem de não distarem de S. Paulo senão 7 leguas por terra, ao mesmo tempo que as de S. João Ipanema, perto de Sorocaba, distão mais de 19. Outra vantagem, que podia ter a nova fábrica, seria o de embarcar o ferro e transportal-o pelo Tiété até perto de S. Paulo, logo que se desfizesse hum pequeno salto, chamado de Itapeba defronte de Parnahiba, ou fizesse hum pequeno canal de rodeio em huma das suas margens. Do Tieté se pode entrar no Tamanduatahy, que conduz até S. Paulo ou tomar o rio dos Pinheiros, chamado depois rio grande, de que fallamos, subil-o e ir desembarcar não longe do pico da montanha, passar dali só por terra para o Cubatão, embarcar de novo para Santos e depois para toda a Costa do Brasil".[532]

Em seguida esteve para a região de Itu, onde viu ser preparada uma expedição para comprar índios caiapós que fugiram para o Rio Paraná, o que o deixou horrorizado. Enquanto Martim Francisco seguia para Piracicaba e, se possível, ir a Araraquara, José Bonifácio seguiu para a Fábrica de Ferro de Ipanema.

No mesmo relato publicado na "História Geral do Brazil",[533] José Bonifácio descreveu o estabelecimento, afirmando que era belo e magnífico, apesar da péssima nomeada e de sua má administração, antiga e nova. Dizendo ter recolhido informações verbais, afirmou que não era possível em pouco tempo examinar em detalhes os abusos de administração e os erros de suas manipulações.

Apontou que as obras foram bem construídas, exceto o canal de descarga ou ladrão, o qual não dava vazão suficiente às águas, colocando a fábrica sueca e a nova em risco de inundação. Sobre os quatro pequenos fornos de Hedberg, José Bonifácio disse que era a única coisa que soube construir, pois, a despeito de consumir muito carvão, era útil para ser espalhado pelo

[532] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. "Viagem Mineralógica à Província de São Paulo". In: FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Idem. p. 517.

[533] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. "Memória Econômica e Metallurgica sobre a Fabrica de Ferro de Ypanema". In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.** 4ª ed. integral. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. Tomo Quinto. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953, p.207-208-209-210-211-212-213.

Brasil, porque a construção deles era barata e não exigia grandes matas para sua alimentação nem pedra calcárea para as reações, as quais nem sempre estavam disponíveis em todo lugar.

A fábrica construída por Hultgren sob a direção de Varnhagen, era composta por dois fornos semelhantes ao de Figueiró dos Vinhos, com casa de fornaças, casa de refino com duas forjas cada, um malho no meio. Seriam bem construídas, mas a estrutura interna dos mesmos e forjas tinham defeitos capitais. José Bonifácio observou que os fornos de Ipanema, pelo material que ali se fundia, deviam ser mais altos por serem de difícil fusão. A estrutura interna impedia o aquecimento adequado do material e o resfriamento do metal noutra parte era muito rápido, o que causava danos ao forno e desperdício de ferro, pelo fato do produto sair impróprio para consumo por ser quebradiço. O cadinho era muito estreito, o que dificultava a separação dos produtos. Em sua opinião, os edifícios ali construídos eram de magnificência inútil e teria ficado espantado com o erro grosseiro na construção do canal do esgoto, o qual não era capaz de evitar inundações.

Em relação ao carvão, José Bonifácio detectou fraudes: esse não era devidamente separado e, no seu preparo, em vez de apagar o fogo usado em sua preparação mediante abafamento com terra para extinguir o oxigênio, os carvoeiros apagavam-no com água, aumentando seu peso. Com isso, a Fábrica de Ferro pagava mais caro pelo produto, já que este produto estava misturado com água. Além disso, quando usado, reduzia-se a pó rapidamente, não fornecendo o devido calor para a fusão do ferro. Descobriu que os bons escravos enviados pelo Governo para o trabalho na Fábrica de Ferro foram substituídos por maus escravos de particulares. Estranhou o transporte da cal usada no refino do ferro, porque era transportada no lombo de bestas em vez de carros de boi, quando a estrada local era plana e não oferecia dificuldades:

"A pedra calcárea vem em bestas: huma besta traz 6 ou 7 arrobas, e faz este carreto em hum dia. Feita a estrada, que he muito plana e sem difficuldades, poderia vir em carros e melhor em carretas, á maneira do Alentejo, puxada por quatro bestas, que podião acarretar em hum dia duzentas arrobas, pois que os maos carros deste Paiz, sem estarem feitos os caminhos, tem trazido com quatro bois 100 e 120 arrobas em dois dias; assim quando com 4 bois se levão 100 arrobas pelo menos, em bestas de carga são precisas mais de 15. Se for o transporte por carretas ligeiras de 4 rodas de sege, que levem 200 arrobas, então 4 bestas transportão o mesmo que 28 de carga".[534]

[534] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. "Memória Econômica e Metallurgica sobre a Fabrica de Ferro de Ypanema". In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. p. 210.

Sobre a administração da fábrica, José Bonifácio afirmou que a primeira fonte de infelicidade foi a companhia sueca que trouxe Hedberg, que, à exceção de Hultgren, trouxe pessoas que nada sabiam sobre seus ofícios. Quanto às acusações que faziam a Hedberg, disse que se este não tivesse recebido carta branca para fazer tudo o que quisesse, e se estivesse sob orientação de um superior, talvez seus trabalhos pudessem ter sido úteis. A opinião de José Bonifácio sobre Hedberg é que parte das críticas era justas e outra parte era resultado de intriga dos que queriam Varnhagen como diretor. José Bonifácio teceu fortes críticas aos membros da Junta Administrativa, a qual seria composta por homens leigos e, alguns deles, sem caráter. Como seu irmão Martim Francisco tinha sido membro da Junta, afirmou que este apenas inspecionava as minas e matas da fábrica e que os demais membros raramente se reuniam por não morarem no local.

Outro ponto com o qual Bonifácio não se conformava era com a questão dos salários. Apontou que, na época de Hedberg, seus salários eram de 600$000. Quando Varnhagen assumiu seu lugar, seu salário foi aumentado para 1:912$000, por pagar-lhe 400$000 só por ser metalurgista e 866$000 a título de ajuda de custo e 36$000 pela madeira que saía de sua casa. Apontou o aumento do salário dos funcionários que ficaram no lugar dos suecos, além de todas as despesas incorridas para a manutenção da fábrica, a qual apenas fez duas fundições. Ante tantos prejuízos, os acionistas protestaram, o que obrigou o governo a adiantar grande soma de dinheiro à fábrica. José Bonifácio disse que comunicou a Varnhagen boa parte do que escreveu nas memórias.

Soube das queixas dos moradores, que haviam sido expulsos do entorno da fábrica. Na opinião dele, deveriam permanecer no local trabalhando para a fábrica, seja no transporte ou no fabrico do carvão. Por ter sido defensor da abolição da escravidão no Brasil na década de 1820, sustentou que os filhos dos moradores vizinhos à fábrica podiam ser treinados como fundidores e moldadores, sem necessidade de uso de mão-de-obra escrava.

3.3. Memória da autoafirmação

O conjunto de relatos denominados de “memória da autoafirmação” caracteriza-se pelo fato de que seus autores buscavam sustentar quem teria sido o pioneiro ou precursor da siderurgia

brasileira no século XIX: Eschwege, Varnhagen ou Câmara. Há ainda dois relatos que giram em torno do mesmo tema. O texto de Vergueiro, escrito em 1822, embora pareça um dossiê, foi usado em 1858 para sustentar o relato de Varnhagen publicado em 1857, e o de Leandro Dupré serviu para autoafirmar-se como membro de uma equipe de engenheiros que estavam reerguendo Ipanema em sua última fase.

Wilhelm Ludwig von Eschwege nasceu em 15 de novembro de 1777 em Eschwege, Grão-Ducado de Hesse. Em 1802 foi contratado para ser diretor das minas de Portugal. Fez parte do Exército Português e lutou na resistência à invasão francesa. Em 1810 autorizou-se sua vinda ao Brasil, tendo sido nomeado para o posto de Sargento-mor efetivo do Real Corpo de Engenheiros e também Diretor do Real Gabinete Mineralógico. Foi nomeado lente da Academia Militar, mas não aceitou esse cargo. Enviado para Minas Gerais, fez pesquisas mineralógicas, deu instruções sobre a mineração do ouro, estudou a possibilidade de navegação pelo Rio Doce e a pacificação dos botocudos. Pesquisou as minas de chumbo de Abaeté e instalou uma fábrica de ferro em Congonhas do Campo. Permaneceu no Brasil até 1821, quando retornou a Portugal para continuar a trabalhar com D. João VI. Em 1823 tornou-se Intendente das Minas em Portugal. Em 1826, com a assunção de D. Miguel ao poder, perdeu espaço naquele país e retirou-se para a Alemanha. Em 1835 foi convidado novamente a retornar a Portugal para participar da construção do Castelo da Pena, em Sintra. Entre 1841 a 1845, solicitou a D. Pedro II recompensa por seus serviços, mas foi negado por ter recusado a continuar a serviço do Brasil, para empregar-se em Portugal. Faleceu em Wolfsange em 1º de fevereiro de 1855.[535] Escreveu várias obras, mas a mais célebre no Brasil foi a *Pluto Brasiliensis*, a qual foi traduzida em 1944 para o português.

Eschwege iniciou esse texto,[536] lamentando o mau aproveitamento dos recursos minerais do Brasil, porque se desconhecia o uso dos mesmos. O descobridor de minas pedia cargos públicos, postos de major e isenção de impostos. Quando se investigava o local, descobria-se que era tudo fraude. Acerca do ferro, fez primeiramente uma retrospectiva sobre esse mineral no Brasil até o século XIX. Afirmou que "a província onde se descobriu minério de ferro em primeiro lugar foi sem dúvida a de São Paulo. O achado se deu nas proximidades da cidade do

[535] BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Barão de Eschwege.** Belo Horizonte: Edição da Casa de Eschwege, 1977

[536] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855) **Pluto Brasiliensis. 2º volume.** Prefácio de Mario G. Ferri. Trad. Domínio de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 21-92-201-203-205-260-261-271-272.

mesmo nome”.[537] Tudo teria começado com uma pequena fábrica de ferro em Santo Amaro, ao lado de um ribeirão afluente do Rio Pinheiros, onde havia minério de ferro argiloso em buchos numa rocha quartoza. Eschwege fala que, no século XIX, ainda se podia ver a vala da roda, o lugar da oficina e os restos de um açude, assim como montes de pesadas escórias de ferro. Na opinião dele, como o minério tinha apenas 35% a 40% de ferro, a fábrica não podia prosperar, embora ali fosse um bom lugar porque o carvão e os produtos podiam ser transportados por via fluvial. Segundo lhe teria dito Frederico Varnhagen, seria vantajoso fundir ferro nesse local.

Na opinião dele, Afonso Sardinha teria sido o fundador dessa fábrica em São Paulo, porque fora também descobridor do minério de ferro em Araçoiaba, localidade esta em que teria construído uma pequena fábrica em 1590, cujo forno construído provavelmente era imitação daquele usado na Galícia espanhola (biscainho). Citou a documentação da Câmara de São Paulo para fundamentar essa opinião. Abordou a atividade em Sorocaba no século XVIII de modo genérico. Disse que os fornos construídos por Sardinha pararam em 1629 e reaproveitados em 1760 para a construção de uma pequena forja. Afirmou que os antigos habitantes da região lhe asseguraram que essa fábrica funcionou por pouco tempo por causa dos custos com carvão e que posteriormente outra sociedade comprou a fábrica e o terreno, reiniciando as atividades, as quais teriam funcionado por pouco tempo. Em seu lugar, ter-se-ia construído um engenho de açúcar. Disse ter conversado com um ferreiro que trabalho nessa fábrica como fundidor e que este lhe havia contado que o forno tinha cinco palmos de altura, movido por um grande fole a braço, cujo rendimento era muito baixo.

João Manso Pereira teria conversado com Eschwege. Aquele havia estudado química e fora designado pelo governo para a construção de um novo forno de fundição, com o auxílio de Martim Francisco, que, à época, era Inspetor das Minas. Ambos teria construído um alto-forno de tijolos nas terras do capitão-mor de Sorocaba. Convidaram os moradores da região para assistir à inauguração da fundição e, na hora, nenhum ferro foi fundido, o que teria irritado os espectadores, obrigando-os a fugir às escondidas. Eschwege disse que João Manso Pereira ria gostosamente de toda essa história e que concluíra não bastar conhecimentos de química para a fabricação de ferro em grande escala. Quanto às demais tentativas de fabricação do ferro, afirmou que:

[537] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. Idem, p. 201.

"Não merece nenhuma consideração o fato de terem alguns ferreiros e lavradores, nesse período, fabricado algum ferro em forjas de ferreiro, e mesmo em pequenos fornos, não só em Minas, como também em São Paulo. Isso pertence já à história antiga".[538]

Para Eschwege, a nova história da fabricação do ferro inicia-se em 1810, simultaneamente em São Paulo e Minas Gerais. Neste último local, a fabricação do ferro realizou-se por escravos africanos. Antonio Pereira, escravo do capitão-mor Antonio Alves, assim como um escravo do Capitão Durães, teriam fabricado ferro e ambos disputavam a honra da prioridade. O ferro era produzido em quantidade mínima para consumo próprio, pois, até a chegada da Família Real ao Brasil, era proibida a fabricação industrial do ferro, assim como se desconhecia o processo de produção em longa escala. Na opinião dele, era "bárbaro" o processo de fabricação artesanal de ferro. Até 1811, os ferreiros e grandes fazendeiros que possuíam ferraria, tinham seu "forninho de fundição, sempre diferente um do outro, pois cada proprietário, na construção, seguia suas próprias ideias".[539] Entre 1808 e 1809, o intendente Câmara iniciou o projeto de construir com dinheiro do Erário, uma usina siderúrgica perto do Morro do Pilar, com três altos-fornos e doze fornos de refino, que abasteceriam de ferro o Brasil e "certo número de países estrangeiros". Inicialmente seriam construídos ao longo de dois anos um alto-forno e três fornos de refino.

A respeito de São Paulo, Varnhagen tinha sido designado para projetar uma grande usina de ferro no Morro Araçoiaba, onde existia a antiga fábrica de ferro. Disse que se levantou o capital de 150.000 cruzados. O governo teria fornecido cem escravos e teria mandado trazer operários suecos e um diretor, que chegou em 1811. Registrou as divergências entre Varnhagen e o diretor sueco [Hedberg], porque o primeiro queria construir altos-fornos e o segundo quis construir quatro pequenos "stückofen", comprometendo-se a produzir em um ano 40 mil quintais de ferro em barras. Eschwege afirmou que tanto ele, como Varnhagen contestaram esse plano de Hedberg ao governo, mas se seguiu com o mesmo.

A argumentação de Eschwege presta-se a tese dele que teria sido o primeiro no Brasil a produzir ferro em escala industrial. Inclusive teria prometido ao governador a construção de uma grande usina mediante o pagamento de 10 mil cruizados, isto é, com quinze vezes menos recursos que os usados em Ipanema. Relatou que só em junho de 1813 é que São João de Ipanema começou a funcionar e a fábrica do Intendente Câmara, só em agosto de 1818, com o auxílio do

[538] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. Idem. p. 203.
[539] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. Idem. p. 203.

mestre alemão dele, quando a fábrica de Ipanema fora transformada por Varnhagen em fábrica do tipo alemão. Nessa época, segundo Eschwege, a fábrica de Congonhas, de propriedade dele, produzia mais ferro que a do Morro do Pilar e tanto quanto a de Ipanema. Registrou que as fábricas de Ipanema e Pilar custaram 300.000 cruzados cada uma, enquanto a de Eschwege custou 13.000. A fábrica de Eschwege dava lucros e as demais, somente prejuízos.

No capítulo em que tratou exclusivamente da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, disse que esta se localizava à margem do ribeirão do Ipanema, ao pé do morro de Araçoiaba ou Guaraçoiaba, o qual fornecia ferro. Destacou a existência de uma lagoa, chamada de Lagoa Dourada, cuja lenda era que nela havia tesouros enterrados. Explicou que havia um vale importante, chamado de Furnas, no qual nascia o córrego da fábrica velha e que uma parte do morro estava coberta de mata virgem e a outra, desmatada para cultura do solo. Apontou que a formação principal do morro era de granito e minério de ferro, sendo que, em partes deste, havia material magnético puro. Esse minério ocorreria em três lugares em ambos os lados do vale.

Eschwege retomou a descrição das atividades do local nesse capítulo, afirmando que José de Anchieta sabia da existência de um morro a oeste de São Paulo rico em ferro e que havia estimulado o povo a fazer importantes descobertas nos sertões. Em seguida, afirmou que na região de Araçoiaba se podia extrair ferro sem a menor dificuldade e que se poderia trabalhar uma grande usina por mais de um século.

Novamente, comentou sobre a designação de Varnhagen para projetar uma fábrica de ferro em 1810, mas que seu projeto havia sido deixado de lado devido ao fato de o governo ter contratado "um diretor de fábrica de ferro, de nacionalidade sueca, o qual trouxera consigo toda sorte de máquinas, como malhos, rodas hidráulicas, etc, tudo de ferro fundido".[540] Eschwege criticou Hedberg por querer criar a fábrica a seu modo, que consistia na construção de quatro pequenos fornos suecos, e que seu projeto teria sido escolhido – em vez do de Varnhagen – porque a contratação daquele tinha sido muito onerosa. Por outro lado, disse que não sabia se Hedberg era ignorante ou se agia de má-fé ao ter proposto essa construção. E que lamentava o governo não ter dado ouvidos aos reclamos de Varnhagen e dele mesmo, Eschwege:

[540] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. Idem. p. 218.

"Não me foi possível, portanto, evitar que o sueco, munido de plenos poderes, dilapidasse os fundos que lhe tinham sido confiados, e retardasse os trabalhos, só concluindo a instalação dos 4 pequenos fornos e o malho em 1814, os quais, tendo custado 300.000 cruzados, produziram apenas 200 arrobas de ferro em barras, ao invés de 40.000". [541]

Diante da grita dos acionistas e os prejuízos causados por Hedberg, o governo dispensou-o junto com toda a sua companhia, porque ele seria um aventureiro à procura de meios para refazer sua fortuna perdida na Suécia e que não repassava a totalidade dos vencimentos pagos pelo governo aos mineiros que trouxe consigo, sendo que apenas três conheciam o ofício. Lamentou, ainda, o governo ter sido tão generoso com o "trapalhão",[542] ao ter-lhe pago a pensão prevista no contrato referente a dez anos. Em seguida, Eschwege transcreveu cartas de Varnhagen para que o leitor faça uma ideia mais perfeita da história da Fábrica de Ipanema. Na primeira delas, aparentemente de 1814, Varnhagen afirmou que o chefe da companhia sueca era incapaz de instalar uma fábrica e explicou por que Hedberg teria vindo ao Brasil:

"H[edberg] foi escriturário de uma companhia de mineração sueca. Mais tarde, ele alugou as minas de Adelfors, contraindo grandes dívidas, ao invés de lucros. Entre seus credores, figurava o cônsul português, Mr. Bayer, com um crédito de cem mil cruzados. (...) Para felicidade do devedor, o então embaixador de Portugal recebeu a incumbência de contratar, para o Brasil, pessoal especializado em siderurgia. H[edberg] foi então admitido como diretor, com pingues ordenados. O Brasil foi assim escolhido para pagar as dívidas do mesmo. O plano realizou-se, e Mr. Bayer, pouco tempo depois, recebia o seu dinheiro".[543]

Nessa mesma carta, Varnhagen teria dito que em 1811 já havia percebido que Hedberg queria procrastinar a execução dos serviços. Em 1812 Napion havia visitado a fábrica e ficou com má impressão, mas que não obstou a obra por não ter coragem de falar isso ao amigo Conde de Linhares. Além disso, quando Hedberg teria apresentado o projeto de construção de quatro pequenos fornos, Varnhagen ficara sem saber "se devia admirar-me de suas novas opiniões, ou da sua ignorância em matéria de siderurgia, ou, ainda, da sua má fé, a serviço da ruína da fábrica".[544] Noutra passagem dessa carta, a qual foi reproduzida em trechos, Varnhagen teria dito que Hedberg teria proibido críticas à usina enquanto não estivesse pronta e que, em conversa privada,

[541] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. p. 219.
[542] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. Ibidem.
[543] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. Ibidem.
[544] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. p. 220.

havia solicitado de Varnhagen que este convencesse o ministro a convencer o Príncipe Regente de que a fábrica só iria adiante sob a direção do sueco.

Na segunda carta, de 1º de julho de 1813, da qual Eschwege transcreveu extratos, destacou que a fábrica, com o tempo, poderia tornar-se um dos maiores estabelecimentos siderúrgicos, sendo possível o aproveitamento das instalações já existentes; que a chegada de Bayer não passou despercebida e que ninguém sabia que este era credor de Hedberg; que "quanto mais os estrangeiros trabalharem contra a terminação das obras, mais o governo se esforçará por anular-lhes o trabalho";[545] que Varnhagen não se conformava com o fato de o governo acreditar em "conversa fiada" em vez de solicitar-lhe relatórios mensais; mas que o projeto de construção de usina em Pinheiros seria vantajoso, desde que se realizasse após o término da construção de Ipanema.

Na terceira carta, de 22 de julho de 1813, Varnhagen enviou pequena biografia de Hedberg e dos mineiros. Essa carta terminou com a afirmação de que essa companhia sueca iludiu e envergonhava o governo e que, por isso, não quis participar da instalação da fábrica, embora o quisessem responsabilizá-lo pelo insucesso da obra. A carta seguinte é a de 27 de setembro de 1814 por meio da qual se oficializa a saída de Hedberg e a designação de Varnhagen como novo diretor da fábrica, tendo Eschwege como espécie de consultor, assim que deixasse a fábrica de ferro em Minas Gerais. Este último disse que "naturalmente, não podia e nem queria meter-me nesse negócio, mas apenas ser de alguma utilidade. Consegui ficar de lado, continuando com os meus negócios na província de Minas, enquanto von Varnhagen construía e dirigia a nova usina".[546]

Pela carta de 7 de janeiro de 1816, Varnhagen relatou a Eschwege que os suecos, por cinco meses, fabricaram ferro de má qualidade, com grande consumo de carvão por defeito de projeto do forno, resultando grande prejuízo à fábrica e que Varnhagen teria evitado criticá-los. A medida tomada por este último teria sido o aumento dos fornos, resultando em fabricação de bom ferro. Na carta de 21 de abril de 1816, teria dito que a fábrica estaria pronta em agosto daquele ano e que os vizinhos já estava produzindo carvão, na esperança de que se acostumassem a trabalhar no fornecimento da fábrica.

[545] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. p. 220.
[546] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. p. 224.

Na carta de 8 de maio de 1816, Varnhagen teria dito que se tinha atingido o máximo da produção, a despeito do elevado consumo de carvão, e que planejava instalar uma aldeia indígena para fornecimento de mão-de-obra e uma Companhia de Artífices. Na carta de 12 de junho de 1816, informou ter alterado o forno para tentar consumir menos carvão. Eschwege comentou essa carta, dizendo que Varnhagen gastava 29,5 arrobas de carvão por arroba de ferro em barras, enquanto os suecos gastavam 40 arrobas. Porém, Eschwege disse que ambos eram ineficientes, pois, em Minas, gastava 10 arrobas para fazer a mesma coisa.

Eschwege colacionou a carta de 27 de abril de 1817, em que Varnhagen lhe descreveu os fornos-altos construídos. No mês seguinte, ambos discutiram a conveniência de grandes fábricas de ferro no Brasil. Para Eschwege, a instalação delas deve ser proporcional ao mercado consumidor – isto é, subentende-se da leitura que se deveria ter apenas em Minas Gerais, porque a população desta seria o dobro da população de São Paulo, Goiás e Mato Grosso juntas - enquanto Varnhagen planejava fabricar ferro, mas também produtos de ferro, como armas e chapas, e objetos fundidos para os estabelecimentos açucareiros, bem como ser fornecedor para as províncias fronteiriças. Também planejava a criação de uma Companhia de Artífices para não ser mais necessário trazer artistas estrangeiros para a fabricação do ferro. Eschwege criticou Varnhagen, apontando-lhe erros matemáticos, porque uma única fábrica produziria objetos para engenhos em apenas um ano e a duração dessas peças seria de vinte anos No entanto, disse que, a despeito do prejuízo que essas fábricas dão, melhor tê-las para o fabrico de armas e munições, para não ficar na dependência de outros países.

No capítulo intitulado “Poderá manter-se no Brasil uma grande fábrica de ferro?”, Eschwege apontou as causas que impediam o sucesso dessas empresas. A primeira questão é que os brasileiros acreditavam que se podia transportar a tecnologia europeia sem adaptações locais. O segundo aspecto era que o produto brasileiro era dez vezes mais caro que o similar europeu. Outro aspecto importante era os custos de transporte, posto que as matérias-primas ficavam no interior e esses custos eram muito elevados. Eschwege afirmou que a madeira trazida de Porto Seguro ao Rio era duas vezes mais cara que a importada da América do Norte ou da Suécia. O mercado consumidor também seria muito pequeno, exigindo que as fábricas fossem pequenas. O último ponto eram os elevados salários dos técnicos estrangeiros, necessários para a instrução dos negros. Estes mestres, ademais, julgavam-se indispensáveis e faziam inúmeras exigências. Nesse ponto, afirmou:

"Uns se entregam à preguiça e outros à bebida. Daí, as rixas entre mestres e patrões, que acabam por despedi-los. Os serviços passam, nessa conjuntura, a ser dirigidos por brasileiros, que haviam aprendido alguma coisa com os mestres estrangeiros. Os produtos fabricados não melhoram e a produção não aumenta com a mudança. Assim, os proprietários se veem na contingência de fechar as portas do estabelecimento".[547]

Vencidas essas dificuldades, Eschwege apontava as dificuldades do clima, como a falta d'água, falta de combustível e do próprio ser humano, além de o produto nacional ser inferior ao estrangeiro, o que era preferido pelo consumidor. Quando Eschwege concluiu sobre Ipanema, disse que:

"As mais belas e finas obras moldadas, executadas por moldadores berlinenses, durante os últimos anos da administração de von Varnhagen, não acharam preço que compensasse o seu custo. Ninguém se queria convencer de que essas dificuldades devam ser atribuídas à pequena densidade da população. Culpava-se exclusivamente a direção da fábrica. Depois da partida de von Varnhagen, foram feitas várias alterações, sem que, contudo, se conseguissem os resultados que se tinha em vista. De tudo quanto foi dito, resulta que, indiscutivelmente, no Brasil, sem um aumento considerável da população, nenhuma grande fábrica se poderá manter. Só pequenas fábricas, espalhadas em todas as Províncias, com produção máxima de 2.000 arrobas anuais, trarão melhores resultados, não só para os vendedores, como para os compradores, contando que cada uma delas seja impedida de ultrapassar aquele limite de produção".[548]

O relato mais importante sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema é o de Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido na Fábrica de Ferro de Ipanema em 17 de fevereiro de 1816.[549] Engenheiro

---

[547] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. p. 258.
[548] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855). Idem. p. 260-261.
[549] FLEURY, Renato Sêneca. **Francisco Adolfo de Varnhagen. Visconde de Porto Seguro.** São Paulo: Edições Melhoramentos. Sétimo entre oito irmãos, seu padrinho de batismo foi o Conde de Palma. Embora tenha tido as primeiras letras no Rio de Janeiro, foi em Portugal que desenvolveu seus estudos no Real Colégio da Luz, escola militar, em razão da partida de seu pai a Portugal. Em 1833, Varnhagen, por ser ainda aluno dessa escola militar, ficou ao lado de D. Pedro I quando de seu retorno a Portugal. Em 1834, em recompensa, recebeu o posto de Segundo-Tenente de Artilharia do Exército Português. Em 1837, ainda estudante, iniciou suas pesquisas históricas, sendo a primeira delas as Reflexões Críticas, trabalho sobre as Notícias do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa. Com esse trabalho, Varnhagen conseguiu ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu segundo trabalho versou sobre o Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa. Nessa mesma época, Varnhagen encontrou o túmulo de Pedro Álvares Cabral. Em 1840, publicou a "Crônica do Descobrimento do Brasil" em forma de romance. Em 1842, por influência do Ministro Meneses de Drummond, Varnhagen foi nomeado para trabalhar como diplomata brasileiro em Lisboa. Em 1846, publicou "O Caramuru perante a história", trabalho que foi premiado pelo IHGB. Em 1847, publicou seu romance intitulado Amador Bueno. Em 1849, deixou a carreira e em 1851 foi nomeado primeiro-secretário do IHGB. Entre 1850 a 1853, publicou o "Florilégio da poesia brasileira". Em 1854, publicou o primeiro volume da "História Geral do Brazil", sendo que o segundo volume foi publicado em 1857; a segunda edição foi publicada em 1877. A partir de 1858, atuou como diplomata no Paraguai, Venezuela, Colômbia, Equador, Áustria,

de formação, foi diplomata brasileiro por muitos anos. Por seu grande interesse pela História do Brasil, desejou ser o cronista-mor do Império. No entanto, o IHGB não avalizou formalmente sua obra, nem sua obra foi adotada como livro oficial de história do Brasil. [550] Havia divergências entre Varnhagen e os fundadores do IHGB, especialmente Jaunário da Cunha Barbosa e o Visconde de São Leopoldo, em termos de concepção sobre a história, pois estes últimos eram filiados ao historicismo do século XVIII, de Montesquieu, Voltaire, Kant e Condorcet, enquanto Varnhagen não era adepto de generalizações filosóficas, mais ligado ao historicismo-romântico ou historismo.[551]

O trabalho de Varnhagen é abrangente, por voltar-se a pesquisas históricas, biografias, edições críticas de documentos históricos, pesquisas literárias, estudos de etnografia e linguística, reflexões políticas, trabalhos técnicos de cunho econômico e educacional, assim como peças de teatro e romances.[552]

Arno Wehling analisou a obra de Varnhagen em diversos aspectos, entre eles, a visão que este autor tinha sobre aspectos econômicos. Sua obra coloca que a atividade econômica da colônia era subproduto da ação estatal ou um produto da política estatal. Nesse sentido, a interpretação que fazia era do ponto de vista oficial, embora, em certos aspectos, fizesse críticas ao que se fizera. Porém, essa visão seria deficiente, porque desconsiderava os demais aspectos, como as dificuldades tecnológicas, o pequeno mercado interno e ausência de uma burguesia empreendedora no Brasil colonial.[553] A historiografia adotou posição crítica aos trabalhos de Varnhagen, mas há aqueles, como Rodolfo Garcia, que qualificam Varnhagen como grande historiador brasileiro.[554]

A obra mais conhecida de Varnhagen é a "História Geral do Brazil", que teve nove edições. A primeira delas foi dividida em dois tomos, sendo o primeiro lançado em 1854 e o segundo tomo em 1857. A segunda edição foi bastante modificada por Varnhagen, ao ter alterado a apresentação dos capítulos e também o conteúdo dos mesmos. As edições seguintes são

---

Peru e Chile. No Chile foi onde conheceu sua esposa. Quando esteve na Áustria, recebeu o título de Barão de Porto Seguro, o qual depois foi substituído pelo de Visconde. E foi nessa cidade que em 1878 faleceu.

[550] GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 1994. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. p. 210-214.

[551] WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 44-45.

[552] WEHLING, Arno. Idem. p. 50.

[553] WEHLING, Arno. Idem. p. 180.

[554] WEHLING, Arno. Idem. p. 204.

póstumas, sendo que a terceira edição foi revista por Capistrano de Abreu em 1907, mas se restringiu ao tomo I, cujo termo final era o século XVI. A edição seguinte foi feita por Rodolfo Garcia, o qual se encarregou da revisão e inserção de notas explicativas. Para fins de análise desse relato, usou-se a segunda edição, indicando-se as mudanças pontuais feitas por Varnhagen em relação ao texto primitivo.

Um dos capítulos dessa obra versa especificamente do conflito entre seu pai e Hedberg na Fábrica de Ferro de Ipanema. Essa questão da fabricação do ferro no Brasil foi mantida em todas as edições na Seção LIII. Porém, o título do capítulo foi alterado por Varnhagen da primeira para a segunda edição. Esse capítulo, tanto na redação primitiva quanto na revista pelo próprio Varnhagen, mais se assemelha a um arrazoado judicial do que a um texto histórico, cuja finalidade é a de demonstrar que seu pai foi o único responsável pela indústria siderúrgica brasileira no século XIX e que Hedberg prejudicou sobremaneira a Fábrica de Ferro e que coube a Frederico Varnhagen corrigir todos os erros e desmandos do sueco. Tanto que, para Varnhagen, o juiz seria o leitor: "(...) Deus, que lê em todos os corações, sabe quão longe estávamos, quando concebemos a ideia desta obra, de imaginar que deveríamos nela, e até em uma seção exclusiva dela, ter que consignar tais serviços. Vamos ao assunto, e o leitor será juiz".[555]

Mas a defesa de seu pai não foi a única razão para escrever sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema. Varnhagen confessou na 1ª edição (suprimida nas edições seguintes) que "não foi só predileção, aliás desculpável, pelos sítios que primeiro feriram a nossa vista e fizeram palpitar o coração".[556]

A importância do ferro, segundo Varnhagen, estava no fato de que esse seria o responsável pelo sucesso da nação, por serem de ferro os instrumentos que derrubam os matos e rasgam a terra para fazê-la produtiva, ao passo que a mineração aurífera não agregava nada ao pais por passar a nações estrangeiras, deixando os mineiros em penúria. Dessa maneira, Frederico Varnhagen seria o responsável técnico pela obtenção do sucesso brasileiro. Por isso, Varnhagen afirmou que "[a]ntes de nos ocuparmos dos novos esforços, que foram coroados de brilhantes resultados (...)" e também "[a] exploração e mineração do ferro (disseram os redatores de

[555] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal.** Tomo segundo. 2ª ed. Rio de Janeiro: E&H Laemmert, 1877, p. 1155

[556] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil, isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração da independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada à Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II.** Tomo segundo. 1ª ed. Rio de Janeiro: E&H. Laemmert, 1857. p. 359.

Investigador em Londres, ao dar conta dos resultados do que vamos narrar) forma uma era de *glória* e *prosperidade* para o Brasil. Ademais, para Varnhagen, a siderurgia brasileira tinha um divisor de águas: o seu pai. Isso se observa quando o próprio Varnhagen apontou que se poderia tratar da fabricação quando estivesse falando da história de séculos anteriores, mas isso implicaria a "ordem natural dos sucessos".[557] Ele justificou o motivo pelo qual a história da mineração do ferro era importante, ao reproduzir na íntegra o primeiro parágrafo da obra de Vergueiro sobre a finalidade da história. Porém, da primeira à segunda edição, ele completou esse trecho, afirmando que essa história era importante por ser a história do primeiro estabelecimento industrial do Brasil em ponto grande, o qual era formado por um açude um canal, grandes malhos a foles, edifícios e dois fornos-altos. Isto é, a descrição das obras de Frederico Varnhagen. Novamente fez elogios ao pai:

"Os fatos singelamente documentados, irão provando, a nosso ver suficientemente, que a glória de ser o executor dos projetos do Sr. D. João estava reservada a um engenheiro distinto, ao qual não nos impedirão de render a merecida justiça os laços do sangue. Tributar justiça devida à memória de quem tão bem serviu é dever do historiador, e mal dele se os receios de passar por imodesto superam em tal momento aos nobres sentimentos de piedade filial!". [558]

O título do capítulo também é evidência desse fato. No texto primitivo, era "Minas de Ferro. Varnhagen é o executor dos projectos d'El Rei". Na segunda edição, Varnhagen diminuiu sua empolgação, ao alterá-lo para "Minas de Ferro. Primeiras fundições em ponto grande". Ambos os títulos trazem notas de rodapé de Varnhagen para justificar a escolha do título. Para a primeira edição, Varnhagen disse o seguinte em 1857:

"Apesar da verdade dos factos não houvermos talvez ousado aventar a proposição, se já desde 1822 não corresse ela impressa (e sem haver sido contrariada) na Memória do honrado senador Vergueiro, cujas próprias palavras procuramos seguir, pois assim a enuncia na pág. 48: 'Estava reservado (diz) ao Conde de Palma fazer executar o grande e constante projecto de S.M. e a F.L.G. Varnhagen a ser o executor delle'. Jean VI (diz o illustre F. Denis no Bresil de l'Univers, p. 349) appela quelques mineurs... sous la direction du colonel Frédéric Varnhagen. Les travaux de cet homme habile furent couronnes d'un plein succeès"[559]

[557] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de.Idem. 2ª ed. p. 1155.
[558] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1155.
[559] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 1ª ed. p. 357.

Na segunda edição, Varnhagen explicou que a alteração se justificava porque "por ser mais genérico e modesto, preferimos este título ao que levou esta secção na 1ª edição".[560]

Para justificar a verdade das informações históricas, sustentou o texto com base na obra de Vergueiro e "(...) ao grande número de documentos que sobre tal assunto herdamos", sobre os quais "(...) poderíamos dedicar a ele mais de um volume, se as leis da história, e de uma história geral, não nos impusessem a devida brevidade".[561]

Ao iniciar seu relato sobre a região, Varnhagen registrou a lenda de que Araçoiaba seria uma terra encantada. "Nas entranhas desse morro, que os antigos diziam conter tesouros encantados, jaz ainda escondida, só em ferro, umas das maiores riquezas latentes do Brasil, e talvez do universo todo".[562] Quanto aos primórdios da mineração, ela se limitou a cinco linhas, ao ter dito que "consta que ainda pelos anos de 1770 ahi se refizera um forno rústico ou biscainho que produzia diariamente quatro arrobas de ferro; mas deixou de prosseguir, por estorvos postos a um novo proprietário".[563] Ele justificou tão pouca atenção, dizendo que "não cançaremos (sic) a attençao do leitor, da qual aliás carecemos em uma secção cujo titulo não lh'a haverá captivado muito".[564]

Na segunda edição, Varnhagen completou o que se passara antes de 1810, ao informar a descoberta de ferro na ilha do Maranhão em 1688, mas que essa indústria não teria ido adiante para que não se transferisse a tecnologia da fabricação de ferro aos índios. Mais adiante, mencionou os trabalhos de Afonso Sardinha, nominando-o de Pero Fernandes Sardinha. Também registrou os nomes de Fr. Pedro de Souza e Martim Garcia Lombria. Em poucas linhas, relatou o trabalho de Domingos Ferreira Pereira, que, em 1765, "teria caldeado algum ferro" e que em 1768, Pereira teria associado-se a Antonio Lopes d'Azevedo e ao Capitão Jacintho José d'Abreo para aproveitar o ferro, tendo por mestre João de Oliva de Figueiredo. Porém, a atividade não prosperara. Em 1788 os capitães-mores de Itu e de Sorocaba solicitaram monopólio para fabricação de ferro no local, mas não obtiveram resposta. Relatou a passagem de João Manso Pereira pela localidade em 1798, o qual teria remetido a Lisboa um vaso de ferro coado e porção de ação obtido do ferro da mina. Em vista disso, ter-se-ia expedido Carta Régia de 19 de agosto de 1799 fixando ordenado de 800$000 a Manso Pereira. Em 1800 este último, com o coronel

[560] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de Idem. 2ª ed. p. 1153.
[561] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1154-1155.
[562] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1155-1156.
[563] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 1ª ed. p. 359.
[564] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1156.

Cândido Xavier de Almeida, estudaram o sítio e entenderam que se deveria construir nova fábrica noutro local, próximo ao Rio Ipanema. O governador teria definido Manso Pereira não como químico, mas como alquimista. Relatou que em 1803 Martim Francisco Ribeiro de Andrada tinha sido nomeado Inspetor das Minas e Matas.

Nada se teria feito em matéria de exploração do ferro até a vida da família Real, Disse que o Conde de Linhares escrevera a Portugal, solicitando a vinda de três oficiais para trabalhar em empreendimentos montanísticos, assim como teria solicitado mestres práticos fundidores do Norte da Europa. Segundo Varnhagen, esses três oficiais seriam "os mais distinctos discípulos das escolas theoricas e practicas de Freiberg".[565]

Na segunda edição, Varnhagen inseriu breve biografia de seu pai. Este, nascido na Alemanha, havia chegado a Portugal com vinte anos de idade e trabalhado na Fábrica da Foz d'Alge, além de ter participado como 1º Tenente de Artilharia na resistência à ocupação napoleônica. Ele teria sido o primeiro oficial que chegou ao Brasil para trabalhar nessa atividade. Transcreveu a carta do Conde de Linhares, por meio da qual falou que Varnhagen iria a São Paulo na companhia de Martim Francisco examinar as minas de ferro de Sorocaba e que deveria ser privada a companhia a ser criada para a exploração do ferro. Continuando no destaque atribuído a seu pai como patriarca da fabricação de ferro, descreveu o trajeto dele do Rio de Janeiro a Sorocaba, na companhia de Martim Francisco e do General Horta.

Quanto à conveniência do local para a exploração do ferro, seu pai teria ficado impressionado com a quantidade de ferro de Araçoiaba, mesmo depois de muitos anos:

> "Ainda muitos anos depois não se lhe havia a Varnhagen apagado da ideia a impressão que lhe fez o morro de Araçoiaba, que conceituava um dos mais ricos depósitos de ferro que existem no orbe. Nem mina se pode chamar a um tal montão de mineral, em que este se colhe à superfície da terra, e sem profundar em poços ou galerias subterrâneas". [566]

Ainda sobre a qualidade do mineral do local, transcreveu a carta do pai dele ao Conde de Linhares, a qual estava em seu poder:

[565] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1157.
[566] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1160.

"O estudo geognóstico deste distrito é digno de ocupar por muitos meses a atenção dos mais sábios geólogos. (...) O mineral solto à superfície do morro é tanto e tão rico que creio só dele se poderia, por mais de cem anos, alimentar a maior fábrica do mundo, sem recorrer a trabalho algum mineiro". [567]

O plano inicial de Frederico Varnhagen seria, primeiramente, restaurar as fábricas antigas e, a partir delas, construir a nova fábrica, com um ou dois altos-fornos, a qual provavelmente usaria cem escravos. O açude deveria ficar no lugar indicado pelos observadores precedentes do local. Na segunda edição, Varnhagen afirmou que a ideia de criar sociedade por ações teria sido de seu pai, e que o governo deveria subscrever metade delas. Por isso, o Conde de Linhares o teria encarregado de elaborar os estatutos da sociedade. Em outubro de 1810, havia treze acionistas, tendo sido nomeado Fernando Carneiro Leão em 6 de dezembro de 1810 como procurador deles.

Em seguida, Varnhagen falou de Hedberg, que teria sido contratado pelo Cônsul da Suécia para transferir ao Brasil uma fundição de ferro, uma vez que ele dirigia fundições ou forjas daquele. O Conde de Linhares teria exultado de alegria ao ter recebido a notícia da contratação do sueco, porque isso proporcionaria a construção da fábrica. Varnhagen disse o seguinte sobre Hedberg: "Acerca desse indivíduo, do que houve de vergonhoso em seu contrato e de como abusou desde o princípio das boas intenções do conde de Linhares, nada diremos".[568] Porém, foi amplamente criticado nas linhas seguintes.

Relatou que em 4 de dezembro de 1810 foi criado o "Estabelecimento Montanístico de Extraçao do Ferro das Minas de Sorocaba", por meio de uma companhia de acionistas, cuja direção seria confiada a Hedberg. Noticiou a sessão da Junta de 9 de fevereiro de 1811 e que o sueco tinha carta branca para gastar recursos do tesouro público e dos particulares, respondendo de mau grado as questões formuladas pela Junta Administrativa da Fábrica de Ferro.

"Hedberg, que não era homem de estudos, que não estava a par dos progressos da ciência metalúrgica na Europa, que de minas de ferro não entendia mais que o saber lidar com fornilhos como os que tinha na Suécia, declarou à Junta que propunha construir vários desses fornilhos". [569]

[567] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p.1160-1161.
[568] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p.1162.
[569] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed, p. 1163.

"Acudiu Varnhagen, ponderando-lhe os inconvenientes de tais meios, geralmente abandonados para as indústrias em grande, pela menor economia do combustível e escasso produto de metal, comparativamente aos fornos altos, com dois dos quais se poderia obter cada ano mais de quarenta mil arrobas de ferro. Respondeu Hedberg que se oferecia a dar por ano quarenta mil arrobas de ferro, pelo seu método; ao que replicou Varnhagen que nem cinco mil obteria, como efetivamente veio o tempo a mostrar". [570]

Colocou que a Junta Administrativa não tinha conhecimentos especiais sobre o ramo, razão pela qual perceberam que Frederico Varnhagen sabia mais que Hedberg. Teriam solicitado ao Capitão-General que o alemão permanecesse em São Paulo para que o sueco andasse "menos torto". Quando Hedberg soube disso, teria ido fazer intriga junto ao Conde de Linhares, para que Frederico Varnhagen fosse embora, posto que sua presença resultaria prejuízos ao bem público. O Conde de Linhares teria acreditado nessa intriga e atendido ao desejo do sueco, quando teria afirmado que tinha "os olhos abertos sobre o hábil official Varnhagen".[571] Por essa razão, os membros da Junta desanimaram e deixaram Hedberg sozinho e Frederico Varnhagen seguiu para Minas Gerais. Prosseguiu Varnhagen dizendo que, sem a Junta, Hedberg parou de dar satisfações e, por isso, enviou-se o Tenente-General Napion para inspecionar os trabalhos, mas que isso não teria adiantado nada.

A dispensa de Hedberg teria ocorrido por pressão dos acionistas, que haviam apresentado reclamações ao Príncipe e este decidira constituir uma conferência de estadistas conceituados para que opinassem sobre a Fábrica de Ferro. Napion teria afirmado à conferência que descobrira as tramas de Hedberg e que o remédio era a entrega da direção da fábrica a Varnhagen. Quando essa mesma conferência solicitou os planos de trabalho de Hedberg, esse teria se recusado, afirmando que esses membros não eram conhecedores da matéria. Por essa resposta insultante do sueco, foi enviada a "carta regeneradora" de 27 de setembro de 1814. Quando relatou o estabelecimento dos alicerces dos fornos altos em 21 de outubro de 1815, disse que a primeira pedra dessa construção trazia inscrição em latim alusiva ao fato.

Varnhagen não deixou de criticar a fábrica do Intendente Câmara. Afirmou que seu pai trabalhara no estabelecimento de Diogo Soares ("Gaspar Soares") ou no do Pilar. Disse, sem mencionar o nome de Câmara – referindo-se a ele como "intendente do distrito diamantino" – que tentou construir um forno alto, mas sem êxito, pois o resultado da fundição foi apenas

[570] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 2ª ed. Idem. p. 1163.
[571] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1164.

massuca tirada a custo com alavancas. Também teceu críticas a Eschwege, rotulando-o de invejoso. Na primeira edição, disse que "(...) já pela daninha inveja de seus êmulos, em cujo número se contava o próprio Eschwege, que percorria Minas, em quanto Varnhagen, retirado do resto do mundo no Valle do Ipanema, dirigia de dia dos trabalhos; e de noite meditava e escrevia, já ideando providencias novas, já contradizendo vozes absurdas e destruindo tramas da inveja".[572] Essa crítica, contudo, não foi mantida na segunda edição, substituída por reticências.

A primeira fundição de 1º de novembro de 1818 foi descrita por Varnhagen e que do ferro líquido e candente se fizeram três enormes cruzes e que seu pai escondera as lágrimas de alegria, dando ordens para que se dirigissem à capela "render graças ao Altíssimo pela nova glória que havia outorgado ao reinado de Sr. D. João":

"tanto nesta cruz maior, como nas outras duas menores, bem que todas monumentaes, debalde se buscará ler outra inscripção que não sejam os quatro algarismos do anno de fundição: 1818; facto sufficiente para qualificar o grau de modestia deste official, primeiro director do estabelecimento".[573]

Interessante que Varnhagen disse que se só faria a justiça segura, ainda que tardia, quando se fizesse um "busto do restaurador" em retribuição a tamanho serviço. Por ter conseguido fundir o ferro no forno-alto, Frederico Varnhagen recebeu a comenda de Cristo e nada mais, ao contrário de Eschwege, que recebeu uma sesmaria de nove léguas quadradas e Hedberg, a pensão vitalícia de seiscentos mil réis. Ainda no louvor a seu pai, disse que "o restaurador do Ipanema havia porém cumprido a sua principal missão na terra, e tinha por prêmio o prêmio maior do mundo: o título, o posto, a medalha do meruisse satis, que outorga a própria consciência".[574]

Na segunda edição, descreveu o estado da fábrica após a saída de seu pai:

"E, infelizmente, a sua separação do estabelecimento se fez logo sentir: a fábrica decaiu rapidamente, o ferro que se fundia saía quebradiço como louça, e os seus novos administradores attribuíam, senão ao mineral, a defeitos de construcção dos fornos, as faltas que só provinham da escacez (sic) de seus conhecimentos metalúrgicos".[575]

[572] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 1ª ed. p. 368.
[573] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p.1169.
[574] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p.1171.
[575] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2ª ed. p. 1155.

Varnhagen descreveu os produtos fabricados por seu pai, entre eles, a coroa dedicada ao Rei. Na opinião dele, os objetos fabricados por seu pai, que estavam em casas de Sorocaba e São Paulo, deveriam ir para o museu nacional.

Talvez tenha percebido e deixado numa pequena passagem de seu texto um dos problemas da fabricação do ferro, quando disse que minas de ferro eram uma riqueza sólida, desde que fosse em países ricos em combustível. Nesse mesmo sentido, inseriu na segunda edição um parágrafo em que relatou as experiências que seu pai fizera com Napion acerca da qualidade e resistência das madeiras brasileiras.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro,[576] ex-diretor da Faculdade de Direito de São Paulo e conhecido por suas atividades relacionadas à imigração europeia ao Brasil no século XIX, escreveu uma Memória Histórica sobre a Fundação da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Publicada em 1822 em Lisboa e republicada novamente *ipsis litteris* em Lisboa em 1858 por Frederico Augusto Pereira de Moraes[577] em homenagem a seu sogro, Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e, portanto, cunhado de Francisco Adolfo de Varnhagen. Nessa oportunidade, Moraes incluiu a transcrição de inventário da Fábrica em 1821, um extrato da receita e despesa desse mesmo ano e cartas escritas entre 1815 e 1822.[578]

Não havia razão para sua elaboração, porque Vergueiro não foi membro da Junta Administrativa ou acionista da Fábrica de Ferro de Ipanema. Por isso, podem-se cogitar duas hipóteses para Vergueiro tê-la elaborado. A primeira delas decorre da leitura das discussões consubstanciadas nas atas das sessões das Cortes Gerais em Lisboa em 1822, em que se discutiu

---

[576] Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em 20 de dezembro de 1778 em Vale do Porca, em Portugal e faleceu em 18 de setembro de 1859 no Rio de Janeiro. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1801. Veio ao Brasil em 1803 e exerceu a advocacia em São Paulo com Manoel Euphrasio de Azevedo Marques, José Arouche de Toledo Rendon e Manoel Joaquim de Ornellas, que foram acionistas da Fábrica de Ferro de Ipanema. Em 1811, exerceu o cargo de Juiz das Sesmarias e permaneceu no mesmo até 1816, quando fundou em sociedade com o Brigadeiro Luiz Antonio de Sousa um engenho em Piracicaba. Foi deputado por São Paulo nas Cortes Gerais em Lisboa em 1822, na Assembléia Constituinte de 1823 e na Primeira Legislatura de 1826. Participou da Revolução de 1842. Tornou-se conhecido por ser o primeiro particular a promover a imigração para a "Fazenda Ibicaba", em Limeira, cujos contratos estabeleciam o financiamento do pagamento da passagem dos estrangeiros ao Brasil mediante pagamento em serviços, o que se tornou iníquo, a ponto de repercutirem negativamente em países da Europa e o governo tê-lo intimado a explicar o que fazia. (FORJAZ, Djalma. **O Senador Vergueiro. Sua vida e sua época - 1778-1859.** 1º vol. São Paulo: Officinas do Diário Official, 1924)

[577] Frederico Augusto Pereira de Moraes escreveu a **Diatribe contra a Timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da História Geral do Brazil do Senhor Varnhagen** (Lisboa: Typ. de José da Costa, 1859), destinada a rebater as críticas ao livro de seu cunhado acerca de suas posições sobre a escavidão e os indígenas, bem como sobre a difusão da civilização por meio da colonização portuguesa.

[578] Essa memória foi republicada em 1979 pelo Senado Federal em razão do bicentenário de seu nascimento e novamente republicada em formato facsimilar da edição de 1858 em 2010 pelo bicentenário da Fábrica de Ferro de Ipanema.

sobre a fabricação do ferro e também a possibilidade da Fábrica de Ferro de Ipanema ser a que teria a honra de confeccionar o monumento à Constituição da Nação Portugueza.[579] Muito provavelmente foi publicada para divulgação do caso Ipanema dentro desse ambiente. Inclusive na folha de rosto da edição de 1822,[580] disponível para consulta em microfilme na Biblioteca Nacional, Vergueiro apresentou-se apenas como Deputado nas Cortes Gerais Extraordinárias, e Constituintes pela Mesma Província. A segunda hipótese é a de que tenha sido escrita a pedido de Frederico Varnhagen ou de Arouche Rendon, ou de ambos, pelo fato de que há nota de rodapé em que Vergueiro declarou ter recebido informações e documentos de Varnhagen.

Innocêncio Francisco da Silva afirmou em seu Dicionário Bibliographico Portuguez que a primeira edição dessas memórias eram raríssimas e que havia encontrado um exemplar em uma loja de Lisboa.[581] Como sustentado acima, essa memória de Vergueiro, embora tenha sido escrita como espécie de dossiê sobre a Fábrica de Ferro, foi usada para autoafirmação de Varnhagen, pelo fato de sua republicação ter ocorrido em 1858, logo, um ano depois da publicação da "História Geral do Brazil". Por isso, nessa dissertação será usada a segunda edição, de 1858, por ter sido aquela consultada pelos demais autores. Sua narrativa é bem detalhada, razão pela qual se destacarão apenas os principais aspectos da mesma.

---

[579] "O Sr. Pinto de França, disse apresento este requerimento do tenente coronel de artilharia Guilherme Christiano Feldner; he um mineiro mineralógico pratico do Brazil, e esta obra de ferro, e igualmente esta medalha com o retrato do Príncipe da Prússia, de donde he o author, para prova de sua habilidade, e do grao de perfeição a que tem levado a fundição na fabrica que dirige no Brazil. Este mesmo artista tem achado também o segredo de conservar o ferro livre da ferrugem, valendo-se para isto do grafito, mineral que até agora se achava só em Alemanha e Inglaterra, e que agora existe já no Brazil por descobrimento feito pelo dito mineralogista. Com este motivo proponho que a graderia para o monumento que se está levantando no rocio, seja feita na fábrica de ferrarias de Ipanhema para o que se deverão mandar os respectivos modellos; e que se permita aos habitantes daquellas províncias o fazerem as despezas das ditas graderias e seus acessórios. Chegando-se isto a verificar resultará uma espécie de emblema, a saber, que se o Brazil não foi o primeiro que teve a glória de ser constitucional, demonstre que a sua força detem os passos profanos antes de chegar-se ao pedestal do monumento constitucional (Apoiado). O mesmo Sr. Deputado apresentou por escrito a seguinte Indicação: Animado do maio amor nacional, e lendo nos corações de todos os Brazileiros os mesmos sentimentos de fraternidade nacional, e os da devida ambição da glória: proponho, que a graderia para o monumento que no rocio se está levantando em memória da época da nossa Constituição, seja feita na fabrica de ferrarias estabelecida em Ipanhema, na província de S. Paulo, nosso Reino do Brazil, para o que se deverão mandar quanto antes com as respectivas ordens os competentes modellos, e que as províncias do mesmo Reino se lhes permita a satisfação de caber a ellas sós toda a despeza desta obra, e seus accessorios, inclusive a do transporte. Sala das Cortes, 4 de fevereiro de 1822 – Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França". **Diário das Cortes Geraes, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portugueza. Segundo anno da legislatura. Volume 5.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 82.

[580] VERGUEIRO, Nicolao Pereira de Campos. **Memória Histórica sobre a Fundação da Fábrica de Ferro de S. João de Ypanema, na Província de S. Paulo.** Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822.

[581] SILVA, Innocêncio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez. Tomo sexto.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. p. 291. (verbete Nicolau Pereira de Campos Vergueiro).

Vergueiro[582] pretendeu que essa narrativa histórica servisse de lição para a industrialização do Brasil, já que, em sua concepção de progresso, os acertos vinham com uma série de erros. O início do texto de Vergueiro é curioso, porque seu autor colocou a finalidade da história, afirmando que "sendo a história um ensino prático, em que se apurão as verdades da theoria, e patenteão as difficuldades nella cubertas em hipóteses correntes".[583] Justifica-se essa frase pela intenção de seu autor:

> "Não é sem grande desprazer, que vou apresentar o quadro dos grandes obstáculos com que o desleixo criminoso, o interesse, e o dolo descarado, a sugestão artificiosa, e a prevenção muitas vezes desculpável fizerão abortar com desperdiço de avultados cabedaes os primeiros impulsos da fundação da Fábrica de Ferro de S. João do Ypanema". [584]

O próprio Vergueiro dividiu sua narrativa em partes, sendo a primeira delas acerca da história do local; a segunda, a gestão de Hedberg e a última, a de Varnhagen. Na primeira parte, Vergueiro descreveu geograficamente a região de São Paulo. Ao falar do Rio Paraná, que desejava vê-lo navegável, afirmou que, quando isso fosse possível, a Fábrica de Ferro de Ipanema seria lembrada como a "origem de sua grandeza, e prosperidade no aplanamento, que prepara ao nascimento das artes".[585] Para ele, Ipanema já começava a tornar-se benéfica para o Reino e também para a Província pelo fato de que os armazéns militares já estavam recebendo seus produtos e a agricultura adquiria os instrumentos ali fabricados. Isso, a seu ver, era grande conquista, porque a agricultura paulista era prejudicava pela dificuldade de acesso ao mar, a despeito das obras do Conde de Sarzedas e do Gen. Horta.

Quando descreveu o morro Biraçoiaba, disse que se encontrava numa planície e que ali perto estava a Lagoa Dourada, sobre a qual os vizinhos "contão fabulosas visões, como indício de muito ouro".[586] A fábrica antiga ficava no Rio das Furnas, o qual deságua no Rio Sorocaba. Todavia, descreveu a montanha como "coberta de espessas matas ou primitivas, que abundão em

---

[582] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. **Subsídios para a história do Ypanema. Comprehendendo: 1º - A memória histórica do Senador Vergueiro, impressa página por página pela edição de 1822; 2º - O Appendice que foi publicado com a mesma memória. 3º - Um additamento a esta segunda edição d'ella, contendo mappas e documentos inéditos, etc.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p. 3-4-5-6-7-8-9-10-12-13-18-20-21—22-33-39-40-55-68-70.
[583] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 3.
[584] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 3-4.
[585] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 5.
[586] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 8.

madeiras de carpintaria, e marcinaria, das quais já se tem notado cento e oito espécies, ou variedades; ou secundárias, que no paiz chamão capoeiras, que por vezes se tem renovado, destruídas pelos agricultores; o que indica fertilidade do terreno".[587] Ao tratar do minério de ferro - magnético – disse que havia minérios soltos em tamanha quantidade que se poderia coletá-los por cem anos sem necessitar tocar nos veios de ferro da montanha.

Ao contar o início das atividades no fim do século XVI, Vergueiro reproduziu textualmente a obra de Pedro Taques na Nobiliarchia Paulistana. Tratou de Domingos Ferreira Pereira, o qual, em 1770, obteve alvará régio para o estabelecimento de fábrica na montanha em sociedade com vários sócios, tendo João de Oliveira Figueiredo como mestre. Na tradição, a fábrica de Pereira produzia quatro arrobas de ferro por dia, o que era insuficiente para dar lucros. Por essa razão, após seis anos, teria vendido ao Capitão Victoriano José Sentena, o qual tocou a fábrica por apenas um ano por falta de alvará régio. A opinião de Vergueiro sobre isso foi a seguinte:

"Assim morreu um estabelecimento de tão extensa utilidade, que havia custado tão penosos, e reiterados esforços!... Os agricultores tomarão novamente conta da montanha, e sobre as ruínas da fábrica de ferro se levantou outra de açúcar, que também não durou muito por causa das novas ordens, que prohibirão o corte das matas".[588]

Para Vergueiro, avizinhavam melhores tempos quando descreveu as atividades de 1800. O Capitão-General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, por ordem da corte, ordenou a Candido Xavier de Almeida e ao químico João Manso Pereira que examinassem a montanha. Disse apenas que esses escolheram o Rio Ipanema para a construção da nova fábrica. Ao referir-se a Martim Francisco, afirmou que este concordava exatamente com João Manso. Em seguida, começou a falar do Capitão Frederico Luiz Guilherme Varnhagen, o qual tinha sido chamado de Figueiró dos Vinhos para reexame do local e elaboração de plano para construção da nova fábrica, o qual consistia na construção de dois fornos biscainhos assoprados por trombas d'água, para que pudessem fornecer ferro necessário à construção de dois fornos-altos, uma refinaria e outros aparelhos, a serem operados por cem escravos. Teria concordado com a construção de um açude no local onde os seus predecessores já tinham apontado e designou o distrito mineiro da

[587] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 8.
[588] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 12.

futura fábrica. Todavia, segundo Vergueiro, o Conde de Linhares não julgou suficiente o plano e contratou uma companhia de suecos.

Sobre Hedberg, disse o seguinte: "principiarei este desgraçado período transcrevendo o contracto de Hedberg firmado em Stokolmo pelo nosso Ministro, hoje Conde de Oriola, e ajustado pelo Sueco Bayer, nosso Cônsul. E assim o fez".[589] As opiniões de Vergueiro sobre o contrato foram as de que se justificavam os valores pela dificuldade de convencer pessoas do norte da Europa para virem ao Brasil, mas que os erros, sobre os quais "não pode já mais merecer desculpa", por serem lesivos e incedentes, consistiram em ter tido ilimitada confiança em Hedberg, o qual trouxe objetos inúteis, que podiam ter sido feitas no Brasil. Em seguida, resumiu a carta de 4 de dezembro de 1810. O Conde de Linhares não escapou das críticas, porque este não zelou pela elaboração do plano de orçamento de despesas para a fábrica, cuja elaboração havia determinado previamente. Entregou a Junta ao Marechal Arouche, que só figurava na lista e o Governo simplesmente aprovava tudo o que era feito.

Vergueiro fez menção à primeira sessão da Junta, de 9 de fevereiro de 1811, em que se criticou a intenção de Hedberg de fazer a escrituração em sueco. Porém, disse que a Junta teve "(...) nesta única vez, a condescendência de ceder".[590] Em sua opinião, Hedberg queria, ao escrever em sueco, esconder fatos por ele praticados, em especial, a recusa em fornecer a ocupação específica que cada mineiro teria na fábrica. Também apontou a divergência entre Hedberg e Varnhagen sobre o local em que a fábrica deveria ser construída e que, para evitar problemas, acolheram a opinião do sueco. Quanto ao local do açude, disse que Hedberg construiu no lugar que julgou ser o melhor, fundando-se na Carta Régia que lhe havia dado poderes para tanto. Afirmou que as obras desse açude consumiriam todos os recursos na opinião dos membros da Junta, mas que Hedberg o fez assim mesmo, sem tomar cuidado de fazer obras que livrassem a fábrica das inundações. Sobre a não-reunião da Junta regularmente, explicou que isso provavelmente se explicava pelo fato de "entenderem os seus membros, que não era necessário ou por verem que o seu zelo só lhes desafiava desgostos sem aproveitar à fábrica, que vião caminhar ao precipício sem lhe poderem valer".[591]

Acerca das queixas de Hedberg junto ao Príncipe sobre a conduta de Varnhagen:

---

[589] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 14.
[590] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. 2ª ed. Idem. p. 23.
[591] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos . Idem. p. 28.

"Hedberg sustentou engenhosamente seus desatinos, attribuindo todas as contestações a intrigas urdidas pelo ciúme de Varnhagen, a quem mais se esforçava a desacreditar como melhor entendedor, adiantando-se a negar-lhe conhecimentos da matéria para poder dizer, como repetia muitas vezes 'disto só eu entendo' e como conhecia perfeitamente o gênio do Conde de Linhares, soube vencê-lo com grandes promessas, prevalecendo-se do crédito, que o acompanhou da Suécia, que sabia inculcar muito bem, mostrando-se ao mesmo tempo receoso de ser perseguido, e até inquietado sobre o exercício privado de sua Religião, ainda que não haja um Povo mais tolerante que o do Brazil".[592]

Vergueiro colocou que o Conde de Linhares, em aviso de 23 de março, elogiou Hedberg e atribuiu ciúmes a cada um dos membros da Junta. Citou a Carta Régia dirigida ao Marquês de Alegrete, em que se recomendava evitar questões entre seus membros, mantendo-se a tolerância religiosa e que Varnhagen podia ir trabalhar em Minas Gerais. Elogiou o engenho das serras construído por Hedberg, a despeito da quantidade de pessoas que nele se empregava. Disse ter havido revolta dos suecos sobre o fato de Hedberg apropriar-se de parte de seus rendimentos e que essa insatisfação foi contida por meio de razões, pancadas e cárceres privados, razão pela qual um dos suecos, Hagellund, teria enforcado-se. Ao comentar os serviços dos suecos, disse que "Ultgren foi o único homem interessante da colônia, por ser hábil em seu officio e capaz de metter mão em outros".[593]

A respeito de Napion, apontou que a Carta Régia de 5 de setembro de 1812 ordenava que este inspecionasse as obras e as comparasse com o plano de 4 de fevereiro de 1811. Teceu-lhe críticas pelo fato de que este não quis contemporizar com a memória do Conde de Linhares, ao qual estava aliado, ou ainda que Napion nada sabia e deixou ser enganado por Hedberg. Enfim, Vergueiro sentenciou: "eu só direi que elle manchou vergonhosamente sua reputação, sem ignorar inteiramente o mal que fazia".[594]

Vergueiro chamou a atenção para o fato de que Hedberg veio ao Brasil para obter dinheiro para pagar suas dívidas com Prinzencold, com o Barão de Fleming (que trouxe consigo ao Brasil) e com o Cônsul Bayer, que em 1813 veio cobrá-lo pessoalmente em Ipanema. Contou ainda omo se deu o processo de demissão de Hedberg. Disse que em julho de 1814 fez-se reunião com o Marquês de Aguiar, Conde da Barca, Conde de Palma, governador eleito para São Paulo, Marquês de Alegrete, Thomaz Villanova, Barão de S. Lourenço, Manoel Jacinto Nogueira da

[592] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos . Idem. p. 28.
[593] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos . Idem. p. 32.
[594] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos . Idem. p. 36.

Gama, Barão de Eschwege e Pedro Francisco de Brito, secretário. Essa comissão teria solicitado as memórias de Napion e este teria dito que já estava clara a trama de Hedberg. Que a Junta pediu para que Hedberg expussesse por escrito os meios por que a fábrica ainda não produzia e este disse "não poder declarar-se, porque os membros da conferência não erão entendedores da materia".[595] Essa resposta teria resultado na dispensa de Hedberg em 27 de setembro de 1814.

Quando iniciou o relato sobre a diretoria de Varnhagen, colocou que "é tempo de recrear o espírito com vistas mais agradáveis: a ordem principia a apparecer. Estava reservado ao Conde de Palma fazer executar o grande, e constante projecto de S.M, e a F.L.G. Varnhagen ser o executor delle".[596] Registrou a ida do Conde de Palma á fábrica em 1815 para exigir informações sobre o estado da fábrica, a quantidade de ferro produzida, se a fábrica estava sujeita a inundações e o estado da contabilidade da fábrica. Destacou apenas que o Guarda-livros pagador Antonio Joaquim Xavier da Costa havia sido despedido em 4 de setembro de 1813 e que fora substituído por Antonio Joaquim de Lemos. Afirmou que a Junta, acostumada a ver morosidade, confusão e imperfeição das obras no tempo de Hedberg, elogiou Varnhagen por sua incansável atividade e boa ordem, além de não gastar muito nas construções que empreendeu. Disse ainda que Hultgren foi mantido na fábrica por causa da indisposição dos subordinados com Varnhagen e que os elogios feitos ao sueco eram exagerados, porque o ferro por ele fabricado era péssimo e pequena a produtividade da fábrica.

Sobre a fundição de 1818, deu pouca ênfase. Afirmou que Varnhagen fez a fundição sem os mestres alemães que solicitara, mas, mesmo assim, fez funcionar adequadamente os fornos-altos. Com passar do tempo, foi aprimorando os serviços e tornando a fábrica interessante para os vizinhos, que passaram a solicitar encomendas de produtos. Deu notícia da chegada dos mestres alemães e transcreveu o contrato deles, para que o leitor pudesse compará-lo com aquele celebrado com Hedberg. Afirmou que, em junho de 1821, o armazém da fábrica estava cheio de excelentes obras de ferro sem terem sido vendidas, porque a companhia alemã que finalmente chegara, tinha fabricado produtos ruins, pesados e quebradiços, prejudicando a imagem da fábrica. Afirmou que o estabelecimento tinha grande capacidade, por ter matas para carvão, mineral disponível na superfície do terreno. Porém, demoraria a florescer por não ser incentivado de forma enérgica nem por serem tomadas as medidas necessárias para tanto.

[595] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos . Idem. p. 41.
[596] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos . Idem. p. 48.

Essa memória é terminada com um texto intitulado "Reflexões", em que Vergueiro analisou a importância de uma fábrica de ferro no Reino, motivo pelo qual o Estado deveria investir e apoiar em sua manutenção, ao contrário das malogradas tentativas ocorridas em Tomar e Figueiró dos Vinhos, assim como deveria se preocupar com a assimilação da tecnologia siderúrgica, pois várias companhias de estrangeiros foram contratadas, mas o legado delas era ínfimo. Também apontou a necessidade de investimentos em transportes por meio de boas estradass, para que a fábrica fosse competitiva. Por fim, resumiu os quatro pontos que deveriam ser atacados pelo Governo: "1. Evitando a emigração; 2. Augmentando a lista dos nascidos; 3. Diminuindo a dos mortos; 4. Atrahindo, ou importando colonos".[597]

Joaquim Felício dos Santos, autor das Memórias do Distrito Diamantino, escreveu sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema. Formado em direito em São Paulo em 1850, exerceu a docência no Ateneu São Vicente de Paulo e também no Seminário Episcopal, ambos de propriedade de seu irmão. Foi jornalista de O Jequitinhonha, que abrigava republicanos mineiros. Nesse periódico, escreveu uma série de narrativas sobre a história de Diamantina, as quais foram posteriormente publicadas na Folha Fluminense e editadas em forma de livro em 1868 sob o título Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio (Província de Minas Gerais). Elegeu-se deputado em 1863. Após tentativas, conseguiu vaga no senado em 1890. É até hoje muito conhecido no cenário jurídico brasileiro por ter elaborado um dos Projetos de Código Civil brasileiro, elaborado inicialmente em 1881 – isto é, ainda no período monárquico, do qual era opositor – e reapresentado em 1891. Todavia, não se converteu em lei porque se adotou o projeto de Clóvis Beviláqua. [598]

Nas Memórias do Distrito Diamantino, dedicou poucas, porém relevantes linhas sobre o ferro no Brasil no capítulo XXVIII, em que tratou de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar de Sá, ou "Intendente Câmara". Este era homem de contradições e incoerências, por ser ora déspota, arrogante, altivo, orgulhoso, enfatuado, colérico, vingativo, desumano e em outras horas, urbano, amável, popular, humano, paciente, caridoso, indulgente. Disse que havia pessoas desgostosas com suas arbitrariedades, embora fosse homem de ação e que dava preferência aos brasileiros nas atribuições dos cargos públicos.

---

[597] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos . Idem. p. 78.

[598] NEVES, José Teixeira. "A vida e a obra de Joaquim Felício dos Santos". In: Joaquim Felício dos Santos. Memórias do Distrito Diamantino. 5ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978, p. 286-287-288-293-294-297-298

No Capítulo XXVIII, tratou do ferro em Minas, citando as Memórias sobre a Capitania de Minas, de José Vieira Couto, de 1799, em que falou da importância e utilidade do ferro e a indagação do porquê de não se ter até o momento explorado essa riqueza natural no Brasil, em vez de adquiri-lo do norte. E que o ferro e o aço poderiam reerguer a mineração brasileira e que se deveriam logo estabelecer no Brasil fundições desse metal.[599]

Apontou a existência da carta régia de 10 de outubro de 1808 pela qual se dotavam recursos para a construção de uma fábrica de ferro na comarca de Serro Frio a ser construída por Câmara. O local escolhido por ele fora o Morro do Gaspar Soares ou do Pilar, pela quantidade de ferro nele existente:

"Câmara, empreendedor de vontade firme, ativo, inteligente, dotado de profundos conhecimentos teóricos e práticos na metalurgia e mais que tudo patriota animado de um ardente desejo de promover o engrandecimento e prosperidade de seu país, quando chegou a Tijuco, como Intendente dos Diamantes, entusiasmado com justa razão pelas grandes vantagens, que vira se colherem na Europa do sistema das máquinas e fábricas, foi seu mais firme propósito aplicá-las em sua pátria. (...) Gozando de inteira confiança da Coroa, foi encarregado da direção da primeira fábrica de ferro que o Governo mandou estabelecer no Brasil".[600]

Relatou que a construção dessa fábrica teria sido iniciada em 5 de abril de 1809. Porém, disse ter optado não descrever as "muitas dificuldades com que teve de lugar, como era natural, para construir uma fábrica em um lugar quase inteiramente baldo de recursos, como o Gaspar Soares, insignificante e miserável povoação já em decadência naquele tempo, e a que ia ele dar vida com o seu estabelecimento de ferro".[601]

Segundo Felício dos Santos, Câmara quis construir um só forno-alto pelo sistema alemão. Todavia, por falta d'água, optou por três fornos baixos segundo o modelo catalão, o que não teria dado certo também pelo mesmo problema. Mas teria vencido essas dificuldades e desfeito "as intrigas de inimigos e rivais, que o procuravam desconceituar perante o Príncipe, apresentando-o como um visionário de exaltada imaginação e projetos loucos".[602]

---

[599] SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino.** 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes e Instituto Nacional do Livro, 1978.
[600] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 292.
[601] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 293.
[602] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 293

Criticou Varnhagen por ter "bastante excesso de amor filial, esforçando-se por deprimir os trabalhos de Câmara para fazer sobressair o mérito do fundador da do Ipanema".[603] Quando o autor da "História Geral do Brazil" disse que o forno-alto de Câmara não funcionou, atribuindo o ferro ali fundido de massuca retirada a custo com alavancas, convertida posteriormente em barras apenas para escusar-se dos excessivos gastos feitos sem proveito real, Felício dos Santos indignou-se, dizendo que a intenção de Varnhagen era realçar o nome do pai dele como o primeiro fundidor de ferro no Brasil e que era pouco generoso em dizer que uma barra de cento e setenta e cinco arrobas era uma massuca. Reprovou o fato de Varnhagen ter usado um folheto intitulado "Proclamação ou Aviso ao Povo do Tijuco", no qual se apontavam os excessivos gastos com a fábrica sem nenhum ferro produzido, porque esse folheto teria sido escrito por José Vieira Couto, inimigo de Câmara, para ridicularizá-lo em 1821.

Transcrevendo documentos "à imitação de Varnhagen, que não perde ocasião de transcrever documentos honrosos ao diretor de Ipanema",[604] Felício dos Santos transcreveu carta do Marquês de Aguiar, de 8 de outubro de 1814, pelo qual se reconhecia as dificuldades de construção da fábrica por falta de oficiais práticos e artífices peritos, dificuldades estas existentes em "todas e quaisquer empresas de semelhante natureza".[605] Criticou o trecho em que Varnhagen falou da confecção de medalha comemorativa da fundação de Ipanema, da celebração da fundição das três cruzes em 1º de novembro de 1818 e da nota de rodapé em que ele rechaçava a colocação dos nomes de Câmara e Eschwege na referida cruz por não terem nada a ver com Ipanema. Isso porque:

"Também nós não queremos disputar os méritos do oficial Varnhagen, sobre que muito poderíamos dizer, se a questão aqui fosse pessoal; contestamos, porém, que ele tenha sido o primeiro fundidor de ferro no Brasil, e reivindicamos essa glória para o nosso patrício Câmara, que a ela tem melhores títulos, apesar de ter executado a sua obra em ponto menor, e não dispor dos grandes recursos, que foram postos à disposição do diretor do Ipanema. Por carta régia de 10 de outubro de 1808 foi Câmara encarregado de construir uma fábrica de ferro na Comarca de Serro Frio, onde mais conveniente fosse. As instruções, que teve o oficial Varnhagen para ir examinar o Morro do Ipanema, e comunicar as vantagens que se poderiam colher da exploração de suas minas de ferro, são datadas de 21 de fevereiro de 1810".[606]

[603] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 294.
[604] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 296.
[605] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem. Ibidem.
[606] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 298.

“Confrontando estas datas, as dificuldades e resultados das duas empresas, uma no Ipanema, para a qual se abriram com liberalidade os cofres públicos, e outra no Pilar, longe da Corte e sempre guerreada até pela Junta da Capitania, que parecia de propósito cercear-lhe os meios de prosperar, pela única razão de Câmara ser brasileiro, decidirá o leitor quem mais merecia um título, medalha, pirâmide, estátua ou outra qualquer recompensa: Câmara, ou Varnhagen?”. [607]

Felício dos Santos reconheceu que a fábrica deu prejuízos à Fazenda Real, principalmente depois que Câmara deixou de ser o seu diretor, mas que sua iniciativa foi positiva ao país, pois outras fábricas, no modelo sueco, foram construídas em seu exemplo. A causa do insucesso seria – para Felício dos Santos – a “falta de trabalhadores e oficiais peritos e diligentes, que demais nunca eram pagos com pontualidade”.[608] Afirmou que a fábrica funcionou por mais dez anos, exatamente durante o prazo de duração dos contratos celebrados com alemães em Berlim em 10 de maio de 1820, com o mestre Hermano Utsch e seu filho João Henrique Utsch e que ambos não possuíam conhecimentos metalúrgicos, nem entendiam de fundição em fornos altos, sendo que os demais operários alemães contratados foram para Ipanema. A fábrica teria sido encerrada em 1831 por ordem do governo, com a arrecadação de seus bens e venda em hasta pública.

Leandro Dupré,[609] engenheiro da Fábrica de Ferro de Ipanema na Gestão Mursa, escreveu a “Memória sobre a Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema”, publicada no volume 4 dos Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto em 1885.[610] Esse texto é dividido em várias partes, em que se mesclam aspectos históricos e técnicos. Seu texto não traz qualquer referência às obras ou documentos que consultou para a preparação de sua narrativa.

Iniciou sua memória, fazendo menção às jazidas de ferro do morro Araçoiaba, descobertas por “Affonso de Sardinha” em 1590. Definiu-o como homem de grande energia e gênio empreendedor e que “as dificuldades que certamente surgirão a um modesto industrial em tal epocha e tão remotas paragens, tiverão como consequencia o abandono de taes trabalhos e até o esquecimento de quem os iniciou”.[611] Mencionou Luiz Lopes de Carvalho como redescobridor do local em 1681, entregando a mina à Câmara de Sorocaba e deixando a ordem de não-exploração

[607] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 298.
[608] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem.p. 299.
[609] Leandro Dupré foi engenheiro formado na Escola de Minas de Ouro Preto. Trabalhou na Fábrica de Ferro de Ipanema como auxiliar direto do diretor Mursa. Casou-se com a escritora Maria José Dupré (que assinava alguns de seus trabalhos como Sra. Leandro Dupré).
[610] DUPRE, Leandro. “Memória sobre a Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema”. Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto. n. 4. 1885. p.37-38-39-40-68.
[611] DUPRE, Leandro. Idem. p. 37.

sob pena de morte. Sem fazer qualquer referência a Domingos Ferreira Pereira, avançou sua narrativa para 1810, afirmando que o governo mandara construir duas fábricas, uma em São Paulo, outra em Minas Gerais e mandara trazer uma colônia de mineiros e fundidores da Suécia.

Sobre Hedberg, disse que chegou ao Brasil na companhia de quatorze operários e a do Barão de Flemming, sobre cuja presença não sabia o motivo e que o intérprete do grupo seria Varnhagen. De acordo com Dupré, Hedberg construiu quatro fornos denominados Stückoffen de 2 metros de altura. A demarcação da zona florestal, a qual fornecia o combustível, necessitou a desapropriação dos agricultores do local. Mencionou as lutas e intrigas no início do estabelecimento, colocando que Hedberg e seus operários tiveram ameaçados o culto de sua religião, tal como havia mencionado ao Conde de Linhares. Por isso, o governo mandou dar todos os cuidados aos suecos. Sem se referir à partida de Hedberg, informou que Varnhagen fora nomeado diretor e o governo havia indenizado os acionistas particulares da fábrica. Os dois fornos-altos e as forjas de refino foram construídas graças ao auxílio de Eschwege e em 1º de novembro de 1818 se fundiu o ferro no forno alto, tendo o sueco Lourenço Hultgren como mestre dos trabalhos. Ainda sobre Varnhagen, disse que este partiu para Portugal por estar desgostoso com os acontecimentos de 1822. Fez juízo positivo deste, ao afirmar que ele havia concorrido para a prosperidade do estabelecimento.

Apenas mencionou o nome de Rufino José Felizardo, que permaneceu como diretor até seu falecimento em 1824 e que em seu lugar permaneceu Antonio Xavier Ferreira, cujo cargo de diretor ocupou até 1834. Neste ano, a Regência nomeara João Florêncio Perea e João Bloem. Este último exerceu a direção com grande sucesso até 1842, quando foi preso por envolver-se na revolução organizada por Tobias de Aguiar. Apenas declinou os nomes dos administradores subsequentes,[612] qualificados de oficiais distintíssimos. No entanto, sustentou que, desde a saída de Varnhagen, "a Fábrica foi sempre em notável decadência pela incompetência de seus administradores, homens completamente alheios à matéria".[613]

Disse que foi dissolvida em 1860 por ordem do Governo. O material e pessoal foram remetidos para o Mato Grosso, onde deveria se erguer nova fábrica, sob direção do Eng. Rodolpho Wanheldt. Todavia, segundo Dupré, esse estabelecimento não foi erguido,

[612] "Seguirão-se várias administrações feitas por officiaes distinctissimos como fossem: o Coronel Antonio Manoel de Mello, o Barão de Itapicuru-Mirim, o major Dr. Joaquim José de Oliveira, o Gen. Ricardo José Gomes Jardim, o Conselheiro Dr. Francisco Antonio Raposo depois Barão de Curuaru e major João Pedro de Lima da Fonseca Gutierres, único que ainda vive na cidade de Sorocaba, onde reside".
[613] DUPRE, Leandro. Idem. p. 39.

“extraviando-se todo o material e collecções de mineraes do museu que havia na Fabrica. Ignora-se até hoje o destino que tiverão taes objectos”.[614]

Para ele, a Fábrica começou a ser reconstruída durante a Guerra do Paraguai sob direção de Joaquim de Souza Mursa e que desse período é que houve “prosperidade de tão importante estabelecimento metallurgico da América do Sul”.[615] Explicou que o Governo havia autorizado a demarcação de terrenos e sua desapropriação para fornecimento de carvão e em 1873 incumbiu Mursa de ir à Europa comprar equipamentos e contratar pessoas habilitadas na fundição com carvão vegetal. Em 1878 o Governo ordenou a construção de dois fornos altos e uma nova oficina de refino e acierias de Bessemer.

Dupré foi o primeiro a relatar a composição do ferro e da cal de Ipanema, ao reproduzir as análises feitas por professores da Escola Politécnica de Dresda. Explicou que a extração do ferro era feita com picaretas e o processo de ustulação do ferro, necessário para tirar a umidade do metal e torná-lo mais poroso para ser refinado no forno. Também relatou as minas de cal, as quais seriam de ótima qualidade e que ficavam a 2 quilômetros da fábrica.

Descreveu o transporte à época, feito em um tramway de 4,2 quilômetros de extensão, o qual contava com dois vagões puxados em parte por animais e em outra parte pela ação da gravidade. Segundo Dupré, essa ferrovia foi útil à Fábrica, pois fez reduzir o custo com transporte interno, que sobrecarregava o preço dos produtos. Já o transporte de carvão ainda continuava sendo feito por moradores locais por meio de carroças. Quanto às matas, disse que sua reprodução dava-se naturalmente pelos troncos das árvores cortadas, sendo que o tempo médio para o reflorestamento era de vinte anos.

Em relação à mão-de-obra, disse que havia italianos e brasileiros. Para Dupré, os italianos prestavam bons serviços à Fábrica e pesava-lhe dizer que os brasileiros tinham pouca predileção por esse serviço. Também apontou que a energia da fábrica vinha do rio Ipanema, o qual formava um açude. Colocou o problema que havia, de abundância de águas na estação chuvosa e falta d’água na estação seca, o que prejudicava o funcionamento da roda e, consequentemente, do forno alto.

Sobre os fornos-altos, disse que foram construídos por Varnhagen em 1818. Estes sofreram modificações internas em 1865. Segundo Dupré, “as causas que concorrião para a

[614] DUPRE, Leandro. Idem. p. 39.
[615] DUPRE, Leandro. Idem. Ibidem.

pequena producção do forno, também são fáceis de assignalar. Em primeiro lugar era devido á pequena quantidade de vento lançada no forno pela machina soffladora imperfeita e de madeira que usavão. Em segundo lugar, pela pequena altura, tratando um minério de reducção difícil, como é o ferro oxydulado magnético".[616] Disse que faltava nos fornos uma peça chamada "buxo", a qual era a principal responsável pelo funcionamento do forno por ser o armazenador de calor no forno. Informou que, quando um forno alto funcionava, o outro ficava em reparação e secamento. Segundo esse mesmo autor:

> "As condições de trabalho dos fornos são muito desvantajosas, devido ao lugar extraordinariamente humido em que elles forão construídos. O vento soprado é frio e saturado de humidade. Para se poder sustentar a marcha do ferro cinzento, é preciso trabalhar-se com sobrecarga de carvão; d'ahi vem o consumo um pouco forte que ainda hoje se faz, comquanto já elle seja metade do que era antes de 1865, apezar de ser permanente a principal causa perturbadora".[617]

O novo forno alto fora construído em 1878 e não estava em funcionamento por falta de uma máquina sufladora. Em sua época, no período diurno a Fábrica de Ferro produzia peças moldadas e á noite, linguotes de gusa para refino ou para remssa ao Arsenal da Marinha da Corte e oficinas da Estrada de Ferro D. Pedro II. Dupré informou que, segundo o Eng. Carlos Niemeyer, as rodas fabricadas para essa estrada de ferro seriam de qualidade superior às importadas. Havia ainda um laminador de ferro anteriormente pertencente à Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Por fim, relatou que a fábrica tinha duas escolas onde se ministrava ensino primário aos filhos dos funcionários e que alunos da Escola de Minas vinham visitar a Fábrica de Ferro. Dupré estava esperançoso com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, a qual atravessaria a Fábrica, permitindo sua ligação com a Província do Mato Grosso, ampliando o acesso a esse centro consumidor.

3.4. Memória Coletiva

Os relatos seguintes, elaborados ao longo do século XX, caracterizam-se pela consolidação das informações sustentadas até o fim do século XIX acerca de Ipanema, a partir

[616] DUPRÉ, Leandro. Idem. p. 49.
[617] DUPRÉ, Leandro. Idem. p.55.

dos relatos acima parafraseados. A finalidade dos mesmos está em investigar as causas do malogro da siderurgia brasileira até a década de 1970.

O principal desses relatos é o de João Pandiá Calógeras.[618] Sua obra "As minas do Brasil e sua legislação" é o resultado de um relatório que elaborou para a Comissão Especial das Minas, da Câmara dos Deputados e que o tornou famoso nacioalmente. Inicialmente publicada em 1905, foi republicada em 1938. Tratou de diversos metais, entre eles o ferro.[619] Essa parte, no entanto, foi publicada em 1904 no volume IX da Revista do IHGSP. Ao contrário de Leandro Dupré, Calógeras indicou as fontes que usou para a elaboração de seu relatório.

Para esse autor, o atraso na siderurgia brasileira deveu-se ao sistema de colonização adotado por Portugal e implantado no Brasil, razão pela qual esse assunto não poderia ser estudado como fenômeno avulso, sob pena de tornar-se incompreensível a não-exploração das jazidas de ferro até aquela época. Com base em Pedro Taques,[620] ele apontou que Anchieta teria encontrado ferro em São Paulo em 1554. Usando a obra *Pluto Brasiliensis*, de Eschwege, recordou que este afirmara que a primeira atividade de exploração do ferro foi realizada em Santo Amaro, à margem do Rio Pinheiros, por Afonso Sardinha, que morava em um sítio chamado Ubatá. Apoiando-se em Pedro Taques e Marcelino Pereira Cleto, sustentou que essa informação estava errada, porque este teria se enganado quanto à fábrica, pois a que ele viu ficava no Rio Jurubatuba, enquanto a de Afonso Sardinha ficava no sitio Borapoeira, do outro lado desse rio. Apontou certa inconsistência da biografia de Sardinha, pois teria sido vereador com 25 anos e elaborado testamento em 1610, com oitenta anos. Além disso, seria estranho Afonso Sardinha ter construído a fábrica, pois a escritura de 26 de fevereiro de 1609 em notas do tabelião Simão Borges de Cerqueira, registrou o contrato de sociedade entre D. Francisco, o provedor da fazenda Diogo de Quadros e o cunhado deste, Francisco Lopes Pinto.

---

[618] Nascido no Rio de Janeiro em 1870, formou-se em 1890 pela Escola de Minas de Ouro Preto. Foi deputado federal em duas oportunidades. Em 1914, foi Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. No ano seguinte, foi Ministro da Fazenda. Foi chefe da Delegação Brasileira na Conferência da Paz de Versalhes. Foi Ministro da Guerra e sob sua gestão enfrentou o levante tenentista de 1922, por ele ter decretado a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Apoiou Getúlio Vargas na campanha de 1930. Trabalhou para o governo nos primeiros anos da Era Vargas e elegeu-se novamente deputado em 1934. Faleceu em Petrópolis em 1938. **Biografia de Pandiá Calógeras.** Disponível em:
< http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras >. Acesso em: 20.jun.2012

[619] CALÓGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação. Vol. 2.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 5-8- 9-10-13-14-19-24-25-26-27-31-32-33-35-36-42-44-45-47-55-58-62-63-64-79-80-81-106-107-113-114.

[620] Citou a "História da Capitania de S. Vicente", publicada na Revista do IHGB de 1847.

Calógeras destacou o fato de que corriam na corte as notícias dadas por Gabriel Soares de Sousa sobre a existência de grandes minas de prata na Bahia e em São Vicente, tal como a frase contida no livro de Rocha Pitta segundo a qual haveria mais prata no Brasil do que Bilbao dava ferro em Biscaia. Ele também acreditava que a data correta sobre as explorações na região de Sorocaba era mesmo em 1597, ao apontar coincidência entre os relatos de Pedro Taques e Vergueiro. Essa descoberta teria sido mesmo feita por Afonso Sardinha, porque havia documentos que comprovavam os engenhos terem sido construídos a sua custa. Calógeras analisou de quem Afonso Sardinha poderia ter obtido conhecimento técnico para mineração de ferro, a despeito de não ser minerador. Duas foram as hipóteses levantadas por ele: ou teria aprendido no norte de Portugal, ou teria vindo com os corsários algum fundidor francês ou espanhol. Na opinião de Calógeras funcionou mais a fábrica de Jurubatuba do que a de Biraçoiaba, porque aquela tinha acesso mais fácil pelo rio, enquanto a outra levava muitos dias para chegar lá. Inclusive Sorocaba foi fundada somente em 1670, tamanha a dificuldade de chegar-se àquele local.

Essa opinião Calógeras fundou-a na constatação de que até 1680 havia esperança de encontrar-se prata, com a expedição de Frei Pedro de Sousa para analisar as rochas de Ipanema. Apontou que Taques havia dito que Luiz Lopes de Carvalho, capitão-mor de Itanhaém, teria lembrado o Rei sobre a conveniência de investigar o valor da região de Biraçoiaba, enquanto Vergueiro afirmara que Carvalho seria o descobridor delas, dando-as posteriormente à vila de Sorocaba. Para Calógeras, seria mais procedente a afirmação de Taques. Registrou a existência de Carta Régia de 25 de maio pela qual se autorizava o alcaide-mor Jacintho Moreira Cabral, Martim Garcia Lumbria e Manoel Fernandes de Abreu a levantarem uma fabrica de ferro em Araçoiaba, embora não se tivessem provas de que se a construiu.

Segundo Calógeras, nada se havia feito em relação ao ferro, porque o interesse principal era a procura de ouro. Apenas em 1765 é que se teriam retomado as experiências para a fabricação de ferro em Biraçoiaba, equivocadamente apontado por Vergueiro como 1770. Isso porque o Brasil teria adquirido considerável importância para a economia do Reino, confirmando-se as "visões propheticas dos escriptores antigos quando escreviam aos reis portuguezes ser a nova terra capaz de nella fundar-se um grande Império".[621] Domingos Ferreira Pereira teve o privilégio para minerar ferro, chumbo e estanho pela Carta Régia de 28 de

[621] CALÓGERAS, João Pandiá. Idem. p. 33.

fevereiro de 1765.[622] Também afirmou que Luis Diogo Lobo da Silva teria tido notícias de que em Sorocaba se poderiam fabricar armamentos. O Morgado de Mateus teria relatado a existência de uma pequena forja para experiências e que os concessionários, assim como os fundidores, alegavam dificuldades para justificar seus fracassos. Talvez a dificuldade estava no fato de que os mineiros eram acostumados com o minério puro de Biscaia. Afirmou desconhecer detalhes da vinda dos mestres biscainhos solicitados por Morgado de Mateus. Disse que, de acordo com as investigações de Eschwege em 1811, havia um antigo fundidor dessa usina e um negro hábil metalurgista desde 1769. Ter-se-ia usado tecnologia africana, o que também ocorria em Minas Gerais. Na época, atribuía-se o fracasso da fábrica à falta de combustível especial. Quanto à produção, Calógeras afirmou que Vergueiro havia dito que a fábrica chegou a produzir quatro arrobas por dia, havendo nesse particular contradição com Eschwege. Mereceria mais crédito a afirmação de Eschwege, por ter sido obtida por testemunho, à afirmação de Vergueiro, colhida da tradição. Sobre o fim da fábrica, Calógeras concorda com Taques, Eschwege e Vergueiro que deve ter ocorrido entre 1776 e 1777.

Devido às dificuldades em incentivar a fabricação de ferro, teriam consultado o naturalista Dr. José Vieira Couto, antigo lente de Coimbra e homem de confiança do Conde de Linhares, o qual elaborou a "Memória sobre a Capitania de Minas Geraes, seu território, clima, e producções mettalicas: sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brazil; sobre o commercio e exportação dos metaes e interesses régios. Com um appendice sobre os diamantes e nitro natural". Para Calógeras, esse trabalho serviu de norma para toda a história administrativa da siderurgia no Brasil. Apontou que o conde de Linhares rejeitou o projeto de Varnhagen por seguir as ideias de José Vieira Couto.

Fez menção à Carta Régia de 19 de agosto de 1799 dirigida a Bernardo José de Lorena, pela qual se ordenou a instalação de fábrica de ferro onde o metalúrgico João Manso Pereira julgasse mais conveniente, às expensas da Fazenda Real, sendo que o ferro produzido deveria ser vendido com margem de 10% do seu preço de custo. Também registrou o Alvará de 24 de abril de 1801, em que se ordenou estabelecer uma fabrica de ferro em Sorocaba, e o de 13 de maio de 1803, criando a Real Junta Administrativa de Mineração e Moedagem, pelo qual se trataria, entre outras coisas, de prover ao estabelecimento de escolas mineralógicas similares às europeias.

[622] Calógeras usou Pedro Taques para fazer essa afirmação.

Calógeras afirmou que João Manso Pereira teria ido a Ipanema na companhia de Martim Francisco Ribeiro de Andrada em 1801 e que ambos teriam fracassado nos experimentos de ferro feitos ali, tendo que sair correndo dos convidados para assistir à fundição, conforme afirmação de Eschwege. Calógeras, contudo, não concordava, pois não acreditava que alguém experiente, como Martim Francisco, o qual inclusive esteve na Fábrica de Ferro de Figueiró dos Vinhos, não cometeria erro grosseiro. Criticou o entusiasmo de Felício dos Santos, que fazia correr a fama imerecida do Intendente Câmara, pois:

"[Câmara] Homem realmente notável por muitos títulos, elle não pode reivindicar para sua glorificação o que fez no morro de Gaspar Soares, a não ser que se considerem suas boas intenções como equivalentes ou mesmo superiores aos despropósitos que alli foram praticados. É somente a ignorância dos críticos de banquete, redactores das Festas no Tijuco, e o fervor louvaminheiro dos patrioteiros a todo transe, puderam mascarar o que effetivamente foi aquella usina: um completo desastre em todas as suas phases".[623]

Quanto a Eschwege:

"Ao principal informante sobre este capítulo de nossa história industrial, o barão de Eschwege, não pode de certo ser dado crédito absoluto. O vezo inveterado deste escriptor em detractar homens do Brasil, com aquella arrogância irritante do official alemão, que esmaga sob seu desprezo as vagas individualidades que o cercam, e a hostilidade constante de que deo provas para com o intendente Câmara, tornam suspeito seu testimunho, ou pelo menos impedem se lhe aceitem todas as informações".[624]

Ao analisar Ipanema, que, em sua opinião teria sido o padrão da siderurgia oficial, "continuaram a imperar a rotina e os velhos processos de indiferença em matéria de serviço público, e o progresso se traduzia pela retrogradação".[625] Em relação à escrituração da Fábrica de Ferro, disse que era errada, pois, ainda que não houvesse provas do dolo em sua elaboração, ela indicava falsos lucros e atenuação de déficits.

Observou que se podiam escolher fundidores de três nacionalidades para serem contratados e trazidos ao Brasil: suecos, alemães e biscainhos. Porém, esses duas nações estavam em luta permanente com os povos ibéricos. Sobre a contratação de Hedberg, esclareceu que o ministro Joaquim Lobo da Silveira nada entendia do assunto e, por isso, acabou delegando a

[623] CALÓGERAS, João Pandiá. Idem. p. 69.
[624] CALÓGERAS, João Pandiá. Idem. p. 69.
[625] CALÓGERAS, João Pandiá. Idem. p. 114

tarefa ao cônsul Bayer, que seria um prevaricador quase confesso, porque viu na contratação de Hedberg uma forma de reaver seu crédito para com ele. Esse fato, para Calógeras, era uma verdadeira comédia, pois se havia contratado um serralheiro e escriturário de minas, o qual se tornara tempos depois arrendatário da mina real de Adelfors. Por ser pródigo e tecnicamente incompetente, contraiu grandes dívidas, inclusive com o cônsul Bayer. Calógeras reproduziu a ideia de que eram pseudo-mineiros, pois um era criado de quarto na Suécia e em Ipanema era serrador; outro era sapateiro, o terceiro era bico de cozinha, dois eram carpinteiros, aprendizes de pedreiro e serralheiro, além de escrivães públicos, soldados reformados e quejandos. Apenas um era bom serralheiro e o verdadeiro construtor de foles morreu ao chegar a Ipanema. De acordo com Calógeras, o próprio Bayer espalhou a má fama de Hedberg quando veio ao Brasil em 1813 cobrar a sua dívida e Hedberg não repassava aos operários suecos o que lhes era de direito. De acordo com Calógeras, "não teria grande valor prático essa desonestidade, si Hedberg fosse profissional hábil e tivesse installado uma fabrica regular. Mas, como vimos, o pessoal trazido importava uma verdadeira collecção de nullidades".[626]

Sobre os demais diretores da Fábrica de Ferro de Ipanema, Calógeras reproduziu o que foi escrito por Leandro Dupré. Não mencionou, no entanto, as informações sobre a gestão do Coronel Mursa, que constavam nessa fonte consultada. Quanto ao encerramento definitivo da Fábrica de Ferro, disse que:

> "Então, o Congresso Nacional, ouvindo o parecer do senador Ramiro Barcellos, que alludio aos trabalhos do obscuro autor deste parecer, resolveo mandar fechar a usina em fins de 1895, dando razão à ultima palavra dita sobre este assumpto pelo illustre metallurgista F. Gautier: "Ypanema est généralement mal connu au Brésil; il ne vit que de la légende officiele et n'est susceptible d'aucun développelment sérieux".[627]

Assim, para Calógeras, a vinda de D. João VI deu início a uma nova política econômica, a qual animou a indústria siderúrgica no Brasil, pois queria fundar e fundou. Em sua opinião, essa indústria viveu até 1870 tão-somente do "impulso adquirido sob a poderosa e intelligente acção de D. João VI e de seus ministros",[628] a despeito do desconhecimento sobre a composição dos minérios da região, já que só em 1891 se descobriu por meio da análise da Escola de Minas de

[626] CALÓGERAS, João Pandiá. Idem. p. 80.
[627] CALÓGERAS, João Pandiá. Idem. p. 107.
[628] CALÓGERAS, João Pandiá. Idem. p. 114.

Ouro Preto, a existência de titânio, o que tornava muito difícil a sua fundição pelos processos ali usados.

A partir de 1950, os relatos sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema voltaram a ser escritos no Brasil. João Lourenço Rodrigues escreveu os "Apontamentos para a História da Fábrica de Ferro do Ipanema" em 1953, publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Esse texto foi escrito a partir da leitura da documentação existente naquele órgão, sem, contudo, apontar a que documentos se referia.

Merece destaque o de Francisco de Assis Barbosa, [629] que escreveu o discurso intitulado "D. João VI e a Siderurgia no Brasil", o qual foi uma conferência realizada no IHGB em 7 de outubro de 1958 pela comemoração do sesquicentenário da chegada da Família Real no Brasil. Esse discurso foi publicado no v. 241 da Revista deste Instituto e também pela Biblioteca do Exército no mesmo ano.

A obra publicada traz duas frases em seu início. A primeira, de Calógeras, em que destacou que a vinda de D. João VI "deu início a uma política econômica nova, francamente animadora da indústria siderúrgica que ele queria fundar e fundou" e a outra, de Juscelino Kubitschek, segundo o qual "chegou a hora de insistir por toda a parte que já não é possível termos apenas no café a base da nossa economia". Essas duas frases indicam a intenção do autor, de demonstrar a espécie de sabotagem praticada contra a indústria siderúrgica no Brasil. Tanto que, no prólogo intitulado "Duas palavras", Barbosa disse que a D. João VI coube a glória da fundação da siderurgia no Brasil, mas que isso foi "arrefecido por outras forças contrárias, de ordem econômica, das quais a mais poderosa e invencível foi o sucesso do café como bem de

[629] Francisco de Assis Barbosa, nascido em Guaratinguetá, em 21 de janeiro de 1914, foi jornalista, biógrafo e historiador. Trabalhou em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. No Governo, trabalhou com Sérgio Buarque de Hollanda na Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro. Foi redator da Enciclopédia Britannica e coordenador da seção de História do Brasil da Enciclopédi Barsa; coeditor da Enciclopédia Mirador e diretor da Revista do IHGB. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Escritores. Exerceu a advocacia pública e foi vice-presidente da Fundação Padre Anchieta em 1975. Foi assessor documental da Presidência da República no Governo Juscelino Kubitscheck e foi contratado para a reorganização do sistema arquivístico do Estado de São Paulo. Foi diretor da Faculdade Nacional de Filosofia e professor visitante no exterior. Ocupou a Cadeira n°. 13 da Academia Brasileira de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de dezembro de 1991.
Francisco de Assis Barbosa.
Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=549&sid=176> . Acesso em: 20.jun.2012

exportação. (...) [porque] a verdade é que a República manteve inalterado o binômio imperial monocultura-latifúndio, agravado pela má compreensão do federalismo".[630]

Colocou que o café comandava a vida do Brasil e que a política era pensada em termos regionais, tudo estruturado pela má aplicação do federalismo. Políticos de ideias, como Ruy Barbosa, Alberto Torres e Calógeras, eram deixados de lado. Por essa razão, havia o mito do café como riqueza nacional e que carvão, aço e petróleo ficavam em segundo plano. Somente a Segunda Guerra Mundial fez ser possível a construção da usina de Volta Redonda.

O autor externou seu inconformismo com o fato de a Tchecoslováquia, cuja extensão territorial era equivalente a do Estado do Espírito Santo, produzir o dobro do aço produzido pelo Brasil. Por tudo isso é que Kubitscheck defendia a libertação da tirania do café. O autor defendia a reforma agrária para acabar com essa situação.

Ao narrar os fatos,[631] Barbosa usou Calógeras para sustentar que Afonso Sardinha teria sido o introdutor da arte de produzir o ferro e o criticou por confundir pai com filho, já que ambos tinham o mesmo nome. Porém, Barbosa levantou a discussão se ele era português minhoto (Sardinha) ou galego (Sardiña), berço das ferrarias bascas. Mas colocou que Anchieta já havia relatado a fabricação do ferro, citando suas cartas e Jaime Cortesão, na sua monografia sobre a fundação de Piratininga, havia apontado que havia grande produção de ferro aqui. Barbosa, por sua vez, colocou que o primeiro engenho foi construído no morro de Araçoiaba por Afonso Sardinha e que nesse mesmo ano se construiu o segundo engenho no sítio de Ibirapuera, com fundamento na obra Caminhos e Fronteiras, de Sérgio Buarque.

Disse que tanto Calógeras quanto Sérgio Buarque concordavam que os fornos de Sardinha eram catalães, pela descrição que fez dos mesmos. Falou da Carta Régia de 5 de maio de 1682, em que se autorizou os paulistas Manuel Fernandes de Abreu, Jacinto Moreira Cabral e Martim Garcia Lombria a estabelecerem fundições de ferro em Araçoiaba, mas que, segundo o Barão do Rio Branco [Efemérides Brasileiras], isso não teria ido adiante.

Colocou que o Governador Rodrigo José de Meneses propôs, em 1780, ao Ministro Martinho de Melo e Castro, a construção de uma fábrica de ferro em Minas Gerais, porque era muito caro comprá-lo dos suecos, hamburgueses e biscainhos, e que esse conselho não foi

---

[630] BARBOSA, Francisco de Assis. "Duas Palavras". In: BARBOSA, Francisco de Assis. **D. João VI e a Siderurgia no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 10.

[631] BARBOSA, Francisco de Assis. **D. João VI e a Siderurgia no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 24-26-29-31-32-35-39-47-50-51-56-58-73.

atendido. Muito pelo contrário, a fabricação de ferro seria invenção do demônio, pois atrapalharia a mineração e o Alvará de D. Maria I, proibindo indústrias, prejudicou a indústria florescente em Minas Gerais.

Citando Eschwege, afirmou que em 1795 se retirou o pesado imposto do sal e do ferro, ao mesmo tempo em que se autorizou a abertura de minas de ferro no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, chamado de Turim para ser Ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, deu início ao plano de exploração dos recursos da colônia. Teria dado ouvidos a intelectuais como José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara e solicitado pesquisas a Hipólito José da Costa e José Vieira Couto. Sustentou ainda que a siderurgia era importante para o governo português, por causa do interesse militar de defender o imenso território, mas que os técnicos, à exceção de José Bonifácio e Câmara, eram estrangeiros. Napion era o responsável pela fábrica de pólvora; Eschwege e Varnhagen, pelas fábricas de Minas e São Paulo, respectivamente. Barbosa indicou os empecilhos para a siderurgia nacional, gerados pela "emperrada máquina burocrática do Estado, quando não da má fé de uns e incompetência de outros".[632] Lamentou que D. Rodrigo não pode viver para assistir ao ferro correndo em 1812 na Fábrica Patriótica, em Congonhas do Campo, na Fábrica do Morro do Gaspar Soares, do Intendente Câmara, nem "o povo de Sorocaba conduzindo em procissão as três cruzes de ferro fundido pelo Coronel Varnhagen na Real Fábrica de São João de Ipanema".[633]

Barbosa lembrou que José Bonifácio, ao apresentar o relatório de 1820, inserido por Rodolfo Garcia na "História Geral do Brazil", provocou a antipatia póstuma do filho do Coronel Varnhagen, o insigne historiador Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, porque José Bonifácio havia aconselhado a disseminação de pequenas fábricas pelo Brasil e, a despeito de José Bonifácio ter criticado a imperícia de Hedberg, apontou que Varnhagen ganhava mais que o dobro do salário do primeiro.

A opinião de Barbosa sobre o malogro da siderurgia brasileira era que não havia um plano coordenado de ações para um problema complexo como este. Sem planejamento, cada iniciativa tornou-se isolada das demais e seus responsáveis ficavam a hostilizar-se reciprocamente ou a ridicularizar os insucessos do outro, quando, na verdade, o verdadeiro obstáculo era a falta de comunicação da fábrica com o litoral e o pequeno mercado consumidor brasileiro pela "baixa

[632] BARBOSA, Francisco de Assis. Idem. p. 47.
[633] BARBOSA, Francisco de Assis. Idem. p. 50-51.

densidade demográfica", conforme Eschwege já havia notado. Colocou também que a Assembléia Constituinte de 1823 recusou a ideia de Câmara de criar a Academia Montanística, uma Escola de Minas. Essas deficiências, segundo Barbosa, decorriam do fato de que as elites dominantes sufocavam o país no nascedouro com suas mentalidades retrógradas. Reconheceu que a causa do problema siderúrgico nacional não era as divergências entre Câmara, Bonifácio, Eschwege e Varnhagen, mas sim a impossibilidade de conciliar os interesses dos grandes senhores latifundiários proprietários de escravos com o trabalho livre. Exemplificou esse fato com os operários alemães especializados em metalurgia, considerados o protótipo do bom imigrante. Esse tipo de trabalhador, por ser livre, não era interessante aos fazendeiros, porque contavam com o trabalho escravo e nada pagavam por seus serviços, ao serem tratados como animais.

"País de grandes paradoxos, o mais rico e o mais pobre do mundo! País que possui cidades, como a estranha Itabira de Mato Dentro, onde nasceu o poeta Carlos Drummond de Andrade, que a cantou num dos poemas mais tristes da língua portuguesa: *Noventa por cento de ferro nas calçadas...* Contraditório país, verso cruel. Verso que bem retrata os erros que fomos acumulando no passado. Erros que se foram agravando – e que possivelmente poderiam ter sido corrigidos em tempo, se tivéssemos prosseguido na política siderúrgica de Dom João VI, cujo impulso inicial tão poderoso foi, no dizer de Calógeras, que ainda repercutia em 1870, com a instalação da Escola de Minas de Ouro Preto, como uma chama bruxoleante por sobre as pilhas de sacos de café...".[634]

Humberto Bastos[635] escreveu a obra intitulada "A Conquista Siderúrgica no Brasil".[636] Esse livro descreve fatos relacionados à siderurgia até 1957, data em que o autor assinou a obra, embora tenha sido publicada posteriormente em 1959 pela Editora Martins.

Segundo esse autor, sua obra foi resultado de vinte anos de pesquisas históricas, com o objetivo de informar às gerações de seu tempo a luta empreendida pelo Brasil no passado para inserir-se na economia internacional. A história, nesse contexto, foi usada pelo autor para explicação do presente por meio de exemplos do passado para melhor planejamento do futuro.

---

[634] BARBOSA, Francisco de Assis. Idem. p. 73.

[635] Segundo o próprio autor na orelha da capa do livro, ele era membro do Conselho Nacional de Economia, do Conselho da Confederação Nacional da Indústria e representante deste conselho na Comissão Coordenadora do Desenvolvimento do Nordeste. Atuou como representante brasileiro na Conferência Internacional do Comércio entre 1947 e 1948, na Conferência Interamericana Social e do Trabalho em 1949, na Missão Econômica à Europa em 1950, na Décima Primeira Assembleia Geral das Nações Unidas em 1956. "A Conquista Siderúrgica do Brasil" foi seu 14º livro.

[636] BASTOS, Humberto. **A conquista siderúrgica do Brasil.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959, p. 4-5-22-37-38-39-40-41-60.

Pois "(...) a memorização dos fatos históricos ainda é o modo melhor de fortalecer essa consciência. A batalha siderúrgica no Brasil é um dos capítulos mais expressivos da nossa História. Perdê-la de vista, deixá-la nos arquivos, morta, esquecida, seria jogar fora a ocasião de contribuir para aquele fortalecimento".[637]

Valendo-se de Francisco de Assis Barbosa, relatou que Anchieta, Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Hollanda noticiaram a existência de um ferreiro em São Paulo. Quando se referiu a Afonso Sardinha, sustentou que essa iniciativa de instalação de fundição de ferro era sinal do destino industrial da região de São Paulo. Esse fato era importante para esse autor, porque essas forjas usavam carvão vegetal, tal como se usava na Suécia e na Inglaterra, quando este país estava iniciando sua expansão industrial. Destacou ainda os nomes de D. Francisco de Sousa e D. Luiz Antonio de Sousa, que teriam sido os precursores tropicais da "civilização industrial", a mesma que surgia na Inglaterra.

Paa ele, a "revolução" industrial no Brasil começou antes da vinda de D. João VI ao Brasil e suas medidas destinadas ao desenvolvimento brasileiro, como a criação do Banco do Brasil, Junta de Comércio, incentivo à imigração estrangeira, isenção de direitos sobre matérias-primas e criação de fábricas de ferro em São Paulo e Minas Gerais, entre outras medidas que estimularam o espírito empreendedor das pessoas daquela época. Isso porque Domingos Ferreira Pereira, por carta régia de 28 de fevereiro de 1765, construiu uma fábrica de ferro, a qual funcionou por sete anos, o que teria despertado interesse de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão pela necessidade que tinha de armas e munições para a guerra contra os espanhois ao sul e consequente apoio dele para essa atividade, ou ainda a carta de D. Rodrigo José de Meneses dirigida a Martinho de Melo e Castro sobre a necessidade de criação de forjas para fabricação de produtos indispensáveis aos moradores locais. Assim, em 1795, Luis Pinto de Sousa, ao abolir o imposto sobre o ferro, já teria afastado a aplicação do Alvará de D. Maria que proibia manufaturas no Brasil. Também deu notícia da carta régia dirigida ao Governador Bernardo José de Lorena em que se ordenou a construção de uma fábrica em São Paulo financiada pela Fazenda Real. A Fábrica de Ferro de Ipanema foi uma das mais promissoras no início do século XIX, embora José Bonifácio e Calógeras:

[637] BASTOS, Humberto. Idem. p. 4.

"(...) deixaram sangrando as fraquezas do empreendimento. José Bonifácio, então, com a dupla autoridade de intendente geral das minas e metais do Reino e lente da cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra, virou pelo avesso as debilidades de nossa primeira Real Fábrica, que seria assim o desastre mais sensível da intervenção do Estado na industrialização brasileira".[638]

Bastos comentou que D. João VI contratou mão-de-obra especializada na Suécia por meio do cônsul Bayer e este contratara seu devedor Hedberg, que veio ao Brasil na companhia de falsos técnicos. Apoiando-se nas memórias de José Bonifácio, relatou o trabalho de Hultgren, as construções do local e o desabafo de Bonifácio acerca da desorganização da Fábrica de Ferro. Por fim, afirmou que Ipanema manteve-se até princípios do século XX como uma empresa fracassada e de funcionamento intermitente, depois de ter sido bastante útil na Guerra do Paraguai. Assim, para o autor, ela era o único símbolo da intuição industrial e imprevidência brasileiras.

Manoel Rodrigues Ferreira[639] escreveu "A Causa do Subdesenvolvimento do Brasil".[640], editado em 1963 pela Gráfica Biblos. O texto, de cunho notadamente didático, descreve o estágio de evolução técnica da siderurgia e depois mostra o que se fazia no Brasil e em outras partes do mundo. Seu autor procurou demonstrar que os países em que havia reserva de hulha (carvão mineral) tornaram-se grandes potências econômicas, pois o alto-forno siderúrgico, cujo funcionamento é simples e motor da civilização ocidental, apenas funciona adequadamente quando aquecido com esse combustível e não com carvão vegetal. Para o autor, a siderurgia representa a indústria de base, porque, com o produto dos fornos-altos, constroem-se bens de produção, equipamentos e máquinas a vapor, também alimentados com hulha. Os produtos feitos com essas máquinas são transportados por trens e navios movidos a hulha, Dessa forma, sem a siderurgia, não é possível conseguir desenvolvimento econômico.

---

[638] BASTOS, Humberto. Idem. p.40.

[639] De acordo com a biografia fornecida pelo autor na contracapa de seu livro, sua família, mineira, veio à região de Jaú, onde fundaram a cidade de Bica de Pedra (atual Itapuí), onde seus ascendentes plantaram café. O autor, nascido nessa cidade, formou-se em engenharia civil pelo Mackenzie e trabalhou na Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de são Paulo. Participou da "Marcha para o Oeste" como sertanista e teria sido o primeiro a sugerir a criação do Parque Nacional do Xingu no jornal "A Gazeta" de 27 de outubro de 1948 e do Parque Estadual do Alto Ribeira. Realizou o documentário cinematográfico intitulado "Aspectos do Alto Xingu" e idealizou, fundou e difundiu a Sociedade Geográfica Brasileira. Disse que era divulgador da teoria atômica e das aplicações da energia nuclear. Pesquisou a história dos sistemas eleitorais brasileiros, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

[640] FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A causa do subdesenvolvimento do Brasil.** São Paulo: Gráfica Biblos, 1963, p. 38-41-45-59-67-68-71-83-86-88-93-98-100-104-105-112-117-122-123-124-128-132-133-139-142-143-144-148-152-189-190-209.

Os fornos catalães, ou o forno-alto Stuckofen, eram os mais populares na Idade Moderna, mas, por serem aquecidos com madeira, contribuíram para a destruição das florestas na Europa, ao lado da indústria de construção naval. Por isso, foi necessário descobrir outras fontes de energia e, no caso, foi a hulha. Quando descreveu os primórdios do ferro, usou Calógeras para dizer sobre as atividades de Anchieta e sobre os engenhos de ferro de São Paulo e Araçoiaba, que teriam sido fundados por Sardinha. Comentou sobre o "engenho de ferro" de São Paulo, o qual estava localizado à margem do Rio Jurubatuba. Isso se devia ao fato da necessidade de uso da energia hidráulica e por facilidades de transporte.

Segundo Ferreira, o ferro era importante para a sociedade local. Trouxe documento da Câmara de São Paulo de 14 de fevereiro de 1609 em que se discutiu o alto preço do ferro vendido por Bernardo de Quadros, dono do engenho local. Por outro lado, o minério de ferro deveria ser de teor muito baixo, não compensando a sua produção". O Brasil estava nessa época em igualdade de condições com os demais países europeus, pois todos usavam carvão vegetal no processo**.**

Também tratou dos episódios do fim do século XVII, baseando-se em Calógeras. Mas o autor se perguntava por que no Brasil o Rei animava os bandeirantes a fazerem descobrimentos de metais, enquanto o Rei Inglês não se preocupava com as treze colônias americanas. Apontou que em 1750 a Inglaterra conseguiu desenvolver fornos com carvão mineral, os quais, entretanto, necessitavam de mais ar para a combustão do carvão.

No Brasil, ainda com base em Calógeras, Ferreira comentou as atividades de Domingos Ferreira Pereira, descrevendo-o como um homem de negócio reunido em torno do governador para a realização de um ambicioso plano de fabricação de ferro para prover as necessidades da Capitania e, posteriormente, construir outros fornos para prover as necessidades de todo o Brasil. Domingos Ferreira Pereira e seus sócios seriam pessoas de espírito altamente empreendedor, planejadores de uma grande indústria siderúrgica nacional, que não deviam nada a ingleses, franceses e norte-americanos. Inclusive, segundo o autor, o Morgado de Mateus queria fundar em Sorocaba uma escola de mestres para trabalhar nessas fundições. Ainda com base em Calógeras, relatou que D. Rodrigo de Meneses solicitou a instalação de uma fábrica de ferro em Minas. Por isso, rechaçava a ideia de que o Brasil era uma colônia sufocada por Portugal, incapaz de criar progresso material. Ademais, segundo o autor, o alvará de D. Maria I, de 5 de janeiro de 1785,

em nada afetava a indústria brasileira, pois a proibição se voltava para a indústria têxtil e esta não seria a indústria que faria a grandeza industrial do Brasil ou de qualquer outro pais.

Ao referir-se sobre o fim do século XVIII, procurou demonstrar que só a Inglaterra usava hulha em seus fornos-altos, enquanto os demais países usavam carvão vegetal. A máquina a vapor para insuflar oxigênio necessário ao refino do ferro permitiu que as fábricas pudessem deixar de instalar-se ao lado dos rios para ficarem próximas às minas de hulha. Por conseguir produzir mais ferro, a Inglaterra produziu mais bens de produção e consumo, o que lhe deu vantagem no cenário internacional. Também comparou o Brasil com os Estados Unidos. Disse que, em 1798, esse país não estava em melhores condições, conforme relatório de viagem de Hipólito da Costa Pereira. Apenas ultrapassaram o Brasil quando usaram hulha em sua indústria siderúrgica. Chamou a atenção para o fato de que desde 1792 se conhecia hulha do sul do Brasil e que João Manso acusou o recebimento de carvão-de-pedra, mas isso não adiantaria muito, ante a baixa qualidade do produto.

Com base na Revista do IHGB de 1958, Ferreira sustentou que o Príncipe Regente tinha enviado em 19 de agosto de 1799 carta a Bernardo José de Lorena para que este fizesse pesquisas onde melhor se pudesse edificar uma fábrica de ferro e que demarcasse as terras, indenizando aos particulares. E que essa fábrica fosse explorada pela Fazenda Real. E que em 7 de julho de 1800, D. João teria escrito ao Governador de São Paulo para que iniciassem as escavações das minas exploradas por João Manso. E que Martim Francisco sucedeu-o nessa atividade. Para o autor, João Manso Pereira não tinha como obter sucesso em sua atividade, porque desconhecia a existência de titânio, que tornava o material muito difícil de ser fundido, assim como o ferro de Araçoiaba era diferente do de Biscaia, região esta que fundia ferro com carvão vegetal.

Quando comentou o início da fabricação do ferro no período joanino, o autor destacou que, numa época em que ainda se usava carvão vegetal na siderurgia, não se teriam medido esforços para instalar fábricas no Brasil, pois os técnicos estrangeiros contratados foram regiamente pagos para virem ao Brasil. O autor retomou o texto de Calógeras acerca da mais adequada nacionalidade dos mestres para o Brasil. Completou, entretanto, ao afirmar que não seria interessante ter trazido ingleses para cá, pois já não usavam mais fornos alimentados com carvão vegetal. Por outro lado, suecos e alemães desconheciam o mineral brasileiro. Ao referir-se a Hedberg, mencionou que ele tinha sido arrendatário da mina real de Adelfors e, quando veio ao Brasil, trouxe um grupo de suecos entendidos na metalurgia do ferro. Em relação à partida de

Hedberg, disse que esse saiu do Brasil desmoralizado devido a atuação de Varnhagen e Eschwege, que mandaram buscar informações sobre a vida pregressa de todos na Suécia.

Segundo o autor, o minério de Araçoiaba era muito difícil de ser fundido em fornos pequenos e quase impossível de fundi-lo em fornos-altos. O autor acreditava que os suecos teriam percebido esse fato e reduzido o tamanho dos fornos, o que foi objeto de crítica de Varnhagen. Este, por sua vez, fez o contrário: mandou aumentar o tamanho dos fornos. Outro aspecto para o qual o autor chamou a atenção foi para as indevidas comparações que Eschwege fazia com a fábrica de Varnhagen, pelo fato de que aquele não conhecia que os minérios de ferro eram diferentes, isto é, o ferro de Minas Gerais era diferente do de Araçoiaba. O fato de em Minas Gerais ter-se gasto menos combustível não se deveu a talento de Eschwege, mas sim pela maior facilidade de fusão do minério pela sua composição química. No mesmo sentido:

"Varnhagen criticara os suecos que foram considerados inábeis, incapazes e incompetentes. Varnhagen iria, pois, dirigir o sétimo empreendimento em Sorocaba, com o minério de Araçoiaba. Realmente seis empreendimentos anteriores haviam fracassado: 1º) cerca do ano 1600; 2°) 1680; 3°) 1698; 4°) 1765; 5°) 1799; 6°) 1810. Iria agora Varnhagen ter mais sorte? Dizemos sorte, porque o êxito do empreendimento dependia do minério e ninguém conhecia a sua composição, onde os elementos, enxofre e titânio, particularmente este último, não permitiam o tratamento que na Europa era usual". [641]

"Por aí, já se pode ver as tremendas dificuldades de Varnhagen. Os que dirigiam os empreendimentos anteriores, ou sejam, os de 1765, o Prof. Manso em 1799, os suecos, a partir de 1810, não eram portanto os incapazes, os inábeis, dos quais tanto se falou, atirando-os na rua da amargura. Também agora Varnhagen estava a braços com as mesmas dificuldades!".[642]

Ferreira refletiu sobre o insucesso da Fábrica de Ferro de Ipanema. Para ele, sua decadência não se deveu ao término de sua gestão. Colocou que Varnhagen tentou produzir ferro desesperadamente por três anos, a partir dos registros nos diários de Varnhagen e que esses fornos não produziam regularmente. Prova desse esforço teria sido as experiências que fizera ao usar lenha como combustível. Porém, o autor explicou que só poderia ser mal sucedida a experiência de usar as chamadas "madeiras de lei", como peroba, cabiúna e jequitibá, como combustível, por não ter à época serras automáticas para serrar grossos troncos em pequenos

[641] FERREIRA, Manoel Rodrigues. Idem. p. 142.
[642] FERREIRA, Manoel Rodrigues. Idem. p.147.

pedaços para serem lançados no forno. Defendeu a tese de que Varnhagen quis sustentar a qualquer custo o seu orgulho de oficial germânico às custas do Erário público. Não seria verdade, portanto, que a Fábrica de Ferro de Ipanema entrou em decadência após a saída do alemão:

"Portanto, não corresponde à verdade a afirmação de que Ipanema entrou em decadência após a saída de Varnhagen. Aliás, no Brasil sempre tivemos o vezo de superestimar os estrangeiros que aqui estiveram e diminuir os próprios brasileiros. Isto é uma consequência do complexo de inferioridade de que sofrem alguns autores nacionais". [643]

Ao fazer um balanço sobre a atividade no Brasil, afirmou que, a despeito de terem sido grandes empreendimentos para a época, qualquer que fosse o resultado obtido, esse seria pífio, por usar carvão vegetal, o que o tornava incapaz de competir em igualdade de condições com a Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Estados Unidos, que estavam instalando seus altos-fornos alimentados com hulha.

Osny Duarte Pereira,[644] em seu livro Ferro e Independência,[645] dedicou poucas linhas ao tema, porque seu foco era a discussão desse problema no século XX. No capítulo II, colocou, com base em Calógeras, que Anchieta teria informado à Coroa a descoberta de metais em 1554, mas só Afonso Sardinha teria sido o primeiro a fundir ferro, ao construir os dois engenhos perto de Sorocaba. Teria sido prejudicado pela concorrência estrangeira, o que o levou a encerrar suas atividades trinta anos após seu início. Mencionou a carta régia de 5 de maio de 1682, que autorizou a fundação de uma casa de ferro, o que não chegou a acontecer.

Lembrou a proibição de fabricação do ferro no Maranhão em 1688 e que, com o Tratado de Melthuen de 1703, ficaram proibidas as fábricas nas colônias. Somente Pombal, com a carta régia de 27 de fevereiro de 1765, "violava o absurdo e iníquo ajuste e permitia a Domingos Ferreira Pereira, morador na Capitania do Rio, minerar ferro, chumbo e estanho e estabelecer uma ou mais fábricas para caldear esses metais".[646] Disse que Domingos Ferreira Pereira havia perdido a receita da fabricação de ferro e Pombal, em seu socorro, solicitou mestres para que lhe ensinassem novamente. Afirmou que a fábrica progrediu, mas fechou sete anos depois.

[643] FERREIRA, Manoel Rodrigues. Idem. p. 148.
[644] Osny Duarte Pereira foi desembargador no Rio de Janeiro. Autor de diversos livros que notadamente se voltavam ao comunismo, além de outras voltadas à conscientização popular, foi cassado pelo Ato Institucional n°. 1. Foi assessor na Assembleia Nacional Constituinte e recebeu homenagem em 1989 de "Constituinte honorário". Em 1992, ao lado de Barbosa Lima Sobrinho e Evandro Lins e Silva, foi subscritor do requerimento do impeachment de Fernando Collor de Mello. Faleceu em 23 de outubro de 2000.
[645] PEREIRA, Osny Duarte. **Ferro e Independência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 16-17-20-21.
[646] PEREIRA, Osny Duarte. Idem. p. 17.

Mencionou que D. Rodrigo César de Meneses escreveu relatório denunciando o estado de decadência da Capitania das Minas Gerais. Colocou que D. Maria I em 1785 ordenou a proibição de fábricas na colônia para que os esforços se voltassem à mineração e só em 1810 é que se voltou a ordenar a abertura urgente de uma usina em São João de Ipanema. Confundiu-se e disse que Ipanema tinha sido confiada ao Intendente Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. E continuou:

"Essa usina, entretanto, em face dos obstáculos com a atual Fábrica Nacional de Motores (FNM), ou mesmo com o antigo Departamento de Pesquisas da Petrobrás. Walter-Kinks, em tudo iguais aos de hoje, arranjados pelo Sr. Juracy Magalhães, na direção da grande empresa, eram contratados como técnicos, também naquela época, para não deixar produzir ferro. Varnhagen, metalurgista alemão, só em 1º de novembro de 1818 obteve a primeira corrida de gusa em escala industrial, mas a fábrica mantinha-se deficitária".[647]

Disse que José Bonifácio fora mandado em 1819 para visitar a Fábrica para examinar as causas do fracasso, visitando a partir de 1794 as minas do Tirol, da Estíria, da Coríntia (Áustria) e da Itália e estudar a fabricação do ferro. Para esse autor, somente após a inspeção de José Bonifácio é que a fábrica deu lucros. Porque, "depois, voltou ao clima de sabotagens e de politicalha, resultante de um Império de fazendeiros escravocratas e nitidamente submetido ao país, então, o maior produtor de ferragens e máquinas, a Inglaterra". Por fim, disse que "a mediocridade e o impatriotismo levaram ao fechamento da usina em 1895 no governo de Prudente de Morais" [648]

Edmundo de Macedo Soares e Silva, general que participou da implantação das usinas de Volta Redonda, Acesita e Companhia Siderúrgica Paulista, escreveu sobre o tema em "O Ferro na História e na Economia do Brasil",[649] livro que fez parte da Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Esse autor, ao contrário dos demais, trouxe informações nova sem citar suas fontes, não sendo possível também indicá-las como aproveitadas dos autores anteriores, pelo não-paralelismo entre os relatos. Contudo, indicou, como fontes gerais, a Memória Histórica do Senador Vergueiro, o capítulo da História Geral do Brasil escrito por Varnhagen; As Minas do

[647] PEREIRA, Osny Duarte. Idem. p. 20.
[648] PEREIRA, Osny Duarte. Idem. p. 21.
[649] SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **O ferro na história e na economia do Brasil.** Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972, p. 6-13-14-15-16-17-18-19-24-35-36-37-40.

Brasil, de Calógeras; Pluto Brasiliensis, de Eschwege; a História da Siderurgia de S. Paulo, de Jesuíno Felicíssimo Jr e também “A conquista siderúrgica do Brasil”, de Humberto Bastos.

Segundo Macedo Soares, Anchieta teria descoberto ferro e prata no Brasil que artesãos eram muito disputados nos século XVI. Referiu-se ao Irmão Mateus Nogueira, apelidado de “Vulcano brasileiro”, mas Afonso Sardinha é quem tinha descoberto esses metais na serra de Cubatão. Com base em Calógeras, disse que Sardinha produzia ferro por processo catalão ou por meio de um escravo, tudo em pequena escala, com forjas aquecidas com madeira, com oxigênio inserido por foles de couro manuais.

Ainda citando Calógeras, disse que em 1765 Domingos Ferreira Pereira obteve privilégio para minerar ferro, chumbo e estanho. Por não ter conseguido constituir uma companhia, D. Luis Antonio de Sousa interveio para ajudá-lo na construção de uma forja de redução direta em Biraçoiaba. Como a fabricação não tinha dado certo, o Governador solicitou ao Conde de Oeiras o envio de especialistas de Biscaia, que, no entanto, não vieram ao Brasil. O metal produzido dessa forma era de baixa qualidade e a fábrica encerrou suas atividades em 1776 ou em 1777. Assim, por não se fabricar ferro no Brasil, pagava-se muito aos suecos, hamburgueses e biscainhos.

Mencionou que Rodrigo José de Meneses escreveu a “Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e dos meios de remediá-la”. Colocou a preocupação da época de que, em caso de conflito no Brasil, a mineração poderia parar por falta de ferro. Esse “sonho” de D. Rodrigo ficou em aberto até o início da República, quando se começou a pensar adequadamente acerca do problema siderúrgico nacional.

Afirmou que, na época de D. Rodrigo, todos que pensavam em fabricação de ferro, pensavam em Ipanema, pois já havia estudos sobre a região, embora as experiências ali feitas não tenham sido bem sucedidas por falta de técnicos experientes. Destacou que o Intendente Câmara e José Bonifácio era pessoas de grande valor, razão pela qual foram escolhidos para a realização de uma viagem de estudos pela Europa. Câmara veio ao Brasil em 1801, após ter dirigido a Fábrica de Ferro de Figueiró dos Vinhos, deixando em seu lugar José Bonifácio. No ano seguinte, chegou a “missão alemã” a Portugal, formada por Varnhagen, Eschwege e Feldner. Disse que Varnhagen substituiu José Bonifácio em Portugal devido a sua aposentadoria e este veio ao Brasil.

Colocou que o Governador Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça assumiu a Capitania em 1792, trazendo consigo os químicos e mineralogistas Francisco Vieira Goulart e também João Manso Pereira. Este último era nascido em Minas Gerais, mas lecionava gramática latina no Rio de Janeiro. Isso seria uma preocupação do governador de cercar-se de especialistas para ajudá-lo a conhecer e aproveitar as matérias-primas do país. Apontou que João Manso analisou o minério de ferro de Araçoiaba e enviou informações diretas à Corte de Lisboa. Por esse motivo, enviou-se Carta régia em 19 de agosto de 1799 ao Governador para que este tomasse providências para a instalação de uma fábrica de ferro, às expensas da Fazenda Real e fosse erigida onde José Manso julgasse conveniente. Porém, devido ao estado de saúde de João Manso e desentendimentos com o governador, Martim Francisco assumiu a inspetoria das minas e matas e explorou geologicamente o Estado de S. Paulo. Este teria dedicou seu tempo na preparação de uma fábrica em Araçoiaba, mediante estudo da situação das terras e idealizador de uma sociedade mista entre Estado e particulares na exploração dessa atividade em São Paulo. Sustentou que o "soberano", no intuito de criar a fábrica de ferro, mandou vir ao Brasil Eschwege e Varnhagen. Este último fora designado para trabalhar com Martim Francisco na construção da fábrica na região de Sorocaba, e providenciou a vinda de um grupo de suecos, especializados no assunto, para colaborarem na solução do problema. Esse grupo de operários, contratados por 10 anos, teve como chefe Carlos Gustavo Hedberg, acompnanhado de quatorze pessoas que não trouxeram consigo suas famílias. Chegaram ao Rio de Janeiro em dezembro de 1810, trazendo consigo equipamentos em quantidade, "o que prova terem sido enviadas ao chefe informações suficientes sobre sua missão e faz crer em sua capacidade para realizar o que lhe havia sido proposto".[650] Para Macedo Soares, Hedberg tornou-se figura muito discutida na construção da Fábrica de Ferro de Ipanema e no seu funcionamento. Afirmou que Hedberg tinha:

"(...) caráter irascível, intolerante e mostrava complexos de superioridade sobre os homens com quem teve de lidar e entrou logo em choque com pessoas importantes, como Martim Francisco, Coronel José Arouche de Toledo Rendon, Varnhagen e outros. A concepção portuguesa do modo de dirigir a empresa era complicada e constava de uma Junta administrativa, compreendendo um juiz conservador da Fábrica (desembargador Miguel Antonio de Azevedo Veiga), um procurador da Fazenda (o coronel José Arouche), um vogal (Martim Francisco, Inspetor de Minas e Matas da Capitania), além do Diretor Hedberg e do representante dos acionistas, Varnhagen; o Presidente da Junta era o próprio Governador da Capitania. Não habituado aos métodos da Administração que lhe era imposta, e cercado

[650] SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. Idem. p.17.

de personagens de alta representatividade, todos universitários e ocupando postos de prestígio, Hedberg deve ter-se sentido tolhido; por outro lado, divergências de ordem técnica surgiram imediatamente, impedindo a ação do profissional que representava a experiência técnica a ser empregada e por isso fora escolhido e contratado. O temperamento do chefe sueco e sua brutal altanaria criou logo situação irremediável. O Conde de Linhares apoiou energicamente a missão contratada, mas a desavença com Varnhagen foi decisiva: este queria a construção de dois altos-fornos, como Figueiró dos Vinhos, e o escandinavo havia projetado uma bateria de quatro pequenos fornos de redução, muito utilizados na época, e que eram denominados "Blau-offen" (fornos azuis), ou talvez fossem fornos suecos "a osmund", existentes na Escandinávia (Wiborg) e na Finlândia ainda em 1860; a produção de ferro a atingir, em ambos os casos, era a mesma: cerca de 600 toneladas por ano" [651]

Explicou que o Tenente-General Carlos Antonio Napion, diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, foi designado para vistoriar os trabalhos de Hedberg, na companhia de Varnhagen. Afirmou que Hedberg escolheu um método de redução do ferro que julgou ser o mais adequado ao minério de Ipanema e que era bastante empregado na Europa. Porém, não pretendia debater se o diretor sueco era ou não incompetente, remetendo o leitor aos relatos anteriormente escritos. Ressaltou que o saldo dessa gestão foi positivo em termos de construções e de escravos preparados para a continuidade dos trabalhos em Ipanema.

Em sua opinião, Varnhagen teve que contar com a ajuda do sueco Lourenço Hultgren, porque tanto o primeiro, como Eschwege e Feldener, por serem muito moços, não tinham experiência suficiente na execução de projetos dessa envergadora. Disse que a construção de dois fornos-altos significou reprodução do que havia em Figueiró dos Vinhos. Quando relatou a inauguração destes em 1818, reproduziu Varnhagen. Em sua opinião, o verdadeiro profissional capaz foi Lourenço Hultgren e o alemão Niemands. Fez referência à Memória escrita por José Bonifácio em 1820, a qual estava reproduzida na História Geral do Brasil. Disse que o "ilustre santista" fez bom juízo de Hultgren pelo fato de este sim ter construído os fornos-altos de Ipanema. Escreveu sobre os demais diretores da Fábrica de Ferro de Ipanema. Afirmou, no entanto, que eles não tinham capacidade administrativa nem preparação técnica. O próprio José Bonifácio teria solicitado ao governo provisório da Província que transferisse para Minas alguns especialistas alemães do quadro de Ipanema. Para o autor, o Governo não dava o apoio necessário para o desenvolvimento da siderurgia, porque D. Pedro II era um "scholar", não um empreendedor.

[651] SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. Idem. p.17.

Resumiu a administração de João Bloem, apontando que ele trouxe uma centena de operários alemães, embora nem todos tenham ido a Ipanema e poucos permaneceram, porque se teriam mudado para outros empregos mais vantajosos. O diretor teria sido dispensado por ter apoiado timidamente a Revolução de 1842 e que seu desligamento da Fábrica de Ferro foi um erro, porque ele a conduzia bem por trabalhar com empenho. Lembrou que D. Pedro II visitou a Fábrica em 1846, mas que essa visita nada deixou, pois, na sequência e após muitos gastos, seu equipamento foi desmontado e transferido para Mato Grosso, incorrendo-se em mais gastos inúteis e perda da coleção do museu local.

Para ele, Ipanema foi reativada em 1865 por causa da Guerra do Paraguai e que seu novo diretor, Joaquim de Souza Mursa, formado pela Escola Central do Rio de Janeiro com especialização em Freiberg, reacendeu os fornos e produziu ferr e aço. Disse que a gestão Mursa era elogiada pelos estudiosos por ter sido aquela em que se fez mais do que todos os antecessores. Levantou a hipótese de que este percebera a inadequação de Ipanema para abrigar uma indústria siderúrgica, razão pela qual apenas procurou melhorar as instalações existentes, construindo um novo forno-alto, o qual não funcionou por falta de soprante.

Terminou seu relato, lembrando que o Brasil se firmou como nação, mas não evoluiu do ponto de vista industrial, pois continuava com sua agricultura atrasada, baseada na mão-de-obra escrava, a qual era barata e que o café assumira o papel de destaque na economia ao final do século XIX. Lamentava o fato de que a industrialização mudava o mundo e que a grande fonte de energia era o carvão de pedra, o qual o Brasil não possuía e que a Grã-Bretanha soube aproveitá-lo. O Império não preparou o Brasil para o século XX, ao deixar que o país entrasse nesse período igual à Europa do início da era do vapor.

4. O CONFRONTO ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DE IPANEMA

4.1. Os relatos e seus desdobramentos

Essa memória coletiva produzida pelos autores acima apresentados assenta-se em dois textos fundamentais: o "relato fundador", escrito por Pedro Taques em 1772, ao lado da memória escrita por Vergueiro em 1822, reeditada em 1858, e consolida-se com o "relato-síntese" de Calógeras, de 1905.

O "relato fundador" de Pedro Taques não foi elaborado para resgate das atividades relacionadas ao ferro, mas sim sobre as famílias paulistas e também sobre o ouro e pedras preciosas. O contexto amplo em que esse texto foi elaborado, foi o declínio do ciclo do ouro e, num contexto restrito, a necessidade de melhor conhecimento da Capitania de São Paulo e as disputas territoriais decorrentes da expansão portuguesa em direção à América Espanhola. Pedro Taques era pessoa adequada para essa tarefa por ter sido Intendente das Minas muito tempo antes de escrever seus trabalhos e ter boa reputação de memorialista pela elaboração de sua obra de genealogia. Do ponto de vista metodológico, há rigor pelo recolhimento das informações mediante consulta às atas da Câmara da Vila de São Paulo, da qual Afonso Sardinha foi vereador.

Em termos de conteúdo, que, no caso, volta-se ao período anterior a 1810, esse texto de Pedro Taques influenciou de forma direta os relatos de Eschwege e Vergueiro e, em menor intensidade, o de Marcelino Pereira Cleto. Indiretamente, influenciou os demais relatos, porque seus autores reproduziram o que se escreveu com base naquele autor. Por exemplo, Marcelino Pereira Cleto seguiu a narrativa de Taques quando mencionou Afonso Sardinha e o outro engenho construído em São Paulo (vide Quadro 1). Em Eschwege, o paralelismo é muito grande, porque, ao tratar de Afonso Sardinha, repetiu os próprios parêntesis redigidos por Pedro Taques e seguiu a mesma exposição de ideias sobre Biraçoiaba e Santo Amaro, bem como os fatos ocorridos até 1629 (vide Quadro 2). Isso é bastante interessante, porque, como o texto de Pedro Taques foi encontrado em 1902, e ninguém escreveu algo parecido, a explicação mais provável é que Eschwege, enquanto esteve à frente do Real Gabinete Mineralógico, teve acesso a esses manuscritos e guardou consigo uma cópia, ou já iniciara no Brasil a redação do texto que compõe

a obra *Pluto Brasili*ensis. Essas peculiaridades aparecem na edição original em alemão, o que afasta a possibilidade de ter havido interpolação no texto.[652]

O segundo relato, elaborado por Vergueiro, tornou-se o mais importante em se tratando de informações sobre Hedberg e Varnhagen nos primeiros anos da Fábrica de Ferro de Ipanema. Spix e Martius já tinham visitado o local e Eschwege até os mencionou. Varnhagen usou-a e promoveu sua reedição em 1858, tornando-a acessível para que pudesse ser usada como fonte para os demais autores obterem informações sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema.

As fontes de Vergueiro sobre o período anterior a 1810 foram Pedro Taques, porque a transcreveu (vide Quadro 3). Mas cabe uma observação importante: o trecho reproduzido em 1822 por Vergueiro não corresponde exatamente ao que foi publicado no volume 33 da Revista do IHGB em 1870[653] e posteriormente em forma de livro. Muito provavelmente Vergueiro tenha usado uma das versões que estavam na posse de Arouche Rendon. São similares, porém, não idênticas.

A influência do relato de Marcelino Pereira Cleto aparece na introdução do texto de Vergueiro, quando ambos apresentam o lugar onde se encontrava a mina de ferro e, sobretudo, ao fazer o paralelismo de que São Paulo era território rico, mas que seus moradores não se aproveitavam dessa riqueza (vide Quadro 4). No mesmo sentido, Martim Francisco influenciou Vergueiro ao ter chamado a atenção para o insuficiente apoio às atividades desenvolvidas por Domingos Ferreira Pereira (vide Quadro 5). Quanto às gestões de Hedberg e de Varnhagen, recebeu informações verbais e documentais de Varnhagen, porque declarou esse fato em nota de rodapé.[654] Pode ter recebido outras informações de José Bonifácio, com quem estava em Lisboa em 1822 durante as Cortes Gerais, e José Arouche de Toledo Rendon, de quem era sócio na advocacia em São Paulo e, posteriormente, colega de cátedra na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

---

[652] ESCHWEGE, W.L. von. **Pluto Brasiliensis. Eine Reihe von Abhandlungen über Brasiliens Gold-Diamanten und anderen mineralischen Reichthum, über die Geschichte seiner Entdeckung, über das Vorkommen seiner Lagerstätten, des Betriebs, der Ausbeute und die darauf bezügliche Gesetzbuns u.s.w.** Berlin: G. Reimer, 1833

[653] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana. Genealogia das principaes famílias de S. Paulo.** Capitulo III. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil, fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II. Tomo XXXIII. Parte primeira. Rio de Janeiro. Garnier Editor, 1870, p. 93-94.

[654] VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. **Subsídios para a história do Ypanema. Comprehendendo: 1º - A memória histórica do Senador Vergueiro, impressa página por página pela edição de 1822; 2º - O Appendice que foi publicado com a mesma memória. 3º - Um additamento a esta segunda edição d'ella, contendo mappas e documentos inéditos, etc.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. p.7.

A obra de Eschwege, publicada em Berlim em 1833, foi a primeira a referir-se não mais a um passado próximo, inclusive porque seu autor estava longe do Brasil por mais de uma década. Não indicou precisamente os autores que consultou, mas é possível a identificação da origem dos fatos que narrou. Além de sua própria lembrança e das cartas que lhe foram enviadas por Varnhagen, as quais ele transcreveu, usou os textos de Pedro Taques e de Vergueiro. Como se afirmou acima, Eschwege muito provavelmente consultou os manuscritos desse primeiro autor no Brasil. Quanto à consulta à obra de Vergueiro, este serviu-lhe de memórias ao alemão em razão de ter retornado à Europa quando publicou seu texto. Ademais, percebe-se o paralelismo entre ambos na descrição a respeito do local, inclusive quanto à "lagoa dourada" e a grande quantidade de ferro exposto no morro, constatação ingênua para um engenheiro que visitou o local pessoalmente. Ainda se nota a influência de Vergueiro ao tratarem ambos das biografias dos operários suecos, inclusive na ordem de apresentação de cada um deles e as reflexões que ambos fizeram sobre a economia brasileira. (vide Quadro 6)

Em Varnhagen, o recurso à memória foi traço característico do seu relato sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema, especialmente pelo que seu pai, Frederico Varnhagen, deve ter-lhe contado durante sua infância e adolescência e a documentação que disse ter herdado, embora, na prática, seu texto não tenha apresentado nada que não fosse conhecido por outros meios. De qualquer modo, a fonte principal de seus relatos foi a obra de Vergueiro. O próprio título originário do capítulo LIII da "História Geral do Brazil" é influência daquele autor, assim como a ideia de *historia magistra vitae* elaborada por um e reproduzida pelo outro e as atividades de João Manso Pereira (vide Quadro 7). Os textos de José Bonifácio e de Eschwege foram consultados, mas não para corroborar suas ideias, mas sim para refutá-los e apresentar a "versão familiar" dos fatos. Observe-se que José Bonifácio desqualificou os membros da Junta Administrativa de Ipanema, enquanto Varnhagen os elogiou (vide Quadro 8). Embora Varnhagen tenha reproduzido o que Eschwege escreveu sobre o Intendente Câmara para desqualificar seu trabalho, contestou-o, no entanto, quando Eschwege referiu-se sobre o trabalho de seu pai em Ipanema, qualificando-o de invejoso (vide Quadro 9).

No caso de Felício dos Santos, a ênfase de seu texto é o elogio ao Intendente Câmara. Dessa maneira, o texto usado para a discussão sobre Ipanema foi o de Varnhagen, com o intuito de apontar o "bastante excesso de amor filial, esforçando-se por deprimir os trabalhos de Câmara

para fazer sobressair o mérito do fundador da do Ipanema (...)".[655] No relato de Leandro Dupré, percebe-se que ele usou a segunda edição do relato de Vergueiro, pois a narração seguiu a leitura da documentação anexa às Memórias de Vergueiro. Quanto aos demais diretores, escreveu apenas outra página sem citação de fontes, mas tudo indica que tenha consultado a documentação anexa a essa memória. Aparentemente pode ter usado uma frase de estilo parecida com a de Marcelino Pereira Cleto (vide Quadro 10).

O texto de Calógeras foi o "relato-síntese", porque ele usou as obras de Pedro Taques, Marcelino Pereira Cleto, Martim Francisco, Vergueiro, Eschwege, Varnhagen, Felício dos Santos e Leandro Dupré. Ao contrário de autores anteriores, Calógeras foi o primeiro a dar créditos às citações que fazia, o que dispensa maiores elucubrações acerca da origem da ideia que inseriu em determinada parte do texto (vide Quadro 11). Além disso, ele enriqueceu seu relato com citações a Antonil, Rocha Pitta, Frei Vicente do Salvador e Frei Gaspar, não necessariamente para referir-se a Ipanema, mas para a contextualização de seu relato. Também usou documentação da Fábrica de ferro reproduzida pelo Arquivo [Público do Estado] de São Paulo para referir-se ao século XVIII. Assim, Calógeras encerrou o primeiro ciclo da elaboração da história de "recorte e cola", fazendo, inclusive, os confrontos entre os relatos e escolhendo qual deles teria mais credibilidade, como no caso das fábricas de Santo Amaro e do Ibirapuera. Reproduziu a má impressão que se tinha de Hedberg e de seus mineiros, assim como se valeu da mesma breve descrição que Dupré fez dos demais diretores da Fábrica.

A partir da década de 1950, foi retomada para a compreensão do fracasso da siderurgia brasileira até então. Seu resgate coincidiu com quatro fatos. O primeiro deles foi a comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo, em que pela atividade de Affonso de E. Taunay, textos históricos foram resgatados mediante sua republicação entre 1953 e 1954 pela Editora Melhoramentos e pela Editora Martins, que organizou a coleção Biblioteca Histórica Paulista. Nessa mesma época, a comemoração do sesquicentenário da vinda da Família Real ao Brasil, a qual motivou diversos encontros para a revisitação desse período da história do Brasil, o que permitiu o debate sobre a atuação de D. João VI na siderurgia nacional. O terceiro ponto era a transformação da economia brasileira com o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, o qual se voltava para a industrialização do Brasil, com as montadoras de automóveis, as quais

[655] SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino.** 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes e Instituto Nacional do Livro, 1978 p. 294.

necessitavam de produtos siderúrgicos. O quarto ponto foi que, na década de 1950, a Europa começou a reorganizar-se a partir da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA, a qual foi o germe da União Europeia quarenta anos depois. Todos esses fatos convergiam para o incômodo pelo fato de o Brasil não ter conseguido industrializar-se. Basta a observação dos títulos dos livros que trataram de Ipanema: "A Conquista Siderúrgica do Brasil", "A Causa do Subdesenvolvimento do Brasil", "Ferro e Independência" e "O Ferro na História e na Economia do Brasil". A partir do momento em que o Brasil conseguiu atingir o estágio de país industrializado na década de 1970, bem como a consolidação da indústria siderúrgica brasileira em Volta Redonda, Cubatão e em Minas Gerais, além da descoberta das jazidas de Carajás, a memória sobre a siderurgia foi novamente deixada de lado. Foi apenas retomada em razão do bicentenário da vinda da Família Real e da Carta Régia de 4 de dezembro de 1810.

Nesse novo contexto, os textos de Calógeras e de Eschwege foram o alicerce dos relatos do século XX, no sentido de que seus autores reproduziam as ideias contidas e sintetizadas naqueles dois relatos, isto é, realizando as operações de "recorte e cola". Já estavam recuperados e divulgados os relatos de Pedro Taques, Martim Francisco, José Bonifácio - inserido como apêndice na "História Geral do Brazil" por Rodolfo Garcia a partir da 3ª edição, para que esta servisse de contraponto ao texto de Varnhagen - e o texto de Eschwege, embora conhecido, foi traduzido para a língua portuguesa em 1944, facilitando o acesso a maior número de interessados. A influência desses textos está no fato de que enfatizaram o problema ocorrido entre as gestões de Hedberg e de Varnhagen e por terem lançado a ideia de retrocesso na siderurgia nacional.

Francisco de Assis Barbosa (vide Quadro 12) usou o "autorizado Calógeras", bem como José Bonifácio (cuja memória reproduziu na íntegra como anexo a seu texto), Eschwege por citação apudiana de Alceu Amoroso Lima e Joaquim Felício dos Santos. Humberto Bastos (vide Quadro 13) citou Pedro Taques, José Bonifácio de Andrada e Silva, Calógeras e Saint-Hilaire. Manoel Rodrigues Pereira (vide Quadro 14), sem mencionar a fonte, usou Pedro Taques; ao longo de seu texto, citou Pandiá Calógeras e a Revista do IHGB dos anos de 1957 e 1958 diversas vezes e fez referência a Eschwege (vide Quadro 15). Edmundo de Macedo Soares e Silva citou Calógeras, Eschwege, Humberto Bastos, José Bonifácio e mandou conferir as memórias do Senador Vergueiro, o capítulo da "História Geral do Brazil", de Varnhagen, novamente Calógeras e Eschwege e também Jesuíno Felicíssimo Junior (vide Quadro 16). Por

fim, Osni Duarte Pereira citou Calógeras, João Lourenço Rodrigues e Edmundo de Macedo Soares e Silva (vide Quadro 17).

Esse tipo de elaboração de história por meio do "recorte e cola" não é condenável em si, mas apenas um exemplo de como se elaborava uma narrativa histórica, o que vem a confirmar a afirmação de R.G. Collingwood de que esse era o método pelo qual se fazia história e que, portanto, não era científico. Tanto que a motivação para a elaboração dessas narrativas era mais o desejo de autoafirmação ou de a investigação crítica dos fatos, o que contribuiu para a formação de uma memória coletiva sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema, a qual pode ser resumida da seguinte maneira:

"A primeira atividade metalúrgica no Brasil ocorreu com José de Anchieta em São Paulo no século XVI; Afonso Sardinha descobriu Araçoiaba e fundiu ferro segundo a tecnologia da época. Entre 1765 a 1772 houve uma tentativa fracassada de mineração com Domingos Ferreira Pereira. Com a vinda de D. João VI ao Brasil, fundou-se a Fábrica de Ferro de Ipanema em 4 de dezembro de 1810, para a qual se contratou o sueco Carl Gustav Hedberg, que veio ao Brasil na companhia de quatorze operários com o intuito de implantar a indústria siderúrgica no Brasil e transferir tecnologia aos nacionais. Porém, houve conflitos entre Hedberg e Varnhagen, engenheiro alemão que anteriormente trabalhara na Fábrica de Ferro de Figueiró dos Vinhos. Hedberg era desonesto e incompetente e os operários trazidos por ele nada sabiam de seus ofícios. Varnhagen, ao contrário, era preparado, esforçado e patriota, além de ser vítima de intriga de Hedberg, que se queixava do alemão para o Conde de Linhares. Inevitavelmente o projeto sueco foi um fracasso, por ter entregue apenas quatro pequenos fornos no fim de 1813 em vez de fornos-altos, o que resultou em sua dispensa em 27 de setembro de 1814. Varnhagen, inicialmente preterido em 1810, iniciou a execução de seus projetos, que foram a redenção da siderurgia brasileira, com a fabricação de ferro em 1818 para a glória do Brasil. Porém, após sua saída em 1822, a Fábrica de Ferro entrou em declínio sem qualquer explicação, embora tenha contribuído no fornecimento de armas para a Guerra do Paraguai".

Aspecto central dessa memória é o conflito entre Hedberg e Varnhagen. A memória assumiu a dimensão de que Hedberg era o responsável pelo fracasso da siderurgia nacional, porque não tinha conhecimento técnico na área; que o Ministro Português em Estocolmo foi

negligente ao pedir para que o prevaricador Cônsul Bayer escolhesse Hedberg para que, assim, conseguisse obter recursos para a satisfação da dívida que este tinha com quem o escolheu; que havia trazido quatorze operários desqualificados, cujos salários eram elevados, tal como apontaram Vergueiro e Eschwege ao trazerem a biografia de cada um dos suecos; que ele veio ao Brasil para obter recursos para o pagamento de dívidas contraídas na Suécia; que ele consumiu todos os recursos fornecidos pelo Governo para a construção da fábrica, mas acabou fazendo fornos de dois metros de altura, em vez de fornos de oito metros; que era intrigueiro e convenceu o Conde de Linhares a remover Varnhagen de São Paulo, enviando-o a Minas Gerais. Essa história é constantemente repetida nos relatos.

No entanto, os problemas de Ipanema eram estruturais, decorrentes da falta de combustível adequado (carvão mineral) e também do inadequado (carvão vegetal), a falta de mão-de-obra qualificada, a dificuldade de acesso aos centros consumidores pela deficiência de transportes, tudo isso contribuiu para que o estabelecimento não fosse produtivo por oitenta anos. Ainda que se não tivesse chegado ao conhecimento de que Hedberg era administrador de outro local (fábrica de Rosenfors e não mina de ouro de Adelfors) ou que fosse o único e exclusivo culpado por tudo o que aconteceu enquanto esteve na direção da Fábrica de Ferro, isso não era motivo suficiente para o comprometimento de todo o processo desenvolvido entre 1815 a 1940, até mesmo pelo desprezo pelo interesse de saber os fatos que ocorreram entre 1822 a 1865, sendo a primeira data a partida de Varnhagen e a segunda data a retomada das atividades com Mursa. Concentrou-se, pois, o interesse e a carga de responsabilidade pelo insucesso em determinado período e deixou-se de lado a visão do processo como um todo.

Implícita ou explicitamente, esses relatos que explicam o fracasso da siderurgia no Brasil, também correspondem ao conceito de memória coletiva de Halbwachs, entendida como patrimônio imaterial que confere união aos membros do grupo. Essa memória coletiva reduzia a angústia desse malogro, porque dava uma explicação para esse desejo frustrado. Do mesmo modo, adequa-se às reflexões de Connerton, porque essa “estória” traz aspectos irreais (como a incompetência dos suecos), a imaginação (a dúvida se Hedberg era bom ou ruim), o desejo (de que tudo tivesse sido diferente) e a utopia (de que o Brasil se tornasse um país industrializado e não apenas agrário-exportador). Os primeiros relatos sobre Ipanema, elaborados por Pedro Taques, Marcelino Pereira Cleto, Martim Francisco, José Bonifácio, e, em certa medida, o de Vergueiro (por ter sido usado em outra finalidade), são memórias no sentido técnico do termo à

época, entendidos como um documento administrativo acerca de um problema. Entretanto, há quatro relatos importantes no século XIX: os de Eschwege, Varnhagen, Felício dos Santos e Leandro Dupré. Esses textos referem-se à primeira etapa do desenvolvimento da siderurgia no Brasil e caracterizam-se pelo notório insucesso da mesma durante o século XIX. Por isso, para esses autores, a memória da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema cumpriu uma função de autoafirmação ante o passado decepcionante, apontando que não concorreram para esse fato (quando dele faziam parte) ou que suas atuações foram obstaculizadas por intrigas. Apesar das dificuldades apontadas, cada um desses autores – exceto Felício dos Santos, que representa o Intendente Câmara – venceu os obstáculos e conseguiu ser o primeiro a fazer funcionar o forno-alto no Brasil. Por exemplo, Eschwege disse ter enfrentado dificuldades e que fez melhor ferro do que em Ipanema, com custos mais baixos. A crítica feita a Hedberg e os operários suecos não passava de estratégia argumentativa para realçar a sua façanha em Minas Gerais por conta própria. Prova disso é que, segundo Eschwege:

> "Veio-me então a ideia de passar à frente daqueles dois senhores e alcançar a hora de ter sido o primeiro no Brasil a produzir ferro em escala industrial. Prometi edificar uma grande usina, com tantos fornos quanto a dos suecos, exigindo para isso apenas o capital de 10.000 cruzados, logo coberto, graças à atividade do governador. Eu próprio tomei duas ações".[656]

Por outro lado, Vergueiro e Varnhagen sustentavam que Frederico Varnhagen não conseguiu obter mais êxito porque não esteve no cargo de diretor da Fábrica de Ferro entre 1810 a 1814. Podia ter sido mais útil, se não tivesse caído na antipatia do Conde de Linhares, que acreditou nas intrigas de Hedberg. Não conseguiu produzir muito ferro, porque o sueco Lourenço Hultgren o boicotou. Na verdade, Varnhagen pretendia contestar as informações da obra *Pluto Brasiliensis*, o que já se pode ver pelo próprio título do capítulo, de que Frederico Varnhagen era o executor dos projetos do Rei, e não, Eschwege ou Câmara. Tanto que Varnhagen, na 1ª edição da "História Geral do Brazil", chamou Eschwege de invejoso e de "compilador e plagiário ingrato de seus camaradas Varnhagen e Feldner"[657], o foi atenuado pelo autor na 2ª edição. Além

---

[656] ESCHWEGE, Willelm Ludwig von. (1777-1855) **Pluto Brasiliensis. 2º volume.** Prefácio de Mario G. Ferri. Trad. Domínio de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 205.

[657] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil, isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração da independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada à**

disso, embora não mencione em seu texto, o capítulo dedicado a Ipanema destinava-se ao convencimento da opinião pública acerca dos acertos de seu pai, antes que viessem à tona as críticas formuladas por José Bonifácio em seu relato de viagem.[658]

O relato de Felício dos Santos, por sua vez, defendeu a primazia do Intendente Câmara na fabricação do ferro no Brasil. Seu autor não escondeu a irritação com o texto de Varnhagen, quando este mencionou a pedra fundamental em que foram inseridos os nomes de Eschwege e Câmara. Ironizou Varnhagen quando pediu ao leitor para que fosse juiz da questão: Câmara ou Varnhagen. Trouxe carta do Marquês de Aguiar na qual este reclamava da inexistência de pessoas entendidas no assunto, o que significa que Varnhagen não era uma delas, assim como apontou o excessivo amor filial do autor da História Geral do Brasil por seu pai. Felício dos Santos sustentou que Câmara teve que enfrentar intrigas locais e falta de apoio do Governo, o que não acontecia em Ipanema, conseguindo realizar em Minas Gerais - sem apoio e previamente - aquilo que só depois se conseguiu fazer em São Paulo:

> "Também nós não queremos disputar os méritos do oficial Varnhagen, sobre que muito poderíamos dizer, se a questão aqui fosse pessoal; contestamos, porém, que ele tenha sido o primeiro fundidor de ferro no Brasil, e reivindicamos essa glória para o nosso patrício Câmara, que a ela tem melhores títulos, apesar de ter executado a sua obra em ponto menor, e não dispor dos grandes recursos, que foram postos à disposição do direto do Ipanema".[659]

Ainda no caso de Felício dos Santos, não se pode esquecer que ele era republicano e queria ressaltar a incompetência do governo monárquico na condução de uma política industrial para o Brasil.

O relato de Leandro Dupré também cumpriu essa finalidade de autoafirmação, embora de modo diferente, porque, evidentemente, ele não tinha a intenção de arrogar-se como o grande responsável pelo início da siderurgia nacional, mas sim, resgatar a memória para mostrar à sociedade que ele e seus colegas, ao lado do diretor Mursa, realizavam um trabalho sério e o malogro da Fábrica de Ferro deveu-se ao desconhecimento da composição química do minério de

---

Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II. Tomo segundo. 1ª ed. Rio de Janeiro: E&H. Laemmert, 1857, p. 342.

[658] Na opinião de Temístocles Cezar ("Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen". Historia, São Paulo, v. 24, n. 2. 2005, p. 207-240), sistematizou a opinião de historiadores brasileiros de que a antipatia por José Bonifácio vinha desde a infância, em especial, pelas críticas formuladas a seu pai. A leitura dos documentos da Fábrica de Ferro de Ipanema só corrobora essa opinião geral.

[659] SANTOS, Joaquim Felício dos. Idem. p. 298.

ferro de Ipanema, o que só se descobriu pela atuação da Escola de Minas de Ouro Preto, da qual era egresso.

Por isso, o argumento de autoridade das fontes na construção da memória se fez presente. Varnhagen desejava impor a sua verdade e assim o fez por meio de capítulo especial da "História Geral do Brazil". O próprio autor dela, na tentativa de controlar a memória, afirmou que de seu pai herdou documentos relevantes para o esclarecimento da verdade dos fatos. Por ser ele um dos grandes historiadores brasileiros, somando ao fato de que nasceu na Fábrica de Ferro de Ipanema, a qual lhe fazia palpitar o coração e por ter documentos que ninguém tinha – embora não tenha apresentado nenhum documento "bombástico" – o qual pudesse alterar em definitivo o curso da narrativa, seu relato, que é um depoimento pessoal sobre a Fábrica, o tornava fonte autorizada sobre o assunto. Para reforçar ainda mais sua argumentação, basta observar que a primeira edição do tomo II da "História Geral do Brazil" é de 1857 e a reedição das memórias de Vergueiro é de 1858. Ademais, não se pode perder de vista o fato de que a reedição foi feita pelo genro de Frederico Varnhagen, o qual escreveu em 1859 a "Diatribe contra a Timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da Historia Geral do Brazil do Senhor Varnhagen". A hipótese mais provável é que o cunhado de Varnhagen tenha atuado como "homem de palha" na divulgação da memória de Vergueiro, isto é, ele preparou o material destinado à sustentação de seu relato na "História Geral do Brazil" e seu genro publicou-as como se dele fossem. É importante notar que o texto de Varnhagen foi escrito em 1857, quando estava encerrando a gestão de Gutierres, a qual se caracterizou pelo desmonte da Fábrica de Ferro e quase cinquenta anos de ineficiência produtiva. Ele apenas dedicou um parágrafo para mencionar que, após a saída de seu pai da direção da fábrica, esta entrou em declínio, quando, na verdade, já estava comprometida na gestão de Varnhagen. Não havia interesse de estudar o problema, mas apenas fazer elogios a seu pai.

A obra de Eschwege como fonte autorizada também se revela não apenas por ter sido uma testemunha ocular e personagem importante dessa narrativa com sua fábrica em Minas Gerais, mas também pelo fato de *Pluto Brasiliensis* trazer dados técnicos da época, o que lhe dá foros de cientificidade, bem como o fato de a narrativa apresentar certa crítica ao que se dizia à época, como a exata localização da fábrica de ferro na cidade de São Paulo e a comparação que fez entre as fábricas mineiras com a paulista, embora tudo isso tenha sido criticado por Calógeras. O texto de José Bonifácio, embora seja o que mais se aproxima do que se pode compreender da Fábrica de Ferro por meio da leitura da documentação referente a ela, também tem o aspecto de

argumento de autoridade, não apenas para a Junta Administrativa, mas também para os autores dos demais relatos, porque, além de político, José Bonifácio era professor de metalurgia da Universidade de Coimbra.

O fato de os relatos terem sido elaborados justamente por pessoas conhecidas até os dias atuais, conferiu a esses textos foros de credibilidade. Mais um aspecto que reforça a importância dessas testemunhas é que registraram seus depoimentos por escrito, para que estivessem à disposição dos interessados para serem ouvidas. Por exemplo, o testemunho de José Bonifácio – embora seja, a nosso ver, um dos mais precisos por corresponder ao que se encontra na documentação da Fábrica – é importante por ser ele um renomado especialista da época; Eschwege também era uma testemunha qualificada, porque formulou juízos críticos sobre o andamento dos trabalhos em Ipanema. Varnhagen foi testemunha indireta, mas se apresentou ao leitor como a mais confiável delas, porque recebeu diretamente de seu pai todas as informações relevantes sobre os fatos ocorridos em Ipanema, inclusive por ter herdado documentos aos quais ninguém tinha acesso até então. Inclusive para reforçar a sua intenção de ser fonte autorizada, republicou simultaneamente a memória de Vergueiro, para que o leitor-juiz pudesse confirmar o que ele afirmou.

A obra de Varnhagen foi analisada por grandes estudiosos brasileiros, sobre os quais se poderia escrever um texto acerca das visões positivas e críticas a respeito do autor da "História Geral do Brazil". Para que não se passe ao largo dessa reflexão, mas que se aproveite a oportunidade de verificação das principais ideias sobre Varnhagen em um caso concreto, recorre-se ao trabalho de Arno Wehling, que se dedicou nos últimos tempos a essa análise.

O primeiro aspecto a ser destacado seria a presença da bipolaridade e do maniqueísmo na narrativa de Varnhagen, o qual apresenta as pessoas como combatentes de uma luta entre o bem e o mal, amigos versus inimigos, em que os bons combatem o "bom combate". [660] De fato, a narrativa de Ipanema é um dos principais exemplos dessa hipótese, pela evidente tensão entre o mau Hedberg e o bom Varnhagen, o qual jamais desistiu de executar os projetos d'El Rey e lutou até o fim para ver esse sonho realizado, ou "(...) nem um só dia deixou de confiar em sua perseverança, e de agradecer a Deus que lh'a não abalava (...)".[661] O segundo aspecto é a

[660] WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 69.
[661] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal.** Tomo segundo. 2ª ed. Rio de Janeiro: E&H Laemmert, 1877, p. 1167.

exaltação dos feitos positivos.[662] No caso de Ipanema, a inauguração da siderurgia em Ipanema em 1º de novembro de 1818 teria sido a "(...) nova glória que havia outorgado ao reinado do Sr. D. João – A maior das mencionadas três cruzes, de mil e tantas libras de pezo, foi conduzida em procissão, e collocada no alto do visinho morro, em memória 'deste feliz sucesso tão glorioso para o seu inventor, como interessante para o Brazil a que se ligam recordações preciosíssimas".[663] O terceiro aspecto destacado por Wehling é a identificação de lugares emblemáticos ou cenários fundamentais para a afirmação da identidade nacional.[664] Mais uma vez, essa ideia está presente no relato de Varnhagen sobre Ipanema, pois "nas entranhas desse morro, que os antigos diziam conter thesouros encantados, jaz ainda escondida, só em ferro, uma das maiores riquezas latentes do Brazil, e talvez do universo todo".[665] Do mesmo modo, Varnhagen identificaria eventos axiais ou decisivos da história do Brasil. [666] Com efeito, a Fábrica de Ferro de Ipanema "(...) veio a comprehender em conjuncto o primeiro estabelecimento industrial que se levou avante no Brazil em ponto grande (...)".[667] Também se levantou a hipótese de que as narrativas de Varnhagen apresentam o Estado e os indivíduos como subordinados a uma lei suprema divina, a qual rege os processos históricos,[668] o que se observa, por exemplo, quando falou de seu pai: "Os fatos singelamente documentados, irão provando, a nosso ver sufficientemente, que a glória de ser o executor dos projectos do Sr. D. João estava reservada a um engenheiro distincto, ao qual não nos impedirão de render a merecida justiça os laços de sangue".[669] Há, contudo, dois pontos aos quais se deve dar atenção. O primeiro deles é a respeito da "tática do esquecimento", de modo que a memória suplante a história em prol de um projeto de consolidação do Estado.[670] Em princípio, isso é verdade na obra de Varnhagen, que assim o faz como argumento retórico. Por exemplo, quando disse que, a respeito de Ipanema, "(...) poderíamos dedicar a elle mais de um volume, se as leis da história, e de uma história geral, não nos impusessem a devida brevidade". No entanto, em se tratando do principal adversário de seu pai, Varnhagen não suportou fazer isso. Ao referir-se a Hedberg, disse que "Acerca deste indivíduo, do que houve de vergonhoso em seu contracto, e de como abusou desde o princípio

[662] WEHLING, Arno. Idem.p. 70..
[663] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem. 2a ed., p. 1169.
[664] WEHLING, Arno. Idem. p. 70.
[665] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem, 2a ed. p. 1155-1156.
[666] WEHLING, Arno. Idem. p. 70.
[667] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem, 2a ed. p. 1154.
[668] WEHLING, Arno. Idem. p. 57.
[669] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem, 2a ed. p. 1155.
[670] WEHLING, Arno. Idem. p. 71.

das boas intenções do conde de Linhares, nada diremos".[671] O segundo tópico é que Varnhagen perseguia as fontes para reconstituição dos fatos, porque, para ele, a principal tarefa do historiador seria o julgamento dos fatos; o historiador deveria distribuir justiça e a história seria o tribunal; a metodologia do historiador seria análoga a de um juiz que impõe a marcha ao processo, ouvindo testemunhas, analisando os documentos, fazendo acareações e formulando sua sentença.[672]

Não é o caso de Varnhagen ao tratar de Ipanema, nem dos demais autores de relatos. Isso porque o testemunho é fundamental na elaboração dessa memória. Parte dos relatos é de pessoas que viveram na Fábrica de Ferro ou a visitaram, deixando por escrito suas impressões, como no caso de José Bonifácio e Eschwege. Outra parte consistiu em testemunhos indiretos, como o de Varnhagen, que, embora tenha nascido na Fábrica de Ferro, não viveu nela durante boa parte de sua vida. Assim, ele não é o juiz, mas o advogado de seu pai. Tanto que pediu para o leitor ser juiz da questão e arrolou Vergueiro como testemunha, para que relatasse o que estava em sua memória. No mesmo sentido, Felício dos Santos, advogado, defendeu a primazia do Intendente Câmara. Eschwege, advogando em causa própria, defendeu que ele era o precursor da siderurgia no Brasil.

Na construção dessa memória coletiva, o esquecimento também esteve presente, em especial, nos relatos dos viajantes do século XIX, como Spix e Martius, St. Hilaire e José Bonifácio. Por serem personagens conhecidas, deveriam ser uma das primeiras fontes que eventualmente deveriam ser consultadas pelos que se preocuparam com a Fábrica de Ferro de Ipanema, mas não o foram. A respeito desse fato, há que se indagar os motivos pelos quais isso ocorreu, pois os "silêncios da historiografia" podem revelar informações importantes ao pesquisador.

O fator da distorção da memória não é decisivo nessas memórias de viagens. Ao contrário, seus autores estiveram no local e registraram suas observações, ao contrário da maioria dos autores de relatos, que realizaram operações de "cola e tesoura". Em adição, qualificam-se como testemunhos na acepção mais simples do termo, pois relataram o que lembraram dessas suas observações durante suas viagens.

---

[671] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Idem, 2a ed. p. 1162.
[672] WEHLING, Arno. Idem. p. 134-135-141.

A hipótese mais provável para esse esquecimento está no teor desses relatos. Spix e Martius registraram a carência das pessoas que trabalhavam na Fábrica durante a direção de Varnhagen, em termos de falta de cuidados médicos para os operários, em oposição ao conforto em que viviam os principais moradores da região. A impressão que esse relato transmite ao leitor é a de que os operários viram nos alemães como dois socorristas, que vieram resgatá-los do abandono e isolamento em que se encontravam. Colocaram que os mestres suecos haviam permanecido após a saída de Hedberg e conseguiram elevar a produção da fábrica, assim como ensinavam seus ofícios aos escravos, que estavam se tornando exímios nessas atividades. Registraram a baixa qualidade dos produtos e a falta de combustível local. St. Hilaire zombou da crença de que o local era encantado, porque viu isso se repetir em outros locais do Brasil. Foi o único a registrar a crença de que não se podiam usar fornos-altos no Brasil devido ao clima, assim como criticou a Junta Administrativa e a contratação do fundidor francês. Foi além e afirmou que a fábrica de Varnhagen não dava lucros maiores do que a de Hedberg. Ainda colocou que o Governo era culpado pelo fracasso do empreendimento por não incentivá-lo e que seria melhor deixar essa atividade à iniciativa privada, tal como ocorreu nos Estados Unidos. José Bonifácio criticou a construção dos prédios em Ipanema, de magnificência inútil, manifestou sua opinião sobre a conveniência de ter-se pequenas fábricas de ferro (tal como Hedberg fez) e não uma grande fábrica (construída por Varnhagen) e o tipo de forno construído pelo alemão, por ser inadequado à fusão do minério local, o que resultava em maus produtos, além da fraude na compra do carvão e na troca de bons escravos por maus, em prejuízo da Fazenda Real. Ademais, colocou que Hedberg podia ter sido útil, se tivesse sido mais bem gerenciado e registrou a perseguição que o sueco sofreu por parte dos membros da Junta, alguns deles sem caráter. E ainda ressaltou a inconsistência entre o discurso de Frederico Varnhagen e os salários que recebia, os quais eram mais do que o dobro do que eram pagos a Hedberg. Inclusive, Varnhagen, na documentação da Fábrica de Ferro, deixou entender nas entrelinhas que não gostou da presença desses viajantes em Ipanema.

Nesse caso, houve abuso de esquecimento, ao destacar excessivamente a intriga entre Hedberg e Varnhagen, deixando-se de lado os fatores estruturais da Fábrica de Ferro, os quais comprometiam sua eficiência produtiva. Esse abuso explica-se pelo fato de que as memórias do século XIX convergiam para a disputa de quem teria sido o primeiro a instalar a indústria

siderúrgica no Brasil e os relatos do século XX, para discutir em que medida os conflitos entre Hedberg e Varnhagen concorreram para que aquela indústria não tivesse prosperado no Brasil.

4.2. As discrepâncias entre a memória e a história de Ipanema e as distorcidas lições do passado

São várias as discrepâncias entre uma análise objetiva do que houve na Fábrica de Ferro de Ipanema e a memória sobre ela produzida por meio dos relatos.

A fábrica de Domingos Ferreira Pereira no século XVIII foi empreendimento que teve duração de dez anos e que não diferiu muito dos pequenos fornos ainda em funcionamento no século XIX, foi narrado como iniciativa isolada de mais um aventureiro, porque não contava com a participação do Governo para legitimá-la, pois a iniciativa relevante seria apenas a que tivesse o apoio daquele para levá-la adiante. No entanto, como se pode observar, a iniciativa de Domingos Ferreira Pereira foi resultado da política pombalina de industrialização do reino, seja pela fábrica portuguesa de Figueiró dos Vinhos, como pela fábrica de ferro de Nova Oeiras, em Angola, comandada pelo pai do Conde de Linhares e cunhado do Morgado de Mateus, o qual acompanhava as atividades em São Paulo, por eventualmente serem interessantes do ponto de vista de defesa da Capitania. O Conde de Linhares nada fez além do que seu pai executara em Angola nos tempo de Pombal.

A imagem de Hedberg foi construída pelos relatos como sendo um homem incapaz e inescrupuloso, que jamais deveria ter aceito uma tarefa para a qual não estava preparado, cujo insucesso causou prejuízo ao Governo. Sem fazer quaisquer considerações a respeito do caráter do sueco ou julgar seus acertos e erros, pode-se colocar, objetivamente, que ele trabalhava na atividade siderúrgica. Não há como saber se era bom ou mau profissional ou se era a melhor alternativa à época. De qualquer modo, ele trouxe a bibliografia mais relevante do período em assuntos siderúrgicos e um mestre, Lourenço Hultgren, responsável pelo funcionamento dos fornos-altos enquanto esteve em Ipanema. Não se pode afirmar taxativamente se Hultgren era um grande mestre na arte de fabricação do ferro, mas a qualidade de seus trabalhos foi reconhecida nos relatos, porém, de modo tímido, para que esse atributo não conflitasse com a memória construída a respeito dos suecos de Ipanema até sua morte em 1829, como desabilitados para a função para a qual foram contratados. Caberiam indagações a respeito dos motivos pelos quais

não se trouxeram mais operários hábeis, ou se bastavam aqueles que vieram, ou se havia quantidade de operários dispostos a vir ao Brasil. Foi ainda acusado de fazer intrigas em desfavor de Varnhagen, as quais o teriam prejudicado, assim como teriam retardado o próprio desenvolvimento da siderurgia nacional. No entanto, praticamente não se menciona José Arouche de Toledo Rendon. Este aparece como uma pessoa ausente da Fábrica, na opinião de José Bonifácio, mas Arouche foi quem fomentava as intrigas entre Hedberg e Varnhagen e depois entre Hedberg e Martim Francisco.

O fato de Varnhagen ter inaugurado os fornos-altos não significa que a produção desses equipamentos tenha sido a melhor possível. A primeira campanha de Varnhagen foi mesmo em 1819, tendo em vista que os fornos foram inaugurados no fim do ano de 1818. Ele teve dificuldades técnicas. Em 1820, sua campanha foi muito ruim e o mesmo ocorreu em 1821. Não se pode igualmente afirmar que Varnhagen era incompetente, porque, mesmo com todo o conhecimento disponível à época, não era possível ter grandes resultados com o uso de metal de difícil fundição e com combustível inadequado para essa tarefa. No entanto, seu trabalho é relatado como de grande sucesso e o declínio da Fábrica de Ferro aconteceu após sua saída, e não, enquanto estava na diretoria da mesma. Dessa forma, a polêmica sobre Hedberg justifica-se, na verdade, por não ser possível saber ao certo se Hedberg trabalhou bem, porque não elaborou os relatórios das construções que fez, tal como rezava a Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, o que motivou o Governo a cobrar notícias sobre o andamento dos trabalhos. Também não há uma justificativa para os motivos pelos quais Hedberg não construíra fornos-altos, se ele conhecia essa tecnologia e havia trazido um mestre capaz para os trabalhos em Ipanema.

O ponto comum dessas memórias foi o desinteresse sobre o que ocorreu nas demais diretorias da Fábrica de Ferro, o que certamente prejudicou a compreensão global do problema. Além disso, nessas memórias deu-se pouca importância para o uso de carvão vegetal. O cunhado de Varnhagen, Feldner, veio ao Brasil fazer buscas desse produto e o encontrou em Santa Catarina. Houve pesquisa de carvão mineral empreendida pelos diretores da fábrica. Como não havia esse mineral, só restava o uso de carvão vegetal. Pouca ou nenhuma atenção se deu sobre o elevado consumo de madeira necessária para aquecimento dos fornos, nem sobre a maneira pela qual esse produto era adquirido ou qual a sua procedência. Houve conflitos na demarcação do distrito mineiro em todas as oportunidades em que se fez necessário o avanço sobre terrenos vizinhos para obtenção de madeira. Apenas um, Manoel Rodrigues Ferreira, chamou a atenção

para esse fato, que foi talvez o crucial para o insucesso da Fábrica de Ferro de Ipanema, pelo que se pode observar pela leitura da documentação da Fábrica.

Outro problema estrutural, embora mencionado, porém, com pouca ênfase por se focar mais na intriga entre Hedberg e Varnhagen, foi a deficiência nos transportes. A região era ligada por estradas a São Roque e Itu, como se observa nos relatos de viagens e também pela documentação da Fábrica de Ferro. José Bonifácio, Vergueiro e Eschwege levantaram esse aspecto do acesso difícil à região, porque o acesso fluvial a uma fábrica de ferro seria mais interessante do que atualmente se denomina de "aspecto logístico". Embora a Fábrica de Ferro de Ipanema ficasse próxima ao Rio Sorocaba, afluente do Rio Tietê na região onde hoje é o município de Laranjal Paulista, este não é, contudo, navegável, pela existência de saltos, que impediam o deslocamento de barcos. Não se interrogou o mau lugar em que a fábrica foi instalada, porque ela padecia muito com as chuvas todos os anos, fazendo transbordar o açude, independentemente de sua colocação – pois isso foi objeto de discussão entre Hedberg e Varnhagen – quase inundou o forno de Varnhagen, o desmoronamento das construções por causa da chuva, o desabamento das pontes e destruição das estradas.

Quase nada se falou dos franceses que Frederico Varnhagen trouxe para fundição, ante a insistência dele de não contar com os trabalhos de Hultgren. Arouche afirmou que Varnhagen foi enganado, porque os franceses não tinham capacidade técnica. O mesmo apareceu em uma das cartas de Frederico Varnhagen transcritas por Eschwege em *Pluto Brasiliensis*. Não se esclareceu esse ponto, ante o hiato entre a conclusão do forno em 1817 e a primeira fundição oficial em 1º de novembro de 1818.

Mais um aspecto que acabou passando despercebido foi a presença de operários alemães, que chegaram ao Brasil em 1820 e que não se adaptaram ao trabalho não apenas em Ipanema, mas também em Minas Gerais. Esses mestres, como Fuchs, foram muito criticados porque não tinham conhecimentos suficientes nessa área, assim como houve conflitos entre os alemães e os escravos da fábrica. Apenas Eschwege registrou os graves problemas de alcoolismo, que foram uma epidemia por décadas naquele local. Hedberg pediu para interromper a venda de bebidas e não foi atendido. Varnhagen disse que os suecos consumiam bebidas alcoólicas e os alemães tiveram problemas nesse sentido, porque afetava a capacidade de trabalho deles.

Não se lembrou do uso de indígenas no início dos trabalhos nem escravos ao longo de seus oitenta anos de existência. Basta verificar que o Governo subscreveu escravos em 4 de

dezembro de 1810 e os relatos dos autores pareceram não ter se preocupado em investigar o seguimento do uso dessa mão-de-obra. É certo que essas questões foram estudadas por Douglas C. Libby[673] em 1987 e Mario Danielli Neto em 2006.[674] No entanto, foram os escravos que conduziram a fábrica durante a maior parte do tempo. Adquiriram conhecimentos técnicos na área e conduziram as fundições, ao lado de outros que se dedicavam a atividades subsidiárias, como a agricultura, extração mineral e corte de árvores. Isso não significa que tinham boas condições de vida. Mesmo com os elogios que recebiam e até mesmo o pagamento de gratificações por terem conseguido fazer boas fundições, eles viviam em condições precárias e foram descartados quando do encerramento das atividades em 1860.

Também não se lembrou o uso de presos. Os diretores Bloem e Antonio Manoel de Melo eram contrários a vinda dessas pessoas por falta de infraestrutura para recebimento deles, razão pela qual eram mantidos em cela superlotada. O que chamou a atenção foram os problemas de insubordinação dos guardas nessa época, que passaram a facilitar a fuga deles, ou a recusar a procederem a captura deles, como no caso do réu Strock, ou desertavam, levando-os consigo. Os casos de corrupção ocorreram com o guarda-livros que foi preso em 1815 e as próprias denúncias de José Bonifácio quanto ao fornecimento de carvão.

A participação da Fábrica de Ferro de Ipanema na Guerra do Paraguai é também bastante interessante como mais um elemento da construção da memória. Leandro Dupré mencionou a retomada das atividades em Ipanema no período que coincidiu com o conflito, informação reproduzida posteriormente por Calógeras e Osny Duarte Pereira. No entanto, era quase impossível a Fábrica de Ferro ter contribuído com o fornecimento de materiais, porque, na ocasião da chegada de Mursa ao estabelecimento, encontrou tudo em ruínas e sua reconstrução definitiva levou cerca de sete anos. O Governo não mandou dinheiro suficiente para a reconstrução do local, mas requisitou a apresentação de todos os escravos da fábrica que tivessem entre dezesseis e quarenta anos de idade.

A compreensão histórica durante os séculos XVIII, XIX e em parte do século XX, assentou-se nas ideias de progresso, desenvolvimento e evolução, resultado das aceleradas

---

[673] LIBBY, Douglas Cole. **População e Mão-de-Obra Industrial na Província de Minas Gerais (1830-1889).** 1987. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo.

[674] DANIELI NETO, Mario. **Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica). Instituto de Economia - UNICAMP. Campinas.

transformações por que passou a humanidade devido à passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, comprovado pelo interesse dos Estados no desenvolvimento dessas atividades – no caso português, a Fábrica de Seda do Rato e a Fábrica de Ferro de Figueiró dos Vinhos, Nova Oeiras e as iniciativas mineira e paulista. Igualmente, o salto tecnológico ocorrido a partir da Revolução Industrial com a mecanização da produção, a qual exigiu uma indústria siderúrgica para fornecimento de ferro destinado à construção de máquinas e de meios de transporte. Contudo, deve-se tomar cuidado quanto à diferença entre as ideias de progresso em alguns países da Europa com a ideia de progresso no Brasil, por exemplo. Enquanto determinado Estado modificava-se para melhor no entender das pessoas que vivenciaram essas transformações, a ideia de progresso é reforçada do ponto de vista ideológico, teórico, bem como no imaginário das pessoas. Tanto que essa ideia só passou a ser rechaçada com os conflitos ocorridos no século XX, o que exigiu uma revisão acerca dessa crença. Entretanto, quando determinado Estado não conseguiu atingir esse grau almejado de organização social, a concepção acerca do progresso foi um tanto diferente. Desejava-se compreender as razões que impediam ou que impediram essa evolução. Por isso, a *historia magistra vitae* apareceu na reflexão de um grupo de pessoas não necessariamente ligadas entre si a ponto de afirmar-se a existência de uma "escola", mas que se interessaram pelas razões do insucesso, do não-progresso, da estagnação.

No caso de Ipanema, há relatos em que se manifestou a crença no progresso, quando, por exemplo, se descreveu o morro de Araçoiaba, como sendo aquele que viria a fornecer ferro para toda a humanidade por ser um das mais ricas da Terra, tal como disse Varnhagen, ou ainda a afirmação de que a Fábrica de Ferro de Ipanema viria a ser um estabelecimento muito útil, que traria a prosperidade para o Reino. O mesmo se observa na correspondência de Bloem, que retratou a esperança dos paulistas de que Ipanema pudesse ser motivo de orgulho para eles. Por outro lado, com a frustração desse sonho desde seu início, os relatos também se propuseram a investigar as causas do malogro mediante o resgate do passado, analisando os motivos pelos quais o Brasil não conseguia desenvolver uma indústria siderúrgica. José Bonifácio fez uma reflexão sobre o que se passou e apontou a corrupção, a inutilidade da Junta Administrativa, a aproveitamento inadequado de Hedberg, a incapacidade de Varnhagen e a equivocada localização da Fábrica. Vergueiro e Varnhagen fizeram o mesmo, quando ambos afirmaram que da história se tiram lições, atribuindo o insucesso à contratação de Hedberg. Eschwege discutiu essa questão expressamente quando fez breve ensaio intitulado "Poderá manter-se no Brasil uma grande

fábrica de ferro?" em Pluto Brasiliensis. Calógeras, com sua obra "As minas do Brasil e sua legislação", elaborou balanço sobre o que se realizou durante os séculos anteriores para que esse estudo histórico servisse de subsídio para a tomada de providências voltadas à industrialização do Brasil. Dessa maneira, a preocupação desses autores voltou-se com o ainda alcançável desenvolvimento industrial do Brasil.

Os relatos produzidos entre 1950 a 1970, resgataram a memória para a compreensão dos erros do passado e procuraram mostrar os percalços ocorridos durante cento e cinquenta anos para que o Brasil pudesse ter uma verdadeira indústria siderúrgica. Essa memória teve uma finalidade passional, no sentido de resgate do sofrimento anterior para que se superassem as dificuldades de consecução desse plano de inserção do Brasil como País desenvolvido. Refletem o desconforto com o fato de que o Brasil, em termos econômicos, tinha ficado para trás dos demais países, que começaram a desenvolver suas indústrias siderúrgicas concomitantemente com o Brasil, atingindo o estágio de desenvolvido, conceito importante à época, atualmente substituído por outros critérios, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Com isso, a retomada da memória de José Bonifácio, o acesso ao texto de Eschwege e à síntese de Calógeras foram usados para tanto.

O grande problema do conceito de *historia magistra vitae* nesse caso, como em vários outros casos que levaram ao descrédito dessa concepção de história, é que ela é formada de exemplos obtidos da memória, com fragilidades em termos de verossimilhança dos exemplos usados, os quais distorcem a compreensão do problema se usados como exemplos. Aqui, pois, retoma-se a observação de Koselleck, segundo o qual, a partir do momento em que se procurou reconstruir o passado de forma crítica, concluiu-se que não se podia mais usar um conceito de história que se baseava em exemplos. Considerando que as memórias de Vergueiro, de Eschwege e de Varnhagen - sintetizadas por Calógeras, o qual não foi além delas - trazerem fortes elementos de cunho pessoal, ou com observações distorcidas pela subjetividade de seus autores, esse material não pode ser usado objetivamente como fonte para a reflexão sobre o passado, na tentativa de identificação das causas do não-progresso da siderurgia nacional ou na tentativa de obtenção de lições do passado.

APÊNDICE

Pedro Taques	Marcelino Pereira Cleto
No pouco tempo que teve de vida, depois que chegou a São Paulo o Senhor D. Francisco de Souza, fez laborar as Minas de Ouro da lavagem com grande aumento dos Reais Quintos, e o Engenho de ferro, que o Alferes Affonso Sardinha mandou construir e estabelecer á sua custa, no sítio de Biraçoiaba e o deu para desta fábrica se aproveitar Sua Magestade, que antes desta oferta só percebia o quinto da fundição desse metal. (Cal. De São Paulo, Quad. de Vereanças tto 1.607 pág. 23) No seu tempo construíram o Engenho de Ferro da vocação Nossa Senhora d'Assunção no sítio de Ebirapocera, da outra banca do rio Jeribatiba, os fundadores dele Francisco Lopes Pinto Cavalheiro, Fidalgo da Casa Real, e professo da ordem de Christo, e seu cunhado Diogo de Quadros, o qual tinha vindo em mil seiscentos e vinte e seis por Provedor, e administrador das Minas, como fica referido (...).E por que estas Minas não se estabeleceram, ignoramos por não descobrirmos documento algum que nos instrua desta causa.	Entre a Vila de Sorocaba, e Itu, há umas minas de ferro, e aço, que parecem inestiguíveis pela sua grandeza, e a qualidade destes dois gêneros é também boa. Nelas fundou um grande engenho de ferro, e aço Afonso Sardinha, o velho, pagando destes gêneros o quinto a Sua Magestade (...) O dito Diogo de Quadros com seu sócio Francisco Lopes Pinto levantaram outro engenho da mesma qualidade da vocação de Nossa Senhora da Assunção no sítio de Iberaopecera da outra banda do rio Ierobatiba; que era nas vizinhanças da cidade de São Paulo, aonde não sei se ainda há minas dessta qualidade. (...) e atualmente só me consta, que das minas de ferro e aço de Sorocaba fizera o Sr. D. João V ou o Sr. D. José mercê a um homem por vinte anos não sei debaixo de que cláusulas ou condições.

Quadro 1: Comparação entre Pedro Taques e Marcelino Pereira Cleto

Pedro Taques	Eschwege
Afonso Sardinha, e seu filho do mesmo nome, foram os que tiveram a glória de descobrir ouro de lavagem nas Serras de Jaguamimbaba, e de Jaraguá, na de Voturuna em Parnaíba e na Biraçoiaba, no Sertão do Rio Sorocaba, ouro, prata, e ferro pelos anos de 1597. (Arquivo da Câmara de São Paulo. Quadro de Ref. Tt°. 1600, p. 36v) Este Paulista Afonso Sardinha foi tão intrépido em penetrar Sertões incultos que já no ano de mil quinhentos e noventa e dois tinha feito muitos serviços a Sua Magestade e foi eleito para Capitão da Gente de São Paulo de cujo cargo obteve provisão do teor seguinte: (Arq. Da Câmara de São Paulo. Quad. De Reg. Tt°. 1583 até 1595, p. 26v)	Nos velhos documentos que foram conservados na Câmara Municipal de São Paulo (Veja-se Arquivo dos Órfãos, em São Paulo, Liv. VI, n° 24; assim como o Arquivo do Conselho da Cidade de São Paulo, liv. de Registro do Ano de 1583, pág. 26, e o do ano de 1600, pág. 36), encontra-se o seguinte, referente à história dessas antigas fábricas de ferro:
Conservaram-se somente as minas de ouro de lavagem descobertas como ficara referido desde o ano de mil quinhentos e vinte e sete, pelo Paulista Afonso Sardinha, nas Serras de Jaguamibaba, Jaragué, Ubuturava e Hibiraçoiaba, além destes quatro descobrimentos de ouro fez também o de minas de ferro para a extração e fundição deste metal, fez construir o mesmo Afonso Sardinha dois engenhos nos quais se fundia o ferro para fazer-se barra com grande aumento da Real Fazenda ----------	 Afonso Sardinha estabeleceu, no ano de 1590, no morro de Araçoiaba, uma fábrica de ferro com dois fornos, para a fabricação de ferro e aço
não só no sítio da Serra de Hibiraçoiaba mas também no de Santo Amaro que ao presente tempo é Freguesia, como melhor se vê no Arquivo da Câmara de São Paulo (Quad. De Vereações, tt°. 1607, p. 23 e seg. Quad. De Vereações, tt°. 1606, p. 3 v. 18v).	Essa descoberta deu causa a que se construísse, há mais de duzentos anos, uma pequena fábrica de ferro, com forno de refino, situada na Freguesia de Santo Amaro, à beira de um pequeno ribeirão, afluente do Rio Pinheiros, que é navegável, a uma distância de 2 léguas SE de São Paulo. Nas ruínas dessa pequena fábrica ainda se pode ver a vala da roda, o lugar da oficina, os restos de um açude, assim como um monte

	de pesada escória de ferro.
Esta fábrica de ferro laborou muitos anos em diversos domínios porque Afonso Sardinha deu um dos ditos engenhos ao fidalgo Dom Antonio de Souza que era filho de Dom Francisco de Souza Governador Geral do Esatdo que passou a São Paulo primeira vez como temos referido em mil quinhentos e noventa e nove ----------	De um desses fornos fez ele presente, mais tarde, ao governador de São Paulo, D. Francisco de Sousa, quando este visitou o morro de Araçoiaba no ano de 1600 e ali estabeleceu um termo de jurisdição próprio.
e a segunda em mil seiscentos e nove, de Dom Antonio de Souza passou o mesmo engenhou por tempo de um ano metade do seu arrendamento, a Diogo de Quadros e a Francisco Lopes Pinto por preço de cinquenta quintais de ferro em dito ano, depois correndo o tempo teve tal aumento esta fábrica que os mesmos Diogo de Quadros, e Francisco Lopes Pinto, Cavalheiro Fidalgo e professo na Ordem de Cristo, venderam o seu Engenho de ferro ao mesmo Fidalgo Dom Antonio de Souza por preço de três mil cruzados dos quais ainda devia o resto do pagamento deles até vinte de seis de fevereiro de mil seiscentos e vinte e nove, em que faleceu em São Paulo dito Francisco Lopes Pinto, que no seu testamento declarou com bastante difusão tudo que dizia respeito a esta fábrica de ferro e venda do Engenho dela ao Fidalgo Dom Antonio de Souza. Este testamento se acha junto aos autos do inventário feito por porte do sobredito Francisco Lopes Pinto.	Em 1602, voltando o governador para Portugal deixou a fundição a seu filho D. Antonio de Sousa a quem propriamente Sardinha fizera o presente. Deste recebeu-a Francisco Lopes Pinto, fidalgo e cavaleiro, da Ordem de Cristo. Morrendo este a 26 de fevereiro de 1629, todos os serviços foram paralisados embora o seu sogro, Diogo de Quadros, também fosse um dos proprietários da fábrica. Os citados documentos antigos dizem que Afonso Sardinha, após ter dado de presente essa fábrica, construiu uma nova, que trabalhou, então, por conta do Rei”.

Quadro 2: Comparação entre Pedro Taques e Eschwege

Pedro Taques	Vergueiro
(...) Affonso Sardinha contentou-se com a gloria do real serviço, fazendo os descobrimentos dos três metaes, ouro, prata e ferro, tudo á sua custa. Até os engenhos para se fundir o ferro entregou a Sua Magestade. Porém correndo os annos houveram mais engenhos; porque os de el-rei administrava Diogo de Quadros como provedor. E em 1609 ainda existia o dito Quadros com esta administração, como se vê na câmara de S. Paulo no caderno de vereações do anno de 1607 pag 23 e 23 1. d'onde consta que os ditos engenhos foram de Affonso Sardinha, que os dera a Sua Magestade por lhe fazer este serviço etc. em 1629 falleceu em S. Paulo Francisco Lopes Pinto, cavalleiro fidalgo da casa real, professo na ordem de Christo; e no seu testamento declarou que era senhor de um engenho de ferro, cuja metade vendera por preço de três mil cruzados a D. Antonio de Sousa, filho de D. Francisco de Sousa, governador e capitão-general que fora do Estado do Brasil. (...)	Factos anteriores a fundação da nova Fabrica Principiarei este período transcrevendo, o que se lê nas Notícias Genealógicas de Pedro Taques: "Affonso Sardinha começou em 1590 uma Fábrica de Ferro de dois engenhos para a fundição do ferro, e aço em Biraçoiaba, que laborou até o tempo, que o dito Sardinha doou um destes engenhos ao Fidalgo D. Francisco de Sousa, quando em pessoa passou o Biraçoiaba no anno de 1600, e, como era Governador d Estado, alli fundou pelourinho, que muitos annos depois passou para a Villa de N. Senhora da Ponte de Sorocaba: e recolhendo-se ao Reyno em 1602, em que chegou à Bahia o seu successor Diogo Botelho despachado por Filippe III, Rey de Castella, ficou o dito engenho a seu filho D. Antonio de Sousa, a quem Sardinha tinha feito a graciosa dádiva, e deste passou a Francisco Lopes Pinto, Cavalleiro Fidalgo e Professo na Ordem de Christo, por morte do qual (em S. Paulo a 26 de fevereiro de 1629) se extinguio o dito engenho, e cessou a fundição de ferro de Biraçoiaba, em que com o dito Pinto era interessado seu cunhado Diogo de Quadros, e tudo consta do testamento do dito Francisco Lopes (cartório dos Órfãos de S. Paulo, maço de inventários de. F. n°. 24). Foi o dito Paulista, Affonso Sardinha, de muitos merecimentos pelo ardor, que teve no Real serviço; porque tendo dado o seu engenhou de fundir ferro a D. Francisco de Sousa, fez construir outro á sua custa para nelle laborar a fundição por conta do Rey, a quem fez esta doação.

Quadro 3: Influência Direta de Pedro Taques em Vergueiro

Marcelino Pereira Cleto	Vergueiro
Sendo a capitania de São Paulo, antes denominada de São Vicente, a mais antiga da América, e o povo dela, o que melhor tem servido a sua Majestade; porque à custa da própria faenda descobriu, em grande utilidade da Real Coroa, as Minas do Cuiabá, Mato Grosso, Vila Rica e Goiases, quando tendo-se intentado diversos descobrimentos à custa da Real Fazenda, em que em diferentes tempos, fez grandes despesas, nunca se concluíram, é hoje a mais decadente da América. (...) Separaram-se em diferentes capitanias os desocbrimentos, fizeram-se par todas as Minas diferentes caminhos, e em todos eles se estabeleceram inumeráveis paulistas, e ficou a Capitania de São Paulo cercada no distrito, sem a maior parte do negócio, e a falta de povoação, o que era bastante para inteiramente a destruir, a não ser o seu terreno abundante dos gêneros de primeira necessidade.	A Província de S. Paulo, que disputa a antiguidade de sua colonisação com as mais antigas do Brazil, foi a que principiou mais tarde o seu desenvolvimento: parece-me ver a causa mais constante, e efficaz deste retardamento na disposição de sua superfície. Uma elevada serra de difficil transito, e estéril no estado actual da nossa agricultura, borda, e guarnece toda a Província ao longo do mar, dividindo exactamente a corrente das agoas em direccções oppostas.

Quadro 4: Comparação entre Marcelino Pereira Cleto e Vergueiro

Martim Francisco	Vergueiro
Não me demoro em descrever extensamente o mineral de ferro, sua riqueza, e abundância, em marcar o lugar, em que se devem levantar as ferrarias, caso de querer Sua Alteza aproveitar esta mina, em fazer ver os erros, e por consequencia os prejuízos, que tiveram os que empreenderam trabalhá-la no tempo do Morgado de Mateus, finalmente em dar uma noção sobre a abundância das águas, matas, fundente, e todos os demais misteres necessários a um tal estabelecimento, pelo ter feito em uma memória separada, que a este respeito envio ao ministério.	Assim morreu um estabelecimento de tão extensa utilidade, que havia custado tão penosos, e reiterados esforços!... Os agricultores tomarão novamente conta da montanha, e sobre as ruínas da fabrica de ferro se levantou outra de açúcar, que também não durou muito por causa das novas ordens, que prohibirão o corte das matas. Em 1803 o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Inspetor das Minas e Matas desta Província, nas viagens mineralógicas, que nella fez, examinou cuidadosamente a mesma montanha, e suas relações, concordando exactamente com João Manço nos logares do açude e fabrica.

Quadro 5: Comparação entre Martim Francisco e Vergueiro

Vergueiro	Eschwege
Esta montanha, a que manuscritos antigos chamão Biraçoiaba, está situada debaixo do Trópico isolada dentro de uma grande planície, que se estende para todos os lados pelo menos cinco légoas: tem a periferia inferior oval com o diâmetro maior de três légoas, e o menor de legoa e meia; sua altura é de dois mil pés acima do Rio Ypanema, e a deste de mil e cincoenta acima do mar.	Esse morro, que fornece o minério de ferro, eleva-se, como uma ilha, a uma altura de 1.088 pés, por sobre um extenso planalto ondulado, no local da fábrica, atinge a 1.822 pés ingleses acima do nível do mar.
O cume é variado em outeiros, e planícies, em uma das quaes está a Lagoa Dourada, de que os vizinhos contão fabulosas visões, como indicio de muito ouro.	Na ponta do morro, há partes onduladas e partes planas, em uma das quais se encontra uma lagoa, chamada Lagoa Dourada, afamada pelos tesouros que ali jazem enterrados, segundo dizem as lendas.
Descem pelos lados vários ribeiros, de que a maior parte accrescenta o Ypanema, e o Sarapuu, que, deixando a montanha em meio, entrão no Sorocaba: o mais notável, e affamado, por ter tocado as ruínas das Fábricas Antigas, é o das Furnas, que corre pelo Valle do mesmo nome e vai entrar no Sorocaba	Um dos vales mais importantes é o de Furnas, onde nasce o córrego da Fábrica Velha, que corre para norte e deságua no Sorocaba.
Toda a montanha é cuberta de espessas matas, ou primitivas, que abundão em madeiras de carpintaria, e marcinaria, das quais já se tem notado cento e oito espécies, ou variedades; ou secundárias, que no paiz chamão capoeiras, que por vezes se tem renovado, destruídas pelos agricultores; o que indica fertilidade do terreno.	Uma parte do morro, a maior, está coberta da mata virgem, porém a outra se apresenta despida de suas belas árvores, sacrificadas às necessidades da cultura do solo. Apenas existe, ainda, algumas capoeiras. Mesmo assim, a riqueza em boa madeira é ainda considerável, distinguindo-se cento e vinte espécies diferentes de árvores.
"(...) nas direcções dos veeiros estão mais juntos os pedaços soltos do mineral de ferro, e são no todo em tal abundância, que afoutamente se affirma ter nelles a Fábrica alimento para mais de cem annos sem ser preciso tocar nos veeiros".	É esta a descrição dos arredores de Ipanema e do morro de Araçoiaba, onde, sem a menor dificuldade em matéria de extração de minério, pode trabalhar uma grande usina por mais de um século, desde que se aproveite apenas o mínério de ferro rolado.
A inhabilidade dos seus denominados Mineiros foi conhecida nos primeiros golpes de serviço, cada vez se aclarou mais, e elles mesmos denunciarão seus verdadeiros officios. A notícia, de que Hedberg lhes contratctara mil reis de jornal, os levou a queixarem-se contando quanto ganhavão, a saber:	1 – Huelgren, carpinteiro de ofício, com o salário de 800 réis diários; 2 – Sandahl, criado de H[edberg], na Suécia. Não conhecia ofício algum. Toma conta do engenho de serra em Sorocaba, vencendo 340 reis diários; 3 – Dahlstroem, amigo serralheiro na fábrica de

Hultgrin, Carpinteiro de Máquinas, 800 reis; Strombeck e Hagellund, Marcineiros, 317 réis; Ullistrin, vagamundo recebido em Londres, 180 reis; Christian, Marinheiro, 3$200 por mez; Sanhdal, creado de servir; Dahlstron, official de pregos; Hult, aprendiz do mesmo; Lindstron, alfaiate; Norman, sem officio; Forsberg, escripturario do Director, e dizia-se carpinteiro de folles; Bergman, carpinteiro; Lin, çapateiro; Todos a 360 reis. Saf, nada, porque só veio na lista, mas em seu lugar Jolidon, cosinheiro, 800 reis.	H[edberg]. Recebe agora 340 réis diários; 4 – Hult, ex-aprendiz de cravador, na fábrica de H[edberg]. Recebe o salário de 340 reis diários; 5 – Lindstroem, alfaiate. Veio para o Brasil, porque desejava receber os 300 florins que H[edberg] lhe devia. Trabalhava com H[edberg] também. Passou a ganhar 320 reis diários; 6 – Lind, carvoeiro e sapateiro, exercendo dois ofícios em Sorocaba, de preferência o segundo. Recebe diariamente 960 reis; 7 – Jolidon, ex-bicho de cozinha, no palácio da Rainha da Suécia. É agora cozinheiro de H[edberg] vencendo 960 reis por dia; 8 – Hagelhund, carpinteiro, e mais tarde dragão em Smoland, reformado por ser um pouco surdo. Em Sorocaba, passou a trabalhar como marceneiro. Sendo maltratado por H[edberg], enforcou-se em 1812; 9 – Stroembeck, jovem camponês que, não conhecendo nenhum ofício, foi utilizado no transporte de madeira de construção. Vence 300 reis por dia; 10 – Ulsrin, aprendiz de pedreiro, que não gosta de trabalhar e abandona frequentemente o serviço. Recebe 180 reis diários; 11 – Norrmann, sobrinho de H[edberg]. Não conhece ofício algum e recebe 180 reis por dia, feitorando os serviços de pedreira; 12 – Christian Lindstroem, ex-soldado de artilharia. Tornando-se marinheiro, fez uma viagem às Índias e, de volta, passou a trabalhar em um estabelecimento açucareiro de Estocolmo, onde conheceu o cozinheiro Jodidon, que o recomendou a H[edberg]. Ganha 120 reis diários; 13 – Fossberg, escrevente de requerimentos para os camponeses na Suécia; Hoje é secretário de H[edberg], vencendo 320 reis diários; 14 – Bergmann, que devia fabricar os foles, morreu logo no primeiro mês de sua chegada ao Brasil”.

Vergueiro	Eschwege
A agricultura do Brazil é tão precária, como as manufacturas da Inglaterra tendo de commum a necessidade de ser consumido o seu sobejo por Nações estrangeiras, o que nem sempre está no poder do Governo regular convenientemnente. (...) O que recebemos em troco do sobejo da nossa agricultura, são manufacturas; logo são estas, o que se deve substituir no próprio Paiz aquelle sobjeo. Não pertence aqui tratar de todas as manufacturas, de que devemos ir lançando mão; porém, é incontestável que a exploração, e manufacturaçaõ do ferro tem entre todas o primeiro lugar em qualquer relação, que se tomem; merecem por isso o primeiro cuidado do Governo e S. M. manifestou bem esta preferência, ou para melhor dizer esta necessidade, no esforço, com que fez levantar a Fabrica do Ypanema; está dado o primeiro passo, resta ir adiante, ainda que seja a travez dos mesmos contratempos. Algumas vezes é fácil fazer prosperar, e aperfeiçoar a indústria já introduzida em um Paíz; porém, conduzir as sementes de fora, fazê-las germinar, e crescer até a consistência, exige medidas de toque mais subido, executadas com a mais circunspecta vigilância e assíduo trabalho. (...) Mais me convenço da necessidade destas escolas, quando olho o passado: em 1654 forão estabelecidas as Ferrarias do Tomar, e Figueiró por fundidores francezes, de que foi diretor Four; e porque não deixarão discípulos adiantados, foi necessário mandar vir outra Companhia, quando se quizerão melhorar em 1692, de que foi Director Lavache; e em 1802 forão restabelecidas por outra Companhia Alemã: se esta tivesse produzido bons discípulos, não seria necessário mandar vir de Suécia quarta Companhia em 1810; e ainda depois desta outra Alemã em 1820. Tempos por tanto perdido quatro Companhias de fundidores estrangeiros sem naturalizar no Paíz este	Em virtude de ter sido a natureza muito liberal para com o país, acreditam os brasileiros que todos os recursos naturais devem ser mobilizados de uma vez. Esequecem-se, pois, de que a indústria europeia não poderia ser transportada para a América, sem a devida adaptação. Dificuldades sem conta tornariam o produto manufaturado no Brasil dez vezes mais caro do que o similar europeu. A mais, o estabelecimento de empresas e a realização de planos de vulto tropeçariam em obstáculos intransponíveis. Isto não se dá apenas com as fábricas de ferro. De modo geral, todas as fábricas e manufaturas em alta escala serão vítimas dos mesmos percalços. (...) Os mestres estrangeiros, que se julgam indispensáveis, passam a fazer inúmeras exigências. Uns se entregam à preguiça e outros à bebida. Daí as rixas entre mestres e patrões, que acabam por despedi-los. Os serviços passam, nessa conjuntura, a ser dirigidos por brasileiros, que haviam aprendido alguma coisa com os mestres estrangeiros. Os produtos fabricados não melhoram a a produção não aumenta com a mudança. Assim, os proprietários se veem na contingência de fechar as portas do estabelecimento.

importante ramo da riqueza nacional. E deveremos ainda perder a quinta? Assim nos acontecerá, se não tivermos o cuidado de estabelecer boas escolas.	
Postos os trabalhos em acção, é necessário dar consumo ao seu producto; para o que convém baratear o primeiro preço, e o da exportação. O preço actual do ferro maleado, e do cru moldado em peças grandes é 1$600 réis por arroba, muito subido, ainda considerada a Fabrica como especulação mercantil, na podendo cmo as despezas de transporte entrar em concorrência com o estrangeiro em toda a Província, e menos fora, excepto para o interior: e considerada a Fábrica, como estabelecimento da Nação, essencial á segurança do Brazil, melhoramento da agricultura, e nascimento das artes, muito mais excessivo me parece, devendo neste sentido baratear-se até aproximá-lo ao preço real. (...) Os meios de baratear os transportes são abrir boas estradas, quando não possão ser canaes: ellas não têm sido objecto desprezado nesta Província, mas dirigido com pouca regra; não se tem procurado conhecer a linha mais curta para segui-la quanto permittem as localidades, adoptando-se pareceres arbitrários de conhecedores practicos, e se a estrada é longa conduz-se por pontos notáveis: assim a do Ypanema ao Porto de Santos (actualmente única saída para o mar) segue por Sorocaba e S. Paulo, sem que estes quatro pontos estejão em linha recta. (...) Augmenta-se a população: 1. Evitando a emigração; 2. Augmentando a lista dos nascidos; 3. Diminuindo a dos mortos; 4. Atrahindo, ou importando novos colonos.	(...) Mesmo que existisse na orla marítima, o estabelecimento de uma fábrica de ferro ali não seria tão vantajoso quanto no interior do país, em virtude do que já foi dito em relação aos salários elevados e ao alto custo dos mantimentos, que devem ser importados do interior. Esses preços são tão altos, que o juro do capital empatado, acrescido do custo da produção, tornaria o produto muito mais caro que o melhor ferro europeu, cujo centner é vendido, nos portos de mar, de 3.200 a 3.600 réis. (...) (....) Deve-se levar em consideração, antes de tudo, a região em que deva ser montado um estabelecimento: região do litoral, ou no interior do país. No interior há a facilidade de obter-se matéria prima em melhores condições. Já no litoral isto não será possível, em virtude do elevado custo de transporte. Além disto, a vantagem de, neste caso, poder a mercadoria ser exportada para outros portos sem exigir um transporte muito caro, anula-se, em virtude do preço elevado dos víveres, e, em consequência, dos salários. (...) O produto é sempre inferior ao similar europeu, aliás sempre preferido pelo comprador. (...) Com a fábrica de Ipanema, a coisa se passou de maneira completamente diferente. A situação desta fábrica, nas proximidades do Porto de Santos, do qual não dista mais de 26 léguas, por excelente rodovia, permitia, mais do que qualquer outra, a esperança de maiores resultados, vale dizer, benefícios que satisfazem de modo geral ao governo e ao Estado, mas nunca aos acionistas. (...)

Quadro 6: Comparação entre Vergueiro e Eschwege

Vergueiro	Varnhagen
É tempo de recrear o espírito com vistas mais agradáveis: a ordem principia a apparecer. Estava reservado ao Conde de Palma fazer executar o grande, e constante projecto de S.M, e a F.L.G. Varnhagen ser o executor delle.	Seção LIII Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projectos d'el Rei.
Introducção Sendo a história um ensino práctico, em que se appurão as verdades da theoria, e patenteão as dificuldades nella cubertas em hypotheses correntes; e encarando o Brazil no futuro tantos, e tão importantes estabelecimentos fabris, não pode deixar de interessar a historia da fundação do que deve fornecer instrumentos a todos.	"Além de que: a história do Brazil não deixa de ser digna de estudo e meditação; pois como diz o ilustre Senador Vergueiro, na importante memória especial que a tal respeito publicou: "Sendo a história um ensino prático, em que se apuram as verdades da theoria, e patenteam as dificuldades nella cobertas em hypotheses correntes e, e encarando o Brazil no futuro tantos e tão importantes estabelecimentos fabris, não pode deixar de interessar a história da fundação do que deve fornecer instrumentos a todos".
O cume é variado em outeiros, e planícies, em uma das quaes está a Lagoa Dourada, de que os vizinhos contão fabulosas visões, como indicio de muito ouro.	(...) é que nas entranhas desse morro, que os antigos diziam conter thesouros encantados, jaz ainda escondida, só em ferro, uma das maiores riquezas latentes do Brazil, e talvez do universo todo.
Avisinhão-se melhores tempos: em 1800 o Capitão General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, por ordem da Corte, mandou o Coronel (hoje Marechal) Candido Xavier de Almeida, com o chimico João Manço Pereira examinar a montaha, designar as matas necessarias para a futura fábrica, prohibindo o corte dellas, informar circunstanciadamente da mina; e propor as peças, que se julgasse necessário mandar vir de fora para a construcção da mesma fabrica: Em 1803 o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Inspetor das Minas e Matas desta Província, nas viagens mineralógicas, que nella fez, examinou cuidadosamente a mesma montanha, e suas relações, concordando exactamente com João Manço nos logares do açude e fabrica.	(...) passou em 1800 morro do ferro do capitão general de S. Paulo, em companhia do coronel Candido Xavier d'Almeida, e do chimico João Manso; estudaram o sitio, e concordaram em abandonar o da fabrica velha, fazendo uma nova junto do Rio Ipanema. Derão tudo conta ao governo, e suas propostas tiveram a approvaçao de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que voltara da corte, com o cargo de inspector das minas e matas, e que foi ao Ipanema em 1803.

Quadro 7: Comparação entre Vergueiro e Varnhagen

José Bonifácio	Varnhagen
Esta Junta que o Conde de Linhares organizou pessimamente desde o princípio, se compunha do Diretor Geral das Minas e Matas da Capitania, que passou a inspeccionar somente as minas e matas do Districto da Fabrica; do Ouvidor então de S. Paulo, Miguel Antonio, como Juiz Conservador, que não sei por que razão entrava para Membro de huma Junta administrativa e econômica; do Brigadeiro, graduado, hoje Marechal de Campo dos Reaes Exércitos, como procurador da Fazenda; do Thesoureiro da Fabrica, o Coronel de Milícias Antonio Francisco de Aguiar, e presidida pelo General da Capitania. Excepto o Director geral das minas e o Director Hedberg, os outros moravão fora da Fabrica, e raras vezes se ajuntavão. Aos membros influentes desta Fabrica se deve a introducção da escravatura, que montava a mais de 80 cabeças, tiradas das diversas fazendas da Coroa, e a vergonhosa troca em S. Paulo dos bons escravos pelos maos de alguns particulares, abusos estes que redundarão em grave prejuízo do Estado. (...) salta aos olhos os erros e os abusos nascerão: (...) 3º da inutilidade de huma Junta chamada Administrativa, que nada podia administrar pela sua ignorancia e incapacidade absoluta em taes matérias.	Faziam parte desta, além do dito Varnhagen, o integro Martim Francisco, e o prudente paulista marechal Arouche, ao depois grande apreciador e amigo de Varnhagen, como nol-o evidencea a correspondencia de ambos que possuímos. (...) Sem conhecimentos especiaes deste ramo os membros da junta, cumpre confessal-o, pelo simples bom senso, não hesitaram em reconhecer qual dos dois contendores sabia mais e tinha mais razão (...).

Quadro 8: Comparação entre José Bonifácio e Varnhagen

Eschwege	Varnhagen
O Senhor Câmara disse-me que na manhã seguinte o ferro correria livremente do forno, ao que lhe respondi que, no dia seguinte, o forno estaria completamente encravado. Às 23 horas, o administrador reuniu todo o pessoal e disse que o forno estava a transbordar. Levantei-me da cama para me certificar e tomei uma pequena alavanca, que introduzi no cadinho, por sobre a dame. Verifiquei que tudo já havia adquirido solidez, com exceção de um pouco de ferro pastoso, contido em uma pequena cavidade, que ia da dame ao algaraviz, borbulhando em frente deste, o que fez supor estivesse o forno a transbordar. A inexperiência do pessoal tinha deixado o ferro esfriar nos dois lados do cadinho. (...) Durante horas trabalhou-se com malhos e alavancas, para desobstruir o furo da corrida. Como não se conseguisse, suspendeu-se um aríete por meio de correntes, para fazer penetrar as alavancas. Essa tentativa, que durou algumas horas, foi, também, improfícua. Às quatro horas, desmanchou-se então a dame; porém, nem assim correu ferro algum. (...) Os foguetes subiam constantemente aos ares, e bombas inúmeras espocavam sem cessar. Depois da chegada ao Tejuco, a 25 léguas de distância da fábrica, houve uma festa que durou três dias e *te deum* para agradecer a Deus pelo fabrico do ferro (...).	Deste modo passou Varnhagen de novo ao Ipanema, ficando sem effeito a commissão que recebera para Minas, que se reduzia a dirigir um semelhante estabelecimento no morro de Diogo Soares ou no do Pilar. Neste último intentou o intendente do districto diamantino a construcção de um forno alto, porém sem êxito; pois, quando passou a ensaiar a primeira fundição, encontrou apenas derretida junto do algaraviz uma pouca de massuca; que foi dahi tirada a custo com alavancas e, depois de convertida em barras, levada em triunfo aparatoso, afim de com o alarde tratar por ventura de desculpar os excessivos gastos feitos, sem proveito real.
1 - O valor do ferro já é contado como realmente recebido, apesar de ser coisa sabida, e por mim verificada, que apenas uma parte muito pequena desse ferro foi vendida e pouco mais poderá ser vendido, pelas razões que exponho, relativamente à possibilidade da existência de uma grande fábrica de ferro no Brasil, nos tempos atuais. Portanto, a receita é imaginária. (...)	Segue-se agora na história especial do estabelecimento uma larga interrupção, naturalmente filha da justa expectativa de todos os homens honestos, que queriam dar tempo ao tempo, para saber o último conceito que deviam fazer da capacidade de Varnhagen, que nem um só dia, no meio do goso da maior felicidade doméstica, por sua parte deixou de confiar em sua perseverança, e de agradecer a Deus que lh'a não abalava; apezar das intrigas com que, de quando em

Duvido muito que na usina de Ipanema, onde havia tantos empregados e o capital empregado era de 500 mil cruzados, se pudesse vender o ferro por preço tão baixo.	quando, era a sua coragem posta à prova, já pelo estéril desejo de uns de vociferar, já pela damninha inveja de seus êmulos, em cujo número se contava o próprio Eschwege, que percorria Minas, em quanto Varnhagen, retirado do resto do mundo no Valle do Ipanema, dirigia de dia os trabalhos, e de noite meditava e escrevia, já ideando providências novas, já contradizendo vozes absurdas e destruindo tramas de inveja.

Quadro 9: Comparação entre Eschwege e Varnhagen

Marcelino Pereira Cleto	**Leandro Dupré**
(...) e atualmente só me consta, que das minas de ferro e aço de Sorocaba fizera o Sr. D. João V ou o Sr. D. José mercê a um homem por vinte anos *não sei debaixo de que cláusulas ou condições*.	O contracto foi lá celebrado com o metallurgista G.Hedberg e mais quatorze operários. Acompanhava-os o Barão de Fleming, que também veiu residir na Fabrica, *não sei em que caracter*, e aqui falleceu.

Quadro 10: Comparação entre Marcelino Pereira Cleto e Leandro Dupré

Calógeras
Nota 2. História da Capitania de São Vicente, por Pedro Taques. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, 1847 Nota 4. Eschwege. Pluto Brasiliensis. Pág. 511. Nota 7. Pedro Taques. Informação sobre as minas de S. Paulo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico. V. LXIV, parte 1ª, p. 6 Nota 9. Antonil. Edição de 1837, p. 141 Nota 10. Charta quadrimensal de maio a setembro de 1554, pelo padre José de Anchieta. Annaes da Biblioteca Nacional. Vol. 1. 1876 Nota 12. Rocha Pitta. História da América Portugueza. Livro 3º. § 90. Nota 13. Informação sobre as minas. Loc.cit. pág. 6. Nota 14. Pedro Taques, Nobiliarchia Paulistana, Revista do Instituto Histórico e Geográfico vol. XXXIII, parte 1ª, pág. 93; e senador Vergueiro, Memória histórica sobre a fundação da fábrica de S. João de Ypanema, Lisboa, 1858. Nota 18. Informação sobre as minas. Loc. Cit. Pág. 6. Seguimos em grande parte este documento para narrar as duas visitas de D. Francisco a Biraçoyaba. Nota 19. Frei Vicente do Salvador. Historia do Brasil. Annaes da Biblioteca Nacional. Vol. XIII, págs. 159-162. Nota 21. [Frei Gaspar] Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. XXIV, 1861, p. 552. Nota 26. A Informação diz que foi em 1606. A Dissertação sobre a Capitania de S. Paulo, de Marcelino Pereira

Cleto (Annaes da Biblioteca Nacional, v. XXI, págs. 207-208) dá a prova de que em 1605 Quadros já estava no Brasil e allegava a sua obrigação de construir engenhos.

Nota 33. Ebiropecera é o nome deste sitio como o apellida Marcelino Pereira Cleto (Dissertação a respeito da Capitania de S. Paulo). Annaes da Biblioteca Nacional. V. XXI, de 1899. pág. 208

II – A attracção de Ypanema

Nota 2: Memória sobre Ypanema. Loc. Cit. Pág. 11

III – O ferro e a política

Nota 6. Vergueiro. Loc. Cit. Pág. 11. dá a data de 1770, mas é um equívoco.

Nota 9. Archivo de S. Paulo. Vol. XIV. 1895. pág. 177-195

Nota 10. Archivo de S. Paulo. Vol. XIV. 1895. pág. 39

Nota 11. Archivo de S. Paulo. Vol. XIV. 1895. pág. 43

Nota 13. Archivo de S. Paulo. Vol. XIV. 1895. pág. 41

Nota 14. Archivo de S. Paulo. Vol. XIV. 1895. pág. 289

Nota 17. Pluto Brasiliensis. Pág. 513.

Nota 18. Memória histórica. Etc. loc. Cit. Pág. 12

Nota 20. Dissertação. Loc. Cit. Pág. 209

Nota 22. Loc. Cit. Pág. 450. Taques diz que o prazo da isenção dos quintos foi de dez annos; vinte anos, diz Pereira Cleto. A carta régia de 28 de fevereiro de 1765, origem da fábrica, diz cinco annos apenas, sendo de dez o prazo do privilégio concedido a Domingos Ferreira Pereira. Dahi a confusão.

IV – Nova orientação econômica. D. João VI

Nota 15. Memória do Senador Vergueiro. Pág. 12

Nota 16. Pluto Brasiliensis. Pág. 513

Nota 17. [Martim Francisco]. Jornaes das viagens pela Capitania de S. Paulo, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. XLV, pág. 5 (para os annos de 1802-1803), vol. IX, pág. 527 (para 1803).

VI – Ypanema e Varnhagen

Nota 17. Para todo este capítulo sobre Ypanema valemo-nos principalmente da Memória do Senador Vergueiro, do Pluto Brasiliensis e da correspondência de Varnhagen.

IX – Ypanema, phase moderna.

Nota 1. Memória sobre a fabrica de ferro de S. João de Ypanema, por Leandro Dupré, Annaes da Escola de Minas, vol. IV, 1885, p. 51.

Nota 2. A fabrica de ferro de S. João de Ypanema, por J. P. Calógeras, Revista Brasileira. Vol. de 1895.

Quadro 11: Citações de João Pandiá Calógeras

Francisco de Assis Barbosa

p.24. A arte de produzir e trabalhar o ferro, introduzida na Colônia, ainda no primeiro século da conquista, chegou ao Brasil por influência espanhola, no dizer do autorizado Calógeras, na suposição de ser Afonso Sardinha, o moço, avô da nossa siderurgia, descendente dos portugueses do norte, que teriam aprendido o ofício através dos biscainhos.

p.53. "Decerto – argumentava Eschwege – metal nenhum contribui tanto para a riqueza e indústria nacional que o Ferro. Ainda que pouco lucro tirem os fabricantes que o produzem, contudo é uma fonte de que milhares de pessoas tiram o seu sustento; é o móvel que vivifica a agricultura e todas as Fábricas e que mais influi sobre o aumento da população de um país. O interior do Brasil, principalmente a província de Minas Gerais, é a mais abençoada região a esse respeito, e um hábil governo deve procurar todos os meios para tirar as vantagens destes bens da natureza. Animar a fabricação por meio de prêmios, aumentar as fábricas pequenas espalhadas em toda a província, será o verdadeiro método que influirá sobre a felicidade dos povos. Fábricas grandes por modo algum poderão subsistir no interior. A população é ainda muito diminuta, por conseguinte, o consumo está na mesma proporção (apud Alceu Amoroso Lima. Voz de Minas)

p.54. Do mesmo modo que Eschwege pensava José Bonifácio, o grande homem, misto de sábio e político, com tantos traços em comum com essa figura extraordinária de benfeitor da humanidade que se chamou Benjamin Franklin. Visitando a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em 1820, já aposentado de seu cargo de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, no relatório que por sinal iria provocar a antipatia póstuma do filho do Coronel Varnhagen, o insigne historiador Francisco Adolfo Varnhagen, aconselhava o Patriarca da Independência que se espalhassem as pequenas fábricas de ferro por todo o país".

p.59. "Eschwege e Varnhagen abandonariam também o país, é certo, e dentro em pouco entrava em declínio a Fábrica do Morro do Gaspar Soares, que se foi arrastando até ficar reduzida a um montão de ruínas por volta de 1830, em "estado miserável", disse Joaquim Felício dos Santos.

Quadro 12: Citações de Francisco de Assis Barbosa

Humberto Bastos
Citando Pedro Taques (*História da Capitania de São Vicente.* São Paulo, s.d), com equívocos p. 10. No começo verificou-se o desinteresse – e isto até quase mais da metade do século XVI – com os fracassos de Duarte Coelho, Vasco Rodrigues Caldas, Martim de Carvalho, Antonio Dias Adorno, João Coelho de Sousa, Gabriel Soares de Sousa e outros, que se embrenharam no sertão à procura de ouro e das pedras preciosas e certamente animados com a notícia de que Brás Cubas havia encontrado ouro no sertão de São Paulo e que os Sardinhas continuavam a extraí-lo junto ao Pico do Jaraguá. p. 40. A Real Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema constituiu, sim, uma das mais promissoras nos primórdios do século XIX. Mas os documentos de José Bonifácio de Andrada e Silva e Pandiá Calógeras deixaram sangrando as fraquezas do empreendimento. José Bonifácio, então, com a dupla autoridade de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino e lente da Cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra, virou pelo avesso as debilidades da nossa primeira Real Fábrica, que seria assim o desastre mais sensível da intervenção do Estado na industrialização brasileira. Não se referindo a Ipanema: p. 43. “Saint-Hilaire, por exemplo, achava Câmara muito instruído e viajado (...)”.

Quadro 13: Citações de Humberto Bastos

Pedro Taques	**Manoel Rodrigues Pereira**
À Vila de São Paulo chegou o Senhor D. Francisco no ano de mil quinhentos e noventa e nove, trazendo uma Companhia de Soldados Infantes do Presídio da Bahia com o capitão dela, Diogo Lopes de Castro, e seus oficiais, e com um mineiro alemão Jaques D”Oalte, e um engenheiro também alemão Geraldo Betink, vencendo a cada um, ordenado de duzentos mil réis por ano. Em vinte e três de maio do dito ano de mil quinhentos e noventa e nove, saiu de São Paulo o Senhor D. Francisco, para as Minas do Sertão de Sorocaba, e Serra de Biraçoiaba, mandando primeiro presidir à Vila de Santos contra o risco de ser invadida	“Em 1598, o Governador Geral do Estado do Brasil, D. Francisco de Sousa, desloca-se da Bahia para a Capitania de São Vicente, trazendo mais especialistas em mineração e metalurgia: os alemães Jacques de Oalte e Geraldo Betink. Chegando a São Paulo, D. Francisco de Sousa seguiu para Araçoiaba, onde permaneceu de junho a setembro de 1599. inspecionou as lavras e deu-lhes o nome de Nossa Senhora do Monserrate. E para que esse local do engenho de ferro de Araçoiaba passasse a constituir uma vila, ali levantou um pelourinho. Em 1600, Afonso Sardinha fez doação do seu engenho de ferro de Araçoiaba a El-

do Pirata, que andava na Costa, pelo Capitão Diogo Lopes de Castro com os Oficiais, e Soldados de sua Companhia, ordenando ao Provedor da Fazenda Pedro Cubas, mandasse assistir com carne, pescado, azeite, farinha, e todo o mais necessário, enquanto ele ia ver as minas de Biraçoiaba (Carta da Fazenda, liv. Jam. Cit. p. 43) Depois de ocularmente ter examinado estas Minas, e adiantado o estabelecimento delas, que as denominou de Nossa Senhora do Monte Serrate, onde mandou levantar Pelourinho, voltou a São Paulo, e tornou para elas em onze de fevereiro de mil seiscentos e um, com muita gente para minerar as terras, para cujo efeito mandou deitar bando, avisando nele aos povos mineiros, que do ouro, que extraíssem, haviam de pagar o real quinto, fundido o metal, entregar-se em barra cunhada o que fosse de seu dono (Câmara de S. Paulo, quadr. De Reg. Tt°. 1600, p. 14).	Rei.

Quadro 14: Comparação entre Pedro Taques e Manoel Rodrigues Pereira

Manoel Rodrigues Pereira

"A propósito, escreveu Pandiá Calógeras: 'Movia-se a braços uns foles de couro que sopravam ar úmido na forja; faziam-se as reações e formava a bola de metal recoberta e entremeada de escórias. A golpes violentos de malho, movido pela roda d'água, purificava-se e estirava-se o ferro, que era assim transformado em barras'. Os documentos da época não falam em malhos movidos por meio de roda d'água. Mas se Pandiá Calógeras supõe que o malho era movido pela roda d'água não compreendemos porque não o fosse também o fole".

Na América Portuguesa [séc. XVI]
Nota 44. Pandiá Calógeras, op.cit. pág.42
Nota 45. R.I.H.G.B. Tomo Especial. V. 1957, doc. 2.244.
Nota 46. Idem.
Nota 47. Documento reproduzido pro Pandiá Calógeras, op.cit. págs. 44-45.
Nota 48. Pandiá Calógeras, op.cit, pág. 45

Na América Portuguesa [séc. XVIII]

Nota 69. Pandíá Calógeras, op.cit. pág. 55

Nota 70. Pandiá Calógeras, op.cit. pág. 59

Nova Tentativa em Sorocaba

Nota 73. R.I.H.G.B. Tomo Especial, V. 1958, págs. 164-165

Nota 74. R.I.H.G.B. Tomo Especial, X, 1958, págs. 388-392

Nota 75. R.I.H.G.B. Tomo Especial, V. 1957, págs. 170-171

Nota 76. R.I.H.G.B. Tomo Especial. V. 1958. pág. 284

Nota 77. R.I.H.G.B. Tomo Especial, X, 1958, pág. 284

Nota 78. R.I.H.G.B. Tomo Especial, X, 1958, pág. 284

Nota 79. R.I.H.G.B. Tomo Especial, X, 1958, pág. 287

Nota 80. R.I.H.G.B. Tomo Especial, V, págs. 254-255

Nota 81. R.I.H.G.B. Tomo Especial, X, 1958, págs. 388-392

A nova fase, a partir de 1808

Nota 92. Pandiá Calógeras, op.cit. pág. 62

Nota 93. Vide a propósito, Pandiá Calógeras, op.cit. pásg. 64-65 e Eschwege, "Pluto Brasiliensis", traduzido do alemão, 2º volume, pág. 340 e seguintes.

Nota 94. Pandiá Calógeras, op.cit. pág. 74

Nota 95. Os leitores poderão encontrar detalhes, nas obras já citadas de Pandiá Calógeras, e W. L. Eschwege.

O Empreendimento dos Suecos em Sorocaba

Nota 101. Pandiá Calógeras, op.cit. pág. 67

Nota 102. Pandiá Calógeras, op.cit. pág, 76

O Empreendimento de Varnhagen em Ipanema

Nota 106. Pandiá Calógeras, op.cit. p. 89

Quadro 15: Citações de Manoel Rodrigues Pereira

Edmundo de Macedo Soares e Silva

Nota 5. As minas do Brasil e sua legislação, Pandiá Calógeras, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905

Nota 6. Pluto Brasiliensis, W.L.Von Eschwege, Brasiliana, vol. 257-A, Cia. Editora Nacional, S. Paulo (tradução

do original alemão por Domício de Figueiredo Murta)

Nota 20. Há muitas fontes sobre o assunto, sendo as principais: a) Memória Histórica pelo Senador Vergueiro; b) Minas de Ferro. Primeiras fundições em ponto grande, Capítulo da História Geral do Brasil (tomo 5) pelo Visconde de Porto Seguro (filho de Varnhagen), 3ª edição, Cia de Melhoramentos de S. Paulo, 1936; c) As minas do Brasil e sua legislação, Pandiá Calógeras; d) Pluto Brasiliensis, do Barão von Eschwege; e) História da Siderurgia de S. Paulo, seus personagens, seus feitos, por Jesuíno Felicíssimo Jr, Edição da Associação Brasileira de Metais, S. Paulo, 1969.

Nota 21. A conquista siderúrgica do Brasil, Humberto Bastos, Livraria Martins Editora, S. Paulo, 1959.

(35) José Bonifácio visitou a Fábrica em 1820 e sobre ela escreveu uma "Memória" que foi transcrita como anexo ao Capítulo sobre "Minas de Ferro" na "História Geral do Brasil", de autoria do Visconde de Porto Seguro. Nela diz o sábio Andrada que a Fábrica, nova, de que tanto se orgulhou Varnhagen, foi construída por Hultgren, sob a direção do seu Chefe. A Memória contém duras críticas a respeito da concepção geral e da administração, mas só o fato de ter sido citado o "mestre Lourenço" como executor, mostra o bom juízo que dele fazia o ilustre santista.

Quadro 16: Citações de Edmundo Macedo Soares Silva

Osni Duarte Pereira

p.16. Foi o Padre Anchieta quem anunciou à Coroa a existência de ferro, em 1554, ao mesmo tempo que a da prata e, dois anos mais tarde, a do ouro. Nossa humilde fabricação de ferro principiara no fim do século do descobrimento. Afonso Sardinha montara dois engenhos perto de Sorocaba. Pandiá Calógeras, em As Minas do Brasil e sua Legislação, Impr. Nacional, Rio, 1904, 3 vols, relata-nos como eram primitivos. A concorrência estrangeira das ferragens a baixo preço impediu-os de aperfeiçoarem-se e de progredir. Desapareceram em trinta anos.

p. 21. Entre o povo humilde de Sorocaba, sobrevive uma explicação para o fracasso. No livro Apontamentos para a História da Fábrica de Ferro de Ipanema, ed. do Dep. Do Arq. Do Estado de São Paulo, 1953, pág. 68, o Prof. João Lourenço Rodrigues esclarece:

p.22. Em conferência sobre Volta Redonda, pronunciada em 6-9-1945, Edmundo Macedo Soares e Silva apresentou mais os seguintes dados sobre a história de nossas forjas:"

Quadro 17: Citações de Osni Duarte Pereira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um trabalho acadêmico desperta angústia no pesquisador. Partindo do senso comum acerca do objeto ao qual se dedicará nos próximos anos, formula-se uma hipótese e iniciam-se as investigações para provar o que inicialmente imaginou. Mesmo que a hipótese inicial se revele verdadeira, o caminho, no entanto, nunca é conhecido. Estradas desconhecidas, pessoas das quais jamais se ouviu falar, crenças, hábitos, costumes, semelhanças e diferenças, tudo isso faz com que a experiência do pesquisador se enriqueça, de modo a fazê-lo aguçar sua visão sobre seu objeto de pesquisa. O resultado de seu trabalho só é mesmo conhecido ao final.

Nessa pesquisa, inicialmente se concebeu a investigação sobre os conflitos intersubjetivos entre as pessoas que trabalharam na Fábrica de Ferro de Ipanema, indo além do famoso conflito Hedberg x Varnhagen. No entanto, outros tipos de conflitos foram encontrados naquele local e que não estavam evidenciados no que se já havia escrito sobre esse assunto. A probabilidade de deixar-se levar em definitivo pelos relatos de pessoas famosas é muito grande, pois são pessoas que viveram ali e deram, em outros momentos de suas vidas, contribuições socialmente reconhecidas como relevantes para o país.

Nesse trabalho, ficou evidente a existência de uma tensão entre memória e história, o que exigiu uma pausa logo no início para reflexão teórica sobre essas questões, com o intuito de evitar a mescla desses dois elementos na elaboração do texto que ora se apresenta. A memória, como visto em Paul Ricoeur, traz muitos aspectos subjetivos não apenas pelas limitações cognitivas do sujeito, que completa as lacunas, omite o que foi desagradável ou evidente e destaca o que foi positivo ou relevante em sua opinião. Já a história pretende ser um conhecimento objetivado, porque decorre de um esforço contínuo de investigação e superação das dificuldades acerca do conhecimento do passado por meio de reflexões acerca do mesmo.

Ainda, a partir das contribuições seminais de Maurice Halbwachs, a memória pode ser dividida em memória individual, aquela recuperada pelo indivíduo a partir de suas experiências próprias, como pode ser uma memória coletiva, que consiste na descrição do passado a partir do que é relatado pela tradição oral ou escrita, pelas imagens e monumentos. É um conhecimento aceito, doutrinário e dogmático e que tem uma função social de dar estabilidade ao grupo e de alívio às incertezas sobre o que se passou e dar uma explicação sobre o tempo presente. A

história, por sua vez, não pode ser feita sem reflexões prévias de cunho metodológico, porque as fontes autorizadas levam à imposição de determinados pontos de vista.

A história de "cola e tesoura", resultado de observação perspicaz de R.G.Collingwood, foi uma crítica pertinente à escrita da história, porque evidencia de que modo textos históricos sem cuidados metodológicos podem transformar-se em memória pela repetição das fontes, de textos já escritos sobre determinado assunto, mediante a preservação das semelhanças e eliminação das contradições por meio de operações de lógica formal, que foram – é verdade – fundamentais para a produção de conhecimento durante a Idade Média. Todavia, essa memória, entendida como produto da metodologia da "cola e tesoura", interfere no conhecimento histórico, porque leva à imposição um único ponto de vista, contaminado por todas as contingências da memória como conhecimento do passado em termos de omissão dos fatos desagradáveis e evidentes, realce de fatos subjetivamente relevantes e completude de lacunas sem o mínimo cuidado de averiguação da probabilidade de que tal fato tenha ocorrido.

Isso implica o cuidado com a autoridade das fontes, pois elas querem impor sua versão dos fatos. Sendo ponto pacífico de que nunca se chegará a verdade como foi por que a realidade é complexa e a cognição humana não é capaz de apreendê-la na sua totalidade, o rigor metodológico contribui para, ao menos, procurar-se escapar das armadilhas das fontes. Dessa maneira, o trabalho na realização dessa dissertação foi redobrado, porque se procurou evitar a todo custo a persuasão ou a sedução dos relatos. Daí ter-se escrito em primeiro lugar um texto elaborado a partir da leitura exaustiva da documentação existente no Arquivo Público do Estado de São Paulo – com a consciência das limitações que esse tipo de material pode oferecer ao pesquisador – para somente depois proceder à elaboração do resumo dos relatos e, na terceira etapa, a análise dessa oposição latente entre memória e história, bem como a elaboração da "história de cola e tesoura" nos relatos sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema.

A Fábrica de Ferro de Ipanema teve muitos problemas durante seu funcionamento no século XIX. De um lado, os conflitos internos da Fábrica, como aqueles entre Hedberg e Varnhagen, em boa parte fomentados por José Arouche de Toledo Rendon, assim como os conflitos entre os diretores da fábrica com os operários alemães. De outro lado, as dificuldades técnicas e financeiras para a fabricação do ferro naquele estabelecimento, tais como o combustível, mão-de-obra qualificada, investimentos em construções e equipamentos e a dificuldade com transportes.

Como visto acima, o grande problema que comprometeu o funcionamento da Fábrica de Ferro era a falta de combustível para os altos-fornos. O Brasil é um país em que há pouco carvão mineral, razão pela qual se empregava o carvão vegetal, assim como outros países àquela época. O problema do uso desse tipo de carvão está no fato de que seu poder calórico é menor do que o do carvão mineral, exigindo-se, pois, muita quantidade daquele produto para as fundições. Além disso, é preciso ter reservas florestais para derrubada das árvores e sua transformação em combustível. De fato, o Brasil não tinha limitações de ordem natural na obtenção de madeira, mas a grande quantidade necessária fez com que se avançasse muito rapidamente por grandes áreas, sendo que o período entre o reflorestamento e a época de corte das árvores era de aproximadamente oito anos. No caso de Ipanema, tentou-se diversas vezes o estabelecimento de fornecimento de carvão. No entanto, o produto não era regularmente fornecido pelo baixo preço que o Governo pagava pelo mesmo, assim como a adulteração desses produtos com água para que ficassem mais pesados. Quando essa tentativa fracassava, a alternativa era a desapropriação dos terrenos vizinhos à fábrica. Na verdade, o que se desejava fazer era a desapropriação da cobertura vegetal dos imóveis e não o acesso ao imóvel em si. Por isso, quando corria a notícia de que haveria desapropriação dos terrenos, os vizinhos, receosos de não serem indenizados, retiravam toda a cobertura vegetal, fazendo com que o Governo adquirisse a terra nua. Houve momentos em que se fez prospecção de carvão mineral para solucionar esse problema à época, mas em vão.

A falta de mão-de-obra especializada também foi outro problema na gestão dos diretores da fábrica. Desde o início dos trabalhos em 1810 até o encerramento das atividades na década de 1890, houve a opção pelo uso de mão-de-obra estrangeira. Os primeiros estrangeiros que chegaram foram os suecos e, posteriormente, os alemães. A maior parte desses operários não tinha o conhecimento necessário para a realização de trabalhos técnicos dessa natureza, o que comprometeu ainda mais a eficiência produtiva da Fábrica de Ferro de Ipanema. A elevada remuneração paga a essas pessoas prejudicava a obtenção de eventuais lucros obtidos com a venda dos produtos. Dois aspectos importantes relacionados à mão-de-obra estrangeira foram o elevado número de casos de alcoolismo – verdadeira epidemia – afetando o rendimento do trabalho e a recorrente dispensa de estrangeiros por mau comportamento.

Os escravos foram os responsáveis pelo funcionamento da Fábrica ao longo de seu funcionamento. Mesmo com o mau comportamento dos operários europeus, houve sim

transmissão de conhecimentos aos escravos da parte dos poucos operários capacitados, tendo em vista os elogios que recebiam dos diretores da Fábrica pelo desempenho das campanhas de fundição. No entanto, eram muito cruéis as condições de sobrevivência a que essas pessoas eram submetidas, em especial a falta de cuidados médicos e a ausência de roupas, deixando-os andarem nus. Quando ocorreu a desativação da Fábrica em 1860, os escravos velhos foram abandonados à espera da morte.

O envio de indígenas no início dos trabalhos e de condenados para trabalhos forçados na Fábrica de Ferro no final da década de 1830 e início da década de 1840, não foram experiências bem sucedidas. Devido às fugas e envolvimento dos guardas na facilitação desses acontecimentos, isso quando eles mesmos desertavam levando consigo presidiários e escravos, a ordem interna dos trabalhos era prejudicada. Davam mau exemplo de conduta e aliciavam as esposas dos escravos. O almoxarife Francisco Cândido Sagalerva queixava-se dos furtos que ocorriam no almoxarifado à noite bem à vista dos soldados encarregados de vigiar o local.

Em termos de instalações, a Fábrica de Ferro não acompanhou a evolução tecnológica e muito pouco se investiu em infraestrutura. Em primeiro lugar, os fornos-altos foram construídos por Varnhagen em 1815, concluídos em 1817 e inaugurados no final do ano de 1818. Apresentaram problemas quinze dias após sua inauguração, funcionaram mal durante a gestão de Varnhagen e foram praticamente reconstruídos pelo alemão Fuchs e, posteriormente, pelo sueco Hultgren. Mesmo assim, apresentaram defeitos em várias ocasiões, levando os diretores a apontarem problemas na construção e na escolha do local onde foram instalados por Varnhagen. O que chama a atenção é que as tecnologias da época avançavam e esses fornos de 1818 continuaram a funcionar até o encerramento da Fábrica em 1890. Apenas na gestão Mursa, isto é, nos últimos anos de funcionamento da fábrica é que se construiu um novo forno-alto. A máquina a vapor da Fábrica foi usada à exaustão por décadas, o que mostra o desinteresse do Estado na realização de investimentos para aumento da produtividade. Os diretores da fábrica tinham conhecimento técnico, seja pela sua formação ou pela aquisição de livros técnicos da área, assim como pelas viagens realizadas na Europa. Devido às fortes e constantes chuvas no verão, as construções de Ipanema foram destruídas pela natureza com o passar do tempo.

A dificuldade de acesso à fábrica e o transporte de matérias-primas e de mercadorias prejudicou o seu funcionamento, o que foi denunciado em alguns relatos. O principal centro consumidor do Brasil àquela época era o Rio de Janeiro e o acesso a esse mercado era realizado

por meio de estradas ruins, cujas cargas eram conduzidas por tropas de animais. Por isso, o preço do transporte dos produtos da fábrica até o Rio de Janeiro inviabilizava a competição com os produtos ingleses, os quais eram de qualidade muito superior. Os diretores estiveram atentos à solução dessa questão. Interessaram-se pela construção do caminho de Cubatão e alternativas fluviais para acesso mais rápido e barato a Santos, por meio do Vale do Ribeira. Com a chegada da ferrovia até Jundiaí, a Fábrica de Ferro de Ipanema teve um aumento de demanda em termos de fornecimento para a construção de outras estradas de ferro. Com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, houve interesse no estabelecimento de um ramal entre Ipanema e a estação de Sorocaba. Dessa maneira, os insucessos da Fábrica de Ferro não se deveram à incapacidade técnica de seus diretores ou a conflitos entre aquelas pessoas. Não é possível culpar Hedberg pelo forno-alto que não fez ou Varnhagen pelo defeituoso forno-alto que construiu.

Essa memória surgiu para explicar a frustração por não ter sido possível a siderurgia no Brasil no século XIX, sendo isso, pois, uma das possíveis causas da não-industrialização da economia nacional. O primeiro conjunto de relatos foram memórias em sentido técnico, como documentos oficiais sobre determinado assunto. Entre 1830 a 1865, essa memória foi resgatada em termos de autoafirmação a respeito de quem tinha sido o primeiro a implantar a siderurgia no país. Calógeras fez um relato-síntese, na época de fechamento definitivo da Fábrica de Ferro de Ipanema. Essa memória foi retomada a partir da década de 1950 num contexto de profundas transformações econômicas no Brasil e de comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo e do sesquicentenário da vinda da Família Real. Desejou-se encontrar as causas da “não industrialização” do Brasil mediante resgate dessa memória. Uma vez superada essa questão, essa procura foi deixada de lado.

Pedro Taques fez sua memória pela consulta à documentação da Câmara de São Paulo. Marcelino Pereira Cleto, Martim Francisco e José Bonifácio fizeram visitas in loco. Vergueiro elaborou sua memória a partir do que ouviu de seus sócios. Eschwege fez seu trabalho a partir do que leu de Pedro Taques e em Vergueiro, assim como fez visita in loco. Varnhagen construiu a memória a partir de Vergueiro, republicada por seu cunhado simultaneamente à edição da História Geral do Brasil, para justificar suas afirmações. Calógeras fez uma síntese dessas memórias e posteriormente, os demais autores do século XX foram reproduzindo o que se já havia escrito. Mesmo onde não há citações, pode-se reconhecer de que autor a informação foi obtida.

Por fim, esses relatos refletem concepções de progresso, embora de modo distinto da visão europeia desse fenômeno social, porque aqui se desejava saber por que o progresso não aconteceu. A resposta a essa questão foi por meio do retorno ao passado, para que se tirassem lições dos erros cometidos, ou *historia magistra vitae*. Embora o conhecimento humano decorra do acúmulo das experiências do passado, tal como explicam a psicologia e a medicina, o problema está no fato de qual história foi usada para tanto: a história de “cola e tesoura”.

FONTES

Livros

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. **Jornais das viagens pela Capitania de São Paulo.** São Paulo: Governo do Estado, 1977 (coleção paulística, v. 1)

BASTOS, Humberto. **A conquista siderúrgica do Brasil.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959

CALÓGERAS, João Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação. v. 2.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905

CLETO, Marcelino Pereira (e outros). **Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804.** Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977 (coleção paulística, v. 1)

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. "Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metaes preciozos na Indústria das Nações que as possuem, e especialmente da Portugueza". In: **Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789

_____. "Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal". In: **Academia das Ciências de Lisboa. Memórias Econômicas Inéditas (1780-1808)**. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1937

CUNHA, D. Luis da. **Testamento Político ou Carta Escrita pelo Grande D. Luiz da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes do seu governo**; revisão e nota introdutória da Profa. Nanci Leonzo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

DUPRE, Leandro. “Memória sobre a Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema”. Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto. n. 4. 1885

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis. Eine Reihe von Abhandlungen über Brasiliens Gold-Diamanten und anderen mineralischen Reichthum, über die Geschichte seiner Entdeckung, über das Vorkommen seiner Lagerstätten, des Betriebs, der Ausbeute und die darauf bezügliche Gesetzbuns u.s.w.** Berlin: G. Reimer, 1833

_____. **Pluto Brasiliensis.** v.. 2; trad de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A causa do subdesenvolvimento do Brasil.** São Paulo: Gráfica Biblos, 1963

J.F.C. “Extracto de huma Carta, que recebemos do Rio de Janeiro, á cerca da riquíssima Mina de Ferro da Capitania de S. Paulo”. In: **O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político &C.** vol. XII. Março de 1815. Londres: Impresso e publicado por T.C. Hansard na Officina do Investigador Portuguez

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. (1714-1777) **Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania.** Introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980

_____. **Nobiliarchia Paulistana. Genealogia das principaes famílias de S. Paulo.** Capitulo III. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil, fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II. Tomo XXXIII. Parte primeira. Rio de Janeiro. Garnier Editor, 1870

_____. **Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica**. Terceira Edição acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1953

MENEZES, Durval Bastos de. **A solução do problema do ferro do ponto de vista da economia e da soberania do Brasil.** São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

LOBATO, J.B. Monteiro. **O escândalo do petróleo e ferro**; prefácio de Caio Prado Junior. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1951.

MORAES, Frederico Augusto Pereira de. **Diatribe contra a Timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da História Geral do Brazil do Senhor Varnhagen.** Lisboa: Typ. de José da Costa, 1859

PEREIRA, Osny Duarte. **Ferro e Independência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

REGALADO, Luciano Bonati; FRIOLI, Adolfo. "Apresentação". In: MORAES, Frederico Augusto Pereira de. **Subsídios para a história do Ypanema.** 2ª ed. organizada por Luciano Bonati Regalado e Adolfo Frioli. Sorocaba: Núcleo de Estudos Históricos e Ambientais da Floresta Nacional de Ipanema – ICMBio. Instituto Histórico e Geográfico e Genealógico de Sorocaba – IHGGS: Ottoni Editora, 2010.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino.** 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes e Instituto Nacional do Livro, 1978

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **O ferro na história e na economia do Brasil.** Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Memória Econômica e Metallurgica sobre a Fabrica de Ferro de Ypanema”. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.** 4ª ed. integral. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. Tomo Quinto. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953

_____. “Viagem Mineralógica na Província de S. Paulo”. In: **Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgar de Cerqueira Falcão. Vol. I.** Ed. comemorativa do bicentenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais; Clicheria Rufer; Lanzara S.A. Gráfica Editora, 1963

SPIX, Johann Baptist von.; VON MARTIUS, Carl Friedrich Phillip. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820;** trad. de Lucia Furquim Lahmeyer; revisão de B.F. Ramiz Galvão, Basílio de Magalhães, Ernst Winkler; anotações de Basílio de Magalhães. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981

ST. HILAIRE, Auguste de. **Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine.** Tome premier. Paris: Arthus Bertrand, Librairie-Éditeur, 1851.

_____. **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** 2ª ed; trad. e preácio de Rubens Borba de Morais. São Paulo: Livraria Martins, 1945

THOMSON, Thomas. **Travels in Sweden during the autumn of 1812.** London: Robert Baldwin, Paternoster-Row, 1813, p. 301

VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fabricas”. In: **Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil, isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento e da declaração da independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada à Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II.** Tomo segundo. 1ª ed. Rio de Janeiro: E&H. Laemmert, 1857

_____. **Historia Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal.** Tomo segundo. 2ª ed. Rio de Janeiro: E&H Laemmert, 1877.

VARNHAGEN, Frederico Luis Guilherme. "Correspondência". In: **O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político &C.**. Número LIII. No 1, vol. XIV. Novembro de 1815. Londres: Impresso e publicado por T.C. Hansard na Officina do Investigador Portuguez

VERGUEIRO, Nicolao Pereira de Campos. **Memória Histórica sobre a Fundação da Fábrica de Ferro de S. João de Ypanema, na Província de S. Paulo.** Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822

_____. **Subsídios para a história do Ypanema. Comprehendendo: 1º - A memória histórica do Senador Vergueiro, impressa página por página pela edição de 1822; 2º - O Appendice que foi publicado com a mesma memória. 3º - Um additamento a esta segunda edição d'ella, contendo mappas e documentos inéditos, etc.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1858

Manuscritos do Arquivo Público do Estado de São Paulo

APESP CO 5213-1. 6 de dezembro de 1810.
APESP. 17 de julho de 1810.
APESP. 5213-25. 28 de outubro de 1834.
APESP. CO 247-13. 16 de setembro de 1819.
APESP. CO 245-11.
APESP. CO 245-12. 13 de agosto de 1810.
APESP. CO 245-12. 15 de agosto de 1810.
APESP. CO 245-12. 16 de agosto de 1810.

APESP. CO 245-12. 19 de agosto de 1810.
APESP. CO 245-12. 1º de setembro de 1810.
APESP. CO 245-12. 20 de agosto de 1810.
APESP. CO 245-12. 22 de agosto de 1810.
APESP. CO 245-13. 9 de fevereiro de 1811.
APESP. CO 245-15. 2 de abril de 1814.
APESP. CO 245-2. 8 de março de 1765.
APESP. CO 245-21. 10 de fevereiro de 1811
APESP. CO 245-21. 18 de fevereiro de 1811.
APESP. CO 245-21. 22 de abril de 1812.
APESP. CO 245-21. 23 de janeiro de 1811.
APESP. CO 245-21. 26 de fevereiro de 1811.
APESP. CO 245-21. 4 de abril de 1812.
APESP. CO 245-21. 4 de fevereiro de 1811.
APESP. CO 245-24. 20 de janeiro de 1811.
APESP. CO 245-24. 23 de novembro de 1813.
APESP. CO 245-24. 9 de maio de 1811.
APESP. CO 245-25. 12 de outubro de 1812.
APESP. CO 245-25. 27 de setembro de 1814.
APESP. CO 245-25. 8 de outubro de 1810.
APESP. CO 245-26. 30 de janeiro de 1814
APESP. CO 245-6. 14 de setembro de 1810.
APESP. CO 245-6. 19 de junho de 1811.
APESP. CO 246-12. 14 de novembro de 1814.
APESP. CO 246-12. 28 de outubro de 1814.
APESP. CO 246-13. 13 de julho de 1815.
APESP. CO 246-14. 10 de novembro de 1817
APESP. CO 246-16. 6 de agosto de 1815.
APESP. CO 246-18. data ilegível.
APESP. CO 246-19. 12 de fevereiro de 1815.
APESP. CO 246-19. 13 de fevereiro de 1815.
APESP. CO 246-19. 14 de outubro de 1815.
APESP. CO 246-19. 17 de abril de 1815.
APESP. CO 246-19. 17 de abril de 1815.
APESP. CO 246-19. 17 de abril de 1815.
APESP. CO 246-19. 17 de março de 1816
APESP. CO 246-19. 19 de dezembro de 1815.
APESP. CO 246-19. 19 de fevereiro de 1815.
APESP. CO 246-19. 20 de dezembro de 1815.
APESP. CO 246-19. 20 de maio de 1817.
APESP. CO 246-19. 25 de janeiro de 1815
APESP. CO 246-19. 3 de abril de 1815.
APESP. CO 246-19. 3 de agosto de 1815
APESP. CO 246-19. 7 de outubro de 1815.
APESP. CO 246-19. 9 de março de 1816.
APESP. CO 246-2. 16 de agosto de 1813.
APESP. CO 246-2. 30 de julho de 1813.
APESP. CO 246-20. 28 de setembro de 1819.
APESP. CO 246-21. 17 de março de 1819.
APESP. CO 246-4. 20 de setembro de 1814.
APESP. CO 246-7. 13 de outubro de 1818.
APESP. CO 246-7. 14 de junho de 1819.
APESP. CO 246-7. 14 de novembro de 1818.
APESP. CO 246-7. 15 de junho de 1819.
APESP. CO 246-7. 16 de setembro de 1819.
APESP. CO 246-7. 16 de setembro de 1819.
APESP. CO 246-7. 19 de agosto de 1817.
APESP. CO 246-7. 19 de setembro de 1817
APESP. CO 246-7. 1º de novembro de 1818.
APESP. CO 246-7. 3 de fevereiro de 1816.
APESP. CO 246-7. 3 de novembro de 1819.
APESP. CO 246-7. 30 de julho de 1818
APESP. CO 246-7. 5 de abril de 1815.
APESP. CO 246-7. 7 de abril de 1816.
APESP. CO 246-7. 7 de janeiro de 1819.
APESP. CO 246-7. 7 de janeiro de 1819.
APESP. CO 246-7. 7 de novembro de 1819
APESP. CO 246-7. 7 de novembro de 1819.

APESP. CO 246-7. 8 de dezembro de 1816.
APESP. CO 246-7. 8 de maio de 1815.
APESP. CO 246-8. 14 de dezembro de 1818.
APESP. CO 247-10. 23 de julho de 1821.
APESP. CO 247-10. 30 de julho de 1821.
APESP. CO 247-13. 13 de abril de 1820.
APESP. CO 247-13. 13 de outubro de 1820.
APESP. CO 247-13. 14 de março de 1821.
APESP. CO 247-13. 14 de setembro de 1820
APESP. CO 247-13. 15 de abril de 1821.
APESP. CO 247-13. 15 de dezembro de 1820.
APESP. CO 247-13. 15 de janeiro de 1820
APESP. CO 247-13. 15 de janeiro de 1820.
APESP. CO 247-13. 17 de novembro de 1820.
APESP. CO 247-13. 18 dezembro de 1820.
APESP. CO 247-13. 2 de agosto de 1820.
APESP. CO 247-13. 2 de janeiro de 1820.
APESP. CO 247-13. 2 de janeiro de 1820.
APESP. CO 247-13. 2 de março de 1821.
APESP. CO 247-13. 20 de agosto de 1820.
APESP. CO 247-13. 20 de maio de 1820.
APESP. CO 247-13. 20 de outubro de 1820.
APESP. CO 247-13. 20 de outubro de 1820.
APESP. CO 247-13. 25 de fevereiro de 1820.
APESP. CO 247-13. 27 de junho de 1821.
APESP. CO 247-13. 3 de novembro de 1820
APESP. CO 247-13. 3 de setembro de 1820.
APESP. CO 247-13. 30 de abril de 1820.
APESP. CO 247-13. 30 de março de 1821
APESP. CO 247-13. 30 de março de 1821.
APESP. CO 247-13. 5 de maio de 1820.
APESP. CO 247-13. 6 de janeiro de 1821.
APESP. CO 247-13. 7 de abril de 1820.
APESP. CO 247-13. 7 de outubro de 1820.
APESP. CO 247-21. 15 de janeiro de 1821.
APESP. CO 247-22. 23 de agosto de 1821.
APESP. CO 247-30. 31 de janeiro de 1821.
APESP. CO 247-30. 5 de maio de 1819.
APESP. CO 247-34. 15 de março de 1822.
APESP. CO 247-34. 15 de março de 1822.
APESP. CO 247-34. 22 de janeiro de 1822.
APESP. CO 247-9. 1º de janeiro de 1820.
APESP. CO 248-26. 14 de julho de 1816.
APESP. CO 5213-1. 10 de dezembro de 1810.
APESP. CO 5213-1. 10 de dezembro de 1810.
APESP. CO 5213-1. 12 de julho de 1811.
APESP. CO 5213-1. 13 de outubro de 1814.
APESP. CO 5213-1. 19 de fevereiro de 1811.
APESP. CO 5213-1. 23 de março de 1811.
APESP. CO 5213-1. 27 de novembro de 1810.
APESP. CO 5213-1. 28 de agosto de 1811.
APESP. CO 5213-1. 3 de abril de 1811.
APESP. CO 5213-1. 5 de setembro de 1812.
APESP. CO 5213-10. 10 de fevereiro de 1825.
APESP. CO 5213-10. 13 de agosto de 1825.
APESP. CO 5213-10. 15 de julho de 1825.
APESP. CO 5213-10. 16 de janeiro de 1827.
APESP. CO 5213-10. 16 de maio de 1829.
APESP. CO 5213-10. 16 de novembro de 1828.
APESP. CO 5213-10. 17 de dezembro de 1831.
APESP. CO 5213-10. 20 de julho de 1825.
APESP. CO 5213-10. 26 de agosto de 1825.
APESP. CO 5213-10. 26 de julho de 1829.
APESP. CO 5213-10. 27 de maio de 1832.
APESP. CO 5213-10. 27 de setembro de 1832.
APESP. CO 5213-10. 28 de abril de 1825.
APESP. CO 5213-10. 6 de dezembro de 1826.
APESP. CO 5213-10. 6 de junho de 1824.

APESP. CO 5213-10. 7 de junho de 1830.
APESP. CO 5213-10. 8 de março de 1833.
APESP. CO 5213-10.16 de novembro de 1826.
APESP. CO 5213-14. 3 de abril de 1828.
APESP. CO 5213-14. 3 de janeiro de 1833.
APESP. CO 5213-15. 4 de outubro de 1823.
APESP. CO 5213-18. 16 de outubro de 1827.
APESP. CO 5213-18. 22 de setembro de 1827.
APESP. CO 5213-18. 24 de setembro de 1827.
APESP. CO 5213-18. 5 de outubro de 1827.
APESP. CO 5213-19. 16 de novembro de 1824.
APESP. CO 5213-24. 31 de outubro de 1827.
APESP. CO 5213-25. 18 de outubro de 1834.
APESP. CO 5213-25. 18 de outubro de 1834.
APESP. CO 5213-25. 21 de julho de 1834.
APESP. CO 5213-25. 27 de setembro de 1834.
APESP. CO 5213-25. 28 de outubro de 1834.
APESP. CO 5213-25. 29 de julho de 1834.
APESP. CO 5213-25. 4 de agosto de 1834.
APESP. CO 5213-25. 4 de setembro de 1834.
APESP. CO 5213-25. 5 de setembro de 1834.
APESP. CO 5213-25. 6 de setembro de 1834.
APESP. CO 5213-25. 6 de setembro de 1834.
APESP. CO 5213-27. 16 de agosto de 1823.
APESP. CO 5213-27. 17 de dezembro de 1834.
APESP. CO 5213-27. 28 de maio de 1834.
APESP. CO 5213-27. 4 de junho de 1834.
APESP. CO 5213-27. 7 de maio de 1834.
APESP. CO 5213-27. 8 de abril de 1834.
APESP. CO 5213-4. 1º de novembro de 1816.
APESP. CO 5213-4. 20 de fevereiro de 1817.
APESP. CO 5213-4. 30 de outubro de 1816.
APESP. CO 5213-6. 11 de junho de 1823.
APESP. CO 5213-6. 11 de novembro de 1822.
APESP. CO 5213-6. 14 de novembro de 1822.
APESP. CO 5213-6. 16 de setembro de 1823.
APESP. CO 5213-6. 23 de julho de 1823.
APESP. CO 5213-8. 20 de novembro de 1823.
APESP. CO 5213-8. 27 de novembro de 1823.
APESP. CO 5213-9. 9 de fevereiro de 1824.
APESP. CO 5214-11. 11 de abril de 1835.
APESP. CO 5214-11. 17 de novembro de 1839.
APESP. CO 5214-11. 18 de junho de 1834.
APESP. CO 5214-11. 18 de outubro de 1839.
APESP. CO 5214-11. 20 de setembro de 1839.
APESP. CO 5214-11. 22 de março de 1839.
APESP. CO 5214-11. 24 de fevereiro de 1836.
APESP. CO 5214-11. 24 de fevereiro de 1836.
APESP. CO 5214-11. 27 de setembro de 1839.
APESP. CO 5214-11. 5 de março de 1838.
APESP. CO 5214-11. 7 de março de 1838.
APESP. CO 5214-11. 8 de agosto de 1836.
APESP. CO 5214-11. 9 de agosto de 1839.
APESP. CO 5214-11.22 de abril de 1839.
APESP. CO 5214-3. 10 de janeiro de 1835.
APESP. CO 5214-3. 8 de janeiro de 1835.
APESP. CO 5214-4. 18 de junho de 1835.
APESP. CO 5214-4. 18 de maio de 1836.
APESP. CO 5214-4. 18 de maio de 1836.
APESP. CO 5214-4. 27 de maio de 1836.
APESP. CO 5214-4. 27 de setembro de 1836.
APESP. CO 5214-4. 28 de junho de 1835.
APESP. CO 5214-4. 28 de maio de 1836.
APESP. CO 5214-4. 5 de janeiro de 1836.
APESP. CO 5214-4. 8 de junho de 1835.
APESP. CO 5214-4. 8 de maio de 1835.
APESP. CO 5214-4. 8 de maio de 1835.
APESP. CO 5214-4. 8 de maio de 1835.

APESP. CO 5214-7. 7 de janeiro de 1839.
APESP. CO 5214-9. 2 de junho de 1837.
APESP. CO 5215-10. 22 de setembro de 1842.
APESP. CO 5215-10. 25 de outubro de 1841.
APESP. CO 5215-10. 27 de outubro de 1842.
APESP. CO 5215-10. 5 de outubro de 1842,.
APESP. CO 5215-10. 5 de outubro de 1842.
APESP. CO 5215-10. 9 de dezembro de 1845.
APESP. CO 5215-13. 4 de novembro de 1842.
APESP. CO 5215-14. 17 de agosto de 1843.
APESP. CO 5215-14. 17 de julho de 1844.
APESP. CO 5215-14. 17 de outubro de 1843.
APESP. CO 5215-14. 17 de outubro de 1843.
APESP. CO 5215-14. 27 de julho de 1843.
APESP. CO 5215-14. 27 de novembro de 1842.
APESP. CO 5215-14. 27 de setembro de 1845.
APESP. CO 5215-14. 7 de maio de 1843.
APESP. CO 5215-2. 10 de agosto de 1842.
APESP. CO 5215-2. 13 de maio de 1842.
APESP. CO 5215-2. 14 de maio de 1840.
APESP. CO 5215-2. 15 de fevereiro de 1841.
APESP. CO 5215-2. 15 de setembro de 1842.
APESP. CO 5215-2. 16 de novembro de 1841.
APESP. CO 5215-2. 16 de novembro de 1841.
APESP. CO 5215-2. 19 de novembro de 1841.
APESP. CO 5215-2. 20 de junho de 1840.
APESP. CO 5215-2. 23 de junho de 1842.
APESP. CO 5215-2. 23 de maio de 1842.
APESP. CO 5215-2. 25 de agosto de 1842.
APESP. CO 5215-2. 26 de julho de 1842.
APESP. CO 5215-2. 27 de abril de 1840.
APESP. CO 5215-2. 27 de abril de 1840.
APESP. CO 5215-2. 27 de junho de 1840.
APESP. CO 5215-2. 28 de janeiro de 1840.
APESP. CO 5215-2. 3 de julho e 1841.
APESP. CO 5215-2. 9 de novembro de 1840.
APESP. CO 5215-6. 27 de agosto de 1841.
APESP. CO 5216-10. 19 de novembro de 1870.
APESP. CO 5216-10. 4 de novembro de 1872.
APESP. CO 5216-11. 24 de janeiro de 1866
APESP. CO 5216-11. 26 de setembro de 1870.
APESP. CO 5216-11. 28 de fevereiro de 1867.
APESP. CO 5216-11. 4 de junho de 1867.
APESP. CO 5216-13. 2 de junho de 1866.
APESP. CO 5216-13. 21 de maio de 1866.
APESP. CO 5216-2. 2 de janeiro de 1849.
APESP. CO 5216-2. 2 de março de 1849.
APESP. CO 5216-2. 20 de março de 1849.
APESP. CO 5216-2. 26 de janeiro de 1849.
APESP. CO 5216-2. 29 de março de 1849.
APESP. CO 5216-4. 19 de novembro de 1849.
APESP. CO 5216-4. 30 de outubro de 1854.
APESP. CO 5216-4. 31 de outubro de 1854.
APESP. CO 5216-4. 5 de julho de 1850.
APESP. CO 5216-4. 6 de fevereiro de 1853.
APESP. CO 5216-5. 11 de março de 1861
APESP. CO 5216-5. 12 de dezembro de 1864
APESP. CO 5216-5. 14 de maio de 1862
APESP. CO 5216-5. 16 de agosto de 1862
APESP. CO 5216-5. 17 de agosto de 1862.
APESP. CO 5216-5. 17 de julho de 1861.
APESP. CO 5216-5. 18 de dezembro de 1863.
APESP. CO 5216-5. 18 de março de 1861.
APESP. CO 5216-5. 18 de setembro de 1864.
APESP. CO 5216-5. 19 de janeiro de 1861.
APESP. CO 5216-5. 2 de maio de 1861.
APESP. CO 5216-5. 20 de novembro de 1860.
APESP. CO 5216-5. 23 de abril de 1862

APESP. CO 5216-5. 23 de fevereiro de 1862.
APESP. CO 5216-5. 24 de janeiro de 1861.
APESP. CO 5216-5. 24 de março de 1861.
APESP. CO 5216-5. 25 de outubro de 1863
APESP. CO 5216-5. 26 de outubro de 1861.
APESP. CO 5216-5. 27 de outubro de 1861.
APESP. CO 5216-5. 29 de abril de 1863
APESP. CO 5216-5. 30 de julho de 1861
APESP. CO 5216-5. 30 de julho de 1862
APESP. CO 5216-5. 5 de abril de 1861.
APESP. CO 5216-5. 5 de fevereiro de 1861.
APESP. CO 5216-5. 5 de outubro de 1862
APESP. CO 5216-5. 6 de fevereiro de 1864
APESP. CO 5216-5. 6 de julho de 1861.
APESP. CO 5216-5. 6 de setembro de 1862.
APESP. CO 5216-5. 6 de setembro de 1865.
APESP. CO 5216-5. 9 de abril de 1865.
APESP. CO 5216-5. 9 de fevereiro de 1862.
APESP. CO 5216-5. 9 de fevereiro de 1862.
APESP. CO 5216-6. 13 de outubro de 1855.
APESP. CO 5216-6. 16 de janeiro de 1855.
APESP. CO 5216-6. 18 de agosto de 1858.
APESP. CO 5216-6. 20 de dezembro de 1858.
APESP. CO 5216-6. 25 de janeiro de 1860.
APESP. CO 5216-6. 26 de julho de 1860.
APESP. CO 5216-6. 28 de dezembro de 1857.
APESP. CO 5216-6. 28 de dezembro de 1857.
APESP. CO 5216-6. 28 de junho de 1858.
APESP. CO 5216-6. 30 de junho de 1860.
APESP. CO 5216-6. 30 de novembro de 1859.
APESP. CO 5216-6. 5 de junho de 1860.
APESP. CO 5216-6. 5 de maio de 1860.
APESP. CO 5216-6. 7 de novembro de 1860.
APESP. CO 5216-6. 8 de dezembro de 1858.
APESP. CO 5216-6. 9 de julho de 1860.
APESP. CO 5216-9. 10 de agosto de 1867.
APESP. CO 5216-9. 1º de agosto de 1867.
APESP. CO 5216-9. 20 de setembro de 1865.
APESP. CO 5216-9. 20 de setembro de 1865.
APESP. CO 5216-9. 27 de novembro de 1866.
APESP. CO 5217-1. 17 de setembro de 1873.
APESP. CO 5217-1. 19 de julho de 1878.
APESP. CO 5217-1. 2 de abril de 1883.
APESP. CO 5217-1. 2 de julho de 1878.
APESP. CO 5217-10. 16 de agosto de 1880.
APESP. CO 5217-10. 18 de agosto de 1890.
APESP. CO 5217-10. 1º de março de 1885.
APESP. CO 5217-1B. 10 de outubro de 1884
APESP. CO 5217-1B. 16 de abril de 1881.
APESP. CO 5217-1B. 22 de março de 1881.
APESP. CO 5217-1B. 28 de junho de 1885.
APESP. CO 5217-1B. 5 de maio de 1884
APESP. CO 5217-1B. 5 de maio de 1884.
APESP. CO 5217-1B. 5 de maio de 1884.
APESP. CO 5217-1B. 5 de outubro de 1885.
APESP. CO 5217-1B. 9 de agosto de 1880.
APESP. CO 5217-5. 5 de setembro de 1873.
APESP. CO 5217-7. 1º de março de 1874.
APESP. CO 5217-7. 31 de dezembro de 1870.
APESP. CO 5217-7. 9 de julho de 1872.
APESP. CO 5217-8. 21 de abril de 1881.
APESP. CO 5227-1. 1º de março de 1877.
APESP. CO-245. 2 de fevereiro de 1811.
APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 420

APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 420

APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 420

APESP. S. Manuscritos T.C. Avisos e Cartas Régias 169-170. 1765-1777. Caixa 62 Ordem 42

Legislação

BRASIL (Império). Decreto n°. 1.384, de 19 de fevereiro de 1891. Autoriza a venda da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema.

BRASIL (Império). Decreto n°. 8971, de 14 de setembro de 1911. Transfere do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o Ministério da Guerra a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema.

BRASIL. (Império). Decreto de 26 de maio de 1834. Manda executar o Regulamento Provisório para a Administração da Fábrica de Ferro de S. João de Ypanema.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **The Declaration of Independence.** Disponível em <http://www.ushistory.org/declaration/document>. Acesso em: 20.jun.2012

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 11 de maio de 1801.

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 13 de agosto de 1759

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 2 de outubro de 1792

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 20 de dezembro de 1793

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 20 de outubro de 1791

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 23 de janeiro de 1799

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 24 de abril de 1801

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 3 de novembro de 1756

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 30 de agosto de 1756.

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 5 de janeiro de 1775.

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 5 de julho de 1793

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 6 de julho de 1792

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 7 de julho de 1769.

PORTUGAL (Reino de). Alvará de 8 de janeiro de 1791.

PORTUGAL (Reino de). Decreto de 16 de setembro de 1791

PORTUGAL (Reino de). Decreto de 7 de maio de 1794

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas;** introudução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007

ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. **Lire le capital.** Tome 1. Paris: François Maspero, 1966

ARAUJO, Luiz Antonio de; LORENZI, Mario Lorenzi. O **Brasil de ferro e aço. Comédias e tragédias da mineração e siderurgia brasileira**. São Paulo: Arte & Ciência, 2005

BACELAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e Sobreviver em uma Vila Colonial. Sorocaba, Séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Barão de Eschwege.** Belo Horizonte: Edição da Casa de Eschwege, 1977

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775).** 2ª Ed. revista. São Paulo: Alameda, 2007

BERGMAN, Torbern. **Manual do mineralógico, ou esboço do reino mineral, dipsosto segundo a analyse chimica;** publ. por Ferber; trad. e aum. de notas por Mongez, e De La Metherie; ultimamente trad. por Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800

BIARD, Roger. **La sidérurgie française. Contribution à l'étude d'une grande industrie française**. Paris: Éditions Sociales, 1958

BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx.** Organização de Carlo Violi; tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2006

BREISACH, Ernst. **Historiography: ancient, medieval and modern.** 2nd Edition. Chicago: The University of Chicago Press, 1983

BUCKLE, Henry Thomas. **Historia da Civilisação na Inglaterra;** vertida para o portuguez por Adolpho J.A. Melchert. v. 1. São Paulo: Typ. da Casa Eclética, 1900

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E.H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961; tradução de Lucia Mauricio de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história;** trad. de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

COLLINGWOOD, R.G. **A ideia de historia;** trad. de Alberto Freire. 6ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam;** trad. de Maria Manuela Rocha; revisão técnica de José Manuel Sobral. Oeiras: Celta Editora, 1993

Diário das Cortes Geraes, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portugueza. Segundo anno da legislatura. Volume 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822

DOHLNIKOFF, Miriam. "Cronologia de José Bonifácio". In: DOHLNIKOFF, Miriam (Org). **José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000

DOSSE, François. **A história;** trad. de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**. **27 de julho de 1214**; trad. de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

FLEURY, Renato Sêneca. **Francisco Adolfo de Varnhagen. Visconde de Porto Seguro.** São Paulo: Edições Melhoramentos

FORJAZ, Djalma. **O Senador Vergueiro. Sua vida e sua época (1778-1859).** 1º vol. São Paulo: Officinas do Diário Official, 1924

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Século XVI, XVII, XVIII.** Belo Horizonte: Itaiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**; tradução e Prefácio de Vitor Matos e Sá. 6a ed.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva;** trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006

HERDER, J.G. **Também uma filosofia da história para a formação da humanidade**; Trad, notas e posfácio de José M. Justo. Lisboa: Antígona, 1995

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**; trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução por Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

LE GOFF, Jacques. **História e Memória;** trad. Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003

LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo.** Das origens ao governo de Morgado de Matheus. São Paulo: Museu Paulista, 1977

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **As companhias pombalinas**. **Contributo para a história das sociedades por acções em Portugal.** Coimbra: Almedina, 1997

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo;** trad. de Antonio de Pádua Danesi. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Intendente Câmara.** Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. (1764-1835). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958

MICHAUD. **Biographie Universelle Ancienne et Moderne. Tome trente-septieme.** Paris: Chez Madame C. Desplaces; Leipzig: Librairie de F.A.Brockhaus

NEME, Mario. **Notas de Revisão da História de São Paulo.** Séc. XVI. São Paulo: Editora Anhambi, 1959

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1981

PEDREIRA, Jorge Manuel Viana. **Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830).** Porto: Difel, 1994.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011

POPPER, Karl .A. **A miséria do historicismo;** tradução de Octany S. da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Tomo 2. Trad de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1987

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história;** tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento;** trad. de Alain François [et.al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil. 1ª parte – Historiografia colonial.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso**; trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2000

SAMUEL, Raphael. **Theatres of Memory. Past and Present in Contemporary Culture**. London, New York: Verso, 1994

SILVA, Innocêncio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez. Tomo sexto.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. p. 291. (verbete Nicolau Pereira de Campos Vergueiro)

SOMMER, Frederico. **Guilherme Luis, Barão de Eschwege.** São Paulo: Melhoramentos, 1952

TAUNAY, Afonso de Escragnolle. **São Paulo no século XVI. História da vila piratingana**. São Paulo: Paz e Terra, 2003

_____. **São Paulo nos Primeiros Anos. (1554-1601).** Ensaio de Reconstituição Social. São Paulo: Paz e Terra, 2003

_____. Pedro Taques e sua obra. In: Pedro Taques de Almeida Paes Leme. **Informação sobre as Minas de São Paulo. A expulsão dos jesuítas do Collegio de S. Paulo. Com um estudo sobre a obra de Pedro Taques por Affonso de E. Taunay**. São Paulo, Caieiras, Rio: Ed. Melhoramentos, 1953

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser;** trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

VEYNE, Paul. **Como se escreve a historia: Foucault revoluciona a história;** trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp; revisão técnica de Gerusa Jenner Rosas. 4ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 1998

VILAR, Pierre. **Marxismo e Historia. Polemica con Louis Althusser.** Argentina: Ediciones Práxis, 1974.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

Artigos

ALBIERI, Sara. "Razão e experiência na constituição do conhecimento histórico: reflexões sobre os aspectos indiciários do paradigma newtoniano". Dimensões (UFES - Programa de Pós-Graduação em História). vol. 24, 2010, p. 284-297

BARBOSA, Francisco de Assis. "Duas Palavras". In: BARBOSA, Francisco de Assis. **D. João VI e a Siderurgia no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 9-17

BEYER, Gustavo. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813; tradução de Alfredo Löfgren. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. São Paulo, vol. XII, 1907, p. 275-311

CEZAR, Temístocles. "Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen". Historia, São Paulo, v. 24, n. 2. 2005, p. 207-240.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. "Nota Preliminar". In: **Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgar de Cerqueira Falcão.** Vol. I. Ed. comemorativa do bicentenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais; Clicheria Rufer; Lanzara S.A. Gráfica Editora, 1963, p. 7-20

FITTKAU, Ernst Josef. "Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil". Hist. cienc. saude [online]. 2001, vol.8, suppl., p. 1109-1135

FRANÇOIS, Etienne. “As novas relações entre memória e história após a queda do Muro de Berlim”. Revista Memória em Rede. Pelotas, RS, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011, p. 17-29

HARRIS, Errol E. “Collingwood’s Theory of History”. The Philosophical Quarterly, Vol. 7, No. 26 (Jan., 1957), p. 35-49

HOBSBAWN, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

HARTOG, François. “Tempo, História e a Escrita da História: a Ordem do Tempo”; trad. de Francisco Murari Pires. Revista de História. v. 148, 1º semestre de 2003, p. 9-34

KURY, Lorelai. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. História, Ciência e Saúde. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001, p. 863-880

LANDGRAF, Fernando J.G; ARAUJO, Paulo Eduardo Martins; SPORBACK, Sven-Gunnar. “Start-up da siderurgia moderna. 200 anos da fundação da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (SP) relembram os primórdios da produção de aço no Brasil”. Metalurgia e Metais. v. 66. mar/abr 2010, p. 197-202

LESSA, Pedro. “Introducção”. In: BUCKLE, Henry Thomas. **Historia da Civilisação na Inglaterra;** vertida para o portuguez por Adolpho J.A. Melchert. v. 1. São Paulo: Typ. da Casa Eclética, 1900, p. XI-CVIII

MINK, Louis, O. “Collingwood’s Dialecit of History”. History and Theory, Vol. 7, No. 1 (1968), p. 18-36

NEVES, José Teixeira. “A vida e a obra de Joaquim Felício dos Santos”. In: Joaquim Felício dos Santos. Memórias do Distrito Diamantino. 5ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978, p. 23-33

NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux”. In: NORA, Pierre (Org). **Les lieux de mémoire.** v.1.Paris, Gallimard, 1986

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 2. n. 3. 1989, p. 3-15

RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passe”. Annales. Histoire, Sciences Sociales, 55e Année. N.4. jul-ago 2000, p. 731-747

SERRÃO, José Vicente. “O quadro econômico. Configurações estruturais e tendências de evolução”. In: MATTOSO, Jorge (Direção); HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). **História de Portugal. O antigo regime (1620-1807).** Lisboa: Editorial Estampa, s.d.. vol. IV

SPALDING, Karen.”The crisis and transformations of invaded societies: andean área (1500-1580)”. In: Frank Salomon e Stuart B. Schwartz (Orgs). **The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas**. Voluem III: South America. Part I. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 904-972

STRAUSS, Leo. “On Collingwood's Philosophy of History”. The Review of Metaphysics, Vol. 5, No. 4 Jun. 1952, p. 559-586

TAUNAY. Pedro Taques e sua obra. In: Pedro Taques de Almeida Paes Leme. **Informação sobre as Minas de São Paulo. A expulsão dos jesuítas do Collegio de S. Paulo. Com um estudo sobre a obra de Pedro Taques por Affonso de E. Taunay**. São Paulo, Caieiras, Rio: Ed. Melhoramentos, 1953, p. 5-64

VON MARTIUS, Carlos Frederico. “Como se deve escrever a história do Brazil - Dissertação offerecida ao Instituto Histórico e Geographico do Brazil”. Revista Trimmestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 6, n. 24. janeiro de 1845, p. 381-403

Documentos Eletrônicos

História de Rosenfors. Disponível em: <http://www.rosenfors.se/?page_id=3>. Acesso em: 20.jun.2012

Biografia de Pandiá Calógeras. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras >. Acesso em: 20.jun.2012

Francisco de Assis Barbosa.
Disponível em:
<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=549&sid=176> . Acesso em: 20.jun.2012

Jornais

Folha de S. Paulo. 30 de janeiro de 2001. Empregos, p. 8.

"Fábrica de Sorocaba será transformada em Museu do Ferro". Folha de S. Paulo. 2 de junho de 1966

"Fazenda Ipanema". Folha de S. Paulo. 10 de fevereiro de 1965, 1º caderno, p. 4

"Ipanema tem tarefas importantes no País". Folha Agropecuária. 13 de fevereiro de 1965

"Na siderurgia, Minas Gerais continua em primeiro lugar". Informe publicitário. Folha de S. Paulo. 10 de abril de 1986. p. 6

"Uma mina de ouro a 40km da Praça da Sé". Folha de S. Paulo. 2 de setembro de 1969

GOMES, Severo. "O arrombamento dos portos". Folha de S. Paulo. 29 de maio de 1988. 1º caderno, A2

_____. “Fabricantes de Ruínas”. Folha de S. Paulo. 10 de janeiro de 1988, 1º caderno, A2

Teses e Dissertações

DANIELI NETO, Mario. **Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica). Instituto de Economia - UNICAMP. Campinas

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 1994. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo

LIBBY, Douglas Cole. **População e Mão-de-Obra Industrial na Província de Minas Gerais (1830-1889).** 1987. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo

MACHADO, Monica Tovo Soares. **Angola no período pombalino: o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho – 1764-1772**. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

SANTOS, Nilton Pereira dos. **A fábrica de ferro de São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo.

VARELA, Alex Gonçalves. **Atividades científicas na “Bela e Bárbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências – Área de Aplicação em Geociências). Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas

ZEQUINI, Anicleide. **Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII.** 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo.